



ELIZANGELA DIVINA DIAS BATISTA

**DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE
EQUILIBRADO E EXPLORAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA: ANÁLISE À LUZ
DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E DO DIREITO INTERNACIONAL**

Dissertação de Mestrado Científico
Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas

Lisboa-PT
2020



ELIZANGELA DIVINA DIAS BATISTA

**DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE
EQUILIBRADO E EXPLORAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA: ANÁLISE À LUZ
DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E DO DIREITO INTERNACIONAL**

Dissertação de Mestrado Científico em Ciências Jurídico-Políticas
especialidade Direitos Fundamentais, sob a orientação da Professora Dr^a. Ana
Maria Guerra Martins

Lisboa-PT
2020

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, saúde, amparo, força e sustento espiritual.

À minha mãe, Maria José, que desde muito cedo, com a sabedoria que lhe é peculiar, nos ensinou sobre o valor da educação, aconselhou o caminho que devíamos seguir e nunca mediu esforços para nos ajudar a trilhá-lo.

Ao meu irmão, Elismar Batista, companheiro de carreira e vida acadêmica, pessoa que me inspira pela humildade, esforço, altruísmo, caráter e índole irretocáveis.

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Maria Guerra Martins, a quem admiro desde a condução da cadeira de Direitos Fundamentais da fase de estudos do Mestrado pela competência, exímia postura docente e profissional. Agradeço pelo incentivo, visão crítica oportuna e orientação cuidadosa, pautada no elevado rigor científico.

Aos colegas Aline Deane, Beatriz Rocha, Brunno Vinícius, Cristiane Florentino, Duana Ravena, Fernando Chagas, Flávia Albuquerque, Gesivaldo dos Santos, Ivanilda Rezende, Jannyelle Corrêa, Maria Luíza Santos, Mariane Castro, Soniara Maciel, Vanessa Mororoh, Vanessa Santos, Veríssimo Santos e Vinícius São Mateus. São pessoas que, de diferentes formas, foram ponto de apoio durante a caminhada do Mestrado, seja com palavras de ânimo e encorajamento, disponibilidade, leitura crítica e atenta daquilo que eu ia produzindo, trocas de experiências, solidariedade enternecedora, porto seguro nos momentos mais desafiadores, abraço, carinho e conforto.

Finalmente, a todos aqueles que colaboraram, direta ou indiretamente, para que eu obtivesse êxito na conclusão desta dissertação, o meu mais profundo e sincero agradecimento.

RESUMO

O presente estudo discute os possíveis limites impostos pelo direito humano fundamental ao meio ambiente saudável para exploração econômica da floresta amazônica, à luz da Constituição brasileira e do Direito Internacional. A Amazônia é de significativa importância para o equilíbrio ecológico do Brasil e do mundo. Considerando a importância da floresta para garantia do direito ao meio ambiente e ainda o fato de 60% dela estar em território brasileiro, esta dissertação busca, à luz da Constituição brasileira e do Direito Internacional, verificar as balizas para exploração econômica da Amazônia, sob o prisma do direito humano fundamental ao meio ambiente saudável. Utiliza-se como fonte de consulta obras doutrinárias, artigos científicos, documentos, textos normativos e ainda análise jurisprudencial. Como conclusão, à luz da Constituição brasileira, possivelmente é no princípio do desenvolvimento sustentável que se encontram as balizas para exploração econômica da floresta. Já no âmbito externo, a lógica mostrou-se diversa, pois o atual estágio do Direito Internacional não nos permite afirmar que existe um direito autônomo ao meio ambiente saudável, capaz de responsabilizar os Estados em caso de violação. Assim sendo, acaba que no âmbito internacional, possivelmente o limite está na obrigação de não causar danos a outros Estados-nação. Porém, como este regramento oferece alguns óbices para aplicação efetiva, a combinação dele com as normas de direitos humanos talvez possa ter maior força e possibilitar melhor resposta aos danos provocados à floresta. Completando a análise do Direito Internacional, discutiu-se o interesse internacional na floresta e alguns dos desdobramentos deste interesse em debates no campo da soberania brasileira sobre ela, concluindo que, no atual contexto, a alternativa mais viável para proteção da Amazônia gravita em torno da necessidade de convergência entre as estruturas legais e institucionais nacionais, apoio e cooperação internacional.

Palavras-chave: Floresta amazônica. Direito ao meio ambiente. Exploração econômica. Constituição brasileira. Direito Internacional.

ABSTRACT

This study discusses the possible limits imposed by the fundamental human right to a healthy environment for economic exploitation of the Amazon rainforest, in the light of the Brazilian Constitution and International Law. The Amazon is of significant importance for the ecological balance of Brazil and the world. Considering the importance of the forest to guarantee the right to the environment and the fact that 60% of it is in Brazilian territory, this dissertation seeks, in the light of the Brazilian Constitution and International Law, to verify the beacons for economic exploration of the Amazon, under the prism of the fundamental human right to a healthy environment. Doctrinal works, scientific articles, documents, normative texts and jurisprudential analysis are used as a source of consultation. As a conclusion, in light of the Brazilian Constitution, it is possibly at the beginning of sustainable development that the goals for economic exploitation of the forest are found. At the external level, the logic was different, since the current stage of international law does not allow us to affirm that there is an autonomous right to a healthy environment, capable of holding States accountable in the event of violation. Thus, it turns out that at the international level, the limit is possibly the obligation not to cause damage to other nation-states. However, as this rule offers some obstacles for effective application, the combination of it with human rights standards may be more powerful and provide a better response to the damage caused to the forest. Completing the analysis of International Law, the international interest in the forest was discussed and some of the consequences of this interest in debates in the field of Brazilian sovereignty over it, concluding that, in the current context, the most viable alternative for protecting the Amazon gravitates around the need for convergence between national legal and institutional structures, support and international cooperation..

Keywords: Amazon rainforest. Right to the environment. Economic exploration. Brazilian constitution. International Right.

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ADC - Ação Declaratória de Constitucionalidade

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

CDFUE - Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

CEDH - Convenção Europeia dos Direitos Humanos

CIDH - Corte Interamericana de Direitos Humanos

CRFB/88 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

DESC - Direitos econômicos, sociais e culturais

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change

ONU - Organização das Nações Unidas

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PIDCP - Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos

PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PL - Projeto de Lei

PLC - Projeto de Lei Complementar

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

STF - Supremo Tribunal Federal brasileiro

STJ - Superior Tribunal de Justiça

REDD - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação

TEDH - Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

UE - União Europeia

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	08
1. DIREITO AO MEIO AMBIENTE E FLORESTA AMAZÔNICA	13
1.1 Direito ao meio ambiente: bases e conteúdo normativo	13
1.2 A importância da floresta amazônica para garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado.....	24
1.3 Da destruição à conservação da floresta amazônica: aspectos políticos e econômicos	28
1.4 Deveres constitucionais relativos à tutela do meio ambiente	36
1.5 Conclusões parciais.....	47
2. MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E OS LIMITES PARA EXPLORAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA	50
2.1 (In)existência de colisão entre o direito ao meio ambiente e o direito ao desenvolvimento econômico	52
2.2 Do conflito concreto à concordância prática	60
2.2.1 <i>Meio ambiente e desenvolvimento: princípio da proporcionalidade e controle de desproporções antijurídicas</i>	<i>61</i>
2.2.2 <i>Princípio da proibição de retrocesso ambiental e salvaguarda normativa dos institutos protetivos do ambiente</i>	<i>67</i>
2.2.3 <i>Desenvolvimento sustentável: a via juridicamente legítima</i>	<i>80</i>
2.3 Conclusões parciais e indicação de um terceiro caminho para o desenvolvimento sustentável da Amazônia	89
3 TUTELA INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE, EXPLORAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA E DIREITO AO DESENVOLVIMENTO	95
3.1 Direito ao meio ambiente: contraposição entre o Direito Internacional e o direito constitucional brasileiro	96
3.2 Direito ao meio ambiente no sistema da ONU	99
3.3 Direito ao meio ambiente nos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos	104
3.4 Considerações sobre o atual <i>status</i> do direito ao meio ambiente no Direito Internacional	107
3.5 Da fraqueza ou inexistência de autonomia à justiciabilidade do direito ao meio ambiente	111
3.5.1 <i>Justiciabilidade do direito ao meio ambiente no sistema europeu</i>	<i>113</i>
3.5.2 <i>Justiciabilidade do direito ao meio ambiente no sistema interamericano</i>	<i>117</i>
3.5.3 <i>Justiciabilidade do direito ao meio ambiente no sistema africano</i>	<i>119</i>

3.6 Síntese conclusiva	120
3.7 Do alcance global dos direitos ambientais constitucionais ao diálogo judicial transnacional	122
<i>3.7.1 Direitos ambientais constitucionais e reforço do papel do poder judiciário.....</i>	<i>125</i>
<i>3.7.2 Diálogo constitucional de questões judiciais transnacionais</i>	<i>128</i>
3.8 Direito ao desenvolvimento e responsabilização por danos transfronteiriços ...	130
3.9 Conclusões parciais	140
4 INTERESSE INTERNACIONAL NA FLORESTA AMAZÔNICA	142
4.1 Demandas e iniciativas internacionais para preservação da floresta amazônica	143
4.2 É possível sustentar a tese de uma soberania custodiada, compartilhada ou flexibilizada sobre a floresta amazônica brasileira?	147
<i>4.2.1 Soberania e as teorias sobre a natureza jurídica da floresta amazônica</i>	<i>150</i>
<i>4.2.2 As teorias de flexibilização da soberania</i>	<i>152</i>
<i>4.2.3 A possível resposta para o tópico-pergunta</i>	<i>155</i>
4.3 Da cooperação internacional para as ações de proteção à floresta amazônica ..	157
<i>4.3.1 Algumas iniciativas internacionais de cooperação</i>	<i>160</i>
4.4 Conclusões parciais	164
CONCLUSÕES FINAIS	166
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	170
JURISPRUDÊNCIA CONSULTADA	191
DOCUMENTOS E SITES CONSULTADOS	197

INTRODUÇÃO

A Amazônia¹ não é a única floresta tropical da Terra, mas é a maior delas. Cobre cerca de 40% da América do Sul, contêm quase 31% da área de floresta tropical úmida do mundo e ostenta biodiversidade incomparável². A bacia amazônica, considerada em sua totalidade, concentra aproximadamente dois terços do suprimento de água doce do planeta³.

Além do mais, a floresta exerce importante função na regulação do clima, tanto globalmente quanto regionalmente, isso porque as árvores removem o dióxido de carbono do ar e reduzem o efeito estufa que está a causar o aquecimento global. Estudiosos afirmam que cerca de 100 bilhões de toneladas de carbono, o equivalente a quase uma década de emissões globais, estão armazenadas na floresta amazônica⁴.

Assim, a Amazônia é de grande importância ecológica para o Brasil e para o mundo, isto reforça a necessidade de manter, tanto quanto possível, a floresta preservada. Porém, na contramão da preservação, enquanto a ciência ressalta o uso racional dos recursos florestais, a economia e a cultura do desenvolvimento impulsionam os países que abrigam a floresta em direção a uma exploração que, se mantida no atual ritmo, prenuncia a chegada ao ponto do não retorno⁵.

Isso porque, ao longo dos anos, as constantes intervenções antropogênicas vêm provocando a degradação da floresta e ameaça aos serviços ambientais por ela prestados. Há décadas, a região de floresta tem sido alvo de planos de desenvolvimento por causa de seu vasto território, baixo índice demográfico, abundância de riquezas minerais, madeira e outros recursos naturais⁶.

¹ Com o simples intuito de evitar repetição exaustiva do mesmo termo, para fins deste estudo, as expressões “Amazônia”, “floresta amazônica”, “floresta” e “floresta tropical” são utilizadas como equivalentes. Todas se referindo à área de floresta tropical localizada nas regiões equatoriais dos seguintes países sul-americanos: Brasil (abriga cerca de 60% da floresta), Colômbia, Equador, Bolívia, Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Peru. - PIRES, J. M.; PRANCE, G. T. **The vegetation types of the Brazilian Amazon**. In: G. T. Prance, and T. E. Lovejoy, eds. Amazonia. Pergamon press, Oxford, 1985, p. 109-145. Enfatiza-se ainda que apesar da Amazônia estar presente em outros países sul-americanos, esta pesquisa limita-se a considerar, a parte de floresta tropical localizada no território brasileiro.

² ESHBACH, R. **A Global Approach to the Protection of the Environment: Balancing State Sovereignty and Global Interests**. Temple International and Comparative Law Journal, vol. 4, n. 2, 1990, p. 273.

³ GIAIMO, M. S. **Deforestation in Brazil: Domestic Political Imperative - Global Ecological Disaster**, 18 ENVTL. L., 1987, p. 539.

⁴ TOLLEFSON, J. **A Light in the Forest: Brazil's Fight to Save the Amazon and Climate-Change Diplomacy**. Foreign Affairs, vol. 92, n. 2, March/April, 2013, p. 145.

⁵ Ponto alcançado com a destruição significativa da floresta, podendo transformá-la em uma savana degradada. Para a Amazônia, o ponto do não retorno foi estimado pelo Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) em 40%. IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change, Contributions of Working Group I to the IPCC Fifth Assessment Report, Cambridge University Press, 2015.

⁶ GIAIMO, op. cit., 1998, p. 537-538.

Esses planos ocasionam grande perda florestal e com ela elevada liberação de dióxido de carbono para atmosfera, diminuição da precipitação, alteração das temperaturas e agravamento dos problemas de desertificação e chuva ácida em diferentes áreas, inclusive para muito além da região da Amazônia⁷. Também desaparecem os habitats naturais de milhares de plantas e animais, muitos dos quais não são encontrados em nenhum outro lugar na terra⁸.

Como grande parte da preocupação relativa à destruição da Amazônia naturalmente tende a focar no Brasil, pois aproximadamente três quintos ou 60% da floresta está em território brasileiro⁹, o objeto central da dissertação consiste em identificar, no âmbito da tutela constitucional brasileira e do Direito Internacional, as limitações para exploração econômica da floresta amazônica frente à garantia do direito humano fundamental¹⁰ ao meio ambiente saudável, tendo em vista a relevância da Amazônia para o equilíbrio ambiental global.

A abordagem da pesquisa, em linhas gerais, concentra-se no aspecto do direito ao meio ambiente enquanto direito fundamental constitucional e direito da pessoa humana, visto que a destruição da floresta pode ameaçar tal direito, dados os serviços ambientais prestados pela Amazônia ao Brasil e ao planeta. Logo, esta questão é atual, importante e vale a pena ser pesquisada, sobretudo se considerarmos tanto o histórico de perda da floresta quanto os elevados índices de desmatamento e incêndios florestais verificados recentemente.

A principal questão de pesquisa deste estudo é verificar qual o limiar imposto pela Constituição brasileira e pelo Direito Internacional para exploração econômica da floresta amazônica, tendo em conta o direito humano fundamental ao meio ambiente saudável e a importância da floresta para equilíbrio ambiental global.

O objetivo principal será dividido em diferentes subcategorias. Na análise doméstica, tem-se por objetivos específicos: a) perceber o teor normativo do direito ao meio ambiente e os

⁷ GIAIMO, op. cit., 1998, p. 539.

⁸ ESHBACH, op. cit., 1990, p. 277.

⁹ GIAIMO, op. cit., 1998, p. 539.

¹⁰ Filiamo-nos à doutrina segundo a qual essa denominação “direitos humanos fundamentais” é empregada para caracterizar os direitos humanos reconhecidos primeiro internacionalmente e depois positivados nas Constituições dos Estados. O direito ao meio ambiente saudável estaria inserido neste rol de direitos humanos fundamentais, tendo sido reconhecido primeiro como direito humano e só depois transposto como direito fundamental nas diversas Constituições dos Estados-nação. Deste modo, é expressão que melhor caracteriza e traduz a dupla abordagem (interna e internacional) feita neste estudo. - SARLET, I. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, p. 30 e p. 33. McCallion e Sharma também fazem uso da expressão direito humano fundamental. - MCCALLION, K. F.; SHARMA H. R. **Environmental Justice without Borders: The Need for an International Court of the Environment to Protect Fundamental Environmental Rights**. George Washington Journal of International Law and Economics, vol. 32, n. 3, 2000, p. 351-366. Por isso, a título de esclarecimento terminológico, na primeira parte do estudo usaremos a expressão “direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, por ser a empregada no texto da Constituição brasileira de 1988. Ao passo que quando a análise estiver concentrada no Direito Internacional, adotaremos a denominação “direito humano ao meio ambiente (ou ambiente) saudável” ou “direito humano fundamental ao meio ambiente (ou ambiente) saudável”, já considerando a incorporação do direito humano ao ambiente no rol de direitos constitucionais.

deveres constitucionais relativos à tutela deste direito; b) apontar a importância da floresta amazônica para o equilíbrio ambiental do Brasil e de outras partes do mundo; c) verificar se há colisão entre o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o direito ao desenvolvimento e a ordem econômica e, em havendo colisão, seja no contexto normativo ou prático, como se tem alcançado a concordância prática.

No tocante ao exame internacional, os objetivos específicos são: a) identificar o atual *status* do direito ao meio ambiente, enquanto direito humano autônomo; b) examinar como tem sido garantida a justiciabilidade desse direito no trabalho das Cortes de direitos humanos; c) certificar se e como o alcance global dos direitos ambientais constitucionais e do diálogo judicial de questões transnacionais oferecem contributos para a evolução rumo à autonomia do direito ao meio ambiente; d) aferir as potencialidades das normas aplicadas ao direito ao desenvolvimento - sobretudo as que tratam dos danos ambientais transfronteiriços - para preservar ou reparar danos à Amazônia; e) verificar a possibilidade de sustentar as teses de relativização da soberania brasileira sobre a floresta amazônica a fim de elevar o patamar de proteção desta; f) aferir eventuais deveres de cooperação para preservação da Amazônia.

No contexto de exploração econômica da floresta amazônica, o enfoque desta pesquisa está sob a disciplina dos direitos fundamentais (à luz da Constituição brasileira) e dos direitos humanos (à luz do Direito Internacional). No cenário internacional, mesmo firmados na aplicação da norma *jus cogens* consuetudinária de não provocar danos ambientais transfronteiriços, combinada com o discurso dos direitos humanos, a temática estudada exige debater o papel da soberania do Estado brasileiro nessas questões.

Trata-se de aspectos relevantes para determinar se o Brasil tem responsabilidade de proteger a floresta amazônica sob a erige do Direito Internacional e ainda se outros Estados e a comunidade internacional como um todo tem a possibilidade legal de intervir para evitar danos à floresta e/ou eventual dever de cooperar para a manutenção dela.

Quanto à metodologia, a pesquisa é basicamente bibliográfica, recorrendo a obras doutrinárias e artigos científicos, sem descuidar, porém, da análise do conteúdo de documentos e textos normativos relacionados ao tema da dissertação. O exame jurisprudencial terá exploração pontual, no contexto nuclear do assunto. Nesta esteira, a jurisprudência do Supremo

Tribunal Federal brasileiro (STF)¹¹ e das Cortes regionais de direitos humanos¹² serão as mais exploradas, mas também far-se-á menção a julgados importantes de outras Cortes nacionais¹³, a fim de apoiar a discussão e melhor sustentar as teses defendidas.

Ao término da investigação, tendo em vista as importantes implicações jurídicas, políticas e sociais da questão aqui debatida, pretende-se demonstrar quais as balizas para exploração econômica da floresta amazônica, estabelecidas pela Constituição brasileira de 1988 e pelo Direito Internacional. Busca-se com isso não apresentar um estudo conclusivo, mas contribuir para um maior aprofundamento sobre o tema.

Relativamente a sua estrutura, a dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro deles diz respeito ao conteúdo normativo do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como posto no texto da Constituição brasileira. Trata também sobre a importância da Amazônia para a garantia do equilíbrio ecológico do meio ambiente e as principais causas de destruição da floresta. Por fim, o primeiro capítulo discorre acerca dos deveres constitucionais relativos à tutela do meio ambiente.

Já o segundo capítulo busca traçar um paralelo entre o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o direito ao desenvolvimento e a ordem econômica, positivados na Constituição brasileira. Pretende-se identificar se há colisão entre esses dispositivos constitucionais e, em havendo, como é possível obter a concordância prática entre eles, especialmente no que tange ao aproveitamento econômico dos recursos da floresta amazônica. Ao término da análise dos pontos levantados no primeiro e segundo capítulos, espera-se conseguir definir, à luz da Constituição brasileira, quais as balizas para exploração econômica da floresta amazônica.

¹¹ Foram feitas buscas diretas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal brasileiro (STF), utilizando, num primeiro momento, as palavras-chave “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, “direito ao desenvolvimento” e “ordem econômica e financeira” e, em sequência, incluindo a palavra-chave “floresta amazônica” na ferramenta “pesquisa de jurisprudência”, no sítio do respectivo tribunal. Site do Tribunal: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Pontua-se ainda que não se descuidou da análise jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em especial dos julgados reportados pelo STF. Sítio do STJ: <https://scon.stj.jus.br/SCON/>.

¹² Igualmente fez-se buscas diretas utilizando a expressão “*right to the environment*” ou “direito ao meio ambiente” nos sítios das seguintes Cortes regionais de direitos humanos: Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH). Site do Tribunal: [https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22documentcollectionid%22:\[%22GRANDCHAMBER%22,%22CHAMBER%22\]}](https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22documentcollectionid%22:[%22GRANDCHAMBER%22,%22CHAMBER%22]}); Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Site da Corte: https://www.corteidh.or.cr/casos_sentencias.cfm?lang=en; e Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos. Site do Tribunal: <https://pt.african-court.org/>. Far-se-á referência ainda, quando pertinente, a decisões de órgãos não jurisdicionais dos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos, tais como a Comissão Interamericana e a Comissão Africana.

¹³ Por limitações metodológicas, para o exame da jurisprudência dos tribunais nacionais atinente à temática deste estudo, não se realizou buscas diretas nos sítios dos Tribunais, mas sim fomos direcionados pela doutrina, jurisprudência ou artigos científicos estudados e referenciados nesta dissertação.

Encerrado o exame interno, o terceiro capítulo visa tratar da tutela do direito humano ao meio ambiente saudável, exploração da floresta amazônica e direito ao desenvolvimento, no âmbito do Direito Internacional, procurando identificar neste último os limites para o aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia.

Finalmente, o quarto capítulo é dedicado a tratar do interesse internacional na Amazônia - provocado pela conscientização generalizada sobre a importância da floresta tropical para o equilíbrio ambiental global - e alguns dos desdobramentos deste interesse em discussões no campo da soberania brasileira sobre a Amazônia e cooperação internacional para preservação dela.

1 DIREITO AO MEIO AMBIENTE E FLORESTA AMAZÔNICA

“O Brasil ainda trata a Amazônia como se fosse um passivo, uma *liability*, e não como ela é: um dos mais valiosos ativos do mundo e, talvez, o espaço de mais rica biodiversidade do mundo ou o segundo espaço da mais rica biodiversidade do mundo. E o mundo precisa da Amazônia e o Brasil precisa da Amazônia”.¹⁴.

Neste primeiro capítulo é apresentado o conteúdo normativo do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como posto no texto da Constituição brasileira, fazendo a necessária menção às bases internacionais que serviram de referência para internalização desse direito e ainda atribuindo a ele o devido enquadramento dentro da teoria das gerações ou dimensões dos direitos fundamentais, caracterizando-o.

Além disso, levando em consideração que nossa análise envolve a relação direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e exploração da floresta amazônica, buscar-se-á demonstrar, por meio de um campo de interação científica, a importância dessa floresta para a garantia do equilíbrio ecológico do meio ambiente e as possíveis causas que interferem na sua destruição ou conservação.

Só então - tendo em conta o teor normativo do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o conhecimento científico sobre os serviços ecológicos prestados pela floresta amazônica e as motivações que tem dado causa a sua destruição - discorrer sobre os deveres constitucionais relativos à tutela do meio ambiente, a fim de perceber até que ponto esses deveres admitem a flexibilização de institutos jurídico-ambientais por meio de medidas de natureza legislativa e administrativa, quando se está diante de direitos fundamentais ecológicos.

1.1 Direito ao meio ambiente: bases e conteúdo normativo

Antes de adentrarmos propriamente no conteúdo normativo do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como posto no texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), necessário é fazer uma regressão às bases internacionais que serviram de referência para internalização desse direito, pois o sistema universal de proteção dos direitos humanos influenciou a incorporação dos direitos

¹⁴ Voto do Ministro Celso de Melo na ADC 42/DF – BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADC 42/DF**, Rel. Min. Luiz Fux, julgamento em 28.2.2018, p. 432-433. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=750504737>. Acesso em 4 de fevereiro 2020.

fundamentais nas constituições dos Estados¹⁵, de sorte que o estudo de um não pode se dar sem referência ao outro.

Ao analisarmos a história da humanidade, é possível observar que, embora as intervenções antrópicas na natureza existam há tempos, a preocupação com o meio ambiente é hodierna, nasce em um dado contexto incitado por dinâmicas sociais que levaram ao despertar para a tutela jurídica do meio ecológico. No âmbito dessas dinâmicas sociais, destacam-se os impactos destrutíveis¹⁶ da modificação no modo de produção adotado após a Revolução Industrial, pautado num modelo de desenvolvimento fundado na ética antropocêntrica e visão utilitarista dos recursos ambientais¹⁷.

Todavia, percebeu-se que o crescimento econômico exacerbado expunha a sociedade a riscos, passível e vulnerável à ocorrência de danos ambientais capazes de ameaçar a própria existência da humanidade¹⁸, de modo que se fez necessário adotar medidas eficazes para responder a contento esses novos desafios. Assim, a partir do século XX, a clássica visão antropocêntrica aos poucos vem sendo mitigada, ao passo que a concepção de que há uma conexão substancial entre o ser humano e as bases naturais da vida vem ganhando espaço¹⁹.

O acontecimento crucial para essa mudança de paradigma foi a Segunda Guerra Mundial e as atrocidades nela cometidas, cujas consequências mostraram-se desastrosas e violadoras de direitos humanos, em todas as suas vertentes: civis e políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. São os traumas do fim da guerra junto “ao surgimento de entidades internacionais de proteção dos direitos humanos, como a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945”, é que faz emergir “os denominados direitos fundamentais de terceira geração”²⁰, dentre os quais o direito ao ambiente está inserido.

Consoante menciona Sarlet, o desprendimento da noção de indivíduo, até então atrelada aos direitos fundamentais, e sua projeção para defesa de grupos humanos é um fato com origem no pós Segunda Guerra Mundial. É nesse cenário que direitos até então não contemplados, como o direito ao meio ambiente sadio e o direito à qualidade de vida, dão conteúdo à terceira categoria de direitos fundamentais, estes “coletivos, ou ainda transindividuais, trazem eles

¹⁵ ROTH, K. **Defending Economic Social and Cultural Rights: Practical Issues Faced by an International Human Rights Organization**. 26 Hum. Rts. Q. 63, 2004.

¹⁶ BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento; São Paulo: Editora 34, 2010, p. 102.

¹⁷ MILARÉ, É. **Direito do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2015. p. 108.

¹⁸ AYALA, P. A.; LEITE, J. R. M. L. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo, extrapatrimonial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 193.

¹⁹ SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T. **Princípios do Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 75.

²⁰ SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T. **Direito constitucional ambiental: constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

direitos coletivos ou de grupos”, dependem enormemente de instrumentos de cooperação e participação social para que possam ser efetivados, dadas as suas peculiaridades²¹.

Essa dependência de instrumentos de cooperação e participação social para que de fato possam ser concretizados, traço dos direitos fundamentais de terceira geração, muito bem pontuado por Sarlet, acaba por caracterizá-los como direitos-deveres²². Não se fala apenas de conflitos entre indivíduos, mas também entre indivíduos e a coletividade: “já não são somente direitos, senão deveres”²³.

Certifica-se que a exigência de reconsiderar o alcance dos direitos fundamentais decorreu da compreensão de um planeta formado por povos heterônimos, dotados de diferentes graus de desenvolvimento social e econômico. Assim, é característica dos direitos de terceira geração, o elevado “teor de humanismo e universalidade”, assinalando que tais direitos tendem a firmar-se “enquanto direitos que não se destinam especificamente à proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo, ou de um determinado Estado”. Ao contrário, destina-se à espécie humana, “num momento expressivo de sua afirmação como valor supremo em termos de existencialidade concreta”²⁴.

Nessa perspectiva, Sarlet acrescenta que os direitos fundamentais de terceira geração “trazem como nota distintiva o fato de se desprenderem, em princípio, da figura do homem-indivíduo como seu titular, destinando-se à proteção de grupos humanos”²⁵. Por causa disso, questões atinentes “ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, à comunicação e ao patrimônio comum da humanidade” são apontadas como fundantes dessa terceira geração de direitos fundamentais²⁶. Portanto, dizer que os direitos de terceira geração são denominados direitos de fraternidade ou solidariedade é uma implicação da sua característica de universalidade, na medida em que demandam empenho e responsabilidades de todos os Estados para sua efetivação²⁷.

²¹ *Ibidem*.

²² O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, por ser um direito de terceira geração é igualmente tido como um direito-dever. Esta característica e suas implicações é tema para debate no tópico 1.4 deste estudo.

²³ LORENZETTI, R. L. **Teoria Geral do Direito Ambiental**. Tradução de Fábio Costa Morosini e Fernanda Nunes Barbosa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

²⁴ BONAVIDES, P. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2013.

²⁵ SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 50.

²⁶ BONAVIDES, op. cit., 2013.

²⁷ SARLET, op. cit., 2006, p. 51. Canotilho escreve que “a partir da década de 60, começou a desenhar-se uma nova categoria de direitos humanos vulgarmente chamados ‘direitos da terceira geração’. Nesta perspectiva, os direitos do homem reconduzir-se-iam a três categorias fundamentais: os direitos de liberdade, os direitos de prestação (igualdade) e os direitos de solidariedade. Estes últimos direitos, nos quais se incluem o direito ao desenvolvimento, o direito ao patrimônio comum da humanidade pressupõem o dever de colaboração de todos os estados e não apenas o actuar activo de cada um e transportam uma dimensão colectiva justificadora de um outro

Explicam Sarlet e Fensterseifer que, na medida em que os direitos liberais se baseiam no princípio da liberdade, e os direitos sociais no princípio da igualdade, os direitos de terceira geração obtêm aparato axiológico no princípio da solidariedade²⁸. Lorenzetti ensina que o lema da revolução francesa foi retomado nas últimas décadas e a “fraternidade”, no contexto contemporâneo, deu lugar à “solidariedade”²⁹.

Em coesão com a doutrina, o Supremo Tribunal Federal brasileiro (STF), ao analisar a questão do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, consignou que: “os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados, enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de uma essencial inexauribilidade”³⁰.

Esclarece-se que não constitui desígnio deste estudo aprofundamento na perspectiva diacrônica sobre as teorias e/ou gerações dos direitos fundamentais. Tratamos ligeiramente sobre as características dos direitos fundamentais de terceira geração a fim dar ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado o seu devido enquadramento³¹.

Dessa maneira, o teor universal lançado pelos direitos fundamentais de terceira geração surge como uma resposta para as demandas da atualidade. Por isso, “as estreitas relações entre o meio ambiente e a existência humana justificam a sua inclusão no estatuto dos direitos fundamentais”. Reconhecer um direito fundamental ao meio ambiente é questão essencial, que se impõe³².

Foi a imprescindibilidade de incluir a temática ambiental na agenda contemporânea dos direitos humanos fundamentais que, em 1972, realizou-se a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, constituindo este o marco internacional da tutela do direito ao ambiente sadio³³. O Princípio 1 da Declaração de Estocolmo assim dispõe: “*man has the fundamental right to freedom, equality and adequate conditions of life, in an environment of a*

nome dos direitos em causa: direitos dos povos.” – CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 2003, p. 386.

²⁸ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2013.

²⁹ LORENZETTI, op. cit., 2010.

³⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **MS 22.164-0/SP**, Relator Ministro Celso de Mello, julgado em 17.11.95, p. 392. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.js?p?docTP=AC&docID=85691>. Acesso em 9 de janeiro 2020.

³¹ Para maiores aprofundamentos sobre a teoria dos direitos fundamentais, ver SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

³² SARLET, op. cit., 2006.

³³ AMARAL JUNIOR, A. **A integração entre o comércio internacional e a proteção do meio ambiente**. São Paulo: USP, 2009.

*quality that permits a life of dignity and well-being and he bears a solemn responsibility to protect and improve the environment for present and future generations.”*³⁴

Carla Amado Gomes sustenta que é nesse Princípio 1 que normas como a do artigo 225 da CRFB/88 e o artigo 66 da República Federativa Portuguesa vão buscar inspiração no sentido de garantir a todos “o direito de viver num ambiente sadio, ecologicamente equilibrado e o dever de defendê-lo”³⁵. Luís Paulo Sirvinkas chega a afirmar que os 26 princípios da Declaração de Estocolmo “foram, na sua totalidade encampados pelo artigo 225 da CRFB/88”³⁶.

Para Sarlet, a menção ao meio ambiente como fator indispensável à consecução dos direitos humanos básicos feita pela Declaração de Estocolmo, fez emergir no âmbito jurídico internacional a compreensão do meio ambiente como elemento atrelado à vida humana³⁷. Ao tutelar o meio ambiente, percebeu-se ser “insustentável pensar o ser humano sem relacioná-lo diretamente com o seu espaço ambiental e toda cadeia de vida que fundamenta a sua existência, pois a fragilização das bases naturais que dão suporte à vida implica diretamente a vulneração da vida humana”³⁸.

No seguimento dessa tendência mundial, inaugurada e influenciada pela Conferência de Estocolmo, o Brasil elabora sua Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), a Lei nº 6.938/81, trazendo como objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”³⁹. Nota-se que essa lei, publicada antes mesmo da promulgação da então vigente Constituição brasileira, já trazia em seu bojo a preocupação com a qualidade ambiental relacionando-a com a proteção da dignidade da pessoa humana.

No entanto, é a Constituição de 1988 que trouxe identidade própria à tutela jurídica do meio ambiente⁴⁰ ao dispensar tratamento diferenciado e reservar um capítulo próprio à

³⁴ UNITED NATIONS. **Report of the United Nations Conference on the Human Environment, Estocolmo, 5-16 de junho, 1972**. Disponível em: <http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>. Acesso em 10 de dezembro 2019.

³⁵ AMADO GOMES, C. **Meio ambiente e desenvolvimento econômico-social**. In: Seminário Luso-Brasileiro de Direito Constitucional. Brasília, 2016, p. 40-45.

³⁶ SIRVINKAS, L. P. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2018, p. 162.

³⁷ SARLET, op. cit., 2006.

³⁸ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., p. 75.

³⁹ BRASIL. Lei nº 6.938/81 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em 28 de agosto de 2019.

⁴⁰ MILARÉ, É. **Direito do ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

matéria⁴¹, razão pela qual José Afonso da Silva a qualifica como uma “Constituição eminentemente ambientalista”⁴². O autor defende, inclusive, que a temática ambiental perpassa todo o texto constitucional. Bem, se a preocupação com o ambiente inspirou o constituinte originário ao ponto de alcançar ou não, ainda que tacitamente, a integralidade do texto constitucional, fato é que essa preocupação pode ser vista em diversas passagens da Lei Maior.⁴³

No que concerne à tutela constitucional do meio ambiente, com o propósito de compreender seu paradigma axiológico, iremos nos ancorar nas lições de Sarlet e Fensterseifer⁴⁴. Dos ensinamentos dos autores, depreende-se que a pedra basilar dessa tutela é o princípio da dignidade da pessoa humana enquanto “princípio fundamental edificante do Estado de Direito brasileiro, ponto de partida e fonte de legitimação de toda ordem estatal, de toda edificação constitucional do Estado”⁴⁵.

Como consequência, o respeito à dignidade da pessoa humana requer um aparato de posições jurídicas subjetivas e objetivas a fim assegurar a proteção contra quaisquer violações da condição existencial humana. E mais, visa o pleno desenvolvimento individual, social e ecológico de cada ser humano. A partir dessa noção, Sarlet e Fensterseifer desenvolvem a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana⁴⁶.

Segundo os autores, tal dimensão ecológica pressupõe não apenas aspectos puramente físicos ou biológicos, pois contempla a qualidade de vida como um todo⁴⁷. A dimensão ecológica alarga o conteúdo da dignidade da pessoa humana no sentido de observar “um padrão de qualidade, equilíbrio e segurança ambiental”. Portanto, concluem Sarlet e Fensterseifer que,

⁴¹ Capítulo VI, artigo 225 e incisos da CRFB/88. Leonardo Papp afirma que embora seja um capítulo de um único artigo, a Constituição de 1988 transformou significativamente o *status* jurídico do meio ambiente, p. 48. PAPP, L. **Direito Ambiental**. In: Seminário Luso-Brasileiro de Direito Constitucional. Brasília, 2016, p. 46-53.

⁴² O autor afirma ainda que não só na Constituição brasileira, mas “o ambientalismo passou a ser tema de elevada importância nas Constituições mais recentes”. DA SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 43.

⁴³ Dentre elas o Título VII: Da Ordem Econômica e Financeira. Temática que será explorada no capítulo 2 da presente dissertação.

⁴⁴ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 60. No mesmo sentido, assevera Alexandrino que o princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais são o cerne do constitucionalismo moderno. ALEXANDRINO, J. M. **Direitos Fundamentais: introdução geral**. Editora Principia, Cascais, 2011, p. 64.

⁴⁶ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 62

⁴⁷ Com entendimento semelhante, Fiorillo argumenta que o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, necessário à sadia qualidade de vida, só é possível mediante a combinação do princípio da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III da CRF-88) com os direitos sociais do artigo 6º da CRFB/88 (educação, saúde, moradia, dentre outros) estes fixadores, segundo o autor, do piso vital mínimo. Aponta o critério de dignidade da pessoa humana, dentro de uma visão adaptada ao direito ambiental, preenchendo seu conteúdo com a aplicação dos preceitos básicos descritos no artigo 6º da Constituição. FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2019, p. 61.

atualmente, pode-se dizer que os valores ecológicos tomaram assento definitivo no conteúdo do princípio da dignidade humana⁴⁸.

O artigo 225 CRFB/88 dispõe que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”⁴⁹. Para Sarlet, o artigo 225 da Constituição preceitua um direito fundamental, isto é, um direito resultante de valores socialmente admitidos, produto de reivindicações legítimas e indispensável à dignidade da pessoa humana⁵⁰.

Celso Antônio Pacheco Fiorillo faz uma análise que nos permite melhor compreender o conteúdo normativo do artigo 225 da CRFB/88 (fragmentando-o em quatro partes), razão pela qual utilizaremos os ensinamentos desse autor como teoria de base. A primeira parte do artigo aponta, como direito de todos, a existência de um direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado⁵¹.

A concepção de “todos”, estaria exteriorizada com base no que se estabelece o artigo 5º da CRFB/88, de modo que brasileiros e estrangeiros residentes no País poderiam absorver a titularidade desse direito material. Para o autor, ao fixar fundamentos visando a construir um Estado Democrático de Direito, pretendeu a Constituição destinar às pessoas humanas abarcadas por sua soberania o exercício pleno e absoluto do direito ambiental brasileiro⁵².

Há ainda outra corrente doutrinária segundo a qual além dos brasileiros e estrangeiros residentes no País, toda e qualquer pessoa humana teria a possibilidade de estar adaptada à tutela desses valores ambientais. Dessa forma, fazendo-se menção à pessoa humana (artigo 1º, III da CRFB/88), teríamos uma visão mais ampla do que a contida no artigo 5º da Lei Maior⁵³.

Com base nessa interpretação, não importaria perquirir se o destinatário da norma constitucional seria brasileiros ou estrangeiros residentes no País, toda e qualquer pessoa humana teria a possibilidade de estar acomodada na tutela desses valores ambientais⁵⁴. Desse modo, o vínculo existente entre os direitos fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa

⁴⁸ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 63.

⁴⁹ Artigo 225, *caput*, da CRFB/88.

⁵⁰ SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

⁵¹ FIORILLO, op. cit., 2019, p. 58.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ A despeito de apresenta-la sem sua obra, Fiorillo discorda expressamente dessa corrente doutrinária por ela desconsiderar, segundo ele, o elemento soberania. *Ibidem*, p. 58.

humana vedaria a concepção de um catálogo de direitos voltados à proteção de tão somente um grupo de sujeitos ou que afastasse algumas pessoas da sua esfera de abrangência⁵⁵.

Em que pese as críticas a esta última corrente, por ela desprezar o elemento soberania, a tese jurídica que se pretende sustentar no nosso estudo nos permite filiar-mos a ela. Até porque a própria CRFB/88 traz como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana, consoante já exposto⁵⁶, e muito embora a soberania também figure no rol desses fundamentos⁵⁷, a dignidade da pessoa humana, conforme sustentado, constitui a gênese do Estado Democrático de Direito brasileiro e a condição humana é elemento que precede à análise do “vínculo-político que liga um indivíduo a um certo e determinado Estado”⁵⁸, sobretudo em matéria de meio ambiente, onde, pela própria natureza do bem ambiental, não se é possível justificar restrições a qualquer sujeito.

Ademais, no tocante aos destinatários dos direitos e garantias fundamentais, não apenas a doutrina, mas o próprio STF já afastou a interpretação literal do artigo 5º da CRFB/88 ao assegurar alguns direitos e garantias fundamentais a estrangeiros não residentes no país, valendo-se do princípio da dignidade da pessoa humana e priorizando uma interpretação sistemática do texto constitucional⁵⁹.

Voltemos aos ensinamentos de Fiorillo para compreender a segunda parte do artigo 225, relacionada à qualificação do bem ambiental. Ao colocar que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Constituição assinala a existência de um direito ligado

⁵⁵ SANTOS, G. F. **Direito de propriedade e direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado: colisão de direitos fundamentais**. Revista de Informação Legislativa, Brasília: Senado Federal, a. 37, n. 147, 2000.

⁵⁶ Artigo 1º, III, CRFB/88.

⁵⁷ Artigo 1º, I, CRFB/88.

⁵⁸ Conceito jurídico de nacionalidade trazido por Dalmo de Abreu Dallari. DALLARI, D. de A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1998. Jorge Miranda, analisando o conceito de pessoa na Constituição portuguesa, em paralelo com o art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim nos informa: “a) a dignidade da pessoa humana reporta-se a todas e cada uma das pessoas e é a dignidade da pessoa individual e concreta; b) cada pessoa vive em relação comunitária, mas a dignidade que possui é dela mesma, e não da situação em si; c) o primado da pessoa é do *ser*, não do *ter*; a liberdade prevalece sobre a propriedade; d) a proteção da dignidade das pessoas está para além da cidadania portuguesa e postula uma visão universalista da atribuição dos direitos; e) a dignidade da pessoa pressupõe a autonomia vital da pessoa, a sua autodeterminação relativamente ao Estado, às demais entidades públicas e às outras pessoas”. MIRANDA, J. **Manual de direito constitucional**. Coimbra: Coimbra, 1988, p. 169.

⁵⁹ A título meramente ilustrativo, cita-se o julgado STF, Ext953/RFA, Relator Min. Celso de Mello, julgamento em 28.9.2005 no qual a Corte reconheceu a garantia de direitos fundamentais de estrangeiro não residente no país durante o curso do processo de extradição. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2261043>. Acesso em 12 de janeiro 2020. Em matéria de *habeas corpus*, no julgado STF, HC 94.016, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 16.9.2008, a Corte reconheceu que a condição jurídica de estrangeiro não residente no país não o desqualifica como sujeito de direitos, tampouco subtrai do indivíduo “o direito de ver respeitadas, pelo poder público, as prerrogativas de ordem jurídica e as garantias de índole constitucional que o ordenamento positivo brasileiro confere e assegura a qualquer pessoa que sofra persecução penal instaurada pelo Estado”. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo502.htm>. Acesso em 4 de janeiro de 2020.

à hipótese de um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, desvinculando o bem ambiental de certos “direitos inerentes ao clássico direito material de propriedade”, dando guarita a um bem que é insuscetível de apropriação, quer por pessoas físicas, quer por pessoas jurídicas, pois não se confunde com bens públicos, tampouco com os privados. Trata-se de um peculiar terceiro gênero de bem trazido pela “Constituição ambientalista”⁶⁰.

No mesmo sentido, Ricardo Luiz Lorenzetti destaca que a tradicional classificação da legislação entre bens jurídicos de domínio público ou bens de domínio privado demonstrou-se ser insuficiente diante da emergência de uma categoria de bens que não pertencem exclusivamente nem ao Estado, nem aos particulares, por isso insuscetíveis de individualização em partes que aceitem atribuir sobre eles a titularidade própria de um direito dominial⁶¹.

A terceira análise do artigo 225 está concentrada na estrutura finalística do direito ambiental, sendo o meio ambiente um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. A expressão “essencial à sadia qualidade de vida” reporta-se aos destinatários da norma constitucional, que somos todos nós. Portanto, o comando constitucional tem como propósito a tutela do ser humano e, de forma mediata, outros valores que também venham a ser estabelecidos na Constituição Federal⁶², o intuito é contemplar a qualidade de vida como um todo e isso inclui o ambiente em que a vida humana, mas também a não humana se desenvolve⁶³.

O quarto ponto a ser analisado por Fiorillo é aquele que nos proporciona a compreensão do que seja um bem ambiental, isto é, um bem resguardado não só no interesse dos que estão vivos, mas também no das futuras gerações. Também nesse ponto há um ineditismo da CRFB/88 em se reportar a direito futuro, uma vez que a responsabilidade de tutela dos valores ambientais não diz respeito somente à nossa existência, mas também ao resguardo das futuras gerações⁶⁴. E mais, “a função de se preservar o meio ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações é ônus para antecipação de previsibilidade de danos e extrema

⁶⁰ FIORILLO, op. cit., p. 60. Ressalte-se que a expressão “Constituição ambientalista” foi cunhada por José Afonso da Silva - SILVA, J. A. da S. Direito Ambiental Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2000.

⁶¹ LORENZETTI, op. cit., 2010.

⁶² FIORILLO, op. cit., 2019, p. 60.

⁶³ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 63.

⁶⁴ FIORILLO, op. cit., 2019, p. 61.

atividade protetiva”⁶⁵. Desse modo, ao bem ambiental está atrelada a ideia de solidariedade ou equidade intergeracional⁶⁶.

Assim, sintetiza Fiorillo, o artigo 225 estabelece quatro concepções fundamentais no âmbito do direito ambiental: a) de que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; b) de que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado diz respeito a um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, criando no ordenamento jurídico brasileiro o bem ambiental; c) de que a Carta Maior determina tanto ao poder público como à coletividade o dever de defender o bem ambiental, assim como o dever de preservá-lo; d) de que a defesa e a preservação do bem ambiental estão vinculadas não só às presentes, como também às futuras gerações⁶⁷.

Feita a devida análise do conteúdo normativo do *caput* do artigo 225 da CRFB/88, insta tratarmos da natureza jurídica do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para tanto, indispensável é ter em conta o nascimento dos direitos fundamentais de terceira geração como motivador da imprescindibilidade de abordar de forma peculiar direitos, bens e interesses transindividuais, que não são de propriedade pública, tampouco privada⁶⁸ e, por consequência, também a natureza do bem ambiental enquanto “um bem que não possui características de bem público e, muito menos, privado, voltado à realidade do século XXI⁶⁹”, para se chegar à conclusão de que o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito difuso.

Sopesando que, segundo o texto da CRFB/88, a titularidade do meio ambiente pertence ao povo, sendo inviável identificar cada um dos sujeitos que o constitui, resta evidente que o bem ambiental é um bem jurídico difuso⁷⁰ e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, tutelado pela ordem constitucional brasileira, também como um direito difuso, uma

⁶⁵ COSTA, B. S.; GABRICH, L. M. S. **A área rural consolidada e a anistia aos danos ambientais no Código Florestal brasileiro: retrocesso legitimado pelo STF**. Revista Direito em Debate, 27(50), 2018, p. 102-114. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/8145>. Acesso em 10 de janeiro 2020.

⁶⁶ De acordo com Alexandre Kiss, esse conceito de equidade intergeracional emergiu no início dos anos 80, como resultado das apreensões provocadas pelos acontecimentos marcantes da segunda metade do século XX. KISS, A. **Os Direitos e Interesses das Gerações Futuras e o Princípio da Precaução**. In: VARELLA, M. D. V.; PLATIAU, A. F. B. Princípio da Precaução. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

⁶⁷ FIORILLO, op. cit., 2019, p. 62. Essa visão do autor foi corroborada pelo STF na ADI 4.066-DF. Tribunal Pleno, Rel. Min. Rosa Weber. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur381361/false>. Acesso em 5 de fevereiro 2020.

⁶⁸ RODRIGUES, M. A. **Elementos de direito ambiental: parte geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

⁶⁹ FIORILLO, op. cit., 2019, p. 57.

⁷⁰ RODRIGUES, op. cit., 2005.

novel visão ligada a “direitos que muitas vezes transcendem a tradicional ideia dos direitos ortodoxos”⁷¹.

No ordenamento jurídico brasileiro, o conceito de direito ou interesse difuso, aproveitado para fins constitucionais, é o trazido pelo inciso I da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor⁷². Sendo os direitos difusos definidos como direitos “transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato”. Destarte, aduz-se que são características dos direitos e interesses difusos a impossibilidade de identificar seus titulares (estes vinculados entre si por situações factuais concretas) e a indivisibilidade de seu objeto⁷³.

Fiorillo trabalha todos os pontos desse conceito e resumindo os ensinamentos do autor podemos dizer que a transindividualidade ultrapassa a esfera de direitos e obrigações de cunho individual, isto é, aquelas que transcendem o indivíduo. Citando Rodolfo de Camargo Mancuso, são os “interesses que perpassam a esfera de atuação dos indivíduos isoladamente considerados, para surpreendê-los em sua dimensão coletiva”⁷⁴.

A segunda característica do direito difuso seria a indivisibilidade, não há como cindi-lo. “Trata-se de um objeto que, ao mesmo tempo, a todos pertence, mas ninguém em específico o possui. Para fins didáticos, o autor dá o exemplo do ar atmosférico”⁷⁵. Já a terceira característica versa sobre a impossibilidade de definir seus titulares, não há possibilidade de indicar todos os sujeitos prejudicados e suscetíveis à nocividade da poluição atmosférica. Contudo, os titulares, ainda que indeterminados, estão interligados por uma circunstância fática (poluição atmosférica), está sendo a quarta e última característica dos direitos difusos⁷⁶.

Colocado o teor normativo e a natureza jurídica do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, é relevante clarificar que, muito embora não esteja no rol exemplificativo dos direitos e garantias fundamentais colocados no artigo 5º da CRFB/88, é consenso na doutrina e na jurisprudência, “com base em uma compreensão material”⁷⁷, que o

⁷¹ FIORILLO, op. cit., 2019, p. 57.

⁷² BRASIL. **Lei n. 8.078 de 11 de setembro de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/lei/s18078.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

⁷³ YOSHIDA, C. Y. M. **Tutela dos interesses difusos e coletivos**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2006.

⁷⁴ FIORILLO, op. cit., 2019, p. 52 e 53.

⁷⁵ *Ibidem*.

⁷⁶ FIORILLO, op. cit., p. 53 e 54. Essa concepção de direito difuso está em conformidade com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal na ADI 3.540-1-DF, Rel. Celso de Mello, julgado em 01.9.2015. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur94859/false>. Acesso em 17 de janeiro 2020.

⁷⁷ SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Pirenópolis, 2005. No tocante à distinção entre direitos fundamentais formalmente constitucionais e materialmente constitucionais, ver CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional**. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental⁷⁸, a ser perseguido pelo Estado e pela sociedade em geral⁷⁹.

A elevação de um direito ao escalão de direito fundamental acarreta uma série de consequências no ordenamento jurídico-normativo. Nomeadamente no caso do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a CRFB/88 elenca alguns deveres fundamentais impostos ao poder público e à coletividade com o intuito de dar efetividade a esse direito, temática sobre a qual trataremos no tópico 1.3 deste estudo, logo após a exposição da importância da floresta amazônica para o equilíbrio ecológico do meio ambiente e discussão sobre as principais causas de destruição desse importante bioma⁸⁰.

1.2 A importância da floresta amazônica para garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado

Após a abordagem do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, consagrado na CRFB/88 como um direito fundamental, e tendo em vista que nossa análise envolve a relação direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e exploração da floresta amazônica, a progressão do estudo demanda traçar considerações acerca da importância da floresta amazônica para o equilíbrio ecológico do meio ambiente.

Insta ressaltar, preliminarmente, que neste tópico tivemos que criar uma conjuntura de interface científica no trabalho, pois elementos necessários à defesa jurídica da tese pretendida no estudo - relativamente ao conteúdo da matéria que agora será tratada (por ela transcender à mera questão jurídica) - exigem o diálogo com as Ciências da Natureza⁸¹, razão pela qual a literatura deste campo da ciência prepondera, aqui, como referencial teórico.

As florestas tropicais, dentre muitas outras funções, realizam grande parte da fotossíntese terrestre, é o bioma que abriga a maior biodiversidade do planeta e são sumidouros

⁷⁸ Ao reconhecer o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental, consignou o STF: “o direito a integridade do meio ambiente – típico direito de terceira geração – constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas, num sentido verdadeiramente mais abrangente, a própria coletividade social.” - BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **MS n. 22164/SP**, Rel. Min. Celso de Mello. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur23459/false>. Acesso em 13 de fevereiro 2020.

⁷⁹ SIRVINSKAS, op. cit., 2018, p. 163.

⁸⁰ Bioma corresponde a uma formação vegetal, porém inclui não só as plantas, mas também os demais organismos. - MAAREL, E. V. D. **Vegetation ecology - an overview**. In Vegetation ecology. Blackwell, Oxford, 2005, p.1-51. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240634299_Vegetation_ecology_-_an_overview. Acesso em 17 de setembro de 2019.

⁸¹ O conceito de Ciências da Natureza refere-se às diversas ciências que descrevem os processos, fenômenos e os elementos da natureza. WASSERMAN, J. C.; ALVES, A. R. **O holismo aplicado ao conhecimento ambiental**. Engevista, 6(3), 2004, p. 113-120.

de dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera, um dos gases de efeito estufa responsável pelo aquecimento global. Em se tratando da floresta amazônica, todas essas funções são potencializadas, pois enquanto maior floresta tropical do mundo, ela presta inúmeros serviços ambientais a todo o planeta. Ao todo possui 6 milhões de quilômetros quadrados de área, sendo que 60% dela está situada em terras brasileiras⁸².

A CRFB/88 reconheceu o valor e a necessidade de conservação da floresta amazônica ao defini-la como patrimônio nacional⁸³, condicionando sua utilização a condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais⁸⁴. Logo, o mandamento constitucional permite a fixação de limitações legais para tornar efetiva a preservação ambiental da floresta. Nessa perspectiva, entendeu o Supremo Tribunal Federal que o *status* de patrimônio nacional torna “indisputável que a utilização não é permitida livremente, mas à base do restritivo critério da preservação”⁸⁵.

Em um relatório intitulado “o futuro climático da Amazônia”, Antônio Donato Nobre destaca os cinco “segredos” descobertos pela ciência sobre a influência da floresta amazônica na regulação do clima. O primeiro deles consiste na reciclagem de umidade, capaz de conservar a floresta úmida; o segundo segredo seria o fato da nucleação das nuvens limpar a atmosfera, favorecendo assim a qualidade do ar; o terceiro consiste no rebaixamento da pressão atmosférica provocado pela transpiração abundante das árvores, o que absorve o ar úmido do oceano para o interior do continente, garantindo assim o ciclo da chuva; o quarto segredo é a exportação de “rios aéreos” de vapor para outras localidades do continente⁸⁶; o quinto e último segredo seria a função estabilizadora e dissipadora da energia dos ventos que as árvores possuem, o que atrapalha a formação de eventos climáticos extremos⁸⁷.

⁸² BARLOW, J. *et al.* **Using learning networks to understand complex systems: a case study of biological, geophysical and social research in the Amazon**. Biological Reviews, v. 86, 2011; ROSA, I. M. *et al.* **Predictive modelling of contagious deforestation in the Brazilian Amazon**. PloS one, v. 8, n. 10, 2013.

⁸³ A expressão Patrimônio Nacional, do inglês National Estate, refere-se aos elementos culturais e de meio ambiente natural de grande valor, que precisam ser preservados para o bem da comunidade. Glossary of Environment Statistics, Studies in Methods, Series F, n. 67, United Nations, New York, 1997.

⁸⁴ Artigo 225, § 4º da CRFB/88.

⁸⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal - Revista trimestral de jurisprudência – **RTJ 158/205**, p. 74 Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoRTJ/anexo/158_1.pdf

⁸⁶ Comparando as assinaturas químicas entre o fluxo de entrada de vapor oceânico no grande anfiteatro Amazônico, com as correspondentes assinaturas da água de escoamento que retorna ao oceano pelo rio Amazonas, perceberam que parte significativa da água que entrava como vapor no canal aéreo não retornava pelo canal terrestre. Daí concluíram que a Amazônia devia estar exportando esse vapor para outras regiões do continente e irrigando outras bacias hidrográficas que não a do Amazonas. Sugeriu-se assim que chuvas na América do Sul, fora da Amazônia, poderiam ser alimentadas pelo transporte continental de vapor, os chamados “rios aéreos” de vapor – SALATI *et al*, *apud* NOBRE, A. D. **O futuro climático da Amazônia**. São José dos Campos, SP: Articulação Regional Amazônica. 2014. Disponível em: <http://www.ccst.inpe.br/wp-content/uploads/2014/11/Futuro-Climatico-da-Amazonia.pdf>. Acesso em 3 de agosto 2019.

⁸⁷ NOBRE, op. cit., 2014.

Ainda segundo Nobre, modelos climáticos simulados virtualmente por cientistas chegam à conclusão de que a derrubada da mata e sua transformação em pasto, provoca um aumento na temperatura média da superfície (cerca de 2,5° C) e uma diminuição da evapotranspiração⁸⁸ anual de 30%, da precipitação pluvial de 25% e do escoamento superficial de 20%⁸⁹.

De acordo com Filipe Duarte Santos, a situação na Amazônia vem se agravando e a previsão é de que nos próximos 20 anos, cerca de 40% da floresta estará destruída e 20% dela degradada.⁹⁰ O desmatamento é preocupante e pode desencadear um limiar na redução da cobertura florestal, levando a uma perda de floresta. Para a Amazônia, esse desmatamento limiar foi estimado em 40%.⁹¹

Em harmonia com o relatório de Nobre, Filipe Duarte Santos aponta três razões que justificam as preocupações com o ritmo atual de destruição das florestas tropicais úmidas. A primeira delas deriva do fato de que a deflorestação provoca a erosão e o transporte fluvial de sedimentos, agride os solos e atrapalha os ciclos da água e do carbono. Segundo o autor, na região da Amazônia, por exemplo, cerca de metade da água precipitada vota à atmosfera pela evapotranspiração. Desse modo, a redução da cobertura florestal diminui fortemente esta circulação, o que afeta a precipitação local, podendo impactar o clima à escala global⁹².

A segunda razão reside no fato de as florestas serem um dos principais armazenadores de carbono atmosférico. O abate das árvores “perturba o ciclo do carbono ao aumentar as emissões de CO₂ para atmosfera por via da decomposição da matéria vegetal e dos fogos florestais”. Portanto, conclui o autor que “ao abater as florestas, contribuímos para o agravamento do problema do aquecimento global antropogênico. Ao florestar e reflorestar, estamos a contribuir para o resolver”⁹³.

⁸⁸ Denomina-se evapotranspiração, no caso de solos com vegetação, a ocorrência simultânea da evaporação do solo e transpiração das plantas. GONDIM, R. S. **Diffusão da captação de água de chuvas no financiamento rural**. Ambiente de Políticas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste, Fortaleza, 2001. Disponível em: http://www.abcmac.org.br/files/simposio/3simp_rubenssol_difusaodecaptacaodeaguadechuva.pdf. Acesso em 27 de novembro de 2019.

⁸⁹ NOBRE, op. cit., 2014.

⁹⁰ SANTOS, F. D. **Alterações Globais: os Desafios e os Riscos Presentes e Futuros**. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

⁹¹ IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change, Contributions of Working Group I to the IPCC Fifth Assessment Report, Cambridge University Press, 2015.

⁹² SANTOS, op. cit., 2012, p. 100. No mesmo sentido, Arraut e colaboradores sustentam que os serviços ambientais da floresta amazônica incluem a reciclagem de água, convertendo-a em vapor atmosférico com especial importância para a precipitação não apenas na Amazônia, mas também em outras áreas do Brasil, como a região sudeste do país - ARRAUT, J. M. *et al.* **Aerial rivers and lakes: Looking at large-scale moisture transport and its relation to Amazonia and to subtropical rainfall in South America**. Journal of Climate 25(2), 2012, p. 543-556.

⁹³ SANTOS, op. cit., 2012, p. 100 e 101.

O *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC)⁹⁴ revela que a segunda maior fonte de emissões antropogênicas de CO₂ para a atmosfera é causada por mudanças no uso da terra, em especial o desmatamento⁹⁵, que provoca globalmente uma redução líquida no armazenamento de carbono da terra, perdendo apenas para a queima de combustíveis fósseis. Estima-se que o estoque de CO₂ das florestas é de aproximadamente 1 bilhão de toneladas, empregando a média de duzentas toneladas de CO₂ por hectare de floresta⁹⁶.

A terceira razão apontada por Filipe Duarte dos Santos é a preocupação com a preservação da biodiversidade, pois as florestas tropicais úmidas “constituem o bioma terrestre com maior biodiversidade”. Embora cubram “apenas cerca de 6% da superfície terrestre, estima-se que constituam o habitat de mais de 50% e possivelmente até 90% das espécies da fauna e flora do nosso planeta”⁹⁷.

Quando falamos da floresta amazônica, a perda da biodiversidade provoca temor particularmente maior, pois nela, apesar da grande área de floresta remanescente, o desmatamento tem um impacto ainda mais significativo na biodiversidade, porque a distribuição das espécies não é uniforme. A disposição de muitas espécies é restrita a partes da região onde a floresta foi reduzida a pequenos fragmentos⁹⁸. Já é comum constatar o desaparecimento de espécies endêmicas em áreas fortemente desmatadas no leste e sul da Amazônia⁹⁹.

Colocados alguns dos serviços ambientais ofertados pela floresta amazônica, todos eles necessários ao equilíbrio ecológico de meio ambiente, fato é que ao longo dos anos, as constantes ações antropogênicas vêm provocando a degradação dessa floresta e prejuízo aos serviços ambientais por ela prestados, pois “qualquer dano ao meio ambiente agride o equilíbrio ecológico”¹⁰⁰ na medida em que “os ciclos naturais sofrem alterações e perturbações substanciais”¹⁰¹.

⁹⁴ IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change, Contributions of Working Group I to the IPCC Fifth Assessment Report, Cambridge University Press, 2015.

⁹⁵ Devido à rápida perda da floresta, o Brasil tem sido considerado um dos maiores contribuintes para as emissões de carbono da biomassa perdida. KINTISCH, E. **Carbon emissions: Improved monitoring of rainforests helps pierce haze of deforestation**. Science 316, 2007, p. 536-537.

⁹⁶ LEMOS, A. L.; VITAL, M. H.; PINTO, M. A. **As florestas e o painel de mudanças climáticas da ONU**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 32, 2010, p. 153-192. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2023>>. Acesso em 12 de agosto de 2019.

⁹⁷ SANTOS, op. cit., 2012, p. 101.

⁹⁸ HUBBELL, S.P. *et al.* **How many tree species are there in the Amazon and how many of them will go extinct?** Proceedings of the National Academy of Science of the USA 105, 2008.

⁹⁹ MOURA, N.G. *et al.* **Two hundred years of local avian extinctions in Eastern Amazonia**. Conservation Biology 28, 2014, p. 1271-1281.

¹⁰⁰ RODRIGUES, M. A. **Direito Ambiental esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2019, p. 77.

¹⁰¹ MAMED, D. **Crise ambiental e a proposta do desenvolvimento sustentável: limitações e influências nas políticas públicas ambientais brasileiras**. Direito Sem Fronteiras, 1(1), 2017, p.77. Disponível em:

Ressalte-se que garantir o direito “ao equilíbrio ecológico não significa a inalterabilidade das condições naturais”¹⁰², mas no caso da floresta amazônica, a preocupação é com o ritmo acelerado de destruição, capaz de alcançar o ponto do não retorno¹⁰³ e acarretar a perda total da floresta. O tópico a seguir se destina a identificar os fatores determinantes para compreender o curso de destruição da Amazônia.

1.3 Da destruição à conservação da floresta amazônica: aspectos políticos e econômicos

A principal causa de destruição da floresta amazônica é o desmatamento, este entendido como a conversão da floresta em não floresta. Tal conversão pode se dar por uma variedade de fatores, em diferentes locais e períodos históricos¹⁰⁴.

A história de ocupação da região amazônica demonstra que a política defendida e estimulada era a do incentivo ao desmatamento. Assim, “políticas públicas mal conduzidas”, fomentavam a privatização das florestas públicas dando aos particulares títulos de posse para que pudessem promover o desflorestamento para construção de estradas, plantação de lavouras

<http://saber.unioeste.br/index.php/direitosemfronteiras/article/view/17261>. Acesso em 15 de janeiro de 2020. Para melhor compreender esse conceito de desequilíbrio ecológico trazido pela autora, segundo o qual, “do ponto de vista da ecologia, o desequilíbrio é focado para situações nas quais os ciclos naturais sofrem alterações substanciais” é importante é associá-lo ao conceito biológico de equilíbrio ecológico como sendo a organização dos organismos dispostos num ecossistema, dentro de uma natureza entrópica (desorganizada), que permite as inter-relações de predação e defesa, bem como, o consumo de elementos da natureza, para obtenção de energia, favorecendo a estabilidade dos ambientes e a relação dos seres bióticos e componentes abióticos - DAJOZ, R. **Princípios de ecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005; e HOSHINO, K. E. In: YAMAMOTO, M. E.; VOLPATO G. L. (Org.). **Comportamento animal**. Natal: EDUFRRN, 2011, p. 237-260. É o exame coligado dos dois conceitos somado ao conhecimento dos serviços ambientais oferecidos pela floresta amazônica (regulação do ciclo da água, armazenamento de dióxido de carbono – o que favorece a regulação do clima -, riqueza de biodiversidade, dentre outros) que nos permite depreender que a destruição da floresta compromete o equilíbrio ecológico do meio ambiente local, regional e global.

¹⁰² SIRVINSKAS, op. cit., 2018, p. 162.

¹⁰³ Ponto alcançado com a destruição significativa da floresta, podendo transformá-la em uma savana degradada. Consoante já colocado, para a Amazônia, o ponto do não retorno foi estimado pelo Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC em 40%. IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change, Contributions of Working Group I to the IPCC Fifth Assessment Report, Cambridge University Press, 2015.

¹⁰⁴ FEARNSIDE, P.M. **The rate and extent of deforestation in Brazilian Amazonia**. Environmental Conservation 17(3), 1990, p. 213-226. Há grande literatura sobre as causas do desmatamento e degradação florestal na Amazônia brasileira. Dentre muitos outros, ASNER, G.P.; *et al.* **Selective logging in the Brazilian Amazon**. Science 310, 2005, p. 480-482; BINSWANGER, H. P. **Brazilian policies that encourage deforestation in the Amazon**. World Development 19, 1991, p. 821-829; CHOMITZ, K.M.I.; *et al.* **At Looferheads? Agricultural Expansion, Poverty Reduction, and Environment in the Tropical Forests**. Washington, DC: World Bank, 2006, p. 308; KIRBY, K. R.; *et al.* **The future of deforestation in the Brazilian Amazon**. Futures of Bioregions 38, 2006, p. 432-453; MARGULIS, S. **Causes of deforestation of the Brazilian Amazon**. Working Paper 22. Washington, DC: World Bank, 2003, p. 107; FEARNSIDE, P. **Deforestation control in Mato Grosso: A new model for slowing the loss of Brazil's Amazon forest**. AMBIO: A Journal of the Human Environment 32, 2003, p. 343-345; FEARNSIDE, P. **Deforestation in Brazilian Amazonia: History, rates and consequences**. Conservation Biology 19, 2005, p. 680-688; FEARNSIDE, P. **Desmatamento na Amazônia: Dinâmica, impactos e controle**. Acta Amazonica 36, 2006, p. 395-400.

e criação de gado¹⁰⁵. Nas décadas de 1970 e 1980, por exemplo, os estímulos fiscais fornecidos pelo governo brasileiro acabaram por ser um fator importante para fomentar o desmatamento na região¹⁰⁶.

Fato é que as taxas de desmatamento na Amazônia brasileira variaram bastante ao longo das décadas desde que a construção da Rodovia Transamazônica (BR-230) começou, em 1970, iniciando a era moderna do desmatamento. Entre 1978 e 1988, a derrubada das árvores atingiu em média a área de 21.050 km² / ano¹⁰⁷. O curioso é que essas taxas de desmatamento sofreram grandes oscilações, houve momentos de ápices e outros de declínio. Na busca de compreender essas variações e de que forma elas são relevantes para nosso estudo, o curso da investigação nos levou a identificar como responsáveis causas de natureza política e econômica, estando elas, por vezes, imbricadas.

Diante dos números assustadores de destruição da floresta amazônica, crescimento da consciência ambiental coletiva e pressão de movimentos ambientalistas nacionais e internacionais, o governo brasileiro inicia nas décadas de 1980 e 1990 uma política com o intuito de frear o desmatamento na região, com foco no manejo sustentável das florestas¹⁰⁸. As iniciativas se deram com a elaboração de importantes e inovadores instrumentos legislativos e culminaram na criação de planos de ação, maior controle dos órgãos ambientais e uso de novas tecnologias.¹⁰⁹

Segundo dados do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia Digital - PRODES, obtidos na plataforma digital do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (2019), no ano de 2004 houve um pico de desmatamento, com o registro de 27.772 km² de área desmatada¹¹⁰. Todavia, as taxas caíram 84% e atingiram 4.571 Km², em 2012.

O governo brasileiro alegou que o declínio nas taxas foi resultado de ações governamentais, principalmente o aumento de inspeções e multas para quem desmata

¹⁰⁵ ANGELO, H.; SÁ, S. P. **O desflorestamento na Amazônia brasileira**. Ciência Florestal 17(3), 2007, p. 224. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaflorestal/article/view/1953>. Acesso em 19 de setembro 2019.

¹⁰⁶ BINSWANGER, H.P. **Brazilian policies that encourage deforestation in the Amazon**. World Development 19(7), 1991, p. 821-829.

¹⁰⁷ FEARNSTIDE, op. cit., 1990, p. 213-226.

¹⁰⁸ Com a prática do manejo florestal, busca-se conciliar interesse econômico com os objetivos ecológicos.

¹⁰⁹ REMOR, A. R. **A Concessão Florestal como Política Pública para o Desenvolvimento Sustentável do Setor Florestal na Amazônia**. Dissertação (Mestrado em Economia) — Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

¹¹⁰ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) - Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia Digital (PRODES). Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5294. Acesso em 19 de setembro de 2019.

ilegalmente¹¹¹. Ao longo dos anos 2000, o governo federal brasileiro procurou inibir o desmatamento e promover a conservação das florestas, atuando em três frentes: expansão de áreas protegidas, fortaleceu o monitoramento e aplicação da lei e adotou uma política de crédito rural condicionada à inexistência de condutas desabonadoras na esfera ambiental. A soma de tais medidas levou à intensa reformulação das políticas de conservação ao longo da década, dois anos se destacando como “*as important policy turning points: 2004 e 2008*”¹¹².

Entretanto, associadas às questões políticas e muitas vezes justificadoras destas, temos as causas de natureza econômica como responsáveis pelas oscilações nas taxas de desmatamento da floresta amazônica, pois os principais ciclos da economia brasileira refletiram na diminuição ou aumentos dessas taxas.

Durante o período de maior queda no desmatamento (2004 a 2012), a porcentagem mais expressiva de declínio (70%) ocorreu no ano de 2007 e a desaceleração nesse período é quase inteiramente explicada pela queda dos preços de *commodities* de exportação, como a soja e a carne bovina¹¹³. O aumento nos preços incentiva os produtores a converter áreas florestais em terras agrícolas para lucrar com a produção expandida, já as reduções de preço inibe esse comportamento e, assim, aliviam a pressão sobre a floresta¹¹⁴. A abertura nos mercados internacionais para a carne bovina brasileira, com a consequente expansão das exportações, colaboraram para o crescimento das taxas de desmatamento a partir de 2012¹¹⁵.

Börner e Wunder apontam a expansão das pastagens como sendo a principal causa da perda da cobertura florestal na Amazônia¹¹⁶. Essa também é uma maneira bastante difundida para garantia da posse, obtenção e defesa do título legal da terra¹¹⁷. A relação direta entre desmatamento *versus* o setor agropecuário pode ser verificada ao analisarmos que dentro dos estados brasileiros que compõem a região de bioma amazônico, Mato Grosso e Pará são os campeões do desmatamento e também os que registram o maior crescimento de atividades agropecuárias. Segundo dados do INPE (2016), no período entre 1988 e 2015 esses dois estados

¹¹¹ FEARNESIDE, P. **Deforestation of the Brazilian Amazon**. In H.S. Hugart (Ed.), Oxford research encyclopedia of environmental science (1st ed.). New York, NY: Oxford University Press, 2017.

¹¹² ASSUNÇÃO, J. *et al.* **Deforestation slowdown in the Brazilian Amazon: Prices or policies? Environment and Development Economics**. Cambridge University Press, 20(6), 2015, p. 697-722.

¹¹³ FEARNESIDE, op. cit., 2017.

¹¹⁴ ASSUNÇÃO *et al.*, op. cit., 2015, p. 697-722.

¹¹⁵ FEARNESIDE, op. cit., 2017.

¹¹⁶ BÖRNER, J.; WUNDER, S. **The scope for reducing emissions from forestry and agriculture in the Brazilian Amazon**. Forests, n. 3, 2012.

¹¹⁷ FEARNESIDE, op. cit., 2017.

desmataram mais de 273 mil km², o que corresponde a 67,9% da taxa de desmatamento registrado no período¹¹⁸.

A pecuária, somada à agricultura comercial (principalmente o cultivo de soja) e de pequena escala, são as principais substitutas da floresta e os mercados de exportação recentemente expandidos estão fomentando essa substituição. Tais práticas, em conjunto com os incêndios florestais, mineração e extração madeireira provocam a deterioração da floresta. Outra ameaça para a região são os planos maciços de barragens, rodovias e outras obras de infraestrutura. Se executados, aumentarão as forças na direção do aumento do desmatamento¹¹⁹.

O modelo de exploração econômica arraigado na região amazônica é baseado na destruição da floresta. Contudo, aproveitar os serviços ambientais por ela ofertados - como evitar o aquecimento global, reciclar a água e manter a biodiversidade - vale muito mais para a sociedade humana que o dinheiro ganho com a destruição da floresta. Entretanto, faltam mecanismos institucionais para transformar esses serviços em fluxo monetário revertido em favor da população local, com efeitos sociais positivos concretos e, apesar das várias questões abertas, dada a sua necessidade, a alternativa merece prioridade e concentração de esforços¹²⁰.

O compromisso do Brasil, assumido com a assinatura do Acordo de Paris durante a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre as alterações climáticas, em 2015, é de alcançar zero desmatamento ilegal até 2030. No entanto, é preciso reduzir até mesmo o desmatamento tido por “legal”, sobretudo na floresta amazônica, a fim de conservar sua biodiversidade, provisão de ecossistemas e serviços e mitigação climática com redução das mudanças na cobertura da terra¹²¹. É possível reduzir o desmatamento sem comprometer o suprimento de alimentos no país, já que o Brasil é o maior exportador mundial de carne bovina e um dos principais exportadores de soja¹²².

Acredita-se que medidas de governança têm força para provocar a redução nas taxas de destruição da floresta, sobretudo se levarmos em consideração que grande parte da terra na Amazônia brasileira pertence ao poder público, seja ele federal, estadual ou municipal. Para se ter uma ideia, de acordo com o último levantamento do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (realizado em 2017), 91,84% das florestas públicas brasileiras estão na região de bioma

¹¹⁸ RODRIGUES, M.; SILVA, D. C. C.; JUNIOR, W. C. A. **Redução do Desmatamento na Amazônia: o papel dos Mecanismos Institucionais**. Revista de Administração e Negócios da Amazônia, v.10, n.1, 2018. Disponível em: <https://200.129.142.19/index.php/rara/article/view/3065>. Acesso em 10 de fevereiro 2020.

¹¹⁹ FEARNESIDE, op. cit., 2017.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ NOBRE, C.A. *et al.* **Land-use and climate change risks in the Amazon and the need of a novel sustainable development paradigm**. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America. National Academy of Sciences, 113(39), p. 10759-10768, 2016.

¹²² FEARNESIDE, op. cit., 2017.

amazônico, somando 286,18 milhões de hectares¹²³, “descontando-se as áreas protegidas (Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Áreas Militares), cerca de 42% da região é composta por florestas públicas sem qualquer destinação”¹²⁴.

Portanto, dado ao elevado percentual de florestas públicas na Amazônia, evidencia-se a importância da condução de boas políticas públicas orientadas à contenção do desmatamento. O que se deve ter em conta, não obstante, é que o controle do desmatamento exige a abordagem de suas múltiplas causas. O fortalecimento da legislação ambiental, a inspeção e repressão por meio de multas e outras medidas de comando e controle é primordial para se evitar uma presunção de impunidade, mas tais controles devem integrar um programa mais amplo que leve em conta, inclusive, as causas subjacentes do desmatamento¹²⁵.

Outro componente importante e com eficácia bastante significativa em qualquer estratégia para conter e prevenir o desmatamento, consiste na criação e defesa de áreas protegidas¹²⁶. No Brasil, as áreas protegidas incluem as terras indígenas, cuja propriedade pertence à União¹²⁷, e unidades de conservação, instituídas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei nº 9.985/2000¹²⁸.

Para Martins “a implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) sinaliza a consolidação da política nacional de gestão territorial de espaços naturais”¹²⁹. Por meio do SNUC, áreas geográficas ambientalmente mais valiosas para o país e até para o mundo, a exemplo da Amazônia, tem a ocupação de seu espaço regulamentada e estruturada, pois criam-se regras para o manejo dessas áreas protegidas.

Dessa forma, a estratégia da criação de unidades de conservação aparece como uma boa alternativa de política para diminuir o desmatamento na região amazônica¹³⁰. Alternativa esta

¹²³ Cadastro Nacional de Florestas Públicas – atualização de 2017. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/cadastro-nacional-de-florestas-publicas/127-informacoes-florestais/cadastro-nacional-de-florestas-publicas-cnfp/1413-cadastro-nacional-de-florestas-publicas-atualizacao-2017>

¹²⁴ AZEVEDO, T. R.; TOCANTINS, M. A. C. **Instrumentos econômicos da nova proposta para a gestão de florestas públicas no Brasil**. Megadiversidade, 2(1-2), 2006, p. 13.

¹²⁵ FEARNSIDE, op. cit., 2017.

¹²⁶ WALKER, R. *et al.* **Protecting the Amazon with protected areas**. Proceedings of the National Academy of Sciences of the U.S.A. 106, 2009, p. 10582-10586. No mesmo sentido PEDLOWSKI, M. A. *et al.* **Conservation units: a new deforestation frontier in the Amazonian state of Rondônia, Brazil**. Environmental Conservation, 32(2), 2005.

¹²⁷ Artigo 20, XI da CRFB/88.

¹²⁸ BRASIL. Lei nº. 9.985/2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em 13 de agosto de 2019.

¹²⁹ MARTINS, A. **Conflitos Ambientais em Unidades de Conservação: dilemas da gestão territorial no Brasil**. Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales da Universidade de Barcelona, vol. XVII, n. 989, 2012.

¹³⁰ RODRIGUES-FILHO, S. *et al.* **O clima em transe: políticas de mitigação e adaptação no Brasil**. Revista Brasileira de Climatologia, v. 19, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/48874/29382>. Acesso em 2 de novembro 2019.

que, nos termos da CRFB/88¹³¹ e da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, é uma incumbência do poder público e, portanto, materializada pela atividade legislativa e administrativa.

Nas palavras de Márcia Ferreira Guerra, “as decisões sobre a conservação da natureza são, por definição, políticas – dizem respeito ao exercício do poder sobre o uso dos recursos naturais com finalidades múltiplas”¹³². Isso pode explicar o fato das medidas legislativas e administrativas surtirem impacto tão significativo no controle do desmatamento na floresta amazônica.

Porém, aspecto preocupante é que a força dessas medidas parece variar com os ciclos eleitorais¹³³, a depender das orientações ideológicas ou políticas. As taxas de desmatamento na Amazônia atingiram os menores valores históricos em 2012 (4.571 km² por ano), mas, desde então, eles voltaram aos níveis observados em 2009¹³⁴. A reversão do declínio em 2012 coincidiu com a promulgação do novo Código Florestal brasileiro¹³⁵ (Lei nº 12.651 / 2012)¹³⁶, diploma legislativo muito criticado por flexibilizar o uso dos recursos naturais não só na Amazônia, mas em outros biomas brasileiros¹³⁷ ao conceder anistias de multas e sanções aos proprietários rurais que desmataram ou causaram danos ambientais.¹³⁸

De agosto de 2018 a julho de 2019, a estimativa de área desmatada na região amazônica foi de 9.762 km². Esse valor representa um aumento de 29,54% em relação a taxa de desmatamento apurada em 2018 que foi de 7.536 km². Coincidentemente, dados do INPE registraram 89.178 focos de incêndio no bioma amazônico no ano de 2019, fato que fez os olhos do mundo se voltarem para o Brasil e para Amazônia.¹³⁹ O aumento no número de desmatamento ilegal possui relação direta com os incêndios florestais, pois o fogo é utilizado para limpar a terra desmatada para fins de plantações ou pastagens.¹⁴⁰

¹³¹ Artigo 225, § 1º, I da CRFB/88.

¹³² GUERRA, M. F. **Conflitos ambientais no Parque Natural Municipal de Grumari**. Revista Rio de Janeiro, nº 16-17, 2005, p. 116. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_16-17/Cap-8-Marcia_Guerra.pdf. Acesso em 15 de novembro 2019.

¹³³ SOARES-FILHO, B.S. *et al.* **Cracking Brazil's forest code**. Science 344, 2014, p. 363-364.

¹³⁴ ABESSA, D. *et al.* **The systematic dismantling of Brazilian environmental laws risks losses on all fronts**. Nature Ecology & Evolution, n. 3, 2019, p. 510-511.

¹³⁵ SOARES-FILHO *et al.* op. cit., 2014, p. 363-364.

¹³⁶ BRASIL. Lei nº 12.651 / 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em 11 de agosto de 2019.

¹³⁷ DE ALMEIDA, O.T.; CASTELO, T.B.; RIVERO, S.L. de M. **Avaliação dos stakeholders em relação às mudanças na legislação ambiental e reforma do Código Florestal Brasileiro**. Desenvolvimento e Meio ambiente v. 27, p. 163-177, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/29654/20678>. Acesso em 4 de novembro de 2019.

¹³⁸ FEARNSIDE, op. cit., 2017.

¹³⁹ INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Monitoramento dos focos ativos por bioma. Disponível em: http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/. Acesso em 25 de setembro de 2019.

¹⁴⁰ DE ANDRADE, R.O. **Alarming surge in Amazon fires prompts global outcry**. Nature. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-019-02537-0>. Acesso em 21 de janeiro de 2019.

O histórico de dados do INPE sobre o desmatamento na região amazônica indica que os esforços do governo na implantação de políticas ambientais conseguiram obter bons resultados a partir de 2005¹⁴¹. No entanto, nos anos seguintes houve um enfraquecimento dessas políticas ocasionado pelo “desinteresse ambiental” do governo brasileiro. Castelo *et al* explica que essa conduta contribuiu para o avanço das taxas de desmatamento na Amazônia e retirada de apoio financeiro internacional¹⁴².

Para alguns, o desmantelamento de leis ambientais teve início com a aprovação do aludido novo Código Florestal, em 2012¹⁴³, revertendo a posição de vanguarda do Brasil nas políticas de conservação ambiental, assumida após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro. A partir de então, os esforços de conservação do meio ambiente no país foi cedendo lugar à flexibilização das leis ambientais e redução na proteção legal de biomas como a floresta amazônica, o que, inevitavelmente, vem se traduzindo em aumento das taxas de desmatamento¹⁴⁴.

Essa flexibilização iniciada com a aprovação do Código Florestal desencadeou o envio de vários projetos de lei para deliberação do Congresso Nacional visando o enfraquecimento das proteções ambientais, especificamente por representantes dos setores de agronegócio e mineração. Ao mesmo tempo, agências ambientais do governo, em todos os níveis, experimentaram uma redução progressiva em sua equipe e recursos econômicos para monitoramento e execução da regulamentação ambiental, resultando no aumento nos níveis de poluição, invasões em áreas protegidas, desmatamento, acidentes ambientais, dentre outros¹⁴⁵.

No entender de Barreto e Silva, as políticas brasileiras de combate ao desmatamento são norteadas por argumentos desenvolvimentistas, defendidos pela “bancada ruralista”¹⁴⁶ do

¹⁴¹ INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Taxas de desmatamento acumuladas por ano na Amazônia Legal. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em 21 de janeiro de 2020.

¹⁴² CASTELO, T. B. *et al.* **Governos e Mudanças nas Políticas de Combate ao Desmatamento na Amazônia**. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, v. 28, 2018, p. 144. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/revibec/revibec_a2018v28/revibec_a2018v28p125.pdf. Acesso em 3 de janeiro 2020.

¹⁴³ Diploma normativo que já teve sua constitucionalidade examinada pelo STF e a Corte decidiu pela constitucionalidade da maioria dos dispositivos questionados nas ações. Teceremos maiores comentários sobre esse julgado no capítulo 2 deste estudo, à luz dos princípios da proporcionalidade e da vedação ao retrocesso. - Supremo Tribunal Federal. Brasília, Informativo n. 892, de 26 de fevereiro a 2 de março de 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo892.htm>. Acesso em 15 de dezembro 2019.

¹⁴⁴ ABESSA; FAMÁ; BURUAEM, op. cit., 2019.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁶ Denominação conferida aos congressistas que atuam em defesa dos proprietários rurais. CASTILHO, A. L. **A serpente fora do ovo: a frente do agronegócio e o supremacismo ruralista**. OKARA: Geografia em debate. 12 (2), p. 699-707, 2018.

Congresso Nacional¹⁴⁷. No mesmo sentido, Castelo *et tal* entendem que uma das possíveis causas para o enfraquecimento dessas políticas pode ser a composição da Câmara dos Deputados com grande representação de políticos ruralistas¹⁴⁸.

O desmatamento na floresta amazônica é um problema complexo que envolve inúmeras variáveis. Destarte, soluções para problemas dessa natureza dificilmente podem ser encontradas com facilidade ou ter uma única frente de enfrentamento. Trata-se de problemática que vai além de questões puramente ambientais e alcança aspectos econômicos, políticos e sociais.

No entanto, a atuação estatal pode ser determinante para solução desse problema. Observa-se que além das questões puramente econômicas, a orientação dos poderes políticos reflete na elaboração e condução das políticas públicas voltadas à gestão do meio ambiente¹⁴⁹, ao ponto do somatório dessas questões exercerem forte influência na trajetória de conservação ou destruição também da floresta amazônica, mas não só.

A despeito disso, conforme já pontuamos, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental constitucional e a elevação de um direito a tal patamar traz uma série de implicações no ordenamento jurídico-normativo, dentre elas a imposição de deveres constitucionais que, especificamente no caso do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Constituição lista uma série de prescrições a fim efetivá-lo¹⁵⁰.

Saber até que ponto, diante dos deveres constitucionais relativos à tutela do meio ambiente, o mandamento constitucional admite essa flexibilidade ideológica ou política, é a resposta que buscaremos no tópico seguinte.

¹⁴⁷ BARRETO, P.; SILVA, D. **Como desenvolver a economia rural sem desmatar a Amazônia?** Belém, IMAZON, 2013. Disponível em <http://www.imazon.org.br/publicacoes/livros/como-desenvolver-a-economia-rural-sem-desmatar-a-amazonia>. Acesso em 12 de agosto 2019.

¹⁴⁸ CASTELO *et tal*, op. cit., 2018. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/revibec/revibec_a2018v28/revibec_a2018v28p125.pdf. Acesso em 3 de janeiro 2020.

Para Abessa e colaboradores, essa pré-disposição do Congresso Nacional no sentido de comprometer a regulamentação ambiental no Brasil pode em muito ser agravado com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para o cargo Presidência da República do Brasil, tendo em vista que o então Presidente tem um posicionamento em favor da priorização do desenvolvimento de políticas econômicas agressivas ao meio ambiente. Além disso, o novo governo está focado principalmente no desenvolvimento do setor econômico e considera que as restrições ambientais sejam obstáculos a esse progresso. Bolsonaro fez fortes declarações sobre o excesso de proteção ambiental e o poder das agências ambientais (incluindo organizações não-governamentais), populações indígenas e tradicionais. Desde que assumiu o cargo, Bolsonaro também declarou sua intenção de aumentar a exploração da Amazônia, reafirmou seu ceticismo em relação às mudanças climáticas e insinuou que o Brasil pode se retirar do Acordo de Paris. – ABESSA *et tal*, op. cit., 2019.

¹⁴⁹ Levando em consideração que o legislativo elabora as normas ambientais (algumas delas de iniciativa do chefe do executivo, inclusive) e o poder executivo as executa por meios dos Planos e demais ações, como instrumentos fiscais, financeiros e demais mecanismos institucionais.

¹⁵⁰ Os incisos do artigo 225 da CRFB/88 lista as incumbências do poder público para tornar efetivo o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

1.4 Deveres constitucionais relativos à tutela do meio ambiente

Colocada a importância da floresta amazônica para o equilíbrio ecológico não só do Brasil, mas de outras partes do mundo e os fatores que influenciam na conservação ou destruição da floresta, convém agora analisar os deveres constitucionais relativos à tutela do meio ambiente, com a intenção de identificar como esses deveres vinculam as medidas de natureza política, diante de direitos fundamentais ecológicos.

Aos direitos fundamentais é reservada uma posição de proeminência dentro do ordenamento jurídico, pois enquanto “direitos ou posições jurídicas subjetivas das pessoas como tais, individual ou institucionalmente consideradas, assentes na Constituição, seja na Constituição formal, seja na Constituição material”¹⁵¹, são revestidos de essencialidade.

Tal essencialidade denota que a tutela recai sobre situações jurídicas indispensáveis para realização, convivência e sobrevivência humana. Portanto, não basta dar aos direitos fundamentais o reconhecimento formal, mas igualmente assegurar sua efetivação, isto é, sua concretude material¹⁵². Para tanto, exige-se não apenas a atividade legiferante, mas a intervenção da Administração¹⁵³.

Consoante já colocado, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental e por assim ser, por força do § 1º do artigo 5º da CRFB/88, possui aplicabilidade imediata, prescindindo de regulamentação legislativa para a produção de efeitos¹⁵⁴. Os incisos do § 1º do artigo 225 da CRFB/88 prescrevem normas destinadas ao poder público com a finalidade de assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e assim acaba por fornecer maiores elementos do conteúdo desse direito.

O inciso I determina ao poder público a incumbência de “preservar e restaurar¹⁵⁵ os processos ecológicos¹⁵⁶ essenciais e prover o manejo ecológico¹⁵⁷ das espécies e ecossistemas”¹⁵⁸. A restauração e preservação deve abranger não apenas áreas isoladas ou

¹⁵¹ MIRANDA, op. cit., 1988, p. 7.

¹⁵² DA SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2003.

¹⁵³ MIRANDA, op. cit., 1988, p. 83.

¹⁵⁴ Artigo 5º, § 1º da CRFB/88: “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”.

¹⁵⁵ Preservar é procurar manter a integridade do meio ambiente natural, conservando suas características originais. Já restaurar, é estabelecer critérios para recompor os recursos naturais anteriormente degradados. SIRVINSKAS, op. cit., 2018, p. 165.

¹⁵⁶ Processos ecológicos é um conceito eminentemente ecológico que significa “conjunto de atos que tipificam os fenômenos que sejam essenciais para a manutenção da vida e do ambiente”. RODRIGUES, op. cit., 2019.

¹⁵⁷ O artigo 2º, VIII da Lei nº 9.985/2000, conceitua manejo como: “todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas”. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em 11 de agosto de 2019.

¹⁵⁸ Artigo 225, § 1º, I da CRFB/88.

fragmentadas, mas todos os elementos bióticos (característico dos seres vivos ou que está ligado a estes) e abióticos (meio no qual não há vida) que se relacionam entre si¹⁵⁹.

A norma do inciso II visa a proteção do patrimônio genético, ao dispor que o poder público deve “preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético”¹⁶⁰. A diversidade e integridade do patrimônio genético são necessárias para obtenção do equilíbrio ecológico, ao mesmo tempo em que são objetos de grande interesse científico e econômico, daí a necessidade de intervenção fiscalizatória do poder público junto às entidades que trabalham nessa área¹⁶¹.

Esse inciso possui especial relevância para nosso objeto de investigação, pois a biodiversidade¹⁶² tem relação direta com a sustentabilidade de “todos os seres vivos encontrados no ambiente”¹⁶³. Nós somos ignorantes da totalidade de espécies vivas no planeta terra e as florestas tropicais, como a amazônica, é o habitat de mais de 50% e possivelmente até 90% das espécies da fauna e flora do nosso planeta,¹⁶⁴ como já referido. Isso enfatiza a pertinência da preservação da biodiversidade da Amazônia.

Para conferir efetividade ao princípio matriz, o inciso III do §1º do artigo 225 trata dos espaços territoriais especialmente protegidos. Assim, cabe ao poder público “definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção”¹⁶⁵.

A criação de espaços territoriais com especial proteção é um notável instrumento para salvaguarda de áreas com grande importância ecológica, como o é a floresta amazônica, e um relevante recurso para redução do desmatamento. Esses espaços podem ter grandes ou pequenas extensões, estas identificadas e delimitadas pelo poder público como “merecedoras de especial proteção”¹⁶⁶.

Os espaços territoriais especialmente protegidos incluem as terras indígenas, áreas de preservação permanente, reservas florestais legais e unidades de conservação. A lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)¹⁶⁷ é regulamentadora do artigo 225, § 1º, incisos

¹⁵⁹ SIRVINSKAS, op. cit., 2018, p. 165.

¹⁶⁰ Artigo 225, § 1º, II da CRFB/88.

¹⁶¹ RODRIGUES, op. cit., 2019.

¹⁶² Definida como “organismos vivos de todas as origens e os complexos ecológicos de que fazem parte: compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistema”. SIRVINSKAS, op. cit., 2018, p. 167.

¹⁶³ *Ibidem*.

¹⁶⁴ SANTOS, op. cit., 2012, p. 101.

¹⁶⁵ Artigo 225, § 1º, III da CRFB/88.

¹⁶⁶ RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 111.

¹⁶⁷ BRASIL. Lei nº. 9.985/2000.

I, II, III e VII da CRFB/88. O legislador buscou determinar o regime jurídico de criação e supressão de espaços protegidos ao dispor que: a) é de competência do poder público (executivo, legislativo e judiciário) a criação ou definição dessas áreas; b) tendo sido criados, não poderão ser alterados ou suprimidos, senão por meio de lei¹⁶⁸ e; c) o uso pode se dar somente caso não haja o comprometimento da integridade das características que justificaram sua proteção¹⁶⁹.

De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pela gestão das Unidades de Conservação, dentro da região amazônica existem atualmente 119 Unidades de Conservação¹⁷⁰. Também dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON indicam que 43,9% da área da Amazônia é protegida, seja por meio de unidades de conservação ou demarcação de terras indígenas¹⁷¹. Para Pedlowski *et al*, estabelecer Unidades de Conservação é um significativo esforço para garantir a cobertura florestal amazônica¹⁷².

A Lei de criação das Unidades de Conservação, foi um importante passo para a conservação da biodiversidade em todo país, mas em especial da Amazônia. Entretanto, a implantação de áreas protegidas por meio da legislação é insuficiente para garantia da efetiva conservação ambiental, pois há uma discrepância entre aquilo previsto na legislação e sua real aplicação, discrepância essa possivelmente provocada, dentre outros fatores, pela gestão pública ineficiente.

Nessa esteira, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao consignar: “a criação de Unidades de Conservação não é um fim em si mesmo, vinculada a claros objetivos constitucionais e legais de proteção da natureza. Por isso, em nada resolve, freia ou mitiga a crise da biodiversidade – diretamente associada à insustentável e veloz destruição de *habitat* natural -, se não vier acompanhada do compromisso estatal de, sincera e eficazmente, zelar pela sua integridade físico-ecológica e providenciar os meios para sua gestão técnica, transparente e

¹⁶⁸ Apenas para alteração e supressão exige-se lei. Para criação ou delimitação, por ser este um ato *pro natura*, admite-se que sejam feitas por atos administrativos, como decretos. Esse inclusive foi o entendimento do STF no julgamento do MS 26.064-DF. BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **MS 26.064-DF**, Rel. Min. Eros Grau, julgado em 5.8.2010. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&d ocID=612981>. Acesso em 16 de fevereiro 2020.

¹⁶⁹ RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 111.

¹⁷⁰ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. **Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conser vacao-amazonia>. Acesso em 27 de outubro 2019.

¹⁷¹ IMAZON. **Boletim do desmatamento da Amazônia legal**. Outubro. 2014. Disponível em: <[http://imazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-daamazonia- legal-outubro-de-2014-sad/](http://imazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-daamazonia-legal-outubro-de-2014-sad/)>. Acesso em 16 de novembro 2019.

¹⁷² PEDLOWSKI, M. *et tal*. **Conservation units: a new deforestation frontier in the Amazonian state of Rondônia, Brazil**. Environmental Conservation, 32(2), 2005.

democrática. A ser diferente, nada além de um sistema de áreas protegidas de papel ou de fachada existirá, espaços de ninguém, onde a omissão das autoridades é compreendida pelos degradadores de plantão como autorização implícita para o desmatamento, a exploração predatória e a ocupação ilícita”¹⁷³.

Em nada resolve a simples criação de Unidades de Conservação na Amazônia, sem que a legislação referente a elas seja cumprida. Só assim é possível obter redução duradoura e eficaz no desmatamento da floresta¹⁷⁴. A contenção das taxas de desmatamento requer alterações no modo de aplicação da lei brasileira e também do sistema de governo¹⁷⁵. Apesar dessas considerações, estudo de Yanai *et al.*, demonstrou que florestas protegidas, dentre elas as terras indígenas, tiveram apenas um quarto da porcentagem do desmatamento registrado nas florestas sem esse *status*¹⁷⁶.

O inciso IV do artigo 225, § 1, definiu que cabe ao poder público “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”¹⁷⁷. É um estudo desenvolvido antes que a atividade com potencialidade para gerar danos ao meio ambiente seja desenvolvida ou recomeçada. A depender do resultado do estudo, pode o poder público autorizar ou não a instalação ou funcionamento do empreendimento¹⁷⁸.

Por seu turno, os incisos V e VI do art. 225, § 1º da CRFB/88 determinam que cabe ao poder público, respectivamente: “controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;” “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”¹⁷⁹.

No inciso V, nota-se uma preocupação do legislador com o mero “risco” para a vida, qualidade de vida e o meio ambiente. Isso de fato é importante, pois antes de se falar em

¹⁷³ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, **Resp 1.071.741-SP**, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, julgado em 24-3-2009, DJe 16-12-2010. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/ESMP/Responsabilidade_Civil_do_Estado.pdf. Acesso em 10 de janeiro 2020.

¹⁷⁴ SOARES-FILHO, B. S. *et al.* **Modelling conservation in the Amazon basin**. Nature Publishing Group, 2006.

¹⁷⁵ BÖRNER, J. *et al.* **Mixing carrots and sticks to conserve forests in the Brazilian Amazon: A spatial probabilistic modeling approach**. PLoS One 10(2), 2015. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0116846>. Acesso em 5 de setembro 2019.

¹⁷⁶ YANAI, A. M. *et al.* **Avoided deforestation in Brazilian Amazonia: Simulating the effect of the Juma Sustainable Development Reserve**. Forest Ecology and Management. Elsevier B.V., 282, 2012, p. 78-91.

¹⁷⁷ Artigo 225, § 1º, VI da CRFB/88.

¹⁷⁸ RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 112.

¹⁷⁹ A efetiva participação da sociedade na proteção do meio ambiente, em solidariedade com o poder público, só é possível a partir do momento em que há a devida informação. Desse modo, a informação acaba por ser um meio cujo fim é atingir a preservação e garantia do equilíbrio ecológico. RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 114.

prevenção do dano, fala-se em prevenção do próprio risco¹⁸⁰. Segundo Sirvinskaskas, esse inciso autoriza a intervenção do poder público nas atividades econômicas provocadoras de danos ao meio ambiente e à saúde humana e que controlar a produção e comercialização de substâncias que comportem risco para o meio ambiente é também uma forma de fiscalizar a extração de recursos naturais¹⁸¹.

Por fim, o último mandamento é expresso no inciso VII do artigo 225, § 1º, ao determinar que cabe ao poder público “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade”¹⁸². Esse inciso já levou diversas ações ao STF para decidir sobre a colisão entre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, especificamente no ponto “proibição de submeter os animais à crueldade”, e a livre manifestação cultural (artigo 215, CRFB/88), ambos valores tutelados pela CRFB/88¹⁸³.

Isso porque, em diferentes regiões do Brasil, é comum práticas culturais que submetem os animais a condições excruciantes. Sobre essa matéria, sempre que instado a decidir, o Supremo vinha se pronunciado em prol do meio ambiente, prevalecendo “a visão biocêntrica, que não aceita que o ambiente seja visto como simples ferramenta à disposição dos interesses egocêntricos humanos”¹⁸⁴.

A contrário *sensu*, em 2019, por meio do Recurso Especial n. 494.601, o STF pareceu promover uma mudança de entendimento ao admitir a restrição do dever de proteção ambiental do Estado, ao declarar a constitucionalidade de lei de proteção ambiental que permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana¹⁸⁵.

Examinado os deveres constitucionais impostos ao poder público e por o artigo 225, *caput*, atribuir a responsabilidade pela defesa e preservação do meio ambiente também à

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ SIRVINSKAS, op. cit., 2018, p. 171.

¹⁸² Artigo 225, § 1º, VII da CRFB/88.

¹⁸³ Nesse sentido, consultar os julgados do STF: **RE 153.531-SC**, Rel. Min. Francisco Rezek, julgado em 13.3.1988. Disponível em <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur111216/false>. Acesso em 15 de janeiro 2020; **ADI 3.776-RN**, Rel. Min. Cezar Peluso, julgado em 28.6.2007. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=469712>. Acesso em 5 de janeiro 2020; e **ADI 4.983-CE**. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur366632/false>. Acesso em 10 de janeiro 2020. - Em todos esses julgados a Corte privilegiou a proteção ambiental em detrimento das manifestações culturais.

¹⁸⁴ RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 117.

¹⁸⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **RE 494.601**, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. para o acórdão Min. Edson Fachin, DJE 19.11.2019. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE494601EF.pdf>. Acesso em 19 de fevereiro 2020. Neste acórdão, o STF privilegiou os valores culturais e religiosos em detrimento dos valores ambientais. – MEIRA, F. **Anotação ao acórdão do Supremo Tribunal Federal de 28 de Março de 2019, REXT (RE) Proc. Nº 494.601 – RS**. Anotações de jurisprudência ambiental brasileira. In: AMADO GOMES, C. (Coord). DICKSTEIN, A.; GIORDANO, N. e GONÇALVES, M. M. (org.). Instituto de Ciências Jurídico-Políticas Centro de Investigação de Direito Público da Universidade de Lisboa, 2020, p. 78-106.

coletividade, o parágrafo 2º desse artigo traz uma norma cujos destinatários são os particulares. Nos exatos termos: “aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei”¹⁸⁶. Dado o alto nível de degradação ambiental da atividade econômica de extração de minério, a recuperação do ambiente é condição para autorização dos empreendimentos. E mais, “a legislação infraconstitucional não poderá ser complacente ou omissa com os que deixarem de efetuar a referida recuperação”¹⁸⁷.

Finalmente, o § 3º do artigo 225 trata da responsabilidade cumulativa, ou tríplice responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente. Por isso prevê que “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”¹⁸⁸.

Abordados especificamente os deveres colocados pelo artigo 225 da CRFB/88 quanto à tutela do meio ambiente, convém traçar mais algumas considerações sobre esses deveres, fruto da produção doutrinária e hermenêutica jurisprudencial.

O bem ambiental é consagrado na Constituição como fundamental em virtude de sua inequívoca importância à vida, “pois meio ambiente e qualidade de vida fundem-se no direito à vida, transformando-se num direito fundamental”¹⁸⁹. Foi por reconhecer essa importância que a Constituição atribuiu ao poder público e à coletividade o dever de tutelar esse¹⁹⁰.

Por conseguinte, o direito ao meio ambiente assume o regime jurídico constitucional de “direito-dever fundamental”¹⁹¹, com produção de efeitos verticais (perante o Estado) e horizontais (perante particulares)¹⁹². Nesse seguimento, corrobora o STF que “o meio ambiente assume função dúplice no microsistema jurídico, na medida em que se consubstancia simultaneamente em direito e em dever dos cidadãos, os quais paralelamente se posicionam, também de forma simultânea, como credores e como devedores da obrigação de proteção respectiva”¹⁹³.

¹⁸⁶ Artigo 225, § 2º da CRFB/88.

¹⁸⁷ LEME MACHADO, P. A. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo, Malheiros, 1998, p. 144.

¹⁸⁸ Artigo 225, § 3º da CRFB/88.

¹⁸⁹ SIRVINSKAS, op. cit., 2018, p. 162.

¹⁹⁰ FIORILLO, op. cit., 2019, p. 61.

¹⁹¹ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 81.

¹⁹² Jorge Miranda faz tal afirmação não se referindo especificamente ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, mas aponta esta como uma consequência da diversidade e alargamento do catálogo dos direitos fundamentais, verificado na atualidade. MIRANDA, op. cit., 1988, p. 7.

¹⁹³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADC 42/DF**, Rel. Min. Luiz Fux, julgamento em 28.2.2018, p. 2 Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP& docID=750504737>. Acesso em 4 de fevereiro 2020.

Ao Estado foi atribuído o dever constitucional de proteção jurídica de natureza objetiva e aos particulares, a imposição na forma de deveres fundamentais de proteção do ambiente¹⁹⁴. Logo, o Estado assumiu o papel de “gestor do meio ambiente” ao administrar algo cuja titularidade não possui¹⁹⁵, mas a Constituição igualmente institui uma responsabilidade social sobre matéria, sobretudo por meio da participação na gestão desses bens, não estando a defesa de tal direito sob a responsabilidade exclusiva do Estado¹⁹⁶, o que é perfeitamente inteligível e necessário pela própria natureza do bem ambiental.

Apesar da previsão dessa responsabilidade social, a maioria dos mandamentos constitucionais foi direcionada ao poder público¹⁹⁷, pois por ser ele o “gestor do meio ambiente”, sua atuação ou abstenção é determinante para concretização do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado¹⁹⁸. Para além, ao construir o direito positivo que rege as relações humanas, deve o poder público respeitar as normas primeiras que regem a natureza¹⁹⁹.

Consequentemente, um mínimo de proteção ambiental deve ser perseguido pelo Estado²⁰⁰ no mister de atingir seu principal fundamento, qual seja, a dignidade da pessoa humana. Esta projeta sua “luz sobre todo o ordenamento jurídico-normativo” de modo que, dada a essencialidade do bem ambiental, sua tutela consiste num dever e não mera norma moral de conduta²⁰¹. A proteção do ambiente deve ser levada em consideração toda vez que uma

¹⁹⁴ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 69.

¹⁹⁵ LEME MACHADO, P. A. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2006.

¹⁹⁶ SANTOS, op. cit., 2000.

¹⁹⁷ Tanto que apenas os §§ 2º e 3º do artigo 225 da CRFB/88 trazem normas destinadas aos particulares, todos os outros dispositivos do artigo tem como alvo o poder público. É válido ressaltar ainda que a norma do § 3º se destina aos particulares e ao poder público, ambos podem ser legitimados passivos por danos causados ao meio ambiente. - FIORILLO, op. cit., 2019, p. 98 e 99.

¹⁹⁸ COSTA, B. S. **Meio ambiente como direito à vida: Brasil, Portugal e Espanha**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

¹⁹⁹ MILARÉ E. **Direito do ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 231. O autor esclarece que o homem enquanto animal racional deve compreender o valor de cada ser nas relações ecossistêmicas e levar tudo em consideração no momento de positivar o direito. Dessa afirmação, pode ser levantada a discussão sobre a perspectiva antropocêntrica ou biocêntrica do direito constitucional ambiental, todavia, Sarlet e Fensterseifer argumentam que “por mais que a perspectiva filosófica biocêntrica – em oposição ao antropocentrismo – seja defendida com entusiasmo no discurso ambientalista (jurídico e não jurídico), tal entendimento não reflete as construções jurídicas e respectivos mecanismos normativos dos quais dispomos hoje para promover a tutela do ambiente. A proteção do ser humano é sempre a proteção da natureza e vice-versa”. Por isso Sarlet e Fensterseifer propõem a abordagem jurídica antropocêntrica ecológica. - SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 84 e 85.

²⁰⁰ HÄBERLE, P. **A dignidade da pessoa humana como fundamento da comunidade estatal**. In *Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional*, SARLET, I. W. (Org.), Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009, p. 45-104.

²⁰¹ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 81.

política, atuação, legislação, sobre qualquer tema, atividade, obra etc. tiver que ser criada e desenvolvida”²⁰².

A centralidade da tutela constitucional recai sobre a vida e a qualidade de vida da pessoa humana, de sorte que todas as atividades políticas ou legiferantes pretendidas devem antes serem submetidas ao crivo ambiental para aferir seu potencial de lesividade ao meio ambiente a um ponto de comprometer a preservação e qualidade de vida, pois este é o objeto de proteção do meio ambiente quando tratamos de direitos humanos fundamentais²⁰³.

O poder público tem a obrigação de tomar medidas efetivas para evitar expor a risco a vida e qualidade de vida das pessoas, da fauna, flora e do meio ambiente como um todo²⁰⁴ na medida em que “o dever de proteger o meio ambiente já não se insere no poder discricionário da Administração Pública”²⁰⁵.

Toda construção jurídico-argumentativa até aqui apresentada sobre as responsabilidades constitucionais para com a tutela do meio ambiente, foi orientada pela aspiração de responder à indagação posta ao final do último tópico, qual seja, até que ponto o mandamento constitucional admite a flexibilidade por parte do poder público na condição de “gestor do meio ambiente”.

Como já dito, a aprovação do novo Código Florestal (2012) foi descrita como um marco na reversão da política brasileira de proteção ao ambiente, tido por muitos como um retrocesso do sistema ambiental do país por anistiar condutas lesivas ao meio ambiente e redução da proteção legal de alguns biomas (a exemplo da floresta amazônica), o que resultou em aumento das taxas de desmatamento.

A partir da entrada em vigor desse diploma normativo, em muito criticado pela forte influência da bancada ruralista parlamentar, um conjunto de leis e propostas de emenda à Constituição - tendentes a reduzir a proteção legal da natureza no Brasil - começaram a tramitar ou serem rediscutidos no Congresso Nacional.

Um desses projetos de lei é o PL n. 3729/2004²⁰⁶ que visa eliminar ou reduzir consideravelmente as restrições para o licenciamento ambiental de novos projetos de infraestrutura ou outras atividades econômicas. Na prática, haverá um procedimento mais simplificado para o licenciamento ambiental das atividades não listadas como

²⁰² FIORILLO, op. cit., 2019, p. 114 e 115.

²⁰³ *Ibidem*.

²⁰⁴ SIRVINSKAS, op. cit., 2018, p. 174.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 163.

²⁰⁶ BRASIL. **PL n. 3729/2004**. Dispõe sobre o licenciamento ambiental. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=257161>. Acesso em 12 de setembro de 2019.

empreendimentos potencialmente causadores de significativa degradação ao meio ambiente. O projeto propõe ainda diminuição dos prazos nos processos de licenciamento, o que pode ser perigoso por desprezar o debate necessário²⁰⁷.

O PL n. 6268/2016²⁰⁸ e o PLC n. 436/2014²⁰⁹ objetivam permitir a caça de animais silvestres no Brasil, atualmente proibida. Se convertidos em lei, além da caça legal, a caça predatória (já comum devido à ausência de fiscalização) pode aumentar em todo país, mediante a percepção de que a caça será permitida para todas as espécies, sem restrições²¹⁰.

Esses projetos de lei podem ter sua constitucionalidade questionada com fundamento no *caput* e inciso VII, do § 1º do artigo 225, pois a Constituição obriga o poder público a proteger a fauna e flora, “sendo vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.”

Outro objeto de preocupação ambiental é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 215/2000²¹¹, esta busca impedir procedimentos de novas demarcações de terras indígenas e pode até levar à revogação de áreas já demarcadas. Há ainda projetos de leis no sentido de permitir atividade de mineração, grandes projetos de infraestrutura e exploração de recursos hídricos em áreas indígenas e protegidas. Grande parte de terras indígenas está localizada em área de importância ambiental significativa (como a região de floresta amazônica) e, se aprovadas, essas propostas poderão aumentar o risco de ocupação do solo e agravar o desmatamento.

Iniciativas dessa natureza desconsideram o amparo dado pela Constituição à macroecossistemas como a floresta amazônica, bioma protegido pela Lei Maior como de

²⁰⁷ Artigo 8º do PL n. 3729/2004. Resta evidente que esse é um projeto de lei cuja constitucionalidade pode ser questionada com fundamento no *caput* e inciso IV, do § 1º do artigo 225.

²⁰⁸ BRASIL. **PL n. 6268/2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Fauna. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2113552>.

²⁰⁹ BRASIL. **PLC n. 436/2014**. Altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que "fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do *caput* e do parágrafo único do artigo 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981", para tornar a caça, a apanha e o manejo de fauna ações administrativas dos Estados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=808928>. Acesso em 28 de agosto de 2019.

²¹⁰ ABESSA *et al.* op. cit., 2019, p. 510-511. Os autores citam um estudo da Rede Nacional Brasileira Contra o Tráfico de Animais Selvagens que relatam a retirada de mais de 38 milhões de animais das florestas brasileiras – principalmente aves, mas também répteis, pequenos mamíferos e até grandes predadores como a onça-pintada, restando comprometida a fauna das florestas brasileiras.

²¹¹ Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição - **PEC n. 215/2000**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>. Acesso em 16 de março de 2020.

interesse nacional e elevado ao patamar de patrimônio nacional, “merecendo, por isso, especial atenção” para salvaguarda da sua biodiversidade²¹².

Em conformidade com o que diz o STF, embora não haja no direito brasileiro uma definição legal de “patrimônio nacional”, a consequência é clara: admite-se o estabelecimento de restrições legais para dar efetividade à proteção do meio ambiente. A utilização econômica da floresta amazônica não é proibida, admite-se o uso, pelos próprios particulares, dos recursos naturais existentes na área, desde que na forma da lei e com respeito a condições que garantam a preservação do meio ambiente e manutenção dos recursos naturais²¹³.

De acordo com o § 4º do artigo 225, a utilização da floresta amazônica e dos outros biomas lá protegidos, “far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”. Nota-se que o legislador adotou claramente o princípio do desenvolvimento sustentável, pois os proprietários podem promover o uso dos recursos naturais existentes na floresta, desde que o façam de modo racional e adequado, dentro dos limites estabelecidos em lei e de forma a não comprometer a preservação do ambiente. Essa utilização “na forma da lei” deve atender aos princípios do direito ambiental, como proibição de retrocesso²¹⁴.

Os citados projetos de leis ou proposta de emenda à Constituição e outros de igual natureza que estão tramitando no Congresso Nacional, se aprovados, somados às políticas inadequadamente conduzidas, representam uma ameaça ao sistema de proteção ambiental do Brasil. A autorização de tamanha intervenção em áreas de importância ambiental significativa pode provocar a degradação da floresta amazônica pelo aumento do desmatamento ao ponto do não retorno.

Como consequência, haverá prejuízo ao equilíbrio ambiental com a perda de enorme biodiversidade, aumento das emissões de gases de efeito estufa para atmosfera - comprometendo a regulação do clima - alteração do ciclo hidrológico - o que acarreta secas

²¹² SIRVINSKAS, op. cit., 2018, p. 178.

²¹³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal - **Revista trimestral de jurisprudência – RTJ 158/205**. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoRTJ/anexo/158_1.pdf. Apesar disso, o STF já declarou que o artigo 225, § 4º deve ser interpretado “de modo harmonioso com o sistema jurídico consagrado pelo ordenamento fundamental, notadamente com o direito de propriedade (artigo 5º, XXII) em todas as suas projeções, reconhecendo inclusive o direito à indenização ao proprietário atingido por atos imputáveis à atividade estatal. A Corte esclarece o fato de que elevar a patrimônio nacional biomas como a floresta amazônica não converte as terras particulares abrangida pela floresta em bens públicos. BRASIL. Supremo Tribunal Federal, 1ª Turma, **RE 134.297/SP**, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 22.9.1995. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur144685/false>. Acesso em 3 de janeiro 2020.

²¹⁴ RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 120. No capítulo 2 trataremos com maior profundidade dos princípios do desenvolvimento sustentável e da proibição de retrocesso ambiental.

severas - e tudo isso com impactos numa escala local, regional e até global. Com efeito, ocorre violação ao direito humano fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Os ditames constitucionais não parecem permitir o sacrifício da maioria da população em detrimento de alguns setores econômicos²¹⁵. Além do que a busca pela sustentabilidade e proteção do meio ambiente não deve ser uma missão de determinados grupos, ao contrário, esses objetivos constituem necessidades comuns para todos e são indispensáveis, inclusive, para apoiar a economia²¹⁶.

Se o controle preventivo de constitucionalidade falhar²¹⁷, por ceder a orientações políticas e ideológicas, ao arrepio dos deveres impostos pela Constituição na tutela do meio ambiente, caberá ao poder judiciário o devido “controle de legitimidade constitucional de medidas restritivas do âmbito de proteção de direitos fundamentais, além do controle de omissão ou atuação insuficiente do Estado no cumprimento dos seus deveres de proteção”²¹⁸.

Por se tratar de direito fundamental, as alterações legislativas que envolvam a temática ambiental devem ser mínimas e observar as balizas da proporcionalidade, além de garantir uma proteção eficaz e eficiente para preservar o núcleo mínimo do direito fundamental conexo à dignidade da pessoa humana. Por conseguinte, advertem Sarlet e Fensterseifer, que qualquer rebaixamento nos níveis de proteção de direitos socioambientais é questionável e passível de controle de constitucionalidade²¹⁹.

Frise-se que o controle judicial das medidas legislativas e até mesmo, em derradeira instância, das políticas públicas ambientais, em razão da natureza fundamental do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, requer considerar todo o arcabouço principiológico que dá suporte a esse direito²²⁰.

²¹⁵Nessa lógica é a lição de Thomé: “o inegável interesse de alguns grupos em continuar a produzir ameaças, minimizando-as em suas argumentações, exatamente a partir da dificuldade natural dos seres humanos em notá-las. Tais grupos, beneficiados com a manutenção do ritmo acelerado de crescimento econômico e a utilização desmedida dos recursos naturais, geralmente tentam desqualificar os argumentos daqueles que apontam os efeitos deletérios progressivos das atividades antrópicas sobre o meio ambiente”. - THOMÉ, R. **O princípio da vedação de retrocesso socioambiental no contexto da sociedade de risco**. Salvador: Juspodivm, 2014, p. 27.

²¹⁶ ABESSA *et al*, op. cit., 2019.

²¹⁷ O controle preventivo realiza-se antes da conclusão do ato normativo. São exemplos de controle preventivo de constitucionalidade, no sistema brasileiro, as atividades de controle dos projetos e proposições exercidas pelas Comissões de Constituição e Justiça das Casas do Congresso Nacional e o veto pelo Presidente da República, com justificativa na inconstitucionalidade do projeto (CF. artigo 66, § 1º). - MENDES, G. F.; COELHO, I. M.; BRANCO, P. G. G. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 1160.

²¹⁸ Estar a se referir à dupla face do princípio da proporcionalidade, como nos informa Salter e Fensterseifer, princípio sobre o qual trataremos de forma pormenorizada no capítulo 2 deste estudo - SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 243.

²¹⁹ SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T. **Notas sobre a proibição de retrocesso em matéria (socio) ambiental**. In: Brasil; Senado Federal; Comissão de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e controle (CMA). **Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental**. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242559>>. Acesso em 3 de setembro de 2019.

²²⁰ COSTA; GABRICH, op. cit., 2018, p. 102-114.

Esse arcabouço principiológico que densifica o direito ao meio ambiente ganha especial relevância para o deslinde de casos que envolvam colisão entre o direito ao meio ambiente e outros bens jurídicos postos de igual modo no texto constitucional, como ocorre com o direito ao desenvolvimento econômico, consoante examinaremos com maiores detalhes no capítulo 2 desta dissertação.

1.5 Conclusões parciais

Dentro daquilo que era a proposta do capítulo e mediante todo o conteúdo dissertado, é possível extrair que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado foi colocado pela CRFB/88 como um direito fundamental e, como tal, revestido de essencialidade por ser o bem ambiental indispensável à sobrevivência humana. Para efetivação desse direito, a Constituição brasileira elenca alguns deveres ao poder público e à coletividade, em solidariedade.

Apesar disso, muito embora exista sim a responsabilidade social, a maioria dos mandamentos constitucionais são voltados ao poder público, pois por ser ele o “gestor do meio ambiente”²²¹, deve assegurar um nível mínimo de proteção ambiental, necessário à consecução do fim principal e razão de ser do Estado, qual seja, garantir uma vida humana digna. Assim, a proteção ambiental deve ser considerada na atividade legiferante e na elaboração e condução de políticas públicas²²².

Constatou-se que, além das causas puramente econômicas, a trajetória de destruição ou conservação da floresta amazônica é influenciada por orientações ideológicas, estas traduzidas nos atos de natureza legislativa e/ou administrativa. Todavia, sobretudo mediante a importância dos serviços ambientais oferecidos pela floresta, os mandamentos constitucionais colocam como dever e não faculdade a concretização da proteção efetiva do meio ambiente, demandando ação do poder público para evitar a perda da floresta.

Trata-se de incumbência atribuída ao poder público pela Constituição e deve ser observada conforme os mandamentos desta, pois como sabiamente adverte o Ministro Celso de Melo, não há “nada mais nocivo, perigoso e ilegítimo do que elaborar uma Constituição sem a vontade de fazê-la cumprir integralmente ou, então, com o intuito de apenas executá-la com o propósito subalterno de torná-la aplicável somente nos pontos que se mostrarem convenientes

²²¹ Expressão utilizada por Leme Machado - LEME MACHADO, op. cit., 2006.

²²² A esse respeito, Steinmetz nos informa que tendo a Constituição deixado de pormenorizar os deveres dos particulares e em havendo um encargo material, o caminho mais adequado para concretização de direitos transindividuais entre particulares - como é o caso do direito ao meio ambiente - é por meio da intervenção do poder legislativo, elaborando leis. - STEINMETZ, W. A. **A Vinculação dos Particulares a Direitos Fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2004.

aos desígnios dos governantes, em detrimento dos interesses maiores da República e dos seus cidadãos”²²³.

Nesse mesmo ponto, ratifica o Superior Tribunal de Justiça: “já não se duvida, sobretudo à luz da Constituição Federal de 1988, que ao Estado a ordem jurídica abona, mais na fórmula de dever do que direito ou faculdade, a função de implementar a letra e o espírito das determinações legais, inclusive contra si próprio ou interesses imediatos ou pessoais do administrador. Seria mesmo um despropósito que ordenamento constrangesse os particulares a cumprir a lei e atribuisse ao servidor a possibilidade, conforme a conveniência ou oportunidade do momento, de por ela zelar ou abandoná-la à própria sorte, de nela se inspirar ou, frontal ou indiretamente, contradizê-la, de buscar realizar as suas finalidades públicas ou ignorá-las em prol de interesses outros”²²⁴.

Há bases para argumentar pela existência de um dever constitucional de não destruir significativamente²²⁵ a floresta amazônica, pois isso implica violação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Contudo, a proteção ambiental não pode obstar o progresso, tampouco a política ambiental deve “erigir em obstáculo ao desenvolvimento, mas sim em um de seus instrumentos”²²⁶. Desse modo, a proteção da floresta amazônica tem que estar em conformidade com outras necessidades de caráter social e econômico. Só dessa maneira é possível assegurar o princípio fundamental edificante do Estado brasileiro, qual seja, a dignidade da pessoa humana.

Nessa conjuntura, a compreensão da proteção jurídica ao meio ambiente não pode se dar desconectada do exame das normas de natureza econômica. Há uma identidade entre os dois conteúdos, tendo em vista que as atividades econômicas quase sempre resultam em alteração das condições naturais e utilização de recursos ambientais e no caso da Amazônia não é diferente, como demonstramos ao discorrer sobre os aspectos econômicos e as principais causas de destruição da floresta.

Ademais, o direito ao meio ambiente e o direito ao desenvolvimento são valores igualmente consagrados pela CRFB/88, de sorte que é comum haver colisão entre eles, em diversas situações. Nesses casos, o poder judiciário é instado a dirimir as controvérsias e a ele

²²³ Voto do Ministro Celso de Melo na ADC 42/DF, p. 644.

²²⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, **Resp 1.071.741-SP**, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, julgado em 24.3.2009. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/ESMP/Responsabilidade_Civil_do_Estado.pdf. Acesso em 10 de janeiro 2020.

²²⁵ Reitera-se que para os fins deste estudo, tem-se por destruição significativa aquela que compromete a floresta ao ponto do não retorno, podendo transformá-la em uma savana degradada, ponto este estimado em 40%. - Intergovernmental Panel on Climate Change, Contributions of Working Group I to the IPCC Fifth Assessment Report, Cambridge University Press, 2015.

²²⁶ MILARÉ, op. cit., 2015, p. 36.

cabe, lançando mão do texto constitucional, do desenho legal infraconstitucional que confere conteúdo e sentido à Lei Maior e do arcabouço principiológico que dá suporte ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao direito ao desenvolvimento, buscar a concordância prática entre os dispositivos constitucionais - matéria que examinaremos com maior profundidade no capítulo seguinte.

2 MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E OS LIMITES PARA EXPLORAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA

“Aqui tem tudo para alavancar o Brasil ao local de destaque que ele tem e merece. Temos biodiversidade, temos riquezas e minerais, água potável, grandes espaços vazios, áreas turísticas inimagináveis. Temos tudo para alavancar nossa economia partindo aqui da região amazônica”.²²⁷

O capítulo que agora se inicia busca traçar um paralelo entre o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o direito ao desenvolvimento e a ordem econômica²²⁸, positivados na Constituição brasileira. Desse modo, dentro daquilo que é a proposta do nosso estudo, aqui, o fim colimado é verificar como está sistematizado constitucionalmente o tema meio ambiente, desenvolvimento e a ordem econômica, se há colisão entre eles e, em havendo, como é possível obter a concordância prática entre esses dispositivos constitucionais, especialmente no que tange ao aproveitamento econômico dos recursos da floresta amazônica.

Para consecução de tal fim, parte-se da análise normativa e doutrinária com o fito de perceber como a temática do meio ambiente e do desenvolvimento, alinhadas com a ordem econômica nacional, estão articuladas no plano da abstração e generalidade normativa e se há, neste plano, sobreposição ou supervalorização de um desses temas em detrimento do outro.

Em seguida, levando em consideração que “a moldura da norma não é da norma, porém dos textos e da realidade e a interpretação da Constituição é, sempre, interpretação do texto da Constituição formal, todo ele, e da constituição real”²²⁹, responder a contento a problemática lançada nesta investigação exige o indispensável olhar para a práxis jurídica.

²²⁷ Fala do Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, em discurso proferido na cidade de Manaus, estado do Amazonas, em 25 de julho de 2019. REUTERS. **Bolsonaro diz que Amazônia pode ser “alma econômica” do Brasil**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-diz-que-amazonia-pode-ser-alma-economica-do-brasil/>. Acesso em 16 de março de 2020.

²²⁸ Apresentado no texto constitucional como um dos objetivos da República Federativa do Brasil - art. 3º, II da CRFB/88.

²²⁹ Voto do Ministro Eros Grau na ADPF 101/DF. – BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADPF 101/DF**, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 24.06.2009, p. 215. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=629955>. Acesso em 14 de janeiro 2020. Do mesmo modo, MacCormick salienta que o direito em ação é sempre um *locus* de argumentação e interpretação. Por mais claros que possam parecer, numa visão estática, os materiais jurídicos, na dinâmica da aplicação do direito da contestação jurídica de acusações e alegações, há sempre uma argumentação contínua, referente à melhor forma de se ler ou interpretar o direito de modo a obter justiça quando esse direito vier a ser aplicado - MACCORMICK, N. **Direito, interpretação e razoabilidade**. In: MACEDO JÚNIOR, R. P.; BARBIERI, C. H. C. **Direito e interpretação: racionalidades e instituições**. São Paulo: Saraiva, 2011, p.32.

Nesse campo, os contornos da elevada carga principiológica inerente às decisões judiciais exigirá o imprescindível aprofundamento no estudo dos princípios da proporcionalidade, da proibição de retrocesso ambiental e do desenvolvimento sustentável, pelo que o faremos.

Metodologicamente, a eleição destes dentre os muitos outros princípios do direito constitucional e constitucional ambiental, justifica-se por serem eles os apontados pela doutrina²³⁰ e os invocados pelo Supremo Tribunal Federal²³¹ para: a) o deslinde de controvérsias que envolvem tensões entre direitos fundamentais, em geral, assume proeminência o princípio da proporcionalidade, levando em conta a dupla face deste princípio ao atuar “como critério para controle de legitimidade constitucional de medidas restritivas do âmbito de proteção de direitos fundamentais, bem como para o controle de omissão ou atuação insuficiente do Estado no cumprimento dos seus deveres de proteção”²³²; b) especificamente nos conflitos entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico, os princípios da proibição de retrocesso ambiental e do desenvolvimento sustentável são os mais referidos.

Partilhando da opinião de que a interpretação mais acertada de uma norma é a que “articule coerentemente todos os seus elementos (regras, princípios, precedentes, etc.), a fim de que a decisão particular se ajuste ao valor que é a sua razão de ser”²³³, também que o texto jurídico terá sentido válido exclusivamente se observar a Constituição e com ela concordar²³⁴, ao final do capítulo, com a análise síncrona de todos os pontos levantados neste e no capítulo anterior, espera-se atingir o objetivo aspirado para essa primeira parte do estudo, qual seja,

²³⁰ Dentre outros, SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017; KISS, op. cit., 2004; RODRIGUES, op. cit., 2019; THOMÉ, R. **O princípio da vedação ao retrocesso socioambiental: no contexto da sociedade de risco**. Salvador: Juspodivm, 2014; PRIEUR, M. **O princípio da proibição de retrocesso ambiental**. In: Brasil; Senado Federal; Comissão de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e controle (CMA). **Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental**. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242559>. Acesso em 8 de setembro 2019; MOLINARO, C. A. **Direito Ambiental: proibição de retrocesso**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007; DERANI, C. **Direito ambiental e econômico**. São Paulo: Max Limonad, 1997; CANOTILHO, J. J. G.; MOREIRA, V. **Fundamentos da constituição**. Coimbra: Coimbra, 1991; ALEX, R. **Teoria dos Direitos Fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva**. São Paulo: Malheiros, 2008 e ÁVILA, H. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. São Paulo: Malheiros, 2006.

²³¹ Afirmação feita com base no exame da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal brasileiro (STF), no sítio do respectivo tribunal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. De toda jurisprudência analisada e referenciada no curso deste capítulo, um ou mais desses princípios eleitos para estudo esteve presente e foi utilizado pela Corte para fundamentar as decisões, consoante será demonstrado quando do desenvolvimento de cada um deles. Pontua-se ainda que não se descuidou da análise jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em especial dos julgados reportados pelo STF.

²³² SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 243.

²³³ STRECK, L. L. **Dicionário de Hermenêutica: Quarenta temas fundamentais da teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito**. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2017, p. 33.

²³⁴ STRECK, L. L. **Hermenêutica e(m) crise**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

definir, à luz da Constituição brasileira, quais as balizas da exploração econômica da floresta amazônica, ante o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

2.1 (In)existência de colisão entre o direito ao meio ambiente e o direito ao desenvolvimento econômico

A dependência humana dos recursos naturais para a produção de riquezas, comodidade e bem-estar faz com que a temática da proteção ambiental entre em confronto imediato com a economia. Carla Amado Gomes chega ao ponto de afirmar que o “direito ambiental se torna antipático, porque vem dizer para todos o que se pode e deve fazer, o que não se pode e deve fazer, o que não se pode continuar a fazer, pelo menos do mesmo jeito”. E isso, dependendo da maneira como interpretado e praticado, pode representar uma trava para o desenvolvimento econômico do qual em muito carecem os países pobres e ainda em desenvolvimento, como é o caso do Brasil²³⁵.

É com base nesse argumento que muitos afirmam que as ameaças das crises econômicas mundiais justificariam “menos obrigações jurídicas no âmbito do meio ambiente”, já que estas podem obstaculizar o desenvolvimento e a erradicação da pobreza²³⁶. Por outro lado, produzir excessivamente implica no “comprometimento de estoques de serviços ecossistêmicos. O equilíbrio entre extrair e cuidar é o cerne da dificuldade de viabilizar políticas ambientais que conjuguem ou compatibilizem preservação com retorno econômico”²³⁷.

Desse ponto de vista, argumenta o STF que “o desenho institucional das políticas públicas ambientais suscita o duelo valorativo entre a tutela ambiental e a tutela do desenvolvimento, tendo como centro de gravidade o bem comum da pessoa humana no cenário de escassez”²³⁸.

Essa ligação direta dos recursos da natureza com a economia, faz com que a política ambiental sofra pressões de cunho político e econômico, o que é manifesto nas políticas voltadas ao desenvolvimento da Amazônia, com influxo na trajetória de preservação e destruição da floresta. Por esta razão, como bem destaca Paulo Bessa Antunes, há uma

²³⁵ AMADO GOMES, op. cit., 2016, p. 40-45.

²³⁶ PRIEUR, op. cit., 2012, p. 12.

²³⁷ WALDMAN, R. L.; ELIAS, L. A. de V. **Os Princípios do Direito Ambiental e o Pagamento por Serviços Ambientais / Ecossistêmicos (PSA/PSE)**. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v. 18, n. 69, jan./mar, 2013, p. 53-83.

²³⁸ ADC 42/DF, p. 4.

“natureza econômica da proteção jurídica do ambiente” condicionada à garantia de um padrão de vida mínimo e seu contínuo melhoramento²³⁹.

Conforme já discurremos, a Constituição brasileira conferiu larga proteção ao meio ambiente, fato que, naturalmente, acaba por colocar o direito ao ambiente em testilha com outros direitos fundamentais. A “colisão com o desenvolvimento econômico é a mais premente, a mais em voga”²⁴⁰, embora tenhamos outros direitos nessa rota de colisão, como o direito à propriedade privada.

Portanto, por tratarmos do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e exploração da floresta amazônica, não se pode discutir a proteção jurídica ambiental desconectada da análise das normas constitucionais de natureza econômica, considerando a identidade e relação direta entre as matérias²⁴¹, ao menos sob a ótica aqui dissertada.

Como nos ensina Milaré, é importante ressaltar que a manutenção do equilíbrio ecológico ambiental, direito fundamental plasmado na Constituição, não significa inalterabilidade das condições naturais, pode-se promover alterações desde que esse equilíbrio ecológico seja garantido por meio da harmonia entre os diversos elementos integrantes da ecologia²⁴². A política ambiental não pode ser um entrave ao desenvolvimento econômico e sim um de seus instrumentos, ela deve visar a utilização racional dos recursos do ambiente, até por serem eles a base material da própria economia²⁴³.

Em acordo com os ensinamentos de Milaré, o STF consigna que “a análise de compatibilidade entre natureza e obra humana é ínsita à ideia de ‘desenvolvimento sustentável’ (...). A mesma organização eficiente dos recursos disponíveis que conduz ao progresso econômico, por meio da aplicação do capital acumulado no modo mais produtivo possível, é também aquela capaz de garantir o racional manejo das riquezas ambientais em face do crescimento populacional. Por conseguinte, a proteção ao meio ambiente, no contexto de um desenvolvimento sustentável, não equivale a uma visão estática dos bens naturais, que pugna pela proibição de toda e qualquer mudança ou interferência em processos ecológicos ou correlatos. A história humana e natural é feita de mudanças e adaptações, não de condições estáticas ou de equilíbrio”²⁴⁴.

²³⁹ ANTUNES, P. B. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 23.

²⁴⁰ PAPP, op. cit., 2016, p. 46-53.

²⁴¹ SANTOS, op. cit., 2000, p.9.

²⁴² São elementos integrantes da ecologia: populações, comunidades, ecossistemas e biosfera. - LEME MACHADO, P. A. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo, Malheiros, 2005.

²⁴³ MILARÉ, op. cit., 2005, p. 36.

²⁴⁴ ADC 42/DF, p. 5.

O desenvolvimento nacional é posto pela CRFB/88 como um objetivo fundamental a ser perseguido pela República Federativa do Brasil, sendo um direito fundamental do indivíduo, daí que por vezes, na procura de atingir o desenvolvimento, outros direitos constitucionalmente protegidos são violados, como o direito ao meio ambiente. Mas, é preciso considerar que o desenvolvimento é algo a ser incentivado e não buscado “a qualquer custo”²⁴⁵.

Para Milaré, é fazendo a conciliação entre o binômio desenvolvimento e meio ambiente que conseguimos interpretar adequadamente a expressão meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos termos da redação do art. 225, *caput* da CRFB/88. Na visão do jurista, compatibilizar desenvolvimento e meio ambiente requer levar em conta “os problemas ambientais dentro de um processo contínuo de planejamento, atendendo-se adequadamente às exigências de ambos e observando-se as suas inter-relações particulares a cada contexto sociocultural, político, econômico e ecológico, dentro de uma dimensão tempo/espaço”²⁴⁶.

Também com uma visão integrativa, ao dispor sobre a necessária compatibilização entre a defesa do meio ambiente e as demais posições jurídicas subjetivas constitucionalmente postas, inclusive o direito ao desenvolvimento, Vasco Pereira da Silva leciona que “os valores ético-jurídicos da defesa do ambiente não esgotam todos os princípios e valores do ordenamento jurídico, pelo que a realização do Estado de Direito Ambiental²⁴⁷ vai obrigar a conciliação dos direitos fundamentais em matéria de ambiente com os demais direitos constitucionais, sejam eles de primeira ou segunda geração”. Isso não significa impedir o desenvolvimento econômico em favor da preservação da natureza e o “retorno à Idade da Pedra”, ironiza o autor²⁴⁸.

Como bem colocam os doutrinadores, a palavra de ordem é mesmo compatibilização ou conciliação, pois ao lado da preservação ambiental está a necessidade humana de “desenvolver-se, aumentar e expandir-se, seja no aspecto social, econômico, filosófico, moral, etc.”²⁴⁹ e, apesar de o próprio conceito de desenvolvimento ser complexo²⁵⁰ e comportar diversas vertentes, uma das formas de alcançá-lo, pelo menos nalgumas de suas dimensões, é por meio da economia.

²⁴⁵ DE ALMEIDA COUTINHO, N. C. **Desenvolvimento sustentável e proteção ambiental: uma análise dos recentes desastres ocorridos na mineração brasileira**. Revista Direito & Desenvolvimento da Unicatólica, v. 2, n. 1, 2019.

²⁴⁶ MILARÉ, op. cit., 2005, p. 36.

²⁴⁷ Maiores aprofundamentos sobre o Estado de Direito Ambiental serão dados no terceiro capítulo deste estudo.

²⁴⁸ DA SILVA, V. P. **Verde cor de direito: lições de direito do ambiente**. Coimbra: Almedina, 2002.

²⁴⁹ RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 350.

²⁵⁰ A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 4 de dezembro de 1986, reconhece o conceito de “desenvolvimento” como sendo um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa o constante incremento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos com base em sua e na distribuição justa dos benefícios daí resultantes. Documento disponível em: <https://www.un.org/en/events/righttodevelopment/declaration.shtml>. Acesso em 18 de dezembro 2019.

Não à toa o legislador constituinte cuidou de disciplinar a ordem econômica nacional²⁵¹ e relacioná-la com a proteção do ambiente, ciente de que a concepção de desenvolvimento enquanto crescimento econômico e tecnológico, inevitavelmente envolve a utilização e transformação dos elementos que integram o entorno, pois desenvolvimento como sinônimo de “expansão econômica pressupõe a produção de bens que têm como matéria-prima, direta ou indiretamente, os recursos naturais”²⁵².

Da redação do art. 170 da CRFB/88 é possível apreender que a ordem econômica brasileira adotou o regime capitalista²⁵³, fundada na valorização do trabalho humano e na livre-iniciativa, para garantir a todos uma existência digna dentro dos parâmetros constitucionais e da noção de um desenvolvimento que atenda às necessidades das gerações presentes, sem prejudicar as gerações futuras²⁵⁴.

Essa opção do legislador constituinte de colocar os princípios da ordem econômica correlacionando-os com os demais fundamentos e objetivos que informam a ordem constitucional brasileira demonstra a escolha pelo que se poderia designar, nas palavras de Sarlet e Fensterseifer, “de um capitalismo ambiental ou socioambiental (ou economia ambiental ou socioambiental de mercado) capaz de compatibilizar a livre-iniciativa, a autonomia e a propriedade privada como a proteção ambiental e a justiça social”²⁵⁵.

Nessa espécie de “capitalismo social”²⁵⁶ ou socioambiental estampado na Constituição, as balizas do desenvolvimento econômico estão no interesse coletivo e na realização de todos

²⁵¹ Art. 170 a 181 da CRFB/88.

²⁵² RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 351.

²⁵³ *Ibidem*. Em consonância com essa afirmação, Tavares explica que o posicionamento da Constituição é capitalista. A essa conclusão se é levado pelo reconhecimento da legitimidade da apropriação privada dos meios de produção e de seu produto, bem como pela declaração do postulado da liberdade e, em especial, da livre-iniciativa privada. - TAVARES, A. R. **Direito Constitucional Econômico**. Rio de Janeiro: Florense; São Paulo: Método, 2011. p. 120.

²⁵⁴ FIORILLO, op. cit., 2019, p. 40.

²⁵⁵ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 124 e 125. Para ilustrar esse projeto normativo em termos práticos, os autores citam, dentre outros instrumentos jurídicos criados com o propósito de conciliar as práticas produtivas com a proteção ambiental, o estudo prévio de impacto ambiental, exigido para a instalação de obra ou atividade causadora ou potencialmente causadora de significativa degradação ambiental. Ainda segundo os autores, tal estudo é um mecanismo jurídico voltado à regulação da atividade econômica, impondo limites ao direito de propriedade e a livre-iniciativa dos atores econômicos privados, adequando o seu comportamento ao princípio constitucional (e dever) do desenvolvimento sustentável. Consoante Teixeira, o estudo prévio de impacto ambiental acaba por ser relevante atuação do poder de polícia atribuído ao Estado para regulamentar e fiscalizar as atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras - TEIXEIRA, O. P. B. **O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 92. Por fim, ainda a respeito do estudo prévio de impacto ambiental, assevera Cristiane Derani que ele incorpora um processo de planejamento para a “sustentabilidade” das atividades econômicas - DERANI, C. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 158.

²⁵⁶ *Ibidem*.

valores fundamentais do Estado de Direito²⁵⁷, estes operam a institucionalização da ordem econômica.

Em última análise, o desenvolvimento conduzido pela ordem econômica é um meio para a produção social e ambiental voltada à garantia da dignidade da pessoa humana. Assim, observa-se que, inclusive dentro do dispositivo constitucional que trata da ordem econômica, à semelhança do que ocorre com a proteção ambiental, vemos imbricado o princípio fundante da ordem constitucional, qual seja, a dignidade da pessoa humana²⁵⁸.

Colocados os parâmetros, fundamentos e finalidade da ordem econômica brasileira²⁵⁹, o constituinte fixou nos incisos do art. 170 os princípios norteadores dessa ordem econômica, dentre eles está o da “defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”²⁶⁰.

Constata-se que o legislador constituinte presumiu que toda atividade econômica – considerando individualmente cada uma das etapas da cadeia produtiva (desde a coleta da matéria-prima à eliminação do bem de consumo) – causa impacto ao meio ambiente, devendo ser estabelecido tratamento diferenciado conforme os mais variados níveis de impacto ambiental²⁶¹.

Nessa perspectiva, a proteção ambiental precisa integrar a noção de direito ao desenvolvimento (seja ele qual for), e este não pode ser visto de forma dissociada daquela, de modo a assegurar “equitativamente às necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras”²⁶². É por isso que alguns sublinham que hoje não mais existe a dicotomia preservação ambiental *versus* desenvolvimento, pois em todas as decisões, independentemente de serem elas políticas, sociais ou econômicas, a questão ambiental deverá ser parte integrante²⁶³.

²⁵⁷ MATEO, R. M. **Manual de derecho ambiental**. Navarra: Editorial Thomson. Aranzadi, 2003, p. 38.

²⁵⁸ Como defendem Sarlet e Fensterseifer na obra *Princípios do Direito Ambiental - SARLET; FENSTERSEIFER*, op. cit., 2017.

²⁵⁹ Dispostos no *caput* do art. 170 da CRFB/88.

²⁶⁰ Art. 170, VI da CRFB/88

²⁶¹ RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 125.

²⁶² Princípio 3 da **Declaração do Rio de Janeiro/92**. Disponível em: <https://www.un.org/esa/dsd/agenda21/Agenda%2021.pdf>. Acesso em 5 de janeiro 2020.

²⁶³ SIRVINSKAS, op. cit., 2018, p. 144. Segundo o autor, alguns doutrinadores chamam esse agir de colocar em prática o princípio da ubiquidade, ou seja, o viés ambiental deve estar presente em todas as decisões humanas impactantes. Aliás, o Superior Tribunal de Justiça já reconheceu o caráter ubíquo do meio ambiente no julgamento: STJ, REsp 588.022-SC, 1ª Turma, rel. Min. José Delgado, DJ 5.4.2004. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletro_nica/stj-revista-eletronica-2015_238.pdf. Acesso em 18 de janeiro 2020.

A opção do direito constitucional ambiental brasileiro foi por colocar o meio ambiente como bem de uso comum do povo, sujeito a restrições para utilização racional do patrimônio ambiental com imposições jurídicas à atividade econômica²⁶⁴, imposições essas ainda mais rigorosas em se tratando da floresta amazônica, visto que o constituinte conferiu a ela proteção jurídico-ambiental mais rigorosa ao elevá-la ao *status* de patrimônio nacional.

Apresentado o âmbito normativo do direito ao desenvolvimento no viés econômico, nota-se que a Constituição impõe à ordem econômica obediência à defesa do meio ambiente, isso implica dizer a não tolerância de comportamentos que afetem o equilíbrio ecológico ambiental. A Lei Maior já reserva regras e princípios que se mostram condicionantes ou conformadores do princípio do desenvolvimento econômico, como a obediência à defesa do meio ambiente. Por consequência, a contenção do âmbito da norma, isto é, a fixação do seu alcance, demonstrará o direito ao desenvolvimento econômico como um direito limitado²⁶⁵.

A interpretação sistemática do texto constitucional - imprescindível à definição e preenchimento do âmbito normativo do direito ao desenvolvimento econômico - opera a institucionalização da ordem econômica e coloca o imperativo de que a adoção das normas constitucionais ambientais obsta, dentre os comportamentos abarcados pela proteção do direito ao desenvolvimento econômico, o “direitos a poluir, desmatar, degradar, ou a outras condutas incompatíveis com a proteção ao meio ambiente”²⁶⁶.

Ao tutelar o meio ambiente, protege-se a vida, por esta razão o direito à vida precisa nortear os diversos atos que tendem a tutelar o meio ambiente, porquanto este, como bem salienta José Afonso da Silva, “deve estar acima de quaisquer considerações como as de desenvolvimento, como as de respeito ao direito de propriedade, como as da iniciativa privada”²⁶⁷.

Segundo já sustentado, a própria Constituição coloca a proteção ambiental em ordem de precedência – ou, no mínimo, um condicionante para o desenvolvimento econômico - ao trazer como princípio da ordem econômica a defesa do meio ambiente. Logo, na busca de atingir o desenvolvimento econômico, a proteção constitucional a um meio ambiente ecologicamente equilibrado parece ter força para afastar condutas que, a pretexto de alcançar o desenvolvimento, coloquem em risco o equilíbrio ecológico ambiental.

²⁶⁴ PUREZA, J. M. **Tribunais, natureza e sociedade: o direito do ambiente em Portugal**. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários, 1996, p. 28.

²⁶⁵ SANTOS, op. cit., 2000.

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 25.

²⁶⁷ DA SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

Destarte, com suporte no que foi tratado, é possível afirmar que, ao menos no campo da abstração e generalidade normativa constitucional, não há propriamente colisão entre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito ao desenvolvimento econômico, pois a defesa do meio ambiente é princípio a ser observado na atividade econômica, consoante exaustivamente expusemos.

No entanto, é no encontro das normas com os fatos sociais que o Direito encontra sua verdadeira significação, levando-se a efeito o trabalho de hermenêutica²⁶⁸. Assim, o campo da práxis jurídica nos revela que chegam ao poder judiciário conflitos envolvendo ambos os direitos (desenvolvimento econômico e meio ambiente), conflitos esses que colocam em análise e discussão desde medidas de autoria dos poderes públicos - digamos, as de cunho legislativo e administrativo - até condutas de particulares.

No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 3.540-1/DF, o STF firmou o entendimento de que “a atividade econômica não pode ser exercida em desarmonia com os princípios destinados a tornar efetiva a proteção ao meio ambiente. A incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica, ainda mais se se tiver presente que a atividade econômica, considerada a disciplina constitucional que a rege, está subordinada, dentre outros princípios gerais, àquele que privilegia a defesa do meio ambiente (CF, art. 170, VI)”²⁶⁹.

Pontuou a Corte que nas relações entre desenvolvimento econômico (art. 3º, II, c/c o art. 170, VI, ambos da CRFB/88) e ecologia (art. 225 da CRFB/88), havendo a colisão entre ambos os direitos fundamentais, tem-se como critérios de superação desse estado de tensão entre valores constitucionais relevantes, “os direitos básicos da pessoa humana e as sucessivas gerações (fases ou dimensões) de direitos”²⁷⁰ e mais, explicitou que a questão da precedência do direito à preservação do meio ambiente constitui uma limitação constitucional explícita à atividade econômica²⁷¹.

Esse julgamento da ADI 3.540-1 foi paradigmático pois serviu de referência para as decisões subsequentes da Corte nas quais a temática meio ambiente e desenvolvimento econômico estiveram sob discussão, a exemplo da Arguição de Descumprimento de Preceito

²⁶⁸ MACCORMICK, op. cit., 2011.

²⁶⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADI 3.540-1 /DF**, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 01.09.2005. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletro_nica/stj-revista-eletronica-2015_238.pdf. Acesso em 18 de janeiro 2020.

²⁷⁰ Em referência à Revista trimestral de jurisprudência – RTJ 164/158, p. 160-161. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=85691>. Acesso em 15 de outubro 2019.

²⁷¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADI 3.540-1 /DF**, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 01.09.2005. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=85691>. Acesso em 22 de novembro 2019.

Fundamental (ADPF) 101/DF, na qual apontou o STF que “o exercício da atividade empresarial, tendo o lucro como sua finalidade legítima e amparado pelo ordenamento jurídico, deve ser compatível com os demais princípios constitucionais, notadamente com os fundamentos inscritos no art. 170 da Constituição Federal, com especial ênfase para a proteção à saúde e ao meio ambiente (...) a interpretação do artigo 170 da Constituição evidencia que o direito fundamental à livre iniciativa e ao livre comércio não é absoluto, mas deve guardar compatibilidade com a defesa do meio ambiente. (...) Contudo, apreende-se que, em tese, não se inviabiliza a atividade comercial, mas restringe-se sua liberdade de livre iniciativa em razão da proteção e da defesa da saúde e do meio ambiente”²⁷².

Da apreciação desses julgados, nota-se que o STF, tal como argumentamos ao longo deste tópico, reconheceu neles a precedência do direito à preservação ambiental, figurando esta como uma limitação expressa imposta pela Constituição à atividade econômica.

Por certo que na atividade judicante, quando provocado na sua função de “dizer o direito”, cabe ao judiciário lançar mão de todo suporte normativo a ele disponível, momento em que ganha relevo não somente a letra da Constituição, mas a inteireza do arcabouço principiológico que dá amparo e concretiza o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, notadamente os princípios da proporcionalidade, da proibição de retrocesso ambiental e do desenvolvimento sustentável.

É apoiado essencialmente nesses princípios, com arrimo na construção doutrinária e força normativa a eles intrínseca, que o Supremo Tribunal Federal brasileiro tem buscado a concordância prática entre o direito ao meio ambiente saudável e desenvolvimento econômico, em conformidade com o que dissertaremos nos tópicos seguintes deste capítulo.

²⁷² BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADPF 101/DF**, Rel. Min. Carmem Lúcia, julgamento em 24.6.2009, p. 230 a 263. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=629955>. Acesso em 14 de janeiro 2020. Outros precedentes do STF com semelhante fundamentação: **ADI 3470/RJ**, Rel. Min. Rosa Weber, julgamento em 29.11.2017. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur397205/false>. Acesso em 6 de fevereiro 2020; **ADI 3406/RJ**, Rel. Min. Rosa Weber, julgamento em 29.11.2017. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749020501>. Acesso em 5 de fevereiro 2020; **ADI 3937 / SP**, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 24.08.2017. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur397317/false>. Acesso em 19 de janeiro 2020. No mesmo sentido, já entendeu o STF que “o exercício da atividade empresarial deve ser compatível os demais princípios constitucionais, diante do manifesto interesse público à saúde e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.” - BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **STA 118-AgR**, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 29.02.2008. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=512003>. Acesso em 3 de março 2020 e **STA 171-AgR**, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 29.02.2008. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=512005>. Acesso em 10 de janeiro 2020.

2.2 Do conflito concreto à concordância prática

No âmbito da abstração e generalidade normativa do texto constitucional não vislumbramos precisamente colisão entre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito ao desenvolvimento econômico, pois a proteção do meio ambiente é princípio a ser observado na atividade econômica.

Entretanto, o poder judiciário se depara com contextos que colocam meio ambiente e desenvolvimento econômico em rota de colisão, circunstância na qual, considerando o ordenamento jurídico como binário (composto por regras e princípios)²⁷³, na interpretação das normas, os princípios ganham particular ênfase.

Os princípios, consoante defende Dworkin, tem uma racionalidade distinta daquela aplicada às regras. Eles são operados na dimensão valorativa do peso ou importância, factível em razão da sua textura aberta de linguagem. Isso significa dizer que um princípio preterido em razão de outro mais relevante, não implica a exclusão do primeiro do ordenamento jurídico, visto que um não é exceção ao outro. Assim, os princípios não conduzem a uma única decisão jurídica, mas a decisões jurídicas variadas, a depender do caso concreto e do contexto em que ele foi aplicado, usando a técnica do balanceamento ou sopesamento de princípios²⁷⁴.

Nessa esteira, Robert Alexy nos traz a clássica definição de princípios como “mandamentos de otimização”. Eles “são caracterizados por poderem ser satisfeitos em graus variados e pelo fato de que a medida devida de sua satisfação não depende somente das possibilidades fáticas, mas também das possibilidades jurídicas. O âmbito das possibilidades jurídicas é determinado pelos princípios e regras colidentes”²⁷⁵.

Assim sendo, embora no campo da abstração e generalidade normativa do texto constitucional não tenhamos verificado colisão entre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito ao desenvolvimento, no caso concreto, a “alta carga axiológica dos princípios”²⁷⁶ pode fazer com que esses temas representem valores conflitantes entre si.

É exatamente por isso que trataremos o aprofundamento no estudo dos princípios da proporcionalidade, da proibição de retrocesso ambiental e do desenvolvimento sustentável,²⁷⁷

²⁷³ DWORKIN, R. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

²⁷⁴ *Ibidem*.

²⁷⁵ ALEXY, R. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 90 e 91.

²⁷⁶ RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 343.

²⁷⁷ Por serem os mais utilizados nas demandas que colocam em colisão o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito ao desenvolvimento, reafirmamos.

procurando verificar como eles auxiliam o na tomada decisões diante de conflito concreto entre o direito ao ambiente e direito ao desenvolvimento.

2.2.1 Meio ambiente e desenvolvimento: princípio da proporcionalidade e controle de desproporções antijurídicas

O âmbito normativo de um direito está associado à concretização dele, isto é, “a norma jurídica tem sua definição obtida ao realizar, o aplicador, a concretização do direito, que se faz em um procedimento para além dos limites da clássica hermenêutica”²⁷⁸. Deste modo, o campo da abstração e generalidade não é suficiente para determinarmos o âmbito normativo do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e do direito ao desenvolvimento, pois o verdadeiro caráter da norma só pode ser encontrado na sua aplicação, na resolução de casos concretos²⁷⁹.

Ao exercer seu legítimo direito à livre-iniciativa econômica, na prática, pode um indivíduo ver tal direito colidir com o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (colisão entre bens jurídicos constitucionais). Também os deveres constitucionais de proteção do meio ambiente, vinculadores da sociedade e de todos os poderes estatais, podem potencializar conflitos entre órgãos e instituições públicas e privadas, no trato da matéria ambiental *versus* atividade econômica²⁸⁰.

Na acepção de Canotilho e Vital Moreira, a colisão de direitos resta configurada quando o exercício de um direito fundamental conflita: “a) com o exercício do mesmo ou de outro direito fundamental por parte de outro titular (conflito de direitos em sentido estrito); b) com a defesa e proteção de bens da colectividade e do Estado constitucionalmente protegidos (conflito entre direitos e outros bens constitucionais)”²⁸¹.

Em havendo conflito no caso concreto, não existe um critério geral e abstrato previamente estabelecido capaz de resolver toda a infinidade de casos que possam ser levados ao judiciário²⁸². No entanto, a fim de facilitar a atividade judicante, a doutrina e a jurisprudência traçam alguns caminhos que orientam e são instrumentos importantes para o deslinde desses casos²⁸³.

²⁷⁸ SANTOS, op. cit., 2000, p. 20.

²⁷⁹ DERANI, op. cit., 1997, p. 41 e CANOTILHO; MOREIRA, op. cit., 1991, p. 136.

²⁸⁰ LOSS, F. B. **O paradigma do direito ambiental contemporâneo**. 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/147513>. Acesso em 4 de setembro 2019.

²⁸¹ CANOTILHO; MOREIRA, op. cit., 1991, p. 135.

²⁸² CANOTILHO, J.J. G. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almedina, 1999. p. 1141.

²⁸³ SANTOS, op. cit., 2007.

É justamente no contexto desses instrumentos que, diante de conflito concreto entre o direito fundamental ao ambiente e direito ao desenvolvimento, ambos previstos na CRFB/88, assume realce o princípio da proporcionalidade²⁸⁴. Este princípio “manda que o juiz busque, caso a caso, a solução mais adequada, razoável e proporcional aos fins buscados pelo ordenamento jurídico”²⁸⁵.

Para Alexy, há uma íntima relação entre a proporcionalidade e a teoria dos princípios, pois a primeira - seja na máxima da adequação, da necessidade (meio menos gravoso) ou da estrita proporcionalidade (ponderação ou sopesamento) - decorre da natureza dos segundos. No fundo, é a natureza dos princípios como mandamentos de otimização que mobiliza o agir de acordo com a proporcionalidade²⁸⁶.

Ao expor sobre as máximas do princípio da proporcionalidade, assim escreve Humberto Ávila: “o postulado da proporcionalidade exige que o Poder Legislativo e o Poder Executivo escolham, para a realização de seus fins, meios adequados, necessários e proporcionais. Um meio é adequado se promove o fim. Um meio é necessário se, dentre todos aqueles meios igualmente adequados para promover o fim, for o menos restritivo relativamente aos direitos fundamentais. E um meio é proporcional, em sentido estrito, se as vantagens que promove superam as desvantagens que provoca”²⁸⁷.

Especificamente na temática meio ambiente e atividade econômica, o princípio da proporcionalidade oferece suporte para ponderação de diferentes interesses envolvidos, orienta a adoção de medidas eficazes para minimizar os danos ambientais, mas que ao mesmo tempo se mostrem economicamente viáveis, “com ponderação de custos e ganhos decorrentes da sua adoção”²⁸⁸.

Para além da colisão entre bens jurídicos constitucionais, Sarlet e Fensterseifer ressaltam que talvez um dos aspectos mais importantes do princípio da proporcionalidade seja sua utilização na aferição da constitucionalidade das medidas, tanto de natureza legislativa, quanto administrativa, que venham a restringir os direitos fundamentais ecológicos, sobretudo em vista do seu núcleo essencial.²⁸⁹ Isto é demasiado relevante para nosso estudo, pois como colocamos ao final do primeiro capítulo, há uma atual tendência do legislador brasileiro, às

²⁸⁴SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 239.

²⁸⁵RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 344.

²⁸⁶ALEXY, op. cit., 2008, p. 116-117.

²⁸⁷ÁVILA, op. cit., 2006, p. 146. Jorge Miranda sintetiza de modo semelhante essas máximas ou subprincípios da proporcionalidade. MIRANDA, J. **Manual de Direito Constitucional**. Tomo IV, Coimbra: Coimbra Editora, 1998, p. 218.

²⁸⁸SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 239.

²⁸⁹*Ibidem*, p. 240.

vezes por iniciativa do próprio poder executivo, no sentido de flexibilizar institutos jurídicos ambientais.

A separação dos poderes representa um dos mais importantes princípios constitucionais²⁹⁰ de modo que o controle judicial da atividade administrativa e legislativa é medida excepcional, “porquanto cabe precipuamente ao legislador a prescrição das políticas públicas, que, posteriormente, serão aplicadas pelo administrador”. A tutela jurisdicional terá vez tão só quando houver excessos na restrição a direitos fundamentais, omissão ou atuação insuficiente para o implemento de um dever constitucional²⁹¹.

Relativamente a esse controle judicial da atividade administrativa e legislativa, no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 42 o STF pontuou a necessidade de deferência do poder judiciário ao planejamento estruturado pelos demais Poderes no que tange às políticas públicas ambientais, pois “a jurisdição Constitucional encontra óbice nos limites da capacidade institucional dos seus juízes, notadamente no âmbito das políticas públicas, cabendo ao Judiciário a análise racional do escrutínio do legislador”²⁹².

Não obstante, diante dos deveres constitucionais de tutela do ambiente, tendo o administrador ou legislador agido de forma desproporcional, com excessos ou proteção insuficiente, ele viola o princípio da proporcionalidade, o que incide em prática inconstitucional²⁹³ e aí o poder judiciário pode interferir para efetivar um direito fundamental, mormente quando a intervenção for necessária para assegurar a garantia do mínimo existencial ambiental ou mínimo existencial ecológico²⁹⁴.

²⁹⁰ Art. 2º da CRFB

²⁹¹ LOSS, op. cit., 2015.

²⁹² ADC 42/DF, p. 5.

²⁹³ SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T. **Princípios do Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 240.

²⁹⁴ LOSS, op. cit., 2015. Não encontramos na doutrina ou jurisprudência definição clara do que venha a ser esse mínimo existencial ambiental ou mínimo existencial ecológico, mas alguns doutrinadores nos oferecem colaborações bastante pertinentes. Para Steigleder, o mínimo existencial ecológico é uma garantia constitucional de “lograr uma existência digna, ou seja, de um direito, por parte da sociedade, à obtenção de prestações públicas de condições mínimas de subsistência na seara ambiental, as quais, acaso desatendidas, venham a criar riscos graves para a vida e a saúde da população, ou riscos de dano irreparável” - STEIGLEDER, A. M. **Discrecionalidade administrativa e dever de proteção do ambiente**. Revista do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, n. 48, 2002, p. 280. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/viewFile/1775/1472>. Acesso em 12 de outubro de 2019. Fensterseifer esclarece que a preocupação doutrinária é a de se conceituar e definir um padrão mínimo em termos ambientais para a concretização da dignidade humana, que se justifica na importância essencial que a qualidade ambiental guarda para o desenvolvimento da vida humana em toda a sua potencialidade. Segue o autor afirmando que assim como há a imprescindibilidade de determinadas condições materiais em termos sociais (saúde, educação, alimentação, moradia, etc.), sem as quais o pleno desenvolvimento da personalidade humana e mesmo a inserção política do indivíduo em determinada comunidade estatal são inviabilizadas, também na seara ecológica há um conjunto mínimo de condições materiais em termos de qualidade ambiental, sem o qual o desenvolvimento da vida humana (e mesmo a integridade física do indivíduo, em alguns casos) também se encontra fulminado, em descompasso com o comando constitucional que impõe ao Estado o dever de tutelar a vida (art. 5º, caput) e a dignidade humana (art. 1º, III) contra quaisquer ameaças existenciais. E mais, o conteúdo do mínimo existencial ecológico não pode ser confundido com o que se poderia denominar de

Isso é possível porque o princípio da proporcionalidade, também sob o aspecto ecológico, oferece significativa contribuição em função das duas faces pelas quais ele pode ser visto. A primeira delas consiste na proibição de excessos por parte do Estado legislador ou administrador, quando necessária for a limitação a direitos fundamentais. A segunda, versa sobre a vedação à proteção deficiente de direitos fundamentais “de sustentação da nossa comunidade estatal, entre eles, o direito a viver em um ambiente sadio, seguro e equilibrado”²⁹⁵.

O Ministro Celso de Melo, ao julgar a ADC 42, adverte ser essencial “que o Estado, seja no exercício de suas funções legislativas, seja na realização de suas atividades administrativas, respeite o princípio da proporcionalidade, em cuja estrutura normativa compreende-se, além da proibição do excesso, o postulado que veda, em sua outra dimensão, a insuficiência da proteção estatal”²⁹⁶.

Em referência à doutrina alemã, o Ministro Gilmar Mendes, ao votar na ADPF 101, pontua que “os direitos fundamentais não contêm apenas uma proibição de intervenção (Eingriffsverbote), expressando também um postulado de proteção (Schutzgebote). Haveria, assim, para utilizar uma expressão de Canaris, não apenas uma proibição de excesso (Übermassverbot), mas também uma proibição de proteção insuficiente (Untermassverbot)”²⁹⁷.

Os direitos fundamentais quando reclamam “deveres de proteção ou imperativos de tutela”, implicam um agir estatal, forçando-o a intervir, de modo preventivo ou repressivo. Nessa tarefa, o Estado corre o risco de afetar desproporcionalmente outros direitos, inclusive daquele que está sob acusação de violar direito fundamental de outrem²⁹⁸.

Nessa hipótese, o princípio da proporcionalidade atua como “critério de controle de constitucionalidade de medidas restritivas a direitos fundamentais, isto é, em última análise, uma proibição de excesso, tomando o direito fundamental aqui como direito de defesa. Agora,

um “mínimo vital” ou “mínimo de sobrevivência”, na medida em que este último diz respeito à garantia da vida humana, sem necessariamente abranger as condições para uma sobrevivência física em condições dignas, portanto, de uma vida com certa qualidade - FENSTERSEIFER, T. **Mínimo existencial ecológico (ou socioambiental): o direito fundamental às prestações materiais mínimas em termos de qualidade, equilíbrio e segurança ambiental para o desfrute de uma vida humana digna e saudável (pelas presentes e futuras gerações)**. Direito e justiça ambiental: diálogos interdisciplinares sobre a crise ecológica, 2014, p. 74-96.

²⁹⁵ Os autores defendem que a violação à vertente normativa da proibição de proteção insuficiente pode até mesmo ensejar, em última instância, o controle judicial de políticas públicas ambientais (inclusive em defesa do direito-garantia ao mínimo existencial ecológico ou mesmo núcleo essencial do direito fundamental ao ambiente). SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 240.

²⁹⁶ ADC 42/DF, p. 638.

²⁹⁷ Voto do Ministro Gilmar Mendes na ADPF 101/DF, p. 11. Já o Ministro Luís Roberto Barroso, na ADC 42, em crítica aos dispositivos do novo Código Florestal brasileiro que atenuam o dever de reparação de danos ao meio ambiente, afirma que esses dispositivos violam o princípio da proporcionalidade, tanto na dimensão da proteção deficiente quanto na proporcionalidade em sentido estrito, porque impõe severos ônus ao meio ambiente e gera benefícios ínfimos em razão da estabilização de situações jurídicas consolidadas. - ADC 42/DF, p. 428-433.

²⁹⁸ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 242 e 243.

quando o Estado se omite ou oferece proteção deficiente, inferior aos padrões mínimos de proteção exigidos pela Constituição, será hipótese vinculada (ao menos em boa parte) à problemática das omissões inconstitucionais, atrelada à tese da chamada proibição de insuficiência (na implementação dos deveres de proteção estatal)²⁹⁹.

Fato é que desproporções - sobretudo quando se envolve direitos fundamentais - configuram violação ao princípio da proporcionalidade e, por consequência, contrariam o ordenamento constitucional e incidem em antijuricidade, sendo essa desproporção para mais ou para menos. Constatada a “violação de posições jurídicas fundamentais em matéria de direito ambiental”, abre-se margem para correção da medida violadora pela via judicial, pelos instrumentos disponíveis³⁰⁰.

Dessa maneira, o princípio da proporcionalidade representa um dos sustentáculos do Estado democrático de Direito brasileiro, destacando-se como importante método para controle dos atos dos poderes públicos, sejam esses atos omissivos ou comissivos³⁰¹.

Voltando à teoria de Alexy, a proporcionalidade traduz a ideia de otimização dos princípios, encontrando na máxima da proporcionalidade *stricto sensu* ou ponderação, a formulação de uma verdadeira “lei da ponderação” ao prescrever que quanto mais alto é o grau do não cumprimento ou prejuízo a um princípio, maior deve ser a relevância do cumprimento do outro³⁰².

Os princípios podem ser obedecidos em dose máxima, média ou mínima, o que não se admite é sua total inobservância. Logo, “pela lei de ponderação, quanto mais intensiva é uma intervenção em um direito fundamental, tanto mais graves devem ser as razões que a justifiquem”³⁰³.

Em aquiescência com a teoria alexyana, informa o STF que “qualquer espécie de ponderação de princípios não pode resultar em consequência perniciosa severamente maior do que o evento lesivo que se está a controlar. Garantias individuais não justificam pura e simplesmente o aniquilamento do interesse coletivo, e o interesse coletivo não pode sacrificar completamente as garantias individuais”³⁰⁴.

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 243.

³⁰⁰ GAVIÃO FILHO, A. P. **Direito fundamental ao ambiente**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, p. 91 e 92.

³⁰¹ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 242 e 243.

³⁰² ALEXY, R. **Constitucionalismo Discursivo**. Organizador e Tradutor Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, p. 110 e 111.

³⁰³ ALEXY, R. **Direitos fundamentais no estado constitucional democrático: para a relação entre direito do homem, direitos fundamentais, democracia e jurisdição constitucional**. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, n. 217, 1999, p. 67-79.

³⁰⁴ ADPF 101/DF, p. 11.

Ainda dentro da máxima da ponderação, o jus-filósofo alemão organiza as três fases ou graus pelos quais ela precisa perpassar: “a) na primeira fase, deve ser determinada a intensidade da intervenção; b) na segunda, trata-se, então, da importância das razões que justificam a intervenção; e c) somente na terceira fase, sucede, então, a ponderação em sentido estrito e próprio”³⁰⁵.

Nessa esteira, o Supremo Tribunal Federal brasileiro explora o princípio da proporcionalidade e a técnica da ponderação como instrumentos para auxiliar na resolução dos casos concretos. As decisões da Suprema Corte revelam que o princípio da proporcionalidade destaca-se como importante mecanismo para solução dos casos, aliando ponderação e argumentação racional.

No polêmico exame de constitucionalidade do Novo Código Florestal brasileiro³⁰⁶ (ADC 42), a Ministra Carmem Lúcia invocou o princípio da proporcionalidade e escreveu em seu voto que “a aplicação do princípio da proporcionalidade, mais especificamente da necessidade, impõe que de todas as medidas igualmente adequadas à obtenção de um fim, seja eleita aquela menos nociva aos interesses do cidadão. (...) De se invocar o princípio da proporcionalidade, para que sejam sopesados os bens jurídicos atingidos pela medida legislativa”³⁰⁷.

No mesmo julgado, o Ministro Luís Roberto Barroso também fez menção ao princípio da proporcionalidade e da técnica da ponderação como medidas para auxiliar o intérprete e conferir a máxima efetividade dos princípios, diante de valores constitucionais contrapostos, sendo o desenvolvimento sustentável a justa medida a ser alcançada com a ponderação de valores. O Ministro sublinhou, todavia, “que Poder Judiciário somente deve interferir em caso de manifesta falta de razoabilidade ou desproporcionalidade da medida”³⁰⁸.

Fez-se questão de evidenciar trechos dos votos de alguns Ministros no julgamento da ADC 42, pois a mera referência à ementa do acórdão talvez fosse insuficiente para demonstrar

³⁰⁵ ALEXY, op. cit., 1999, p. 67-79. Organização de igual modo referida na obra ALEXY, R. **Constitucionalismo Discursivo**. Organizador e Tradutor Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, p. 68.

³⁰⁶ BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em 21 de agosto de 2019.

³⁰⁷ ADC 42/DF, p. 235.

³⁰⁸ Ainda em seu voto escreveu o Ministro Barroso: “a necessidade de compatibilização de valores constitucionais contrapostos faz com que o intérprete, a fim de conferir máxima efetividade aos princípios em questão e preservar a unidade da Constituição, tenha de avaliar medidas restritivas à luz do princípio da proporcionalidade, ou do mandamento da proporcionalidade, recorrendo à técnica da ponderação (...) o meio ambiente desfruta de especial proteção constitucional; mas, por evidente, essa proteção há de ser compreendida em ponderação com outros valores como o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades e a erradicação da pobreza. O Poder Judiciário somente deve interferir em caso de manifesta falta de razoabilidade ou desproporcionalidade da medida” ADC 42/DF. p. 428 a 433.

a impressão que se teve. Diferentemente dos principais precedentes da Corte sobre a matéria³⁰⁹ e muito embora tenham sim referido o princípio da proporcionalidade, os argumentos trazidos pelos Ministros e principalmente o desfecho desse julgado pelo voto de cada um deles, parecem indicar a transferência da análise da proporcionalidade para os poderes legislativo e administrativo, quase que exclusivamente, quando da elaboração e execução das políticas ambientais. No caso em tela, em nome da separação dos poderes e da legitimidade democrática, deu-se a impressão de que o STF meio que se auto eximiu da análise da proporcionalidade.

No entanto, dos ensinamentos doutrinários sobre o princípio da proporcionalidade aplicado aos direitos fundamentais, apreende-se que aquela proporcionalidade que orienta a elaboração e execução de políticas ambientais tencionando evitar excessos ou proteção insuficiente é a mesma que autoriza o controle judicial dessas políticas. O princípio é um só, apenas embasa as ações dos poderes estatais em momentos distintos: a) legislativo e executivo na elaboração e execução das políticas; b) judiciário no controle de constitucionalidade dessas políticas, quando desproporcionais.

Embora no julgamento da ADC 42 possa ser que o STF tenha andado na contramão e não guardado coerência com suas próprias decisões, nos outros precedentes envolvendo meio ambiente e desenvolvimento econômico a Corte parece ter explorado adequadamente o princípio da proporcionalidade e a técnica da ponderação para auxiliar, *in casu*, no controle jurisdicional de possíveis excessos ou omissões dos poderes estatais na concretização das normas de direitos fundamentais.

Aliás, a incoerência da Suprema Corte no julgamento da ADC 42 não incidiu tão só no concernente ao princípio da proporcionalidade, mas também no da proibição ao retrocesso ambiental, como observar-se-á no tópico seguinte.

2.2.2 Princípio da proibição de retrocesso ambiental e salvaguarda normativa dos institutos protetivos do ambiente

A dupla face do princípio da proporcionalidade na seara ecológica, seja na proibição de excessos ou na vedação à proteção deficiente, impõe que, uma vez o Estado legislador ou administrador agindo em desalinho com os deveres constitucionais na tutela do ambiente e o poder judiciário acionado, a este cabe o controle e/ou a reforma dos atos. Nesta função, o

³⁰⁹ADPF 101/DF, ADI 3.540-1/DF, STA 118-AgR, STA 171-AgR, ADI 5.016/BA, 3470/RJ, ADI 3406/RJ e ADI 3937/SP, todos já referenciados neste estudo.

princípio da proibição de retrocesso ambiental atua ao lado e orienta a aplicação do princípio da proporcionalidade.

Conforme as lições de Sarlet e Fensterseifer, depreende-se que o princípio da proibição de retrocesso tem matriz no direito internacional dos direitos humanos, nomeadamente na “cláusula da progressividade atribuída aos direitos sociais”, constante no art. 2º, § 1º do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e no art. 1º do Protocolo de São Salvador³¹⁰.

Para os referidos autores, essa cláusula da progressividade deve abranger “as medidas fáticas e normativas voltadas à tutela ecológica, de modo a instituir uma progressiva melhoria da qualidade ambiental e, conseqüentemente, da qualidade de vida em geral.” Com efeito, da incidência da cláusula de progressividade para salvaguarda também do direito fundamental ao ambiente, descende o princípio da proibição de retrocesso ambiental³¹¹.

O princípio da proibição de retrocesso ambiental, além de inadmitir que Estado e particulares alterem negativamente o equilíbrio ecológico do meio ambiente, obriga-os, pela solidariedade ou justiça intrageracional³¹², a deixar iguais ou melhores condições ambientais às gerações futuras, o que requer constante necessidade de avanço nos bons níveis de qualidade do ambiente³¹³.

Segundo Rodrigues, o princípio da proibição de retrocesso ambiental é um princípio axiomático (premissa evidente e verdadeira) do direito constitucional ambiental. Isso implica dizer que não se admite “recuo ou interpretações que lhes diminuam as conquistas efetivadas e que se refletem na proteção da dignidade do ser humano e na proteção dos direitos fundamentais”³¹⁴. Peter Haberle fala em conteúdos irrenunciáveis para o Estado Constitucional,

³¹⁰ No direito da União Europeia, é possível identificar a previsão do princípio da proibição de retrocesso ambiental no conteúdo do art. 37 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000) ao prescrever que “todas as políticas da União devem integrar um elevado nível de proteção do ambiente e a melhoria de sua qualidade, e assegurá-los de acordo com o desenvolvimento sustentável.” Ao usar a expressão “nível elevado” de proteção ecológica e de uma melhoria da qualidade ambiental, a Carta Europeia além de vedar retrocessos legislativos e administrativos, coloca a obrigação de melhoramento dos níveis de proteção do ambiente - SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 262.

³¹¹ Os autores fazem essa sustentação por entenderem adequado o “tratamento integrado e interdependente dos direitos sociais e dos direitos ecológicos, a partir da sigla DESCA (para além da clássica denominação DESC), ou seja, como direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, de modo a contemplar a evolução histórica dos direitos fundamentais e humanos, incorporando a tutela do ambiente em tal núcleo privilegiado de proteção da pessoa.” Essa nos parece uma abordagem bastante congruente e em harmonia com aquilo que discorreremos na última parte deste capítulo, máxime no tocante a incidência dessa visão integrada dos direitos fundamentais no estudo do princípio do desenvolvimento sustentável. - *Ibidem*, p. 259 e 260.

³¹² Nos dizeres de Alexandre Kiss “para haver justiça, a riqueza que nós herdamos das gerações precedentes não deve ser dissipada para nossa (exclusiva) conveniência e prazer, mas passada adiante, na medida do possível, para aqueles que nos sucederão”. - KISS, op. cit., 2004, p. 3.

³¹³ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 121 e 260.

³¹⁴ RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 344 e 345.

valores de um Estado comprometido com a dignidade e os direitos fundamentais³¹⁵. Com base nesse princípio, “não poderia o legislador retirar da população ganhos e conquistas que são hoje verdadeiros axiomas lógicos” do direito constitucional ambiental³¹⁶.

Logo, trata-se de um princípio que acha suporte constitucional e busca tolher qualquer iniciativa regressiva contra o ambiente, demarcando a zona de atuação dos poderes públicos e concedendo poder para os órgãos administrativos ou jurisdicionais agirem para impedir o retrocesso ecológico. Assim, o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado “só é modificável *in mellius* e não *in pejus*, uma vez que é expressão da sadia qualidade de vida e da dignidade da pessoa humana³¹⁷.

Nessa subsequência, Canotilho defende que “a liberdade de conformação política do legislador no âmbito das políticas ambientais tem menos folga no que respeita à reversibilidade político-jurídica da proteção ambiental, sendo-lhe vedado adoptar novas políticas que traduzam em retrocesso retroactivo de posições jurídico-ambientais fortemente enraizadas na cultura dos povos e na consciência jurídica geral”³¹⁸. O intuito é fazer com que “legislador e/ou administrador público, no exercício de suas atribuições, seja sempre conduzido pelo objetivo de não suprimir ou reduzir o grau de intensidade normativa que os direitos socioambientais já tenham alcançado”³¹⁹.

Não à toa, os desenvolvimentos do Direito Internacional voltados à área ambiental, na sua quase integralidade, declaram o intento de salvaguardar e aprimorar as condições ambientais, o que por consequência torna ilícito o comportamento Estatal que busque diminuir o grau de proteção³²⁰.

Molinaro nos fornece algumas contribuições acerca do princípio da proibição de retrocesso ambiental ou proibição de “retrogradação socioambiental”, como prefere o autor³²¹. Para o ele, o direito ambiental preconiza a proteção do meio ambiente, promoção da qualidade ambiental e vedação à retrogradação que viole direitos humanos e direitos fundamentais.

Portanto, a rigor, o princípio da proibição de retrocesso tem por objeto a vedação da destruição ou degradação do ambiente. Por isso, ao se alcançar um estado superior de qualidade

³¹⁵ *Apud*, SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 271.

³¹⁶ RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 344 e 345.

³¹⁷ TEIXEIRA, op. cit., 2006, p. 124.

³¹⁸ CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional ambiental português e da União Europeia**. In: CANOTILHO, J. J. G.; LEITE, J. R. M. *Direito constitucional ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 5.

³¹⁹ THOMÉ, op. cit., 2014, p. 2006.

³²⁰ PRIEUR, M. **O princípio da “não regressão” no coração do direito do homem e do meio ambiente**. *Novos Estudos Jurídicos*, v. 17, n. 1, 2012, p. 7.

³²¹ Segundo Molinaro, a expressão princípio de proibição de retrogradação socioambiental melhor exprime a ideia de retroceder, no sentido de ir para trás (no tempo e no espaço) como de fato é a interpretação esperada do princípio. - MOLINARO, op. cit., 2007, p. 67-68.

ambiental, não se deve retroceder a patamares inferiores, isso implica dizer que a matéria ambiental não autoriza a retração, o ato de ir para trás naquilo já conquistado³²².

Vale consignar que os deveres constitucionais relativos à tutela do meio ambiente vinculam os poderes do Estado e impõe limites a sua liberdade de conformação na elaboração e condução de medidas concernentes à tutela ambiental³²³. Assim, o suporte legislativo que vise operacionalizar esses deveres constitucionais de proteção do ambiente carece de “blindagem contra retrocessos que o torne menos rigoroso ou flexível, não admitindo que voltem a ser adotadas práticas poluidoras hoje proibidas, assim como buscar sempre um nível mais rigoroso de proteção.” Saliente-se que essa blindagem protetiva é oponível em face da atuação de todos os poderes do Estado³²⁴.

Porém, “parte-se do pressuposto de que não existem direitos absolutamente imunes a restrições, mormente para salvaguarda eficiente de outros direitos fundamentais e bens de valor constitucional”³²⁵. Assim, no exame *in casu*, a depender do contexto, pode ser revelada a necessidade de flexibilização do princípio da proibição de retrocesso e fixação de limites a ele, em especial para se evitar constituir obstáculo para aquisições que visem melhorar a qualidade de vida das pessoas, o que no fundo diz respeito à necessidade constante de acomodar proteção ambiental e progresso³²⁶.

Apesar disso, adverte Molinaro que na análise do caso concreto é imprescindível o cauteloso sopesamento dos outros princípios envolvidos direta ou indiretamente na demanda, tais como aqueles que norteiam todo o ordenamento jurídico brasileiro, a exemplo do princípio da dignidade da pessoa humana, da supremacia da Constituição e do já referido princípio da proporcionalidade³²⁷.

Tendo em conta a liberdade de conformação dos poderes públicos ao fazer o necessário sopesamento entre os valores eventualmente colidentes - quando da adoção de medidas de cunho legislativo ou administrativo - como bem defendido por Molinaro, é bastante profícua a contribuição de Canotilho ao nos dizer que, tendo a Constituição colocado o dever de proteção do ambiente como imposição ao Estado, a ordem é para a proibição de retrocesso ecológico, determinando que “a água, os solos, a fauna, a flora, não podem ver aumentado o grau de

³²² *Ibidem*.

³²³ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2010, p.17.

³²⁴ *Ibidem*, p. 264.

³²⁵ *Ibidem*, p. 267.

³²⁶ MOLINARO, op. cit., 2007, p. 80-81.

³²⁷ *Ibidem*.

esgotamento, surgindo os limites do esgotamento como limite jurídico-constitucional da liberdade de conformação dos poderes públicos”³²⁸.

Da conjugação das ideias de ambos os doutrinadores nos é possível inferir que, no exame *in casu*, ao fazer o sopesamento ou ponderação dos valores em testilha (como recomendado por Molinaro), o aumento do grau de esgotamento dos recursos ambientais (conforme indicado por Canotilho), seria então o limite mínimo do grau de satisfação do direito ao ambiente (teoria *alexiana*), estando este em colisão com outro princípio constitucional de igual relevância e envergadura.

Em outras palavras - aclarando nossa percepção - o aumento do grau de esgotamento do recurso ambiental limita a margem de conformação de qualquer dos poderes estatais e, por força do princípio da proibição de retrocesso ambiental, não dão a eles outra opção a não ser agir *pro natura*. Em se tratando da floresta amazônica, essa junção das ideias dos doutrinadores pode ser muito útil para delimitação da margem de conformação das medidas de intervenção na floresta.

Atividades que provoquem extinção das espécies da fauna ou da flora e provoquem poluição das águas ou supressão de nascentes na Amazônia, por exemplo, deveriam encontrariam óbices para sua autorização. Para essas atividades, o elevado grau de esgotamento dos referidos recursos limita a margem de conformação dos poderes estatais, por força do princípio da proibição ao retrocesso ambiental.

Em suma, o princípio da proibição de retrocesso busca impedir involuções nos avanços legislativos na temática ambiental, refletidos na ampla gama de normas direcionadas à proteção do ambiente. Não se permite a eliminação, pelo legislador, de direitos e garantias já alcançados, retrocedendo ao estágio ambiental de proteção menor àquela fruída atualmente, pois “a degradação da lei leva à degradação ambiental”³²⁹. A proibição de retrocesso busca a salvaguarda normativa dos institutos protetivos do ambiente contra o agir legislativo e administrativo corrosivo e depreciador desses institutos³³⁰.

³²⁸ CANOTILHO, J. J. G. **O direito ao ambiente como direito subjetivo**. In: CANOTILHO, J. J. G. Estudos sobre direitos fundamentais. Coimbra: Coimbra Editora, 2004, p. 182. Ainda sobre a liberdade de conformação dos poderes estatais frente aos deveres constitucionais de tutela dos direitos fundamentais, nos esclarece Michel Prieur que “o recuo de um direito não pode ir além de certo nível, sem que esse direito seja desnaturado (...) na seara ambiental, existe um nível de obrigações jurídicas fundamentais de proteção, abaixo do qual toda medida nova deveria ser vista como violando o direito ao ambiente”. - PRIEUR, op. cit., 2012, p. 45.

³²⁹ BENJAMIN, A. H. **Princípio da proibição de retrocesso ambiental**. In: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (Org.). O princípio da proibição de retrocesso ambiental. Brasília: Senado Federal/CMA, 2012, p. 72.

³³⁰ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 266.

Cumpra reafirmar que o direito à preservação ambiental comina uma limitação constitucional à atividade econômica. Todavia, nos casos concretos onde se verifica uma tensão entre desenvolvimento econômico e direito ao meio ambiente, o princípio da vedação ao retrocesso se mostra de grande valia para auxiliar na resolução das questões e compatibilização de valores.

Nessa mesma lógica, Canotilho enfatiza a natureza do ambiente como um direito fundamental e também um bem constitucional, pois assim quis o constituinte. Em consequência, “os vários decisores (legislador, tribunais, administração) devem tomar em conta na solução de conflitos constitucionais esta reserva constitucional do bem ambiente”³³¹. Todas as políticas públicas dirigidas ao ambiente precisam levar em conta os deveres de proteção e concretização gradual desse direito, deveres esses que, naturalmente, incluem atenção ao princípio da proibição de retrocesso.

Dedicar-se à proibição de retrocesso e sua correlata vedação de proteção insuficiente é questão que se impõe ao jurista, sobretudo no caso brasileiro, ante a forte tendência à flexibilização da legislação ambiental, com impactos diretos em biomas tão importantes para o equilíbrio ecológico, como a floresta amazônica³³².

Atentos e preocupados com essa tendência, doutrinadores como o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Antônio Herman Benjamin, argumentam que a proibição ao retrocesso “transformou-se em princípio a ser invocado na avaliação da legitimidade de iniciativas legislativas destinadas a reduzir o patamar de tutela geral do meio ambiente, mormente naquilo que afete em particular: a) processos ecológicos essenciais; b) ecossistemas frágeis ou à beira de colapso e c) espécies ameaçadas de extinção”³³³.

Todas essas particularidades citadas pelo jurista podem ser verificadas na floresta amazônica, o que invoca o princípio da proibição de retrocesso ambiental na avaliação da legitimidade de iniciativas legislativas destinadas a reduzir o patamar de tutela geral conferido atualmente à floresta.

Na jurisprudência do STF, foi no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 5.016/BA que a Corte fez referência expressa ao princípio da proibição de retrocesso ao exarar o seguinte entendimento: “o princípio da vedação do retrocesso impossibilita qualquer supressão ou limitação de direitos fundamentais já adquiridos. Tal garantia se coaduna com os

³³¹ CANOTILHO, op. cit., 2007, p.5.

³³² SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 264.

³³³ BENJAMIN, op. cit., 2012, p. 62.

princípios da dignidade da pessoa humana e da segurança jurídica, estabelecendo um dever de progressividade em matérias sociais, econômicas, culturais e ambientais”³³⁴.

Já no emblemático exame de constitucionalidade de dispositivos do novo Código Florestal brasileiro, realizado por meio da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 42/DF, o principal argumento levantado pelos autores das ações reunidas pelo STF para julgamento foi a violação do princípio da vedação ao retrocesso ambiental, notória em vários dispositivos do novo Código³³⁵.

Ao enfrentar os argumentos dos autores, a respeito do princípio da proibição de retrocesso ambiental, assim se posicionou o Supremo Tribunal Federal: “as políticas públicas ambientais devem conciliar-se com outros valores democraticamente eleitos pelos legisladores como o mercado de trabalho, o desenvolvimento social, o atendimento às necessidades básicas de consumo dos cidadãos etc. Dessa forma, não é adequado desqualificar determinada regra legal como contrária ao comando constitucional de defesa do meio ambiente (art. 225, *caput*, CRFB), ou mesmo sob o genérico e subjetivo rótulo de “retrocesso ambiental”, ignorando as diversas nuances que permeiam o processo decisório do legislador, democraticamente investido da função de apaziguar interesses conflitantes por meio de regras gerais e objetivas. O Princípio da vedação do retrocesso não se sobrepõe ao princípio democrático no afã de transferir ao Judiciário funções inerentes aos Poderes Legislativo e Executivo, nem justifica afastar arranjos legais mais eficientes para o desenvolvimento sustentável do país como um todo”³³⁶.

Em referência ao julgamento do Recurso Extraordinário nº 586.224/SP³³⁷, da própria Corte, avultou-se a imprescindibilidade de acomodar, na elaboração da política pública ambiental, diferentes interesses também legítimos, como as implicações no mercado de trabalho. O STF afastou a tese de que a norma mais benéfica ao meio ambiente precisa sempre imperar (*in dubio pro natura*), “reconhecendo-se a possibilidade de o regulador distribuir os recursos escassos com vistas à satisfação de outros interesses legítimos, mesmo que não promova os interesses ambientais no máximo patamar possível” e refutou a aplicação

³³⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADI 5.016/BA**, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgamento em 10.11.2018, p. 10. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur393481/false>. Acesso em 1 de fevereiro 2020. - Também o STJ firmou entendimento de que o princípio da proibição de retrocesso é “garantia de que os avanços urbanístico-ambientais conquistados no passado não serão diluídos, destruídos ou negados pela geração atual ou pelas seguintes”. - BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, **REsp 302.906/SP**, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 01.12.2010. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/proceso/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1427843&num_registro=201102550790&data=20191122&formato=PDF. Acesso em 10 de janeiro 2020.

³³⁵ As ações reunidas para julgamento foram as Ações Diretas de Inconstitucionalidade de números 4901, 4902, 4903 e 4937.

³³⁶ ADC 42/DF, p. 4.

³³⁷ Reunido pelo plenário para julgamento conjunto com a ADC 42/DF.

automática da tese de “vedação ao retrocesso” para anular opções validamente eleitas pelo legislador³³⁸.

Argumentou a Corte que “o Código Florestal ostenta legitimidade institucional e democrática. (...) Consectariamente, além da discricionariedade epistêmica e hermenêutica garantida ao Legislativo pela Constituição, também militam pela autocontenção do Judiciário no caso em tela a transparência e a extensão do processo legislativo desenvolvido, que conferem legitimidade adicional ao produto da atividade do Congresso Nacional”³³⁹.

No mesmo julgado e apesar de voto vencido nesse ponto, comunga-se da preocupação do Ministro Luiz Roberto Barroso ao questionar dispositivos do Novo Código Florestal que permitem a redução para 50% da área de Reserva Legal³⁴⁰ da Amazônia Legal³⁴¹ que, como regra geral, deve corresponder a 80%. Nesse particular, “considerando a proteção especial que a Constituição confere à Floresta Amazônica (art. 225, § 4º) e por consequência também a Amazônia Legal”, o Ministro Barroso entendeu que “esses dispositivos não subsistem ao teste dos deveres de proteção impostos constitucionalmente à Amazônia,” pelo que votou por sua inconstitucionalidade³⁴².

O Ministro Marco Aurélio, citando estudos de especialistas da área, entendeu que o art. 15 do Novo Código Florestal ao admitir o cômputo das Áreas de Preservação Permanente³⁴³ no cálculo do percentual da Reserva Legal do imóvel, “tende a causar um efeito especialmente impactante, pois poderá favorecer a redução da cobertura florestal da Amazônia para níveis

³³⁸ ADC 42/DF, p. 6

³³⁹ *Ibidem*, p. 7.

³⁴⁰ Nos termos do art. 3º, III, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal brasileiro), Reserva Legal “é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12651.htm. Acesso em 21 de agosto de 2019.

³⁴¹ Ressalte-se que a definição de Amazônia Legal foi introduzida pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criado pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, lei esta que foi revogada pela Lei nº 5.173/66. Diploma legislativo disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm. Acesso em 26 de agosto de 2019. Como conceito de Amazônia Legal, o governo brasileiro agrupou áreas dos estados na região amazônica com características semelhantes não apenas sob os aspectos ambientais (bioma de floresta amazônica), mas também semelhantes em aspectos sociais e econômicos. Atualmente pode-se dizer que Amazônia Legal corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, e à porção do estado do Maranhão a oeste do meridiano 44º, totalizando uma área de 5.217.423 km², o equivalente a aproximadamente 60% do território nacional. - **Plano Amazônia Sustentável**. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/arquivos/110106%20%20MI%20-%20Plano%20Amazonia%20Sustentavel%20-%20PAS.pdf>. Acesso em 30 de agosto 2019.

³⁴² ADC 42/DF, p. 432.

³⁴³ Segundo o art. 3º, II da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal brasileiro), constitui Área de Preservação Permanente – APP a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

abaixo de 60%, percentual hoje considerado como um limiar crítico para a manutenção da conectividade (ou continuidade) física da floresta. (...) o preceito revela-se incompatível com o dever estatal de proteção do meio ambiente”³⁴⁴. Por isso, e com uma argumentação bastante razoável, o Ministro votou pela inconstitucionalidade do dispositivo, conquanto tenha sido voto vencido.

Finda a análise do acórdão da ADC 42 e ao confrontá-lo com a interpretação firmada nos precedentes da Corte sobre a tónica meio ambiente *versus* desenvolvimento econômico (os principais precedentes já referidos neste estudo), observa-se no julgamento da ADC 42 uma possível alteração de entendimento por parte do STF.

As decisões anteriores colocam o meio ambiente em posição de precedência, em obediência ao comando constitucional que o consagrou como direito fundamental, sendo as julgados orientados pelos princípios constitucionais do desenvolvimento sustentável, da solidariedade, da dignidade da pessoa humana e, por consequência, favoráveis à proteção do meio ambiente.

O acórdão da ADC 42 recebeu pesadas críticas da comunidade jurídica. Para alguns, o STF foi incoerente na sua interpretação e afastou-se do texto constitucional, valendo-se a Corte de razões políticas e econômicas externas ao Direito, pois seria o Novo Código Florestal brasileiro uma lei “de ocasião”, sancionada em resposta a interesses de uma pequena parcela da população com grande poder econômico e político (representada por aquela mesma bancada ruralista do Congresso Nacional acusada de flexibilizar a legislação ambiental brasileira). Contudo, os críticos afirmam ser “papel do Poder Judiciário, por meio da hermenêutica, desvencilhar-se de pressões políticas e econômicas”³⁴⁵.

Argumentam que com o Novo Código Florestal houve notório recuo na tendência normativa observada a partir do texto constituinte, representando um retrocesso legislativo. Além do mais, já nasceu o Código inconstitucional ao trazer em seu bojo uma série de situações

³⁴⁴ ADC 42/DF, p. 164.

³⁴⁵ Em citação a Streck afirmam que “o Direito não pode ser o campo das incertezas, devendo as decisões judiciais observar padrões de coerência com as decisões anteriores e de integridade com o sistema jurídico (regras, princípios, jurisprudência, doutrina) em seu conjunto. Uma atividade decisória responsável implica que as políticas públicas atinentes ao desenvolvimento econômico e a proteção ambiental respeitem os limites instituídos pelas normas constitucionais. No caso em exame, a Constituição foi utilizada para defender os interesses de uma minoria de grandes produtores rurais, numa espécie de hermenêutica de resultados, no modelo primeiro decido e depois busco o fundamento, sendo representativo da crise que atravessa a hermenêutica jurídica em terras brasileiras” - MÉRIDA, C. *et al.* **Uma análise do julgamento da ação declaratória de constitucionalidade 42 à luz da hermenêutica jurídica: por que não se trata de uma crise apenas ambiental?** Revista eletrônica de direito, 2019, p. 60. Disponível em: <http://blog.newtonpaiva.br/direito/wp-content/uploads/2020/01/REVISTA-DE-DIREITO-N.37.pdf#page=60>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

que autorizam a redução dos parâmetros de proteção ambiental, deixando de guardar a mínima coerência com o texto constitucional.³⁴⁶

A pesquisa nos levou a identificar variados textos com duras críticas à decisão da ADC 42³⁴⁷. Entretanto, exígua é a produção que buscou debater os argumentos levantados pela Corte e a própria natureza e extensão do processo legislativo que culminou na aprovação do dispositivo levado a exame. Não se tem aqui a menor pretensão de justificar ou defender a interpretação exarada pelo STF no citado julgado, até porque ela é contrária à fundamentação doutrinária que tecemos sobre a teoria da proibição de retrocesso e até mesmo contrária aos próprios precedentes da Corte.

O que se buscou fazer, tarefa nem sempre fácil - sobretudo quando se tem como objeto de estudo um bem ambiental tão caro e sensível para Brasil e para o mundo, que é a floresta amazônica -, foi lançar o olhar para a decisão da ADC 42 e toda sua conjuntura com a isenção que o processo de investigação jurídica reclama, a fim de descobrir nos argumentos usados pelo STF o que é ou não, o que pode ou não pode ser juridicamente defensável.

O embasamento jurídico-teórico utilizado pela Corte para conferir a chancela de constitucionalidade à maioria dos dispositivos do Novo Código Florestal brasileiro, questionados na ADC 42, pode ou não ser juridicamente defensável, o que possivelmente não significa desprezar ou rechaçar sua análise.

Para compreender o discurso que fez resultar na elaboração do acórdão, ao fazer o cuidadoso exame dos votos dos Ministros, percebeu-se que a Corte privilegiou o primado da separação dos poderes em detrimento do princípio da vedação ao retrocesso ambiental. No

³⁴⁶ Ainda para os mesmos autores, “a decisão proferida pelo STF findou por desrespeitar a autonomia do Direito, configurando atitude arbitrária, antidemocrática e carente de coerência e integridade com o sistema jurídico brasileiro, desnudando uma dúvida acerca do que seria mais severo nos dias atuais, a crise hermenêutica deflagrada pelo Poder Judiciário brasileiro ou a crise ambiental.” MÉRIDA *et al*, op. cit., 2019, p. 60.

³⁴⁷ Dentre outros, DICKSTEIN, A. C. **Anotação aos acórdãos do Supremo Tribunal Federal (STF) de 12 de Agosto de 2019, ADI’S 4901, 4902, 4903, 4937 e ADC 42.** In: Anotações de jurisprudência ambiental brasileira. In: AMADO GOMES, C. (Coord). DICKSTEIN, A.; GIORDANO, N. e GONÇALVES, M. M. (org.). Instituto de Ciências Jurídico-Políticas Centro de Investigação de Direito Público da Universidade de Lisboa, 2020, p. 78. RINK, P. **Regulating the Trees for the Forest: How Indonesia and Brazil Attempt to Reduce Deforestation through Forestry Policy.** Journal of Animal & Environmental Law, v. 10, n. 1, Fall 2018, p. 41-63; MÉRIDA *et al*, op. cit., 2019, p. 60; CARVALHO, E. F.; GIESSEN, L.; FERNÁNDEZ, E. **Los principales retrocesos promovidos por la Ley Forestal brasileña de 2012.** Revista de Derecho Ambiental, n. 11, 2019, p. 19-55; BERNARDO, L. F. **Políticas públicas e judiciário: a necessidade de aprimoramento do sistema processual de tutela coletiva brasileiro voltado ao controle jurisdicional de políticas públicas.** Revista Eletrônica de Direito Processual, v. 20, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/33436>. Acesso em 20 de março 2020; PEIXER, J. F. B. **Brazilian policy after the Paris Agreement: early failure of the climate targets?.** Revista Direito Ambiental e Sociedade, v. 9, n. 3, 2019. Disponível em: <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/7977>. Acesso em 21 de março 2020; RAMPAZZO, L.; BARBOSA, C. V. M. **O Princípio de Vedação ao Retrocesso Ambiental na Amazônia.** Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo, v. 5, n. 2, 2020, p. 18-35. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/Socioambientalismo/article/view/5825>. Acesso em 22 de março 2020.

geral, a legitimidade democrática e de conformação do poder legislativo para elaboração do diploma posto em exame foi o argumento de maior força empregado pelos integrantes do STF.³⁴⁸

Essa constatação pode nos ajudar a compreender a decisão da ADC 42 ao cotejá-la com os precedentes mais relevantes do STF sobre os temas, sob o aspecto da própria natureza e objeto das ações submetidas à apreciação da Corte Superior. Na ADI 3540-1³⁴⁹, o objeto da ação era a análise da inconstitucionalidade da Medida Provisória n. 2.166-77, de 24-08-2001, na parte que introduziu significativas alterações no artigo 4º do antigo Código Florestal brasileiro, porém, as alterações eram mais benéfica para o meio ambiente, decidindo o STF pela constitucionalidade do dispositivo, atuando *pro natura*.

Na ADPF 101³⁵⁰, o objeto era a adequação de atos normativos dos entes da federação - em observância ao princípio da subsidiariedade - aos artigos 170³⁵¹, 196³⁵² e 225³⁵³ da Constituição da República, temática que deixa a Corte mais confortável pra realizar a interpretação e guarda da Constituição, ainda mais sendo os atos normativos postos em exame de adequação mais benéficos à saúde e ao meio ambiente, como de fato eram.

³⁴⁸ Pontuamos aqui as principais premissas teóricas acerca do princípio da proibição de retrocesso por eles formuladas, onde nota-se a manifesta predileção pelo princípio democrático e da separação de poderes, *in casu*. Para o Ministro Luiz Fux, há evidências de que “a revisão judicial das premissas empíricas que embasam determinada medida regulatória, quanto mais quando editada pelo legislador democrático, não pode ocorrer pela singela e arbitrária invocação de um suposto ‘retrocesso’ na defesa do meio ambiente. (...) Entender como ‘vedação ao retrocesso’ qualquer tipo de reforma legislativa ou administrativa que possa causar decréscimo na satisfação de um dado valor constitucional seria ignorar um elemento básico da realidade: a escassez. O engessamento das possibilidades de escolhas na formulação de políticas públicas, a impedir a redistribuição de recursos disponíveis entre as diversas finalidades carentes de satisfação na sociedade, em nome de uma suposta ‘vedação ao retrocesso’ (...), viola o núcleo básico do princípio democrático e transfere indevidamente ao Judiciário funções inerentes aos Poderes Legislativo e Executivo.” Com argumentação semelhante, a Ministra Carmem Lúcia consignou em seu voto que “a aplicação do princípio da proibição de retrocesso socioambiental não pode engessar a ação legislativa e administrativa, sendo forçoso admitir certa margem de discricionariedade às autoridades públicas em matéria ambiental.” O Ministro Celso de Melo reconheceu “que o princípio vedatório do retrocesso social, quando particularmente invocado em matéria ambiental, não se reveste de valor absoluto. (...) o princípio da vedação ao retrocesso social não pode impedir o dinamismo da atividade legiferante do Estado”. Para o Ministro Luís Roberto Barroso, o princípio da vedação do retrocesso está implicitamente inserido no ordenamento brasileiro e informa “que onde se obteve um determinado avanço social não se pode retroceder sem que se coloque no lugar alguma coisa que seja constitucionalmente aceitável e não implique em um déficit significativo de proteção de um determinado bem social. Do contrário, nós dificultaríamos qualquer mudança legislativa que eventualmente precisasse acompanhar a evolução dos fatos e da própria realidade social.” - BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADC 42/DF**, Rel. Min. Luiz Fux, julgamento em 28.02.2018. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=750504737>

³⁴⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADI 3540-1/DF**, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 01.09.2005. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur94859/false>. Acesso em 17 de janeiro 2020.

³⁵⁰ ADPF 101/DF, p. 230 a 263.

³⁵¹ Dispõe sobre a ordem econômica.

³⁵² Dispõe sobre o direito à saúde.

³⁵³ Dispõe sobre o direito ao meio ambiente.

Já na ADI 5.016³⁵⁴, discutia-se repartição de competência constitucional em matéria legislativa entre a União e um ente federativo, nomeadamente o estado da Bahia. Assunto que, assim como o da ADPF 101, deixa a Corte com maior margem de conformação para realizar sua tarefa interpretativa.

Agora, no julgamento da ADC 42, em que pese o cognoscível retrocesso ambiental, o STF se autoconteve diante de uma lei federal que “ostenta legitimidade institucional e democrática cujas discussões para a aprovação da Lei questionada se estenderam por mais de dez anos no Congresso Nacional. Destarte, no âmbito do Parlamento, mais de 70 (setenta) audiências públicas foram promovidas com o intuito de qualificar o debate social em torno das principais modificações relativas ao marco regulatório da proteção da flora e da vegetação nativa no Brasil”³⁵⁵.

Sob a alegação de uma “legitimidade adicional ao produto da atividade do Congresso Nacional” (novo Código Florestal), conferida pela “transparência e extensão do processo legislativo”³⁵⁶, o STF privilegiou o primado da separação dos poderes em detrimento do princípio da vedação ao retrocesso ambiental e declarou constitucional a maioria dos dispositivos do Novo Código Florestal brasileiro questionados na ação³⁵⁷.

Esclarece-se que considerar o acórdão da ADC 42 em paralelo com os demais precedentes da Corte sob ângulo da natureza, força e objeto das ações submetidas à apreciação, é fruto de mero esforço investigativo para contrapor os argumentos que colocam em total descrédito os trabalhos da Corte Superior brasileira no julgamento desta ação, acusando-a de ceder totalmente a pressões políticas e econômicas estranhas ao Direito. Destarte, trata-se de simples contribuição para o frutífero debate jurídico.

Não deixemos de mencionar, todavia, que a decisão proferida na ADC 42 está em desarmonia com o que preceitua o princípio da proibição de retrocesso - frente aos avanços da Constituição brasileira, da legislação infraconstitucional e dos diversos pactos internacionais firmados pelo Brasil - e pode abrir um perigoso caminho servindo de “de fundamentação para petições e decisões que possam provocar sensíveis regressões às conquistas logradas à custa de muitas lutas pretéritas”³⁵⁸.

³⁵⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADI 5.016/BA**, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgamento em 10.11.2018, p. 10. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur393481/false>. Acesso em 1 de fevereiro 2020.

³⁵⁵ ADC 42/DF, p. 6 e 7.

³⁵⁶ *Ibidem*.

³⁵⁷ Em análise crítica ao julgado, Dickstein argumenta “que O STF, como instância democrática contramajoritária, haveria de apresentar-se com a vocação de minimizar a discrepância estrutural entre a agenda (ocasional) de governos e a agenda (ambiental) de estado.” - DICKSTEIN, op. cit., 2020, p. 78.

³⁵⁸ RAMPAZZO; BARBOSA, op. cit., 2020, p. 18-35.

A declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos questionados na ADC 42, aqueles violadores do princípio da vedação ao retrocesso ambiental, não seria hipótese de ofensa à separação dos poderes ou à legitimidade democrática, pois esta não tem o condão de validar medidas desproporcionais, diante da força vinculativa dos deveres constitucionais de proteção ambiental³⁵⁹.

Ao contrário, resguardado pelo princípio da proporcionalidade e da vedação ao retrocesso ambiental, ante os deveres constitucionais relativos à tutela do meio ambiente, o controle de constitucionalidade da Corte Suprema poderia ser exercido conforme os ditames da Constituição “em ordem a impedir, mediante resposta jurisdicional que traduz ato de legítima e significativa reação jurídico-institucional autorizada pela própria Carta Política, o desprestígio da Lei Fundamental da República”³⁶⁰.

Enfim, em matéria de direitos fundamentais é necessário considerar que administrador e legislador encontram-se vinculados a proibições de excessos e de insuficiência de proteção. Assim, a proibição de retrocesso representa um mecanismo de salvaguarda do direito fundamental ao meio ambiente. Sobre toda medida (edição de atos administrativos e legislativos) que rebaixe os níveis de proteção desse direito, “recai a suspeição de sua ilegitimidade jurídica”, ou seja, de sua inconstitucionalidade, abrindo margem para o controle judicial. Neste controle, diante dos deveres constitucionais relativos à tutela do meio ambiente como direito fundamental, ganham importância o princípio da proporcionalidade (na sua dupla dimensão), o próprio princípio da proibição de retrocesso e o princípio do desenvolvimento sustentável³⁶¹.

A análise da margem de conformação dos poderes estatais nas intervenções de cunho econômico feitas na floresta amazônica frente aos deveres constitucionais de proteção do meio ambiente e toda essa discussão que traçamos a respeito do princípio da proporcionalidade e da vedação ao retrocesso nos conduz ao indispensável estudo do princípio do desenvolvimento sustentável, pois “a ideia de sustentabilidade está na razão de ser da proteção do ambiente”³⁶².

Progredir em termos fáticos e normativos, na compreensão de uma perspectiva de desenvolvimentos sustentável, “necessariamente conciliando os eixos econômico, social e

³⁵⁹ A esse respeito, o Professor Doutor Jorge Miranda faz a seguinte observação: “Em estritos termos jurídicos, a legitimidade de um Tribunal Constitucional ou órgão homólogo não é mais nem menos do que a dos órgãos políticos: advém da Constituição. E, se esta deriva de um poder constituinte democrático, então ela há de ser, natural e forçosamente, uma legitimidade democrática”. MIRANDA, J. **Teoria do Estado e da Constituição**. Coimbra Editora, Coimbra, 2002, p. 508.

³⁶⁰ Voto do Ministro Celso de Melo na ADC 42/DF, p. 642.

³⁶¹ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 268.

³⁶² *Ibidem*, p. 261.

ambiental, segue sendo possivelmente o maior desafio não apenas, mas especialmente para Estados Constitucionais tidos como periféricos ou em fase de desenvolvimento”³⁶³, como o Estado brasileiro.

Por assim ser, verificar-se-á no tópico seguinte, em acréscimo a toda teoria e argumentação jurídica até agora dissertada, as contribuições do princípio do desenvolvimento sustentável para então tentarmos definir, à luz da Constituição brasileira, as balizas da exploração econômica da floresta amazônica.

2.2.3 Desenvolvimento sustentável: a via juridicamente legítima

Quase toda atividade econômica provoca, em maior ou menor grau, degradação ambiental. É preciso entender que “nem os mais significativos avanços tecnológicos permitirão ao homem, em algum momento futuro, dissociar-se do meio ambiente, na medida em que a atividade humana inventiva e transformadora depende da matéria nele contida, sob todas as suas formas, para se concretizar”³⁶⁴. Por isso que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado deve coexistir com o desenvolvimento econômico, de modo que aquele não acarrete a anulação deste³⁶⁵.

Essa coexistência demanda a necessidade de se usar todos os meios necessários para minimizar a degradação ambiental provocada pelas atividades econômicas, pois pensar de forma contrária seria admitir que nenhum empreendimento capaz de afetar o meio ambiente terá autorização para ser instalado³⁶⁶.

Por outro lado, é também incorreto colocar o desenvolvimento como sinônimo de degradação ambiental. O erro reside aí, “em se entender que o desenvolvimento não pode ser implementado sem sacrificar o meio ambiente,”³⁶⁷ ao contrário, pois como acertadamente entende o STF, “o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente não são políticas intrinsecamente antagônicas”, pois ambas visam um objetivo comum, qual seja, o bem da pessoa humana³⁶⁸.

No entanto, fato é que “o ambiente e a economia tem vivido em tensão e até em antagonismo.” Mas preservação ambiental, crescimento econômico, e desenvolvimento sustentável começam a ser vistos como conceitos, se não inseparáveis, pelo menos conciliáveis.

³⁶³ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 260.

³⁶⁴ ADC 42/DF, p. 2.

³⁶⁵ FIORILLO, op. cit., 2019, p. 82.

³⁶⁶ RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 354.

³⁶⁷ *Ibidem*, p. 354.

³⁶⁸ ADC 42/DF, p. 4.

Assim, há que se abolir as “falsas dicotomias”, que colocam a economia em combate com o ambiente³⁶⁹. Consequentemente, pensar no direito ao desenvolvimento econômico é ter em mente que ele não constitui um fim em si mesmo, pois precisa observar uma série de princípios, dentre eles a defesa do meio ambiente³⁷⁰.

Assim, do esforço para se tentar compatibilizar o direito ao meio ambiente e o direito ao desenvolvimento, surgiu a fórmula, “utilizada até a exaustão”, do “desenvolvimento sustentável ou sustentado”³⁷¹. Rodrigues explica que compreender o conceito de sustentabilidade requer identificar seu vínculo com a proteção do ambiente, uma vez que a manutenção do equilíbrio ecológico implica a utilização racional recursos naturais para evitar seu esgotamento pela degradação³⁷², pois “o mesmo bem que é ingrediente do desenvolvimento é também peça essencial à sadia qualidade de vida”³⁷³.

A concepção de desenvolvimento sustentável preconiza que proteger o meio ambiente e fomentar o desenvolvimento, pautado na livre-iniciativa, são objetivos a serem buscados, mas antes compatibilizados. Isso impõe “a convergência de objetivos das políticas de desenvolvimento econômico, social e de proteção ambiental”, pois é inegável que a preservação ambiental é a palavra de ordem nos dias atuais³⁷⁴.

Pensar desse modo nos faz crer que alcançar o “ponto de equilíbrio” entre a utilização dos recursos naturais, desenvolvimento econômico e social requer planejamento orientado pelos limites da sustentabilidade. “Porquanto numa sociedade desregrada, à deriva de parâmetros de livre concorrência e iniciativa, o caminho inexorável para o caos ambiental é uma certeza.”³⁷⁵

Resta evidente também e ninguém pode negar a importância do desenvolvimento econômico como direito e valor da sociedade, sobretudo daquelas que ainda não atingiram um

³⁶⁹ CONDESSO, F. dos R. **Direito do Ambiente**. Coimbra: Almedina, 2001, p. 72 e 73.

³⁷⁰ Art. 170, VI, da CRFB/88. Complementando essa ideia, escreve Eros Grau: “a Constituição, destarte, dá vigorosa resposta às correntes que propõem a exploração predatória dos recursos naturais, abroqueladas sobre o argumento, obscurantista, segundo o qual as preocupações com a defesa do meio ambiente envolvem proposta de ‘retorno à barbárie’. O princípio da defesa do meio ambiente conforma a ordem econômica (mundo do ser), informando substancialmente os princípios da garantia do desenvolvimento. - GRAU, E. R. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. Malheiros: São Paulo, 2007, p. 250.

³⁷¹ AMADO GOMES, op. cit., 2016, p. 40-45.

³⁷² SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 120.

³⁷³ RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 351. Por seu turno, Édís Milaré acrescenta que a sustentabilidade pode ser entendida de duas formas, primeiro como um conceito ecológico (capacidade que tem um ecossistema de atender às necessidades das populações que nele vivem) e segundo como um conceito político que restringe o crescimento em função da disponibilidade de recursos naturais, da tecnologia aplicada no uso desses recursos e do grau efetivo de bem-estar das populações. - MILARÉ. op. cit., 2007, p. 68.

³⁷⁴ FIORILLO, op. cit., 2019, p. 82

³⁷⁵ *Ibidem*.

patamar satisfatório de desenvolvimento, a exemplo da sociedade brasileira³⁷⁶. Mas, ratificamos, proteger o ambiente e assegurar o desenvolvimento econômico não deve consistir em antagonismo, de modo que a proteção ambiental não acarrete a anulação do desenvolvimento³⁷⁷.

A terminologia empregada no princípio do desenvolvimento sustentável surgiu inicialmente também na Conferência Mundial de Meio Ambiente de Estocolmo, em 1972.³⁷⁸ Ao fazer a leitura do documento, é possível constatar os preceitos do desenvolvimento sustentável já no capítulo I, nomeadamente com a seguinte declaração: *“for the purpose of attaining freedom in the world of nature, man must use knowledge to build, in collaboration with nature, a better environment. To defend and improve the human environment for present and future generations has become an imperative goal for mankind a goal to be pursued together with, and in harmony with, the established and fundamental goals of peace and of worldwide economic and social development”*³⁷⁹.

Todavia, o conceito de desenvolvimento sustentável foi oficialmente cunhado e tomou relevo no âmbito da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, designadamente por meio do relatório Nosso Futuro Comum – Relatório de *Brundtland* (1987), veiculando a noção de que *“humanity has the ability to make development sustainable to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs”*³⁸⁰. Ou seja, desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.

A partir de então, esse conceito foi repetido nas demais conferências da ONU sobre o meio ambiente, em especial na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992 (ECO-92), que empregou o termo em onze de seus vinte e sete princípios³⁸¹, além de

³⁷⁶ *Ibidem*.

³⁷⁷ Com entendimento diverso, Leonardo Boff questiona a denominação “desenvolvimento sustentável” com a crítica de que desenvolvimento provém da área da economia dominante. Já sustentabilidade, provém da biologia. Segundo o autor, elas são expressões contraditórias e inconciliáveis - *apud* SIRVINSKAS, op. cit., 2018, p. 143.

³⁷⁸ FIORILLO, op. cit., 2019, p. 79.

³⁷⁹ UNITED NATIONS. **Report of the United Nations Conference on the Human Environment, Estocolmo, 5-16 de junho, 1972**. Disponível em: <http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>. Acesso em 10 de dezembro 2019.

³⁸⁰ Relatório Nosso Futuro Comum (Relatório de *Brundtland*) 1987, p. 16. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em 21 de dezembro 2019. - O relatório *Brundtland* foi um preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio 1992 ou ECO-92) - AMADO GOMES, op. cit., 2016, p. 40-45.

³⁸¹ FIORILLO, op. cit., 2019, p. 79.

dar ao próprio desenvolvimento sustentável o *status* de princípio do direito ambiental internacional³⁸².

Para James Lovelock, desenvolvimento sustentável é “a moving target”³⁸³, representa o esforço constante em equilibrar e integrar os três pilares (do bem-estar social, prosperidade econômica e proteção ambiental) em benefício das gerações atual e futuras³⁸⁴.

Pelo texto da Constituição brasileira, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado não é apenas assegurado às gerações presentes, mas também às próximas gerações. Édis Milaré argumenta que o desenvolvimento sustentável compreende o direito individual e coletivo de viver e desenvolver-se em um ambiente saudável, mas igualmente um dever das atuais gerações preservar e garantir condições ambientais propícias ao desenvolvimento adequado da vida das futuras gerações³⁸⁵.

Ressalte-se que essa responsabilidade ou solidariedade intergeracional, ínsita à essência de sustentabilidade, sofre algumas críticas acerca da dificuldade de sua implementação, não sob o ponto de vista ético, mas sob o ponto de vista jurídico, pois no plano prático não se sabe como essa responsabilidade se efetiva. Por isso que alguns defendem a necessidade de privilegiar antes a solidariedade intrageracional, visto a quantidade de pessoas vivendo muito mal em todas as partes do mundo, nos dias atuais³⁸⁶.

Na CRFB/88, o princípio do desenvolvimento sustentável tem matriz no próprio artigo 225, consagrado na parte final do *caput*: “defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”³⁸⁷. No entanto, esse princípio é reverberado em outros dispositivos do texto constitucional, notadamente no próprio capítulo da ordem econômica, pois ao colocar como princípios da atividade econômica brasileira a defesa do meio ambiente, a valorização do trabalho humano e a existência digna, a Constituição toca nos três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental³⁸⁸.

³⁸² SIRVINSKAS, op. cit., 2018, p. 143.

³⁸³ LOVELOCK, J. **The Revenge of Gaia: Earth's Climate Crisis & The Fate of Humanity**. London: Allen Lane, 2006, p. 3.

³⁸⁴ SIRVINSKAS, op. cit., 2018, p. 143.

³⁸⁵ MILARÉ, E. **Princípios fundamentais do direito do ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, p. 64.

³⁸⁶ AMADO GOMES, op. cit., 2016, p. 40-45.

³⁸⁷ Art. 225, *caput*, parte final da CRFB/88. Nota-se que a Constituição Portuguesa, diferentemente da Constituição brasileira, utiliza expressamente o termo desenvolvimento sustentável no artigo 66.º, 2.: “para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado (...). - **Constituição da República Portuguesa**. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>. Acesso em 10 de outubro 2019.

³⁸⁸ Com idêntico ponto de vista, Rodrigues escreve que “não é, aliás, apenas sob o ponto de vista ambiental que o desenvolvimento sustentável foi abraçado como postulado principiológico na nossa Constituição. Basta a singela

Assim, o legislador constituinte percebeu que o desenvolvimento econômico depende da conservação do meio ambiente e não se deve dissociar desenvolvimento de sustentabilidade³⁸⁹. Por conseguinte, “a defesa do meio ambiente como princípio geral da atividade econômica obedece à superior orientação constitucional, adaptada que está ao conceito de desenvolvimento sustentável, quando observa os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa em proveito de assegurar a todos vida digna”³⁹⁰.

Nessa acepção, como bem escrevem Sarlet e Fensterseifer, o princípio do desenvolvimento sustentável colocado no inciso VI do art. 170 da CRFB/88 (defesa do meio ambiente), combinado com o direito de propriedade privada e a livre-iniciativa³⁹¹, desnuda a falsa ideia “de um capitalismo liberal-individualista em favor dos valores e princípios constitucionais ambientais”, na medida em que impõe à propriedade privada ajuste aos interesses da sociedade e do Estado, na direção das funções social e ecológica que lhe são próprias³⁹².

Pelo princípio do desenvolvimento sustentável, procura-se manter e melhorar a qualidade de vida das pessoas, mas respeitando a capacidade de suporte dos ecossistemas, isto é, sem provocar desequilíbrios ambientais. “Objetiva-se com isso a diminuição da miséria, da exclusão social e econômica, do consumismo, do desperdício e da degradação ambiental”³⁹³.

Nesse sentido, é a posição assertiva de Juarez Freitas ao escrever que o desenvolvimento sustentável é princípio constitucional de aplicabilidade direta e imediata (isso significa dizer que ele não carece de regulamentação),³⁹⁴ que outorga ao Estado e à coletividade a responsabilidade “pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável, equânime e ambientalmente limpo”, no intuito de assegurar o bem-estar de todos, no presente e no futuro³⁹⁵.

É importante esclarecer, outrossim, que o conceito de desenvolvimento ultrapassa a noção limitada de crescimento econômico³⁹⁶ e engloba outros aspectos. Ao dispor sobre os

leitura do art. 170, VI, da CRFB/88 para se notar que a defesa do meio ambiente é princípio da ordem econômica. - RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 352

³⁸⁹ *Ibidem*.

³⁹⁰ FIORILLO, op. cit., 2019, p. 41.

³⁹¹ Art. 170, *caput* e inciso II.

³⁹² SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 123

³⁹³ SIRVINSKAS, op. cit., 2018, p. 144

³⁹⁴ Para maiores lições sobre a aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais, ver a tradicional classificação do constitucionalista José Afonso da Silva. DA SILVA. J. A. **Aplicabilidade das Normas Constitucionais**, São Paulo/SP: Malheiros Editores, 2001.

³⁹⁵ FREITAS, J. **Sustentabilidade direito ao futuro**. Belo Horizonte. Fórum. 2012. p. 41.

³⁹⁶ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 120 e 121.

componentes políticos e sociais do desenvolvimento, Amartya Sen nos traz uma visão muito mais alargada que a própria concepção de desenvolvimento sustentável.

Com um pensamento bem original e vanguardista, afirma o proeminente Professor que só é possível falar em desenvolvimento quando há contemplação da liberdade própria dos sujeitos e banimentos de todos os tipos de restrições a direitos ou liberdades substantivas (perspectiva constitutiva de desenvolvimento) ou eliminação de todas as privações das pessoas, sejam elas de qualquer natureza, inclusive a qualidade ambiental. Sen afirma que desenvolvimento é como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam,” ou seja, desenvolvimento acaba por ser uma expansão da liberdade humana³⁹⁷.

Dada a necessidade da compreensão integrada e interdependente entre os direitos sociais e a defesa do ambiente para se alcançar o pleno desenvolvimento, Sarlet e Fensterseifer nos trazem a apropriada concepção de direitos fundamentais socioambientais e nos informam que essa concepção oferece amparo para a “noção de desenvolvimento sustentável no âmbito do Estado Socioambiental de Direito”³⁹⁸.

A caracterização do Estado Socioambiental de Direito surge da indispensabilidade de fusão entre o Estado de Direito Social e o Estado de Direito Ambiental, forçoso ao alcance da dignidade da pessoa humana. Significa dizer que “o conteúdo da dignidade humana deve abranger, além da dimensão social, uma dimensão ambiental, que torna obrigatória a harmonização entre a tutela dos direitos ambientais e sociais em um projeto de desenvolvimento”³⁹⁹, coadunando com as diretrizes do desenvolvimento sustentável.

Tomando as lições de José Afonso da Silva, seguem Sarlet e Fensterseifer escrevendo que o desenvolvimento sustentável requer um indispensável crescimento econômico, com a devida redistribuição de renda e erradicação da pobreza, ocorrendo o desenvolvimento e ainda persistindo a pobreza, não há o que se falar em desenvolvimento sustentável⁴⁰⁰.

Apoderando-se de todo o suporte jurídico-teórico que o princípio do desenvolvimento sustentável nos informa - especialmente no que tange ao preenchimento dos três pilares da sustentabilidade: social, econômico e ambiental - e voltando o olhar para o ponto central do nosso estudo, a floresta amazônica, é possível fazer duas constatações.

A primeira delas, é a de que a destruição da floresta amazônica viola o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado⁴⁰¹ e, portanto, não atende ao pilar ambiental da

³⁹⁷ SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**, São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 18 e 55.

³⁹⁸ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 39 e 40.

³⁹⁹ *Idem*, op. cit., 2010, p.13.

⁴⁰⁰ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 39 e 40.

⁴⁰¹ Dado os serviços ambientais prestados pela floresta amazônica, como demonstrado no primeiro capítulo.

sustentabilidade. A segunda, é a de que com os desmatamentos e outras formas de degradação da floresta, sob o argumento de promover o desenvolvimento da região amazônica e do País, não se tem verificado conversão em benefícios para a população na redução da pobreza e das desigualdades sociais, desatendendo, por conseguinte, o pilar social da sustentabilidade.

A troca da floresta por uma vasta extensão de pastos para criação bovina, por exemplo, faz muito pouco para garantir o bem-estar da população rural da região, não é sustentável e sacrifica os bens e recursos mais valiosos desse bioma tão importante. Dessa maneira, fica claro que a maior parte do desmatamento da Amazônia brasileira não é desenvolvimento⁴⁰².

Isso porque o desenvolvimento econômico precisa viabilizar igualmente um progresso substancial na qualidade de vida das pessoas e não apenas centrar em aspectos quantitativos de crescimento econômico⁴⁰³, este é apenas uma vertente da noção macro de desenvolvimento. Todas as vertentes (ambiental, social e econômica) precisam estar em harmonia para que então se possa falar, de fato, em desenvolvimento.

Nesse mesmo sentido, adverte Daly que o termo “desenvolvimento” implica mudança e melhoria do bem-estar humano e não pode ser confundido com “crescimento”, que se refere ao aumento da produção de matéria e energia em uma sociedade humana e pode ou não atingir o bem-estar das pessoas⁴⁰⁴.

No caso da conversão da floresta em pastagens - principal fator de desmatamento na Amazônia - a população beneficiada pela área desmatada é mínima. Saber quem efetivamente se beneficia com a exploração econômica da floresta é fundamental para identificar se há ou não desenvolvimento, em não sendo as pessoas que vivem na Amazônia as beneficiadas pelos empreendimentos da região, provavelmente se pode afirmar que não houve desenvolvimento.⁴⁰⁵

O modelo de desenvolvimento predominante na região amazônica no último meio século, substituindo floresta por agricultura, pastagens para criação bovina, geração de hidrelétrica e outros empreendimentos em larga escala, além de desatualizado há muito tempo por questões ambientais, sociais e econômicas⁴⁰⁶, não resultou em criação de riqueza ou melhor

⁴⁰² FEARNSSIDE, op. cit., 2017.

⁴⁰³ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 126

⁴⁰⁴ DALY, H.E. **Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development**. Boston, Massachusetts, U.S.A.: Beacon Press, 1996, p. 253.

⁴⁰⁵ Estudos apontam que as mudanças no bem-estar humano à medida que o desmatamento avança na floresta amazônica têm sido caracterizadas por um padrão de expansão e contração, no qual os indicadores de bem-estar aumentam na fase inicial do desmatamento e em seguida declinam. O índice de desenvolvimento humano – IDH médio por município retorna a um nível baixo, semelhante ao registrado antes do “boom” do desmatamento. Tanto a pecuária extensiva quanto o cultivo de soja ocupam vastas áreas, mas beneficiam poucas pessoas. - FEARNSSIDE, op. cit., 2017.

⁴⁰⁶ CHEN, G. *et al.* **Spatiotemporal patterns of tropical deforestation and forest degradation in response to the operation of the Tucuruí hydroelectric dam in the Amazon basin**. Appl Geogr 63, 2015, p.1-8.

qualidade de vida para aqueles que vivem na região, população em sua maioria muito pobre⁴⁰⁷. Trata-se de um modelo que reduz significativamente o valor da vida na Amazônia e concentra o poder econômico e político nas mãos de minoria.

Outro fator relacionado à sustentabilidade a ser considerado na exploração econômica da Amazônia é o de que as características peculiares da floresta é condição limitante para muitos tipos de uso⁴⁰⁸, pois para que o desenvolvimento seja tido como sustentável, os sistemas produtivos devem continuar oferecendo seus benefícios por um vasto período, tecnicamente *ad infinitum* - apesar da ressalva da Comissão de *Brundtland* (1987)⁴⁰⁹ sobre recursos não renováveis.⁴¹⁰

Então, só é plausível pensar em desenvolvimento realmente sustentável se o recurso ambiental que servirá de matéria-prima à atividade econômica for renovável ou pelo menos puder ser restaurado dentro de um prazo razoável. E mais, a renovabilidade deve levar em conta não só o bem em si mesmo, mas as peculiaridades da região e a função que exerce no local onde se encontra. “Não sendo renovável, certamente não poderá ser implementada a atividade”⁴¹¹. Isso nos leva a supor que os usos mais comuns da terra na área da Amazônia, a exemplo das extensas pastagens, são insustentáveis⁴¹², dadas as particularidades ecossistêmicas da floresta⁴¹³.

⁴⁰⁷ KAHN, J. **False shades of green: The case of Brazilian Amazonian hydropower**. *Energies* 7(9), 2014, p. 6063-6082. Com opinião semelhante FILLION, M.; *et al.* **Quality of life and health perceptions among fish-eating communities of the Brazilian Amazon: An ecosystem approach to well-being**. *EcoHealth* 6(1), 2009, p. 121-134.

⁴⁰⁸ FEARNSIDE, P.M.; LEAL FILHO, N. **Soil and development in Amazonia: Lessons from the Biological Dynamics of Forest Fragments Project**. In: R.O. Bierregaard, C. Gascon, T.E. Lovejoy, and R. Mesquita (eds.) *Lessons from Amazonia: The Ecology and Conservation of a Fragmented Forest*. New Haven, Connecticut, U.S.A.: Yale University Press, 2001, p. 291-312.

⁴⁰⁹ Sobre os recursos não renováveis, o Relatório da Comissão de *Brundtland* propõe o uso racional para evitar o esgotamento desses recursos antes que os respectivos substitutos estejam disponíveis; também o desenvolvimento sustentável exige que a taxa de esgotamento do recurso não renovável exclua o menor número possível de opções futuras. Nos exatos termos: “With minerals and fossil fuels, the rate of depletion and the emphasis on recycling and economy of use should be calibrated to ensure that the resource does not run out before acceptable substitutes are available. Sustainable development requires that the rate of depletion of non renewable resources should foreclose as few future options as possible.” - Relatório da Comissão de *Brundtland*, 1987, p. 43.

⁴¹⁰ FEARNSIDE, op. cit., 2017.

⁴¹¹ RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 354

⁴¹² FEARNSIDE, op. cit., 2017.

⁴¹³ Corroboramos com a posição de que a derrubada de extensas áreas de floresta para agricultura, pecuária, extração de madeira ou empreendimentos de grande porte não é sustentável, pois conforme já se pontuou no primeiro capítulo, além de conduzir a floresta ao ponto do não retorno, essa ação provoca, de imediato, danos irreversíveis para a biodiversidade, considerando que na floresta amazônica o desmatamento tem um impacto ainda mais significativo sobre as espécies, isso porque, segundo os pesquisadores, as espécies não estão distribuídas de maneira uniforme e algumas delas estão dispostas em partes da região onde a floresta foi reduzida a pequenos fragmentos. Como consequência, é comum constatar o desaparecimento de espécies endêmicas em áreas fortemente desmatadas no leste e sul da Amazônia. Portanto, esse é um modo de exploração que contraria nitidamente aos mandamentos do desenvolvimento sustentável – HUBBELL *et tal*, op. cit., 2008, p. 498-504 e MOURA *et tal*, op. cit., 2014, p. 1271-1281.

Assim, quando se fala em exploração econômica da floresta amazônica e não só dela - mas nos contextos que envolvem atividade econômica, meio ambiente e desenvolvimento - “o princípio do desenvolvimento sustentável deve pautar e vincular as condutas públicas e privadas, especialmente no que diz com sua atuação na órbita econômica”⁴¹⁴.

O legislador constituinte atentou-se que o progresso está sujeito à disponibilidade de recursos ambientais. Por conta disso, deve ser intrínseca a todo projeto de desenvolvimento a sua orientação para sustentabilidade, já que o princípio do desenvolvimento sustentável não chancela a existência de atividade potencialmente impactante ao meio ambiente⁴¹⁵.

Em perfeita concordância com o que dissertamos neste tópico a respeito do princípio do desenvolvimento sustentável, no julgamento da ADI 3.450-1 o STF afirmou que “na questão do desenvolvimento nacional (CF, art. 3º, II) e a necessidade de preservação da integridade do meio ambiente (CF, art. 225), o princípio do desenvolvimento sustentável é fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia”⁴¹⁶.

Das lições da Corte, tem-se no desenvolvimento sustentável a justa medida para compatibilização dos interesses ambientais e econômicos, quando colidentes. Além disso, explica que, diante do conflito entre esses valores constitucionais relevantes, insurge a necessidade da adequada ponderação (uma das máximas do princípio da proporcionalidade) para impedir o comprometimento ou esvaziamento do direito ao ambiente⁴¹⁷.

Na ADPF 101, o STF fez menção ao do princípio do desenvolvimento sustentável e esclareceu mais uma vez que “não se trata de criar obstáculos aos avanços do desenvolvimento econômico, cujos benefícios para a humanidade são patentes.” Há preocupação “com a concretização de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e de uma sadia qualidade de vida, atrelada a um desenvolvimento econômico sustentável”.

No controverso julgamento da ADC 42, o STF não deixou de enfrentar o princípio do desenvolvimento sustentável e afirmou que tal princípio impõe aos Estados “a construção de políticas públicas mais elaboradas, atentas à gestão eficiente das matérias primas, ao

⁴¹⁴ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 127

⁴¹⁵ RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 352 e 354.

⁴¹⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADI 3.540-1 /DF**, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 01.09.2005, p. 1-3.

⁴¹⁷ Assim asseverou o STF: “o princípio do desenvolvimento sustentável, além de impregnado de caráter eminentemente constitucional, encontra suporte legitimador em compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro e representa fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia, subordinada, no entanto, a invocação desse postulado, quando ocorrente situação de conflito entre valores constitucionais relevantes, a uma condição inafastável, cuja observância não comprometa nem esvazie o conteúdo essencial de um dos mais significativos direitos fundamentais, o direito à preservação do meio ambiente, que traduz bem de uso comum da generalidade das pessoas, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações.” - ADI 3.540-1 /DF, p. 1-3.

diagnóstico e ao controle das externalidades ambientais, bem como ao cálculo de níveis ótimos de poluição. Todos esses instrumentos atendem a perspectiva intergeracional, na medida em que o desenvolvimento sustentável estabelece uma ponte entre os impactos provocados pelas gerações presentes e o modo como os recursos naturais estarão disponíveis para as gerações futuras”⁴¹⁸.

Entretanto, também pelo ângulo do princípio do desenvolvimento sustentável, nota-se no acórdão da ADC 42 um recuo na posição *pro natura* assumida pela Corte Superior nos julgados precedentes. Na verdade, tanto o princípio da proporcionalidade, da proibição de retrocesso ambiental e do desenvolvimento sustentável pareciam servir para auxiliar e direcionar a atuação do STF no sentido da elaboração de decisões mais coerentes com os ditames constitucionais.

A exceção foi mesmo no julgado da ADC 42, no qual esses princípios foram referidos, mas deixando dúvidas sobre sua correta aplicação para o deslinde do caso. Trata-se de decisão relativamente recente (proferida em 2018) e resta saber como a Corte Superior brasileira irá se posicionar de agora em diante.

2.3 Conclusões parciais e indicação de um terceiro caminho para o desenvolvimento sustentável da Amazônia

A construção jurídico-argumentativa desenvolvida até esta altura do trabalho de investigação, com a correspondente fundamentação normativa, doutrinária, principiológica e jurisprudencial, no tocante: a) às consequências do reconhecimento do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental; b) à importância da floresta amazônica para a manutenção do equilíbrio ecológico do Brasil e de outras partes do mundo; c) aos deveres constitucionais relativos à tutela do meio ambiente; d) à inexistência de colisão entre o direito ao meio ambiente e o direito ao desenvolvimento, no plano da abstração e generalidade normativa; e) ao reconhecimento de fortes tensões entre o direito ao meio ambiente e direito desenvolvimento econômico, no campo prático; f) aos contributos do princípio da proporcionalidade para correta concretização dos direitos fundamentais; g) ao suporte teórico-normativo ofertado pelos princípios da proibição de retrocesso ambiental e do desenvolvimento sustentável; e h) à atuação do Supremo Tribunal Federal brasileiro em busca da concordância prática, trazendo em seus julgados esses pontos - agora sinteticamente referidos nas linhas

⁴¹⁸ADC 42 / DF, p. 2 e 3.

pretéritas deste parágrafo - resultando (salvo no julgado da ADC 42) em decisões *pró natura*, nos faz chegar a uma possível conclusão.

A análise conjunta de todos os pontos, debatidos um a um no curso desses dois primeiros capítulos, nos faz concluir que, à luz da Constituição brasileira e do arcabouço jurídico-normativo dela derivado, frente ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à exploração da floresta amazônica, possivelmente é no princípio do desenvolvimento verdadeiramente sustentável que se encontram as balizas para exploração econômica da floresta⁴¹⁹.

Assim, as intervenções de natureza econômica que tenham por objeto a floresta amazônica - sejam elas de cunho administrativo, legislativo ou mesmo proveniente de ações de particulares - que não observem e se coadunem com os preceitos do desenvolvimento sustentável; dada a importância e singularidade dessa floresta, além de violar o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deixará de atender ao próprio direito ao desenvolvimento, na inteireza e complexidade dos elementos que este direito informa.

Essas intervenções, por não observarem os mandamentos constitucionais, terão como consequência lógica o vício da inconstitucionalidade. Logo, na exploração da floresta amazônica, argumentamos que somente medidas que levem em conta o desenvolvimento sustentável teriam legitimidade jurídica e estariam acobertadas pelo manto da constitucionalidade.

A análise do atendimento ao princípio do desenvolvimento sustentável, quando diante de medidas capazes afetar o âmbito de proteção dos direitos ambientais (como as intervenções na floresta amazônica), pode recair sobre qualquer medida de cunho administrativo ou legislativo. No exame, será levado em consideração que a tutela constitucional do meio ambiente vincula administrador e legislador à proibição de excessos e proteção deficiente -

⁴¹⁹Chega-se a uma conclusão que representa para nós um ponto de inflexão, reconheçamos. Isso porque, embora para muitos possa parecer trivial, ao iniciarmos a investigação, víamos o princípio do desenvolvimento sustentável com certa desconfiança, talvez pela “degeneração” do conceito, da fórmula mágica que resolve tudo e por resolver tudo acaba por nada resolver. Enfim, não enxergávamos nele potencialidade suficiente para aliviar as tensões e resolver a problemática. A despeito disso, embora a investigação tenha nos levado a concluir por esse princípio, não deixemos de apontar que o consideramos conceito de teoria fácil, mas de aplicabilidade, não raras as vezes, complexa, por limitações de ordem prática. A este respeito, Canotilho fala em “imprecisão conceitual” e escassez de conteúdo normativo do princípio do desenvolvimento sustentável. CANOTILHO, J. J. G. **Estado constitucional ecológico e democracia sustentada**. In: RevCEDOUA A. 4, n. 8, 2001, p. 11. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/5732/1/revcedoua8%20art.%201%20JJGC.pdf?ln=pt-pt>. Acesso em 10 de janeiro 2020; e CANOTILHO, J. J. G. **Sustentabilidade – Um Romance de Cultura e de Ciência para Reforçar a Sustentabilidade Democrática**. In: Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2012, p. 1. Já Carla Amado declara que o conceito sugere a “fórmula encantatória que evoca todos os sonhos” e atua como uma “faca de dois gumes”, na medida em que “tanto suporta a construção de grandes barragens como a condena”. – AMADO GOMES, C. **A insustentável leveza do “princípio do desenvolvimento sustentável”**. In: Revista do Ministério Público, Ano 37, v. 147, 2016, p.137-158.

assumindo relevância os parâmetros da proporcionalidade (na adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito); também o princípio da proibição de retrocesso ambiental, dentre outros admitidos pelo ordenamento jurídico brasileiro para o controle de medidas restritivas em matéria do direito fundamental ao meio ambiente.

Na falha do administrador e do legislador no autoexame da constitucionalidade de suas medidas, caberá a intervenção do poder judiciário, pois os deveres constitucionais relativos à tutela do meio ambiente como direito fundamental, além de serem condicionantes da própria atividade econômica, são imperativos e devem ser observados por aqueles a quem se destinam (Estado e sociedade), em todas as hipóteses em que a Constituição assim o quis colocar e vincular.

Contudo, o desenvolvimento sustentável não pode ser visto como a panaceia para aliviar as tensões entre meio ambiente e desenvolvimento econômico. Aliás, a nosso ver, ele é um princípio de teoria simples, mas de aplicabilidade, por vezes, complexa. Demonstrou-se que os desmatamentos em larga escala, incêndios florestais e outras interferências degradadoras comumente feitas na Amazônia, não parecem ser alternativas sustentáveis.

Por outro lado, manter a floresta intocada pode ser benéfico para o pilar ambiental da sustentabilidade, porém há risco de desguarnecer os outros dois, quais sejam, o econômico e social. Essas considerações nos levam a questionar o seguinte: em termos práticos, qual seria então o caminho para o desenvolvimento sustentável da floresta amazônica?

Historicamente, as vias adotadas pelas políticas de desenvolvimento para Amazônia foram duas: ou trazem a abordagem conservacionista com a proteção legal de grandes áreas de floresta, proibindo atividade econômica e qualquer intervenção humana⁴²⁰; ou têm foco na conversão ou degradação da floresta para a agricultura, criação bovina, extração de madeira ou construção de grandes empreendimentos. Essas últimas causas são responsáveis pelo desmatamento maciço da floresta⁴²¹.

Para Nobre *et al*, há uma terceira via para o desenvolvimento da Amazônia que consiste em enxergar a floresta como um bem público global de ativos biológicos que podem permitir a

⁴²⁰Não deixemos de pontuar que apesar das críticas quanto ao déficit no aparato estatal fiscalizatório, intimamente relacionado ao sucesso da criação de unidades de conservação, a estratégia da criação dessas unidades aparece como uma boa alternativa de política para diminuir o desmatamento na região amazônica, pois a ocupação dos espaços de floresta se dá de maneira regulamentada e estruturada, criam-se regras para o manejo dessas áreas protegidas, tal qual colocamos no item 1.3 do Capítulo 1 desta investigação.

⁴²¹WALKER, N. F., *et al*. **From Amazon pasture to the high street: Deforestation and the Brazilian cattle product supply chain**. Trop Conserv Sci 6(3), 2013, p. 446-467.

criação de novos produtos, serviços e plataformas de alto valor para os atuais e novos mercados, alicerçados na inovação tecnológica e nos ativos biomiméticos⁴²².

Os autores estimam seria viável o desenvolvimento de cadeias de valores de produtos com diferenciação única capazes de alcançar mercados globais, explorando a biodiversidade da floresta. Segundo eles, essa nova economia ou bioeconomia tem o potencial para se tornar muito maior que a atual praticada, baseada no uso não sustentável dos recursos naturais da floresta, e pode alimentar um novo modelo de desenvolvimento capaz de beneficiar populações locais, povos tradicionais e o mundo em geral⁴²³.

Na transição para esse modelo de desenvolvimento sustentável, as parcerias público-privadas são importantes, além de se exigir uma boa estrutura regulatória e um papel proativo do Estado.⁴²⁴ Contudo, o maior desafio institucional e de governança é encontrar os caminhos para transformar esse vasto e quase desconhecido capital natural em um bem público comum global que forneça base para empreendimentos públicos, privados e sociais para o desenvolvimento da Amazônia com base num modelo de inovação.⁴²⁵

Nota-se que os especialistas apostam na ciência e tecnologia para uma bioeconomia inovadora, mantendo a floresta de pé, assegurando a proteção dos ecossistemas do bioma e viabilizando atividades econômicas sustentáveis.

A aposta dos estudiosos nessa terceira via para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, vai ao encontro das declarações do Ministro do STF, Luiz Roberto Barroso, no julgamento da ADC 42 ao dizer o seguinte: “*de lege constitutione e de lege ferenda*, que o Brasil, e talvez o mundo, devesse pensar formas de recompensar a Amazônia pela manutenção da floresta. Nós temos que transformar a manutenção da floresta em algo mais valioso do que a sua derrubada, até porque com a expressiva, absurda, criminosa política de desmatamento que vigeu por muitos anos, o produto interno bruto da Amazônia não aumentou nenhum ponto

⁴²²A biomimética é a área que estuda os princípios criativos e estratégias da natureza, visando a criação de soluções para os problemas atuais da humanidade, unindo funcionalidade, estética e sustentabilidade - NOBRE, C.A. *et al* **Land-use and climate changerisks in the Amazon and the need of a novel sustainable development paradigm**. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America. National Academy of Sciences, 113(39), 2016, p. 10759–10768. Müller igualmente faz referência a soluções baseadas na ciência projetadas para aproveitar economicamente os recursos naturais de maneira sustentável, valorizando os ecossistemas que compõem o bioma amazônico para gerar produtos de alto valor, ativos biológicos e biomiméticos, serviços e materiais ambientais. - MÜLLER, C.R., **Brazil and the Amazon Rainforest – Deforestation, Biodiversity and Cooperation with the EU and International Forums**, In-depth analysis for the committee on the Environment, Public Health and Food Safety of the European Parliament, Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies, European Parliament, Luxembourg, 2020, p. 9 e 15. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2020/648792/IPOL_IDA\(2020\)648792_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2020/648792/IPOL_IDA(2020)648792_EN.pdf). Acesso em 30 de junho de 2020.

⁴²³ NOBRE, op. cit., 2016, p. 10759–10768.

⁴²⁴ *Ibidem*.

⁴²⁵ *Ibidem*.

percentual. Portanto nós destruímos a floresta sem melhorar a vida das pessoas, de modo que era preciso incluir a preservação da Amazônia com prioridade máxima num projeto de preservação da floresta e tornar social e economicamente mais interessante preservá-la que derrubá-la.”⁴²⁶

Portanto, as intervenções na floresta amazônica devem procurar cumprir os princípios ambientais, sociais e econômicos; nesse caminho é que os pesquisadores propõem modelos de aproveitamento da floresta de pé, com vista ao bem-estar social, à proteção do bioma e ao consumo sustentável.

Na corrida pelo desenvolvimento, reiteramos, além de se exigir o uso racional dos recursos ambientais, tem-se por objetivo maior a redução das desigualdades sociais. Para tanto, é importante uma economia que leve em conta preservação ambiental e erradicação da pobreza, dirigidas para o alcance do desenvolvimento que privilegie a valer a dignidade da pessoa humana⁴²⁷.

O destino da Amazônia, para o bem do equilíbrio ecológico ambiental, impõe o uso sustentável e abandono ao modelo atual de desenvolvimento predominante na região, que além de ser destrutivo para a floresta, não promove bem-estar para a grande maioria da população e ameaça esse nosso grande tesouro natural.

Longe de exaurir o debate dos temas, até porque essa nunca foi nossa pretensão, chega-se ao fim da primeira parte do estudo. No âmbito doméstico, ao abrigo da ordem constitucional brasileira, é possível argumentar que na exploração econômica da floresta amazônica - frente ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e as obrigações impostas pela Constituição na tutela do ambiente, tomando a Lei Maior pelo todo que ela é (interpretação sistemática) - requer-se atividade legislativa e execução de políticas públicas volvidas ao crescimento econômico que preservem as riquezas naturais e toda biodiversidade da floresta, promovam a qualidade de vida das pessoas e atinjam de fato aquele que é o princípio fundamental edificante do Estado socioambiental de Direito brasileiro, qual seja, a dignidade da pessoa humana.

Entendemos que isso pode ser factível com o acatamento do postulado do desenvolvimento sustentável. Em havendo falha na atividade legislativa e administrativa, pela inobservância do princípio do desenvolvimento sustentável, quando da elaboração e execução de medidas, cabe ao poder judiciário interferir para efetivar os direitos fundamentais, momento

⁴²⁶ Voto do Ministro Luís Roberto Barroso na ADC 42/DF, p. 428 a 433.

⁴²⁷ FIORILLO, op. cit., 2019 p. 44 e 45.

em que o princípio da proporcionalidade e da vedação ao retrocesso ambiental auxiliam sobremaneira no controle dos atos.

Todavia, o direito ao meio ambiente saudável além de ser um direito fundamental expresso na Constituição brasileira, é antes tido um direito da pessoa humana⁴²⁸ e os direitos humanos guardam a prerrogativa de proteger os indivíduos até mesmo contra a soberania irrestrita dos Estados-nação. Ademais, deve-se lembrar que a mera previsão formal dos direitos fundamentais nas constituições e até mesmo dos direitos humanos nos tratados internacionais é insuficiente para assegurar a efetivação desses direitos.

Assim, a problemática da efetividade dos direitos humanos fundamentais não pode ser vista isoladamente da evolução internacional, seja no âmbito dos sistemas universal ou regionais dos direitos humanos e ainda do direito constitucional comparado, pois os direitos humanos fundamentais constituem “patrimônio comum da humanidade”⁴²⁹.

Isto posto, na relação proteção ambiental e exploração da floresta amazônica, existindo omissão ou excessos dos poderes públicos nos deveres constitucionais relativos à tutela do meio ambiente, que nessa relação em específico entendemos serem mandamentos constitucionais orientados para o desenvolvimento sustentável; e a falha não sendo corrigida no âmbito interno, poderia o sistema internacional de proteção dos direitos humanos - dada a importância da Amazônia para o equilíbrio ecológico ambiental não só do Brasil, mas de outras partes do mundo - ser mobilizado e agir com os instrumentos a ele disponíveis para defesa do direito humano fundamental ao meio ambiente saudável? No capítulo seguinte levaremos a discussão para o âmbito do Direito Internacional a fim de responder esta indagação.

⁴²⁸Em que pesem as controvérsias quanto ao reconhecimento do direito ao meio ambiente como direito humano autônomo, conforme será debatido no capítulo 3 deste estudo.

⁴²⁹SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. São Paulo: Livraria do Advogado, 2018.

3 TUTELA INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE, EXPLORAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA E DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

“O grito da Amazônia chega a todos, porque a «conquista e exploração de recursos (...) hoje chega a ameaçar a própria capacidade acolhedora do ambiente: o ambiente como ‘recurso’ corre o perigo de ameaçar o ambiente como ‘casa’”.⁴³⁰

Feita a análise do direito constitucional brasileiro, este capítulo procura tratar da tutela do direito humano ao meio ambiente saudável, exploração da floresta amazônica e direito ao desenvolvimento, no âmbito do Direito Internacional. Não nos olvidando de abordar, entretanto, também o Direito Comparado a fim de oferecer os contributos deste para o fortalecimento dos sistemas universal e regionais de proteção dos direitos humanos, nas frentes trabalhadas neste estudo.

O objetivo almejado aqui é buscar demonstrar o possível limiar para exploração da floresta amazônica, delineado pelas normas do Direito Internacional - nomeadamente as que versam sobre o direito ao meio ambiente e direito ao desenvolvimento, por serem estes pontos nucleares deste estudo.

Para tanto, inicialmente far-se-á o exame do atual estágio de reconhecimento do direito ao meio ambiente saudável enquanto direito humano autônomo, confrontando-o com o direito constitucional brasileiro. Será evidenciado o progresso da jurisprudência nos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos na garantia da justiciabilidade do direito ao ambiente e ainda os contributos dos sistemas nacionais à luz da evolução dos fundamentos do alcance global dos direitos ambientais constitucionais e do diálogo judicial de questões transnacionais.

Como este estudo esbarra inevitavelmente também no direito ao desenvolvimento por a temática envolver a exploração econômica da floresta amazônica, discute-se a viabilidade de mobilizar as normas de Direito Internacional que tratam do direito ao desenvolvimento - essencialmente em matéria de responsabilização por danos ambientais transfronteiriços - visando aferir o potencial de tais normas para impedir ou reparar danos à floresta e, sobretudo, procurar indicar as possíveis balizas para exploração econômica da Amazônia, à luz do Direito Internacional.

⁴³⁰ Papa Francisco em citação a São João Paulo II. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal - Sínodo para Amazônia**. Disponível em: <http://www.sinodoamazonico.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/exortacao-apostolica-pos-sinodal--querida-amazonia-.html>. Acesso em 10 de março de 2020.

3.1 Direito ao meio ambiente: contraposição entre o Direito Internacional e o direito constitucional brasileiro

Por ser o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado um direito fundamental consagrado na CRFB/88 e com amparo em todo o estudo até aqui percorrido, é possível argumentar que o Brasil tem um dever constitucional de não destruir significativamente a floresta amazônica, pois isso implicaria violação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, prescrito no artigo 225 da Constituição brasileira de 1988⁴³¹.

Entrementes, encontramos alguns óbices quando projetamos a questão para o Direito Internacional e buscamos verificar na relação proteção ambiental *versus* exploração da floresta amazônica se - diante da omissão ou excessos por parte do Estado brasileiro nos deveres constitucionais relativos à tutela do meio ambiente e a falha não sendo colmatada no âmbito interno, poderia haver provocação do sistema internacional de proteção dos direitos humanos para defesa do direito humano fundamental ao meio ambiente saudável. Óbices esses que se mantêm manifestos ainda que busquemos apoio no consenso da relevância da Amazônia para o equilíbrio ecológico ambiental global.

Falamos isso porque quando o sistema legal de um Estado aborda o meio ambiente como um direito fundamental em sua Constituição, confere a esse direito o mais alto nível de norma que ele pode alcançar⁴³². Os direitos fundamentais constitucionais têm o condão de impor limites ao comportamento do Estado. As constituições conferem restrições a governos e protegem as liberdades do indivíduo do arbítrio ou ação estatal abusiva⁴³³, muito embora saibamos que nem sempre as leis dos livros necessariamente se traduzem em leis de ação⁴³⁴.

Nessa perspectiva, já vimos não haver maiores dúvidas de ser o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado um direito fundamental positivado na CRFB/88. Agora, a indagação que se faz é a seguinte: no atual estágio de desenvolvimento do sistema de proteção

⁴³¹ Com um discurso bastante enraizado no elemento soberania, Fiorillo enfatiza que, em face do princípio da legalidade, os problemas ambientais existentes no Brasil têm solução segura em face do que aponta a Constituição Federal brasileira. De qualquer forma, diz ele, vale lembrar que a responsabilidade de resolver os problemas ambientais no País em face da realidade brasileira é tão somente dos seus cidadãos, ou seja, do povo que construiu o Estado Democrático de Direito. - FIORILLO, op. cit., 2019, p. 44 e 45.

⁴³² BRANDL, E.; BUNGER, H. **Constitutional Entrenchment of Environmental Protection: A Comparative Analysis of Experiences Abroad**. Harvard Environmental Law Review, 16, 1992, p.9. - No mesmo sentido, ver GRAVELLE, R.K. **Enforcing the Elusive: Environmental Rights in East European Constitutions**. Virginia Environmental Law Journal, 16, 1997, p. 633-660.

⁴³³ KEITH, L.C. **Constitutional Provisions for Individual Human Rights (1977-1996): Are They More than Mere "Window Dressing?"** Political Research Quarterly, 55(1), 2002, p.113.

⁴³⁴ GELLERS, J. C. **The global emergence of constitutional environmental rights**. New York, NY: Routledge, 2017, p. 18.

dos direitos humanos, seja no geral da ONU ou nos regionais, é mesmo possível sustentar a existência de um direito humano autônomo ao ambiente saudável?

Antes de mais, importa esclarecer que por direitos humanos entende-se “àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto, aspiram à validade universal, para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoco caráter supranacional”⁴³⁵.

Conforme ensina Ana Maria Guerra Martins, os direitos humanos formam um conjunto de regras jurídicas de cunho internacional que garantem às pessoas, particularmente consideradas, sem discriminação de qualquer natureza, direitos e liberdades fundamentais que assegurem a dignidade da pessoa humana e que consagrem as respectivas garantias desses direitos. Procura proteger as pessoas por meio da atribuição direta e imediata de direitos aos indivíduos pelo Direito Internacional e pelo próprio Estado⁴³⁶.

Logo, quando se fala em direitos humanos, reafirma-se a ideia hegemônica associada ao paradigma constitucional do pós-guerra de que a dignidade humana é inviolável e a proteção dos direitos humanos “*transcends the history, cultural heritage and social mores of any particular nation state*”⁴³⁷. Isso significa dizer que os direitos humanos tem o condão de proteger o indivíduo, sobrepondo-se à soberania irrestrita dos Estados-nação⁴³⁸.

Para Sarlet e Fensterseifer, os direitos humanos simbolizam, em larga medida, a própria materialização da proteção e promoção da dignidade humana em cada etapa histórica. “Assim como noutro momento os direitos liberais e os direitos sociais foram incorporados ao ‘patrimônio normativo’ conformador do princípio da dignidade da pessoa humana, hoje também os direitos de solidariedade, como é o caso especialmente do direito a viver em um ambiente sadio, equilibrado e seguro, passam a integrar o seu conteúdo, ampliando o seu âmbito de proteção”⁴³⁹.

⁴³⁵ SARLET, op. cit., 1998, p. 30 e 33.

⁴³⁶ MARTINS, A. M. G. **Direito Internacional dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina. 2006, p. 80 e ss. Confirmando essa ideia, ao tratar da validade universal dos direitos humanos, Jörg Neuner sustenta que essa natureza de direitos possui *status* de direitos supraestatais e são válidos universalmente. NEUNER, J. **Os Direitos Humanos Sociais**. Revista Direito Público, v.6, n. 26, 2009, p.36. Disponível em <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1529/92>. Acesso em 28 de outubro de 2019.

⁴³⁷ WEINRIB, L.E. **The Postwar Paradigm and American Exceptionalism**. In S. Choudhry, ed. *The Migration of Constitutional Ideas*. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 90.

⁴³⁸ Após a Segunda Guerra Mundial, a guarda das normas de direitos humanos foi atribuída especialmente à sociedade internacional. Governos e organizações internacionais sancionam Estados que violam direitos humanos. - HAFNER-BURTON, E.M. **Sticks and Stones: Naming and Shaming the Human Rights Enforcement Problem**. International Organization, 62, 2008, p. 689.

⁴³⁹ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 67.

Daí fala-se em uma nova dimensão ecológica para a dignidade humana, em vista especialmente dos novos desafios de matriz ambiental que expõem existencialmente o ser humano ao cenário contemporâneo de riscos ecológicos. Desse modo, os autores falam em rearranjo normativo delineado pelo princípio da dignidade da pessoa humana, que acabou por refletir no desenvolver da legislação ambiental de diversos países do mundo, inclusive o Brasil⁴⁴⁰.

Na verdade, se trouxermos para a matriz da proteção internacional ambiental o princípio maior da dignidade da pessoa humana, talvez possamos reconhecer sem maiores dificuldades a existência do direito humano ao ambiente saudável. Isso porque a dignidade da pessoa humana está na base do Direito Internacional dos direitos humanos, consagrada em muitos instrumentos normativos nacionais e regionais⁴⁴¹ e há um vínculo entre o equilíbrio ambiental e a dignidade humana⁴⁴².

Assim, em que pese a inconsistência conceitual, de conteúdo e natureza do princípio da dignidade da pessoa humana, isto é, embora não saibamos ou não tenhamos concordância sobre qual o estado de coisa buscado por esse princípio, dada sua abstração, ele nos fornece parâmetros axiológicos para determinarmos pelo menos o que não é esse estado de coisa, de modo a supor que há um vínculo entre a garantia da dignidade humana e os padrões de qualidade ambiental.

Agora, quando se volta ao exame da autonomia ou independência do direito humano ao meio ambiente saudável, enquanto direito capaz de, isoladamente considerado, isto é, sem conexão alguma com outro direito, vincular os Estados, com mecanismos adjudicatórios eficazes, a discussão assume outros contornos, conforme nos demonstra a análise do evoluir dos instrumentos do Direito Internacional que versam sobre o ambiente, adiante descrita.

⁴⁴⁰ *Ibidem*.

⁴⁴¹ A título exemplificativo, em referência ao direito da União Europeia, Ana Maria Guerra Martins descreve a evolução, peso e importância do princípio da dignidade da pessoa humana. Inicialmente incorporado pelas vias das tradições constitucionais comuns dos Estados-Membros e pelo Direito Internacional dos direitos humanos, mas posteriormente reconhecido no direito originário da União, posto como primeiro valor em que se funda a União, assumindo posição de proeminência e constituindo posição de “frontispício dos direitos fundamentais da União.” - MARTINS, A. M. G. **Estudos de Direito Internacional e da União Europeia**, Editora: Almedina, 2019, p. 77-80.

⁴⁴² Roderick Nash buscou estabelecer reflexão argumentativa de que a proteção ambiental é uma extensão lógica do legado do reconhecimento da dignidade humana. - NASH, R. F. **The rights of nature: a history of environmental ethics**. Univ of Wisconsin Press, 1989.

3.2 Direito ao meio ambiente no sistema da ONU

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)⁴⁴³ de 1948, adotada pela ONU e ratificada pelos Estados membros, enquanto marco dos direitos humanos, foi seguida por uma série de outros instrumentos internacionais, muitos deles incorporando novos direitos humanos, pois “não sendo a sociedade estática, não há como a proteção aos direitos humanos o ser, devendo sempre acompanhar as relações sociais, a fim de garantir a todos os indivíduos direitos”⁴⁴⁴.

Assim, nas cinco décadas desde a assinatura do DUDH, o escopo dos direitos humanos fundamentais reconhecidos sob o Direito Internacional evoluiu e as questões de violação aos direitos humanos foram aos poucos sendo expandidas para além das tradicionais, como genocídio e crimes de guerra⁴⁴⁵.

Na contemporaneidade, pode-se dizer que os direitos humanos são mais igualitários, menos individualistas e mais orientados internacionalmente⁴⁴⁶. Assim, “*is obvious that protection of human rights and preservation of environment alongside with achievement of peace and security in the world are the fundamental values of modern society*”⁴⁴⁷.

Conforme pontuado no capítulo 1 deste estudo, foi na Conferência das Nações Unidas (1972), realizada em Estocolmo, que se firmou o reconhecimento de que o meio ambiente é necessário à vida e à dignidade humana, devendo ser ele tutelado por todos os países do mundo⁴⁴⁸. Com efeito, a Declaração de Estocolmo foi o primeiro instrumento importante do Direito Internacional a afirmar uma conexão entre meio ambiente e direitos humanos⁴⁴⁹.

Entretanto, Atapattu ressalta que a redação utilizada na Declaração de Estocolmo estabelece um direito ao meio ambiente como derivado do direito à vida, sendo este último mais

⁴⁴³ Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Disponível em <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights>. Acesso em 12 de julho 2019.

⁴⁴⁴ NAZARETH, J. R.; OBREGON, M. F. Q. **Inserção do direito ao meio ambiente sadio no rol dos direitos humanos**. Revista Derecho y Cambio Social, 2019, p. 3. Disponível em: <https://lnx.derechoycambiosocial.com/ojs-3.1.1-4/index.php/derechoycambiosocial>. Acesso em 15 de novembro de 2019.

⁴⁴⁵ MCCALLION; SHARMA, op. cit., 2000, p. 351.

⁴⁴⁶ NICKEL, J. W. **Making Sense of Human Rights**, Blackwell Publishing, Second ed.; Malden, 2007, p. 12.

⁴⁴⁷ ANATOLIIVNA, O. K. **Environmental protection and a dynamic interpretation of European Convention on Human Rights**. In: International scientific and practical conference “Dynamics of the development of world science”, september 25-27, 2019, BBK 87, Perfect Publishing, Vancouver, Canada, 2019, p. 279.

⁴⁴⁸ Porém, Marks infere que os direitos de terceira geração, como o direito ao meio ambiente, estariam implicitamente contemplados no artigo 28 da DUDH, isto é, antes mesmo da Declaração de Estocolmo. Pois o artigo 28 afirma que “everyone is entitled to a social and international order in which the rights and freedoms set forth in this Declaration can be fully realized.” Segundo Marks, os direitos de terceira geração surgiram de grandes preocupações planetárias que, embora fossem sempre presentes e às vezes sentiram-se agudamente no passado, assumiram urgência renovada no momento em que o processo legislativo no campo dos direitos humanos são particularmente receptivos. - MARKS, S.P. **Emerging Human Rights: A New Generation for the 1980s?** Rutgers Law Review, 33, 1981, p. 440 e 441.

⁴⁴⁹ GELLERS, op. cit., 2017.

amplo. Assim, o Princípio 1⁴⁵⁰ da Declaração não proclama formalmente um direito ao meio ambiente, em apartado, como é caso do direito à saúde. Em vez disso, a Declaração sugere que um ambiente saudável é necessário para o gozo de outros direitos humanos básicos⁴⁵¹.

Inobstante, afirma-se que foi com a Declaração de Estocolmo que houve no contexto do Direito Internacional a transmutação - fazendo uso dos conceitos lecionados por Bobbio - do direito ao meio ambiente em sentido fraco (direitos morais que independem de posituação e valem no plano moral, quando puderem ser justificados racionalmente perante os que o aceitam), para um direito em sentido forte (direitos que apontam para a efetiva tutela de um bem ou interesse, que pode ser reivindicado perante um Tribunal), passando a ser consagrado em diversos tratados internacionais⁴⁵².

Em sequência, na cronologia normativa das normas ambientais internacionais, tivemos a Carta Mundial da Natureza, adotada pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/37/7 de 28 de outubro de 1982⁴⁵³. A Carta acompanhou os passos da Declaração de Estocolmo, só que numa perspectiva mais ecocêntrica⁴⁵⁴. Aliás, Gellers assevera que a Carta da Natureza é o único documento jurídico internacional de direito ambiental amplamente aprovado com esse viés ecocêntrico⁴⁵⁵.

Dez anos após a adoção da Carta da Natureza, a comunidade internacional voltou a enfatizar a inextricável ligação entre seres humanos e o meio ambiente em que eles existem. Fez isso por meio da Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Declaração do

⁴⁵⁰ Informa o Princípio 1 da Declaração de Estocolmo de 1972: *“man has the fundamental right to freedom, equality and adequate conditions of life, in an environment of a quality that permits a life of dignity and well-being, and he bears a solemn responsibility to protect and improve the environment for present and future generations.”*

⁴⁵¹ ATAPATTU, S. **The Right to a Healthy Life or the Right to Die Polluted? The Emergence of a Human Right to a Healthy Environment Under International Law**. Tulane Environmental Law Journal, 16, 2002, p.74. No mesmo sentido, escrevem FITZMAURICE, M.; MARSHALL, J. **The human right to a clean environment—phantom or reality? The European court of human rights and English courts perspective on balancing rights in environmental cases**. Nordic Journal of International Law, v. 76, n. 2-3, 2007, p. 103-151. Já Capella, contrastando com esse entendimento, defende que o enunciado do princípio 1 da Declaração de Estocolmo estabelece um direito humano específico a um meio ambiente saudável ao trazer a equiparação do meio ambiente à liberdade e à igualdade, como os três direitos fundamentais de todo o ser humano. - CAPELLA, V. B. **Ecologi: de las razones a los derechos**. Granada: Comares, 1994, p. 194.

⁴⁵² BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 67.

⁴⁵³ UNITED NATIONS. **World Charter for Nature. Resolution nº 37/7, 1982**. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/37/7>. Acesso em: 15 de julho 2019.

⁴⁵⁴ A nosso ver, essa perspectiva ecocêntrica é evidenciada no seguinte trecho da Carta: *“every form of life is unique, warranting respect regardless of its worth to man, and, to accord other organisms such recognition, man must be guided by a moral code of action.”*

⁴⁵⁵ GELLERS, op. cit., 2017, p. 11. Ao traçar maiores comentários sobre a Carta Mundial, Roseann Eshbach, afirma que o documento não é apenas atraente para os países em desenvolvimento porque apoia a noção de desenvolvimento sustentável, mas também porque permite que cada nação escolha sua própria combinação de métodos sociais, econômicos e políticos de acordo com as suas necessidades para alcançar os ideais da Carta, embora as disposições nela contidas sejam apenas sugestões ou fortes recomendações. - ESHBACH, op. cit., 1990, p. 299.

Rio de 1992)⁴⁵⁶. Este documento consiste na peça central do direito ambiental internacional na ONU e, embora não esteja expressando direitos ambientais claramente, o acordo promoveu a ideia de que os seres humanos têm direito a uma saúde e vida produtiva em harmonia com a natureza. Mas, apesar da ONU ter elaborado uma resolução em 1989 em defesa do direito humano ao meio ambiente⁴⁵⁷, observa-se que a Declaração do Rio de 1992 evitou empregar um texto contundente nesse sentido.

Mais recentemente, o preâmbulo do Acordo de Paris de 2015⁴⁵⁸ proclama um dever dos Estados de respeitar, promover e considerar obrigações de direitos humanos ao adotar medidas para combater as mudanças climáticas⁴⁵⁹. O Acordo de Paris foi definido como um documento favorável aos direitos humanos⁴⁶⁰ e, a nosso ver, é documento que possui significativo potencial para o reforço destes últimos por meio da proteção da floresta amazônica, dada a correlação existente entre o desmatamento, incêndios florestais e as alterações climáticas, já exploradas neste trabalho.

Estabelecer esse elo entre mudanças climáticas e direitos humanos nos parece sim ter certa lógica, pois as alterações no clima e as consequentes condições ambientais insuportáveis a elas associadas - tais como as dificuldades de acesso a meios de subsistência básicos em áreas repetidamente sujeitas a secas severas, desertificação, elevação dos mares ou salinização de aquíferos - provocam sofrimento nas pessoas e violação de direitos humanos universalmente reconhecidos⁴⁶¹.

Por conseguinte, a questão é fundamental, visto que, se por um lado reconhece-se que a proteção do meio ambiente é essencial ao gozo dos direitos humanos⁴⁶², por outro, a mudança

⁴⁵⁶ Report on the United Nations Conference on Environment and Development. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/unced>. Acesso em 14 de janeiro de 2020.

⁴⁵⁷ UNITED NATIONS. **Conference on Environment and Development: Resolution n. 44/228, 1989**. Disponível em: <https://www.un.org/documents/ga/res/44/ares44-228.htm>. Acesso em 3 de dezembro de 2019.

⁴⁵⁸ O Brasil é signatário do Acordo de Paris. O processo de ratificação do Acordo foi concluído pelo Congresso Nacional brasileiro em 12 de setembro de 2016. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Acordo de Paris**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>. Acesso em 2 de janeiro de 2020.

⁴⁵⁹ UNFCCC. **Adoption of the Paris Agreement**. UN Doc FCCC/CP/2015/L.9/Rev.1, 2015. Disponível em: <http://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/l09.pdf>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

⁴⁶⁰ ATAPATTU, S. **One step forward and two steps back or vice versa?** Georgetown J Int Affairs, 2016, 17, p. 47-55. Em seu trabalho, Sciacaluga examina a relação entre as mudanças climáticas e os direitos humanos fundamentais. Por meio da análise dos instrumentos universais e regionais de direitos humanos e da jurisprudência, ele argumenta o surgimento, nas últimas décadas, de uma obrigação internacional do Estado de fornecer condições ambientais decentes a indivíduos e comunidades. - SCIACALUGA, G. **Climate change, environmental degradation and fundamental human rights**. In: International Law and the Protection of "Climate Refugees". Palgrave Macmillan, Cham, 2020, p. 105-127.

⁴⁶¹ SCIACALUGA, op. cit., 2020, p. 117.

⁴⁶² Nesse sentido, SHELTON, D. **Human rights, environmental rights and the right to environment**. Stanf J Int Law, n. 28, 1991, p. 112-117 e KNOX, J. **Preliminary report on the issue of human rights obligations**

climática é crucial para a sustentabilidade ambiental⁴⁶³ e, portanto, pode ter um papel decisivo no processo que leva ao reconhecimento do direito a um ambiente saudável como direito humano⁴⁶⁴.

A propósito, se consideramos o Acordo de Paris e a relação da destruição da floresta amazônica com as alterações climáticas, por exemplo, é possível constatar que alguns casos levados às Cortes colocaram o impacto das questões ambientais induzidas pelo fenômeno das alterações climáticas em uma ampla gama de direitos humanos fundamentais, como o direito à propriedade, saúde, vida, integridade física, residência, inviolabilidade do lar e autodeterminação. Não obstante, os resultados das petições são controversos e passíveis de larga discussão⁴⁶⁵.

Fundamentalmente, a ausência de êxito nas demandas sobre essas questões se deve à impossibilidade de estabelecer um nexo de causalidade entre as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e seus efeitos ambientais que afetam os direitos humanos. O estabelecimento desse nexo é um problema para adjudicar eventuais responsabilidades ao Estado brasileiro pela destruição da floresta amazônica⁴⁶⁶ com base no Acordo de Paris ou mesmo nas normas que versam sobre danos ambientais transfronteiriços, consoante explanaremos mais adiante⁴⁶⁷.

relating to the enjoyment of a safe, clean, healthy and sustainable environment. UN Doc A/HRC/22/43, 2012, p. 19. Disponível em: <https://undocs.org/A/HRC/22/43>. Acesso em 28 de março de 2020.

⁴⁶³ Fundamentado nessa lógica, há quem fale em um direito humano à “*climatic stability*”. - BELL, D. **Climate change and human rights**. Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change, v. 4, n. 3, 2013, p. 159-164

⁴⁶⁴ Contudo, Vihma adverte que, a exemplo das outras normas do Direito Internacional que versam sobre o ambiente, permanece um critério de discricionariedade quando se considera que a regulamentação da mudança climática colocada no Acordo de Paris incorpora *soft law*, baseando-se mais em colaboração que em obrigação de execução. - VIHMA, A. **Analysing soft law and hard law in climate change**. In: Hollo E, Kulovesi K, Mehling M (eds) *Climate change and the law*. Springer, Dordrecht, 2013, p. 162-163.

⁴⁶⁵ Duas Petições submetidas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) contra os EUA e o Canadá, por não adotarem medidas adequadas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, não produziram quaisquer resultados consideráveis. Uma outra ação empreendida nos tribunais dos EUA pela comunidade que vive em Kivalina, Alasca, contra empresas de energia também não tiveram êxito. QUIRICO, O. **Climate change and state responsibility for human rights violations: causation and imputation**. *Netherlands international law review*, v. 65, n. 2, 2018, p. 185-215.

⁴⁶⁶ O Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos da ONU sublinhou que os impactos do aquecimento global não podem ser facilmente classificados como violações dos direitos humanos. Isso porque os danos relacionados às mudanças climáticas geralmente não podem ser claramente atribuídos a atos ou omissões de Estados específicos. - OHCHR. **Report on the relationship between climate change and human rights**. UN Doc A/ HRC/10/61, 2009, p. 26. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Press/AnalyticalStudy.pdf>. Acesso em 15 de dezembro 2019.

⁴⁶⁷ A despeito dessas complicações relacionadas ao nexo de causalidade e atribuição de responsabilidades, em *Urgenda*, num processo encetado com base nas mudanças climáticas, o Tribunal Distrital de Haia considerou que o fato das emissões holandesas constituírem apenas contribuição menor para as emissões globais não altera a obrigação do Estado de exercer seu dever de cuidar dos direitos humanos fundamentais. Isso implica que pode ser assumido nexo de causalidade suficiente entre as emissões holandesas de gases de efeito estufa, as mudanças climáticas globais e os efeitos sobre o clima de vida holandês. O Tribunal observou claramente que os direitos humanos invocados, particularmente nos artigos 2, 8 e 13 da CEDH, estariam sendo violados pelas emissões holandesas. - NETHERLANDS. District Court of The Hague. **Case C/09/456689/ HA ZA 13-1396**, Judgment, 24

A última iniciativa que achamos merecer ser pontuada é adoção do projeto de Resolução A / 72 / L.51 da Assembleia Geral da ONU, em maio de 2018, intitulado “*Towards a Global Pact for the Environment*”⁴⁶⁸. A ideia do instrumento é, inequivocamente - até pela própria terminologia utilizada (pacto) - um tratado internacional vinculativo e integrador às demais normas existentes sobre a temática ambiental⁴⁶⁹.

Não obstante, na decisão sobre a oportunidade da adoção de um Pacto Global para o Meio Ambiente, os Estados certamente considerarão a natureza, conteúdo e articulação desse Pacto com outros instrumentos internacionais. Tal documento deve ser projetado para permitir significativa flexibilidade em sua implementação por Estados com diferentes realidades políticas e jurídicas, caso contrário, terá resistência na adesão pelos Estados-membros. No entender de Aguila e Viñuales, o Pacto Global é uma ideia realista e condiz com um próximo passo lógico na evolução da governança ambiental global⁴⁷⁰.

Tudo isto posto, essa análise de conteúdo normativo e considerações doutrinárias dos principais documentos que tratam da inserção do direito ao ambiente no rol dos direitos humanos do sistema da ONU, nos faz constatar que tais documentos, em sua maioria, constituem normas de *soft law* ou *droit doux* (direito flexível, sem obrigatoriedade e coercibilidade), tomadas como “quase-instrumentos-jurídicos” que não têm nenhuma força vinculativa ou cuja força é um pouco mais fraca que a força obrigatória da lei tradicional, chamada de *jus cogens* ou *hard law*⁴⁷¹.

June 2015. Disponível em: <https://linkeddata.overheid.nl/front/portal/document-viewer?ext-id=ECLI:NL:RBDH A:2015:7196>. Acesso em 10 de julho 2020.

⁴⁶⁸ UNITED NATIONS. UNGA - Towards a Global Pact for the Environment. **UN Doc A/RES/72/277**, 10 May 2018. Enabling Resolution. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1486477>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

⁴⁶⁹ AGUILA, Y.; VIÑUALES, J. E. **A Global Pact for the Environment: Conceptual foundations**. Review of European, Comparative & International Environmental Law, v. 28, n. 1, 2019, p. 3.

⁴⁷⁰ *Ibidem*, p. 12. Ilemín assevera que a iniciativa do Pacto Global pelo Meio Ambiente, dentre outras ações no âmbito da ONU, indica que é o momento de uma independência do direito ao meio ambiente. - ILEMIN, N. **The right to environment as a standalone right in the scope of International Law**, 2019. Disponível em: https://lib.ugent.be/fulltxt/RUG01/002/782/758/RUG01-002782758_2019_0001_AC.pdf. Acesso em 3 de março 2020.

⁴⁷¹ Ao ter constatado o mesmo, Aguila sustenta que certamente legisladores e juízes cientes do alcance da crise ambiental teriam mais poder em seu trabalho diário se pudessem confiar em um tratado vinculativo ao invés de um instrumento *soft law*. - AGUILA; VIÑUALES, op. cit., 2019, p. 5. Todavia, apesar de serem *soft law*, “as declarações de direito ambiental são instrumentos do Direito Internacional com enorme relevância e repercussão para o Direito Ambiental Internacional, pois embora não vinculem os Estados, originam na repetição fator importante, ao instituir o *soft law* uma obrigação moral.” DE LIMA PINHEIRO, G. G. B. A. **O dever fundamental de proteção do meio ambiente e a proibição da proteção deficiente à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal brasileiro**. Relatório de Mestrado da disciplina de Direito Constitucional e Administrativo do Ambiente no âmbito do Curso de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no ano letivo 2011/2012. Disponível em: http://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/09/2013_09_10029_10086.pdf. Acesso em 5 de julho 2019.

Assim, fica difícil sustentar, fazendo uso da conceituação elaborada por Ana Maria Guerra Martins, que o direito ao meio ambiente saudável integra, com autonomia, o rol de “certos direitos consagrados nas convenções internacionais universais que fazem parte do *jus cogens*, ou seja, das normas imperativas de Direito Internacional geral, que não podem ser derogadas, a não ser por normas de igual valor. Como são, por exemplo, do direito à vida, do direito a não ser tornado escravo, do direito a não ser torturado, do direito a não ser racialmente discriminado”⁴⁷².

Nos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos, o direito ao ambiente é acolhido por alguns dispositivos normativos, porém, com evidências de implementação deficiente, como ver-se-á a seguir.

3.3 Direito ao meio ambiente nos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos

Ao lado do sistema universal de proteção dos direitos humanos da ONU, existem os sistemas regionais. Nestes, o estágio atual denota que o direito ao meio ambiente saudável acha acolhimento na Carta Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos⁴⁷³ e no Protocolo Suplementar à Convenção Americana sobre Direitos Humanos na área de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Protocolo de San Salvador⁴⁷⁴.

Mas embora haja previsão nesses instrumentos, inexistem meios para sua implementação e assim eles acabam por não gerar obrigações vinculativas para os Estados-membros. Consequentemente, tais instrumentos regionais são incapazes, se considerados isoladamente, de garantir a proteção do direito ao ambiente⁴⁷⁵.

⁴⁷² Não se referindo especificamente à matéria do ambiente, esclareçamos, mas dispondo sobre as normas internacionais integrantes do *jus cogens*, em geral. MARTINS, op. cit., 2006, p. 146.

⁴⁷³ O artigo 24 da Carta Africana diz que “todos os povos terão o direito a um meio ambiente geral satisfatório que seja favorável a seu desenvolvimento”. **Carta Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos**. Disponível em: https://www.achpr.org/pr_legalinstruments/detail?id=49. Acesso em 6 de março 2020. Atapattu lembra que a Carta Africana recebeu elogios por seu *status* como o primeiro instrumento vinculativo, ainda que regional, para endossar explicitamente o direito a um ambiente limpo. ATAPATTU, op. cit., 2002 p. 87. ÖZALP também ressalta o padrão exemplar da Carta Africana na temática do ambiente. - ÖZALP, Y. N. **Çevresel Haklara İnsan Hakları Avrupa Mahkemesi Yaklaşımı**, Anayasa Hukuku Dergisi, C. 2, S. 3, 2013, p. 53-93.

⁴⁷⁴ O artigo 11 do protocolo de San Salvador prevê que “toda pessoa tem direito a viver em meio ambiente sadio e dispor dos serviços públicos básicos.” Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1988. Disponível em: http://www.cidh.org/basicos/portugues/e.protocolo_de_san_salvador.htm. Acesso em 7 de dezembro 2019.

⁴⁷⁵ QUIRICO, op. cit., 2018, p. 185-215; MAZZUOLI, V.; TEIXEIRA, G. **O Direito Internacional do meio ambiente e o greening da Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v. 67, 2012, p. 209; GELLERS, op. cit., 2017. A respeito da Carta Africana, Hodkova acrescenta que o documento carece de articulação definitiva das obrigações que os Estados têm ao implementá-la, por isso, cai em algum lugar entre o convencional Direito Internacional e uma declaração em termos de sua autoridade legal. - HODKOVA, I. **Is There a Right to a Healthy Environment in the International Legal Order?** Connecticut Journal of International Law, 7, 1991, p. 76.

Não obstante, ainda que o uso do Protocolo de San Salvador em casos envolvendo a proteção dos direitos ambientais seja pouco frequente, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos⁴⁷⁶ enfatizou em relatório sobre direitos humanos no Equador que: “*conditions of severe environmental pollution, which may cause serious physical illness, impairment and suffering on the part of the local populace, are inconsistent with the right to be respected as a human being*”⁴⁷⁷.

Um novel considerável avanço, com impacto no sistema interamericano, foi a criação do Acordo de Escazú, em 2018⁴⁷⁸, sobre o Acesso à Informação, Participação e Justiça em Matérias Ambientais na América Latina e no Caribe, documento inspirado na Convenção de Aarhus (1998)⁴⁷⁹. Jolomba salienta que esse Acordo é histórico por ser o primeiro instrumento internacional em matéria do ambiente a enfatizar a proteção dos direitos humanos e justiça ambiental e contemplar medidas específicas de proteção, trazendo a noção do direito substancial a um ambiente saudável⁴⁸⁰, o que pode oferecer melhor base para atuação dos

⁴⁷⁶ Primeiro organismo efetivo dos direitos humanos do sistema interamericano. Criado com o objetivo de promover os direitos estabelecidos na Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Apesar de suas atribuições serem restritas, a Comissão realizou uma frutífera e notável atividade de proteção dos direitos humanos. – Fix-Zamudio, *apud* PRESOTTO, L. A. A. **O diálogo entre a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Supremo Tribunal Federal no domínio dos direitos fundamentais**. In: A proteção multinível dos direitos fundamentais – Estudos sobre diálogo judicial. MARTINS, A. M. G. (Coord.). AAFDL: Lisboa, 2019.

⁴⁷⁷ Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Situação de direitos humanos dos habitantes do interior do Equador afetados pelas atividades de desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.cidh.org/countryrep/ecuador-eng/chaper-8.htm>. Acesso em 15 de agosto 2020.

⁴⁷⁸ Regional Agreement on Access to Information, Public Participation and Justice in Environmental Matters in Latin America and the Caribbean (Escazú Agreement), 4 march 2018, LC/CNP10.9/5. Disponível em: https://rep.ositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43585/S1800312_en.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 20 de agosto de 2020. Acesso em 20 de agosto de 2020. Onze dos 33 países da América Latina e do Caribe precisam ratificar o Tratado para que o Acordo possa entrar em vigor. Destes, oito países já o ratificaram, quatorze já assinaram o Acordo, mas ainda precisam ratificá-lo, como é o caso do Brasil; onze países não assinaram o acordo ainda e dois países declararam publicamente que não assinarão: Colômbia e Chile. No entanto, a Colômbia reviu seu posicionamento em dezembro de 2019 e assinou o Tratado. - LIÉVANO, A. B. **Escazú Agreement gains momentum**. Dialogo Chino, 17 de março 2020. Disponível em: <https://dialogochino.net/en/infrastructure/34120-the-escazu-agreement-gathers-half-of-the-countries-needed-to-become-a-reality/>. Acesso em 18 de agosto 2020. Parola pontua que o Acordo de Escazú já tinha adesão suficiente de Estados-membros para entrar em vigor. Contudo, a pandemia do Covid-19 pode impactar o Acordo ao interromper o processo de ratificação em diversos países. - PAROLA, G. **O Acordo de Escazu 2018: as novidades introduzidas pelo Acordo, rumo a uma democracia ambiental na América Latina e no Caribe e o impacto da covid-19 no processo de ratificação**. Revista Culturas Jurídicas, v. 7, n. 16, 2020, p. 280-283. Disponível em: <http://www.culturasjuridicas.uff.br/index.php/rcj/article/view/943>. Acesso em 15 de agosto 2020.

⁴⁷⁹ Convention on Access to Information, Public Participation in Decision-making and Access to Justice in Environmental Matters. Adotada em 28 junho 1998, entrando em vigor em 30 outubro 2001. Disponível em: <https://www.unece.org/env/pp/treatytext.html>. Acesso em 2 de junho 2020. Ciaccaluga menciona que a Convenção de Aarhus (apesar de mais voltada ao âmbito europeu) é um Tratado especificamente dedicado à “environmental democracy”, por tratar do acesso à informação, participação cidadã e acesso à justiça em questões ambientais. - SCIACCALUGA, op. cit., 2020, p. 114.

⁴⁸⁰ JOLOMBA, W. **The Collapsing of the Earth’s Lungs: Could a TWAIL Understanding of Climate Change Law Breathe Air Into the Amazonian Crisis?** TLI Think, 2020. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3601760. Acesso em 10 de Agosto de 2020.

organismos de proteção dos direitos humanos em matéria ambiental nas queixas envolvendo os Estados-membros ratificadores do Acordo.

Dizemos isto pois afirma-se que o documento é o primeiro tratado juridicamente vinculativo sobre os direitos ambientais na região da América Latina e Caribe⁴⁸¹. Mas o artigo 5º do Acordo de Escazú traz uma cláusula de regime jurídico interno de exceções, nalguns casos, o que poderá ameaçar sua eficácia prática⁴⁸².

O sistema regional europeu, por seu turno, destaca-se como o mais avançado no campo dos direitos humanos⁴⁸³, mas nenhum dos instrumentos deste sistema lida explicitamente com os direitos ambientais⁴⁸⁴. Em que pese tal fato, é válido citar o artigo 37.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia - CDFUE⁴⁸⁵, pois embora ele não reconheça um direito individual explícito a um ambiente limpo, estabelece que elevado nível de proteção ambiental, juntamente com a sua melhoria e a busca do desenvolvimento sustentável, devem ser integrados e levados em consideração na implementação de qualquer política da União Europeia⁴⁸⁶.

Contudo, o Tribunal de Justiça da União Europeia - órgão jurisdicional responsável por aplicar a CDFUE no Direito da União⁴⁸⁷ - ainda não fez uso do artigo 37.º. Entende Sciacaluga que o motivo certamente seria por causa de sua redação indireta. Assim, parece que o objetivo do legislador ao elaborar este artigo era legitimar ainda mais o princípio de integração ambiental no Direito da União dentro de um instrumento de direitos humanos, ao invés de estabelecer o direito individual direto de viver em um ambiente saudável, completa o autor⁴⁸⁸.

⁴⁸¹ ALONSO, C. J. **Histórico, avanços e repercussão do Acordo Regional na América Latina**. Exposição realizada no 13º Congresso de Direito Ambiental dos países de língua portuguesa e espanhola. São Paulo, 26 de maio de 2018 *apud* PAROLA, op. cit., 2020, p. 259.

⁴⁸² JOLOMBA, op. cit., 2020, p. 4-5.

⁴⁸³ WESTON, B.H. **Human Rights**. Human Rights Quarterly, v. 6, 1984, p.277.

⁴⁸⁴ Isso pode ser explicado por a Convenção Europeia ter sido assinada em 1950, muito antes de a humanidade levantar a questão da proteção ambiental. – ANATOLIIVNA, op. cit., 2019, p. 280; ÖZALP, op. cit., 2013, p. 54.

⁴⁸⁵ Ao tatar da proteção do meio ambiente, a redação do artigo 37 da CDFUE assim dispõe: “A high level of environmental protection and the improvement of the quality of the environment must be integrated into the policies of the Union and ensured in accordance with the principle of sustainable development.” Charter of Fundamental Rights of the European Union. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_en.pdf. Acesso em 2 de fevereiro 2020.

⁴⁸⁶ SCIACALUGA, op. cit., 2020, p. 111. Bogojević também menciona a incapacidade do artigo 37 da CDFUE para agir como direito autônomo. - BOGOJEVIĆ, S. **Human rights of minors and future generations: Global trends and EU environmental law particularities**. Review of European, Comparative & International Environmental Law, 2020, p.6.

⁴⁸⁷ MARTINS, A. M. G. **Manual de Direito da União Europeia**, Coimbra: Almedina, 2017, p. 424 e 425.

⁴⁸⁸ SCIACALUGA, op. cit., 2020, p. 111. Bogojević menciona que pela incapacidade do artigo 37 da CDFUE para agir como direito autônomo, o TJUE igualmente não criou nenhum direito autônomo ao meio ambiente, em sua prática jurisdicional. Assim, até que ponto a proteção ambiental é garantida, depende de como o Tribunal decide sobre aquela reivindicação de direito fundamental (associada ao direito do ambiente), em particular. - BOGOJEVIĆ, op. cit., 2020, p.6. Mas é certo que o direito ao ambiente não deixa de ser temática enfrentada pelo TJUE, aliás, segundo Ana Maria Guerra Martins, ao dispor sobre a ampla gama de matérias sobre as quais o TJUE debruça-se, também cita dentre elas o Direito do Ambiente. - MARTINS, op. cit., 2017, p. 424

Visando progredir em matéria do ambiente, no ano de 2003 a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa acolheu um relatório sobre o meio ambiente e os direitos humanos e chegou a sugerir a preparação de um protocolo suplementar à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, no qual o direito ao ambiente saudável estaria determinado expressamente. Em suas conclusões, o relatório aponta o direito ao meio ambiente saudável como uma “*logical extension*” da atual jurisprudência da Corte Europeia de Direitos do Homem⁴⁸⁹, mas tal protocolo ainda não foi preparado.

3.4 Considerações sobre o atual *status* do direito ao meio ambiente no Direito Internacional

O curso da investigação levou-nos a constatar profusa existência de trabalhos, iniciativas, documentos, resoluções e relatórios internacionais bilaterais e/ou multilaterais que têm disciplinado questões específicas do ambiente ou nos quais se tentou estabelecer inequivocamente um direito humano ao meio ambiente saudável, autônomo e passível de reivindicação, *de per se*⁴⁹⁰.

Porém, mesmo os documentos do Direito Internacional que versam sobre o direito humano ao meio ambiente não sendo vinculativos ou legalmente obrigatórios e, portanto, de eficácia necessariamente limitada⁴⁹¹, enaltece-mos sua importância por eles servirem de base para as Nações Unidas adotarem um conjunto de normas que solidifique o direito humano a um

⁴⁸⁹ AGUDO, C. **Doc 9791 16 April 2003. Report Environment and human rights.** Committee on the Environment, Agriculture and Local and Regional Affairs. Disponível em: <https://assembly.coe.int/nw/xml/XRef/X2H-Xref-ViewHTML.asp?FileID=10145&lang=EN>. Acesso em 14 de julho 2020.

⁴⁹⁰ Por exemplo, os Estados adotaram cerca de 350 tratados laterais e 1000 instrumentos bilaterais projetados para proteger o ambiente. - U.N. ESCOR. U.N. **Doc. E/CN.4/Sub.2/1994/9.** Final Report Prepared by Mrs. Fatma Zohra Ksentini (Special Rapporteur), 1994. Disponível em: http://hrlibrary.umn.edu/demo/HRandEnvironment_Ksentini.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro 2020. Dentre muitos desses documentos e iniciativas, cita-se aqui “a Convenção para Prevenção da Poluição Marinha por Fontes Terrestres (1974), a Convenção para Proteção dos Trabalhadores contra Problemas Ambientais (1977), a Convenção sobre Poluição Transfronteiriça (1979), o Protocolo sobre Áreas Protegidas e Fauna e Flora (1985), a Convenção sobre Avaliação de Impacto Ambiental em Contextos Transfronteiriços (1991), a Convenção da Biodiversidade (1992), o Protocolo de Quioto (1997).” - STF, **ADC 42/DF**, Rel. Min. Luiz Fux, julgamento em 28.2.2018, p. 2 Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=750504737>. Acesso em 4 de fevereiro 2020. Também a Resolução n. 19/10 do Conselho dos Direitos Humanos da ONU; o Projeto de Estatuto para um Tribunal Internacional do Meio Ambiente, submetido à atenção do Congresso das Nações Unidas em 1992. Em 2018, o Relator Especial sobre direitos humanos e meio ambiente sugeriu que a Comissão de Direitos Humanos considerasse reconhecer o direito humano à saúde do ambiente em um instrumento global, elevando a importância da promoção ambiental e fornecendo uma rede de segurança para proteção contra lacunas nas leis domésticas dos Estados. - KNOX, J. **UN Doc A/HRC/37/58.** Report on the issue of human rights obligations relating to the enjoyment of a safe, clean, healthy and sustainable environment, p. 13 e 14. Disponível em: <https://undocs.org/A/HRC/37/58>. Acesso em 10 de setembro 2019.

⁴⁹¹ ESHBACH, op. cit., 1990, p. 271-306.

ambiente satisfatório⁴⁹², galvanizando apoio na arena internacional para um tratado global sobre direitos humanos ambientais, isto é, a busca pela codificação desses direitos a nível internacional⁴⁹³. Tais documentos reafirmam princípios que globalmente contribuem para promover a conscientização do homem sobre a necessidade de servir ao equilíbrio natural e gerir de modo racional o meio ambiente como um todo⁴⁹⁴.

Mas para Roseann Eshbach reafirmar princípios é insuficiente. A autora expõe que o crescente corpo de leis ambientais internacionais demanda a criação de algum mecanismo de execução para que essas leis possam ter eficácia, visto que a maioria dos acordos multilaterais que regem a proteção ambiental padecem da problemática já mencionada de serem apenas moralmente vinculativos. Logo, o sucesso dessas leis depende da boa vontade dos países em cumpri-las⁴⁹⁵. E, particularmente nas questões ambientais que envolvem exploração de recursos naturais, essa propensão para o cumprimento das normas por parte dos Estados - sobretudo os em desenvolvimento - é enfraquecida, na medida em que essas nações continuam a enfatizar fortemente sua soberania⁴⁹⁶.

Contudo, é preciso assinalar que a consagração de direitos ambientais em nível internacional, atribuindo autonomia ao direito humano ao meio ambiente pode mostrar ser tarefa não muito simplória. Um dos obstáculos a ser transposto para se alcançar esse feito consiste na dificuldade de padronizar conceitos. Para se ter ideia, análise textual de 142 constituições nacionais demonstra que nenhuma das disposições sobre direitos ambientais nelas contidas têm a mesma redação⁴⁹⁷. É por isso que a comunidade internacional deve reconhecer que faz parte do empecilho para alcançar o compromisso internacional de conservação ambiental o contexto de que cada sociedade possui valores e definições diferentes de ambiente e conservação⁴⁹⁸.

⁴⁹² DOMMEN, C. **Claiming Environmental Rights: Some Possibilities Offered by the United Nations' Human Rights Mechanisms**. *Georgetown International Environmental Law Review*, 11, 1998, p. 33.

⁴⁹³ POPOVIC, N. **In Pursuit of Environmental Human Rights: Commentary on the Draft Declaration of Principles on Human Rights and the Environment**. *Columbia Human Rights Law Review*, 27, 1996, p.441-442; GORMLEY, W.P. **The Legal Obligation of the International Community to Guarantee a Pure and Decent Environment: The Expansion of Human Rights Norms**. *Georgetown International Environmental Law Review*, 3, 1990, p.98 e 115.

⁴⁹⁴ ESHBACH, R. op. cit., 1990, p. 299.

⁴⁹⁵ *Ibidem*, p. 302.

⁴⁹⁶ GIAIMO, op. cit., 1987, p. 561

⁴⁹⁷ JEFFORDS, C. **Constitutional Environmental Human Rights: A Descriptive Analysis of 142 National Constitutions**, *The Human Rights Institute, University of Connecticut*, 2011. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/uct/ecripw/16.html>. Acesso em 5 de dezembro 2019.

⁴⁹⁸ ESHBACH, op. cit., 1990, p. 290. - Ao discorrer sobre a tese de um possível constitucionalismo ambiental global, Gellers assevera que a busca para produzir um catálogo universalmente aceito de todas as normas ambientais constitucionais existentes provou ser ilusória por causa de diferenças importantes em relação à forma como esses direitos são construídos; também a localização dentro de constituições, se a linguagem empregada

Outra celeuma é a viabilidade de responsabilização dos Estados, uma vez que o cumprimento nacional das convenções internacionais que tratam do direito ao ambiente varia muito, pois o padrão para determinar se as leis nacionais serão consideradas adequadas sob o prisma das convenções internacionais geralmente depende da capacidade do Estado-nação de responder ao princípio do Direito Ambiental Internacional das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Nessa conjuntura, a resolução de controvérsias acaba por ser condicionada a extensa negociação⁴⁹⁹.

Ainda na arena de discussão sobre a autonomia do direito humano ao meio ambiente saudável, é oportuno considerar que há argumentos favoráveis e contrários a essa autonomia⁵⁰⁰. Os que argumentam contra a proposta entendem que a independência normativa transformaria uma questão essencialmente política (política ambiental) em legal, tirando o poder dos democraticamente responsáveis e dando a tribunais ou órgãos de tratados⁵⁰¹.

Outros advogam que as reivindicações de direitos fundamentais de segunda geração são suficientes para tratar de problemas ambientais na perspectiva dos direitos humanos, deixando para concentrar atenção no que é mais importante para os indivíduos, como, por exemplo, a vida, vida privada ou propriedade⁵⁰².

Malgrado as discussões, comungamos da opinião de que estabelecer um direito humano ao ambiente saudável pode ser particularmente relevante dentro do contexto no qual as visões de meio ambiente têm implicações globais⁵⁰³. Tal reconhecimento pode dar contribuição mais significativa se comparada à associação com os direitos humanos tradicionais de primeira e segunda geração, além de poder ajudar a resolver sistematicamente complicações de causalidade (imprescindíveis para atribuição de responsabilidade), extraterritorialidade, e discricção política inerentes à responsabilidade do Estado sob os princípios clássicos das obrigações de direitos humanos⁵⁰⁴.

Uma vez conferida autonomia adjudicativa ao direito humano ao meio ambiente, a simplificação do nexo causal é consequência lógica, posto que se dispensaria a necessária intermediação dos outros direitos humanos consagrados na DUDH e se poderia acionar

atribui ou não um direito subjetivo (isto é, o direito pode ou não ser reivindicado em tribunal). GELLERS, op. cit., 2017, p. 15.

⁴⁹⁹ MCCALLION; SHARMA, op. cit., 2000, p. 361.

⁵⁰⁰ FITZMAURICE; MARSHALL, op. cit., 2007, p. 103-151.

⁵⁰¹ BOYLE, A. **Human rights and the environment: where next?** Eur J Int Law 23, 2012, p. 627.

⁵⁰² *Ibidem*, p. 627 e 629; CRANSTON, M. **What are Human Rights?** The Bodley Head. London, Sydney and Toronto, 1973, p. 65; QUIRICO, op. cit., 2018, p. 185-215.

⁵⁰³ BOYLE, op. cit., 2012, p. 627; WESTON, B. H.; BOLLIER, D. **Toward a recalibrated human right to a clean and healthy environment: making the conceptual transition.** Journal of Human Rights and the Environment, v. 4, n. 2, 2013, p. 116-142.

⁵⁰⁴ QUIRICO, op. cit., 2018, p. 185-215.

diretamente o direito humano ao ambiente, por ele constituir um fim em si mesmo⁵⁰⁵. Isso ajudaria a responder a indagação de em que ponto a destruição da floresta amazônica realmente viola obrigação internacional da perspectiva dos direitos humanos⁵⁰⁶.

É por esse motivo que não despreziosamente tecemos toda essa análise para averiguar o estágio atual de proteção do ambiente no Direito Internacional dos direitos humanos, pois é aspecto que repercute sobremaneira no nosso objeto de pesquisa. Nos casos de danos à Amazônia, tendo a ciência já demonstrado a importância da floresta para o equilíbrio ambiental global, a autonomia do direito humano ao ambiente saudável, se existisse, talvez pudesse dispensar a necessidade de apresentar evidências dos elementos causais ou danos efetivos a outros direitos humanos, bastando a genérica implicação do reconhecimento de que o gozo dos direitos humanos depende de um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável, o que seria suficiente para adjudicar responsabilidade ao Estado brasileiro nos casos de destruição da floresta⁵⁰⁷.

Ademais, com a autonomia do direito, ganha-se maior apoio, força institucional e recursos perante o movimento internacional de direitos humanos⁵⁰⁸, potencialmente resultando em uma maior capacidade de conseguir contribuições para a resolução de problemas ambientais⁵⁰⁹.

Fato é que a lacuna de um direito humano autônomo ao meio ambiente no Direito Internacional - ou a fraqueza dos mecanismos para sua implementação, quando previsto - torna demasiadamente complicado para os sujeitos afetados por todo desequilíbrio ambiental provocado pela perda da floresta amazônica reivindicarem direitos humanos nas cortes internacionais⁵¹⁰. Diante dessa lacuna, discutiremos a seguir quais são as vias que têm sido utilizadas pelas cortes internacionais para dar efetividade ao direito ao meio ambiente saudável.

⁵⁰⁵ KNOX, J. **UN Doc A/HRC/25/53**. Mapping report on the issue of human rights obligations relating to the enjoyment of a safe, clean, healthy and sustainable environment, 2013, p. 17. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session25/Pages/ListReports.aspx>. Acesso em 15 de janeiro 2020.

⁵⁰⁶ SANDS, P. **Climate change and the rule of law: adjudicating the future in international law**. J Environ Law, 28, 2016, p. 31.

⁵⁰⁷ KNOX, op. cit., 2013, p. 17.

⁵⁰⁸ NICKEL, J.W. **The Human Right to a Safe Environment: Philosophical Perspectives on its Scope and Justification**. Yale Journal of International Law, 18, 1993, p. 283.

⁵⁰⁹ GELLERS, op. cit., 2017, p. 19.

⁵¹⁰ BODANSKY, D. **The role of the International Court of Justice in addressing climate change: some preliminary reflections**. Arizona State Law J, 49, 2017, p. 694.

3.5 Da fraqueza ou inexistência de autonomia à justiciabilidade do direito ao meio ambiente

Muito embora o direito ao meio ambiente não tenha previsão expressa na DUDH⁵¹¹, no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e nem no Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais⁵¹² (PIDESC), ele foi incluído no rol dos direitos humanos pela Conferência de Estocolmo em 1972, ratificado pela Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e consignado em outros diplomas internacionais, ainda que não vinculativos⁵¹³.

Dessa maneira, *“their nature as fundamental rights that are part of general international law is not to be called into question”*⁵¹⁴. E mais, tendo em vista o disposto na Conferência de Viena sobre os Direitos Humanos (1993), no que tange ao reconhecimento da indivisibilidade desses direitos, ao dispor que *“all human rights are universal, indivisible and interdependent and interrelated”*⁵¹⁵, essa indivisibilidade requer tratamento holístico dessa natureza de direitos, com interpretação ampla dos instrumentos legais⁵¹⁶.

Assim, todos os direitos humanos fundamentais, inclusive o de viver num ambiente ecologicamente equilibrado, expressam conteúdos fundamentais na conformação de uma proteção jurídica integral e adequada da dignidade da pessoa humana⁵¹⁷. É com base na tese da unidade e indivisibilidade dos direitos humanos que se tem conseguido garantir a justiciabilidade do direito ao meio ambiente.

⁵¹¹ Gellers, assim como Marks entende que os direitos de terceira geração, neles incluído o direito ao meio ambiente, foram previstos implicitamente no artigo 28 da DUDH. - GELLERS, op. cit., 2017, p. 23; MARKS, op. cit., 1981, p. 440 e 441.

⁵¹² Contudo, Sarlet e Fensterseifer asseveram que “o PIDESC (1966) já sinalizava a sua receptividade e abertura à tutela ecológica, ainda que bastante incipiente no plano normativo internacional à época (considerando que a Declaração de Estocolmo das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano data de 1972), de modo que alguns dispositivos do seu texto já destacam a relação da proteção do ambiente com os direitos sociais. No PIDESC, há a consagração do direito de toda pessoa a um nível de vida adequado e de uma melhoria contínua das condições de vida (art. 11.1), bem como do direito de toda pessoa a desfrutar do mais elevado nível de saúde física e mental relacionado à melhoria de todos os aspectos de higiene do trabalho e do meio ambiente (arts. 12.1 e 12.2b).” - SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 259.

⁵¹³ Rodríguez-Garavito enfatiza que o direito ao meio ambiente é reconhecido no direito internacional, proveniente de diferentes fontes de *soft law* consuetudinária. - RODRÍGUEZ-GARAVITO, C. **A human right to a healthy environment? Moral, legal and empirical considerations**. The Human Right to a Healthy Environment, 2017.

⁵¹⁴ SCIACCALUGA, op. cit., 2020. p. 117.

⁵¹⁵ Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. Disponível em <http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Vienna.aspx>. Acesso em 15 de julho 2020.

⁵¹⁶ Sarlet e Fensterseifer pontuam que “os diplomas internacionais reconhecem, em outras palavras, que as diferentes dimensões de direitos humanos (e o mesmo raciocínio se aplica aos direitos fundamentais) conformam um sistema integrado de tutela da pessoa, tanto pelo prisma individual quanto coletivo, sob pena de, ao admitirmos a fragmentariedade dos mesmos, aceitarmos um *status* jurídico de indignidade para determinados indivíduos e grupos sociais”. - SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 65 e 66.

⁵¹⁷ *Ibidem*, p. 66.

Em termos gerais, a justiciabilidade dos direitos humanos pode ser descrita de forma prática como a revisão de implementação desses direitos pelos tribunais⁵¹⁸. O direito ao meio ambiente, ante a inexistência de previsão expressa em documentos internacionais vinculativos, coloca alguns obstáculos para oferecer ao seu titular remédio jurídico nos casos de violação, por isso sua justiciabilidade geralmente é discutida nos tribunais somente quando subjacentes direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Churchill entende existir, tacitamente, direitos ambientais em tratados como o PIDCP, a Convenção Europeia e a Convenção Americana, por conterem dependências lógicas entre direitos substantivos e a proteção do ambiente. Argumenta o autor que o direito à vida e à saúde, por exemplo, indicam um caminho para a proteção dos direitos ambientais - o que de fato tem sido feito pelas Cortes de direitos humanos⁵¹⁹.

A existência de um ambiente ecologicamente sadio e equilibrado é requisito essencial para a geração da vida e continua sendo primordial para a manutenção dela⁵²⁰. Nas palavras de Carvalho “não se concebe vida digna, onde se respira ar poluído, se ingere alimento envenenado, se bebe água contaminada, e se está sujeito à ação de substâncias que representam riscos à vida e à saúde”⁵²¹.

No mesmo sentido é o entendimento de Cançado Trindade ao salientar a íntima relação entre a concretização dos direitos individuais e sociais e o direito ao meio ambiente saudável, pois só há como garantir os primeiros, mediante a observância do segundo⁵²². Portanto, falar de direitos humanos é falar de meio ambiente, a relação entre os dois é intrínseca.

Nesse viés, a proteção do direito ao meio ambiente tem se dado por meio da associação deste aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, o que só é possível graças à previsão da indivisibilidade dos direitos humanos; pois diante da inexistência expressa do direito ao meio ambiente em documentos internacionais vinculativos, é associando-o aos direitos definidos originalmente e expressamente na DUDH, no PIDCP e no PIDESC que se tem conseguido dar a ele efetividade, tornando-o inteiramente reivindicável.

⁵¹⁸ ROTH, op. cit., 2004.

⁵¹⁹ CHURCHILL, R. **Environmental Rights in Existing Human Rights Treaties**. In A. Boyle & M.R. Anderson, eds. *Human Rights Approaches to Environmental Protection*. Oxford: Clarendon Press, 1996, p.89-108.

⁵²⁰ CALGARO, C.; RECH, M. J. **Justiça ambiental, direitos humanos e meio ambiente: uma relação em construção**. Revista de Direito e Sustentabilidade, v. 3, n. 2, 2017, p. 8. Disponível em: <http://indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/2261>. Acesso em 3 de agosto 2019.

⁵²¹ DE CARVALHO, E. F. **Meio ambiente & direitos humanos**. Curitiba: Juruá, 2006, p. 78.

⁵²² CANÇADO TRINDADE, A. A. **Medio ambiente y desarrollo: formulación e implementación del derecho al desarrollo como um derecho humano**. San Jose: Instituto Internacional del Derechos Humanos, 2003.

É por isso que os litígios envolvendo casos de violações aos direitos ambientais conexos ou com reflexos nos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais têm sido considerados pelos tribunais que lidam com os direitos humanos.

3.5.1 Justiciabilidade do direito ao meio ambiente no sistema europeu

Ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH) chegaram diversos casos com viés ambiental. Neles, por a Convenção Europeia não consagrar um direito particular ao ambiente saudável, pode-se observar que o TEDH invocou, em geral, os artigos 2 (direito à vida), 8 (direito à privacidade) e 14 (direito à não discriminação) da CEDH⁵²³. Ao longo dos anos, o a Corte europeia “esverdeou” esses artigos e os interpretou também na sua dimensão ambiental⁵²⁴.

Por conseguinte, o direito a um ambiente saudável foi indiretamente garantido por meio de interpretações evolutivas das disposições pré-existentes de direitos humanos, cujo exercício é vedado quando alguns contextos ambientais são seriamente inadequados. Nesta perspectiva, o Tribunal de Estrasburgo foi chamado a desenvolver sua jurisprudência em matéria ambiental e o faz de maneira exemplar⁵²⁵.

O exame dos julgados nos mostra que o TEDH parece considerar o fato de que o exercício de certos direitos da Convenção pode ser prejudicado pela existência de danos ao meio ambiente e exposição a riscos ambientais. Sendo assim, a CEDH tem sido interpretada de maneira ampla pelo Tribunal a fim de promover a proteção e desenvolvimento dos direitos humanos reconhecidos na contemporaneidade, viabilizando maior justiciabilidade destes, incluindo as questões ambientais.

É assim porque a Convenção é instrumento vivo e contém normas a ser interpretadas no contexto da situação atual, por meio de interpretação dinâmica (ou evolutiva). Tal interpretação

⁵²³ SAVAŞAN, Z. **Paris Climate Agreement: A Deal for Better Compliance?** Springer International Publishing, 2019. A este respeito, Özalp fala em interpretação criativa do TEDH para desenvolver sua jurisprudência em matéria ambiental. - ÖZALP, op. cit., 2013, p. 54.

⁵²⁴ SCIACCALUGA, op. cit., 2020. p. 112.

⁵²⁵ *Ibidem*. Do mesmo modo, no entender de Martinico e Oreste, o método teleológico de interpretação Carta é perfeitamente consistente com o natureza dinâmica e evolutiva da Comunidade Europeia, que ao longo dos anos mudou seus objetivos e seus planos de uma abordagem puramente econômica para um sistema de valores mais amplo que afeta as questões sociais e ambientais, e o proteção dos direitos humanos. - MARTINICO, G.; ORESTE, P. **Between Constitutional Tolerance and Judicial Activism: The Specialty of European Judicial Law**. European Journal of Law Reform, vol. 10, no. 1, 2008, p. 97-126.

ajuda a manter a eficácia da Convenção ao fornecer um grau necessário de flexibilidade às leis de direitos humanos em um ambiente de mudança⁵²⁶.

Na visão de Bosselmann, no geral, o TEDH tem se mostrado predisposto a acolher a ideia de um direito humano ao meio ambiente⁵²⁷. Há um direcionamento da Corte europeia no sentido de interpretar os direitos da CEDH sob a perspectiva ambiental, reconhecendo-se, em alguns casos, a responsabilidade do Estado⁵²⁸. Nessa continuidade, em vários julgados o TEDH pontuou o impacto que os danos ambientais podem provocar sobre direitos constante na Convenção⁵²⁹.

No diz que diz respeito ao direito à vida, do apanhado que se fez dos acórdãos no TEDH, observou-se que o Tribunal invocou o artigo 2 da Convenção para atribuir responsabilidades aos Estados nos casos *Öneryildiz v. Turkey*⁵³⁰, *Budayeva and Others v. Russia*⁵³¹, *Brincat and Others v. Malta*⁵³² e; *Kolyadenko and Others v. Russia*⁵³³.

Nestes julgados, a violação se deu pelas falhas na adoção de medidas adequadas por parte dos Estados, sejam elas de natureza substantivas ou práticas (obrigações positivas), processuais ou mesmo no tocante ao acesso à informação para garantir a proteção e evitar prejuízos ao direito à vida dos requerentes, oriundos de danos ao ambiente. O TEDH procura aferir se os Estados conseguiram satisfazer suas obrigações ao abrigo da Convenção.

O direito à proteção da propriedade (artigo 1 do Protocolo N. 1) foi acionado no julgado *Hamer v. Belgium*⁵³⁴. Neste, o TEDH afirmou que embora nenhum dos artigos da Convenção Europeia seja explicitamente projetado para fornecer proteção ao ambiente, na sociedade de hoje a proteção deste precisa ser levada em consideração. Firmou ainda que imperativos

⁵²⁶ DZEHTSIAROU, K. **European consensus and the evolutive interpretation of the European Convention on Human Rights**. German Law Journal, v. 12, n. 10, 2011, p. 1732; CARELLI, F. **Enforcing a right to healthy environment in the ECHR system: The “Cordella v. Italy” case**. Rivista Giuridica Ambiente Diritto, 2019. Disponível em: https://www.ambientediritto.it/wp-content/uploads/2019/12/THE-%E2%80%9CCORDELLA-V.-ITALY%E2%80%9D-CASE_Carelli.pdf. Acesso em 17 de janeiro 2020.

⁵²⁷ BOSSELMANN, K. **Direitos humanos, meio ambiente e sustentabilidade**. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). Estado socioambiental e direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

⁵²⁸ SCHRIJVER, N. **The evolution of sustainable development in international law: inception, meaning and status**. Leiden: Martinus Nijhoff, 2008, p. 84.

⁵²⁹ BOSSELMANN, op. cit., 2010. p. 84.

⁵³⁰ European Court of Human Rights. **Case Öneryildiz v. Turkey**. Publicado em: 30.11.2004. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-1204313-1251361>. Acesso em 10 de março 2020.

⁵³¹ European Court of Human Rights. **Case Budayeva and Others v. Russia**. Publicado em: 20.03.2008. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/fre?i=003-2294127-2474035>. Acesso em 12 de março 2020.

⁵³² European Court of Human Rights. **Case Brincat and Others v. Malta**. Publicado em: 24.07.2014. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-4832368-5895060>. Acesso em 20 de março 2020.

⁵³³ European Court of Human Rights. **Case Kolyadenko and Others v. Russia**. Publicado em: 28.02.2012. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=003-3860718-4440642>. Acesso em 15 de março 2020.

⁵³⁴ European Court of Human Rights. **Case Hamer v. Belgium**. Publicado em: 27.11.2007. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=002-2405>. Acesso em 10 de março 2020.

econômicos e mesmo certos direitos fundamentais como o de propriedade, não devem ter prioridade sobre considerações de proteção ambiental⁵³⁵.

Mas parece que nas demandas que envolvem conexões com os direitos do ambiente, o artigo 8 da Convenção (Direito ao respeito pela vida privada e familiar) é o mais mobilizado e referido nos acórdãos do Tribunal. Com base nesse dispositivo, o TEDH examina em que medida os Estados cumprem sua obrigação de proteger e respeitar o direito à vida privada e familiar dos requerentes contra interferências ambientais danosas⁵³⁶.

No caso *Tătar v. Romania*⁵³⁷, por exemplo, o TEDH recordou que a poluição poderia interferir na vida privada e familiar de uma pessoa, prejudicando seu bem-estar. E que é dever do Estado garantir a proteção de seus cidadãos, regulamentando a autorização, implantação, operação, segurança e monitoramento das atividades industriais, especialmente daquelas perigosas para o ambiente e saúde humana.

Em *Hatton e outros v. the United Kingdom*⁵³⁸, a Corte de Estrasburgo observou que a responsabilidade do Estado nos casos ambientais também pode surgir de uma falha em regulamentar a indústria privada de forma a garantir respeito pelos direitos consagrados no artigo 8º da Convenção. No entanto acabou por considerar que não houve violação deste artigo declarando, em particular, que o Reino Unido não ultrapassou sua margem de apreciação ao buscar o justo equilíbrio entre o respeito ao direito dos indivíduos afetados e os interesses conflitantes da comunidade como um todo.

⁵³⁵ Nessa mesma linha, em *Turgut and Others v. Turkey* o Tribunal considerou que ocorreu violação do artigo 1 do Protocolo No. 1, mas lembrou que a proteção da natureza, das florestas e do meio ambiente é assunto de interesse e preocupação de todos. - European Court of Human Rights. **Case Turgut and Others v. Turkey**. Publicado em: 08.07.2008. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-2421448-2613028>. Acesso em 10 de março 2020. No caso *Karin Andersson and Others v. Sweden*, apesar da violação do artigo 6 da Convenção (direito ao processo equitativo) ser o cerne da causa, discutiu-se também direitos de propriedade, à luz de questões do ambiente. - European Court of Human Rights. **Case Karin Andersson and Others v. Sweden**. Publicado em: 25.09.2014. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-146399>. Acesso em 20 de março 2020. Sobre o direito à proteção da propriedade, ver também os julgados **Papastavrou e outros v. Greece**. 10.04.2003 Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-61019>. Acesso em 10 de março 2020; e **Fredin v. Sweden (N. 1)**. Publicado em: 18.02.1991. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-57651>. Acesso em 10 de março de 2020.

⁵³⁶ É o que conseguimos perceber ao examinar os seguintes acórdãos, todos do TEDH: *Apanasewicz v. Polônia*, *Guerra e outros v. Itália*, *Vilnes e outros v. Noruega*, *Lopez Ostra v. Espanha*, *Taşkın e outros v. Turkey*, *Fadeyeva v. Rússia*, *Giacomelli v. Itália*, *Dubetska e outros v. Ucrânia*, *Cordella e outros v. Itália*, *Powell e Rayner vs. Reino Unido*, *Flamenbaum e outros v. França*, *Moreno Gómez v. Espanha*, *Mileva e outros v. Bulgária.*, *Deés v. Hungria*, *Grimkovskaya v. Ucrânia*, *Bor v. Hungria*, *Kyrtatos v. Grécia*, *Brânduse v. Romênia*, *Di Sarno e outros v. Itália*, *Dzemyuk v. Ucrânia*, *Kolyadenko e outros v. Rússia* (além do direito à vida e à propriedade).

⁵³⁷ European Court of Human Rights. **Case Tătar v. Romania**. Publicado em: 27.01.2009. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/fre-press?i=003-2615810-2848789>. Acesso em 10 de março 2020.

⁵³⁸ European Court of Human Rights. **Case Hatton and Others v. the United Kingdom**. Publicado em: 08.07.2003. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-788265-805159>. Acesso em 10 de março 2020.

Em verdade, também em matéria do ambiente, o TEDH parece aplicar a metodologia *fair balance test* - que consiste em encontrar o *just balance* entre a proteção dos interesses gerais econômicos da comunidade e o respeito aos direitos fundamentais⁵³⁹, método correlato à teoria da ponderação desenvolvida por Alexy⁵⁴⁰. Existem obrigações negativas e positivas para o Estado proteger o direito à vida privada e familiar, até mesmo nos aspectos ambientais. Quando se trata da tomada de decisão sobre o meio ambiente, os Estados-membros gozam de um amplo grau de discricionariedade, pois o Tribunal faz questão de frisar que sua jurisdição é a de um tribunal internacional e deseja ele evitar ser uma Corte de mérito, que interfere em decisões políticas⁵⁴¹.

Portanto, hodiernamente, percebe-se que a jurisprudência da Corte Europeia progride adotando um posicionamento baseado em princípios como do Estado de Direito, direitos fundamentais e democracia, intrínsecos a todos os direitos protegidos pela Convenção, indistintamente⁵⁴². Logo, apesar da CEDH não tratar das questões ambientais, o TEDH, na sua prática, considera as relações entre os direitos humanos e o ambiente.

É por meio de tal posicionamento que a atribuição de responsabilidade por violação das obrigações de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos - mesmo notando uma postura de autocontenção por parte do Tribunal, no cauteloso exame do justo equilíbrio - foi tarefa tornada particularmente clara pela Corte europeia, sobretudo no que diz respeito ao direito à vida privada e familiar⁵⁴³.

Enfim, nota-se que muito embora no sistema regional europeu -pioneiro e mais desenvolvido em matéria de direitos humanos - não haja reconhecimento direto e expresso do direito humano ao meio ambiente sadio, a concepção contemporânea de direitos humanos é caracterizada pela universalidade e pela indivisibilidade desses direitos. Tais características

⁵³⁹ AKANDJI-KOMBÉ, J. F. **Positive obligations under the European Convention on Human Rights: A guide to the implementation of the European Convention on Human Rights**. Human rights handbooks, n. 7. Strasbourg, 2007, p. 9. Disponível em: <https://rm.coe.int/168007ff4d>. Acesso em 10 de setembro de 2019. A metodologia *fair balance test* foi particularmente tornada clara nos seguintes julgados, todos do TEDH: Brincat e outros v. Malta, Lopez Ostra v. Espanha (além do direito à vida), Fadeyeva v. Rússia, Giacomelli v. Itália, Powell e Rayner vs. Reino Unido, Hatton e outros v. Reino Unido, Flamenbaum e outros v. França, Deés v. Hungria, Greenpeace e. V. e outros v. Alemanha, Papastavrou e outros v. Grécia, Valico S.R.L. v. Itália, Kristiana Ltd. v. Lituânia e Yaşar v. Romênia.

⁵⁴⁰ ALEXY, R. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

⁵⁴¹ CARELLI, op. cit., 2019, p. 4. Sobre esta abordagem do TEDH nas questões ambientais, ver também TURGUT, N. Y. **The European Court of Human Rights and the right to the environment**. Ankara Law Review, v.4 n.1, 2007, p. 1-24. Disponível em: <https://dspace.ankara.edu.tr/xmlui/bitstream/handle/20.500.12575/42790/16892.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 3 de janeiro 2020.

⁵⁴² AKANDJI-KOMBÉ, op. cit., 2007, p. 9.

⁵⁴³ QUIRICO, op. cit., 2018, p. 185-215.

permitem à Corte sustentar em suas decisões que outros direitos humanos estão intimamente conexos à proteção ambiental⁵⁴⁴.

3.5.2 *Justiciabilidade do direito ao meio ambiente no sistema interamericano*

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) opera a proteção dos direitos sociais e também ambientais por meio da ponte argumentativa com os direitos civis e políticos. Ao interpretar a Convenção Americana, a Corte entende que o direito à vida é um direito fundamental, pois dele depende a realização de muitos outros. Por isso, uma das estratégias por ela utilizada para proteger os direitos ambientais é por meio dessa ponte com o direito à vida (interpretação indireta ou reflexa)⁵⁴⁵. A ligação entre meio ambiente e direitos humanos individuais e sociais tem sido muito importante para CIDH e ajudou os países do sistema interamericano a buscar esclarecimentos sobre questões jurisdicionais, processuais e substantivas, na intersecção entre direitos ambientais e obrigações de direitos humanos⁵⁴⁶.

No caso *Xákmok Kásek v. Paraguai*⁵⁴⁷, *verbi gratia*, a Corte americana entendeu que o direito à alimentação, saúde e água potável são indispensáveis para uma vida digna, empregando a ponte argumentativa com os direitos individuais e sociais. A despeito deste julgado, em parecer consultivo mais recente, a CIDH chegou a afirmar que o direito a um

⁵⁴⁴ POKHREL, S. **Economic, Social and Cultural Rights in the Transitional Justice Remit**. 3 Kathmandu Sch. L. Rev. 65, 2013, p. 35. Savaşan lembra que o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) tem jurisdição sobre disputas ambientais levadas pelos Estados-membros, instituições e até por indivíduos e organizações não governamentais, conforme os artigos 251-281 e 191-193 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). - SAVAŞAN, op. cit., 2019. Ver também FITZMAURICE, M. **The right of the child to a clean environment**. S. Ill. ULJ, v. 23, 1998, p. 611, 639 e 640. Os principais acórdãos do TJUE em matéria do direito ao ambiente podem ser consultados em: https://ec.europa.eu/environment/legal/law/pdf/leading_cases_en.pdf. Acesso em 8 de agosto de 2020. Porém, apesar de ambos os tribunais europeus tratarem da temática ambiental, em seu estudo, Iliana Cenevska aborda a ausência de diálogo entre o TEDH e o TJUE em matéria de direitos ambientais. Segundo ela, tal ausência representa exceção gritante à disposição geralmente cooperativa exibida pelos dois tribunais em outros domínios ligados à proteção dos direitos humanos. A autora se baseia na ausência particular de diálogo judicial, examinando os respectivos padrões de raciocínio judicial utilizado pelo TJUE e pelo TEDH em processos perante eles que envolvam ou tenham incidência em direitos ambientais. Destacando que o TJUE poderia seguir o exemplo da jurisprudência ambiental ativista do TEDH e esses tribunais europeus iniciar diálogo também nas questões ambientais - CENEVSKA, I. **A thundering silence: Environmental rights in the dialogue between the EU Court of Justice and the European Court of Human Rights**. Journal of environmental law, v. 28, n. 2, 2016. p. 301-324.

⁵⁴⁵ TAVARES, A. M. F. *et al.* **The restricted environmental jurisprudence of the Inter-American Court of Human Rights and possible innovations on urban environmental protection**. Law Paths: Environmental Law and Sustainable Development, v. 17, n. 37, 2020, p. 241-262.

⁵⁴⁶ ABELLO-GALVIS, R.; AREVALO-RAMIREZ, W. **Inter-American Court of Human Rights Advisory Opinion OC-23/17: Jurisdictional, procedural and substantive implications of human rights duties in the context of environmental protection**. Case note. Wiley. Published in: RECIEL (Review of European, Comparative & International Environmental Law), 2019, p. 217.

⁵⁴⁷ Inter-American Court of Human Rights. **Case of the xákmok kásek indigenous community v. Paraguay**. Judgment of august 24, 2010. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_214_ing.pdf. Acesso em 10 de julho 2019.

ambiente saudável difere do conteúdo ambiental que surge da proteção de outros direitos, como o direito à vida⁵⁴⁸.

No fundo, isto sugere apontar para o reconhecimento da autonomia do direito ao ambiente. Apesar do parecer ser consultivo e, por obviedade não ter natureza vinculativa, Ilemín observa que por meio dele há importante abertura para o futuro do direito autônomo ao ambiente no sistema interamericano⁵⁴⁹.

No mesmo passo da ponte argumentativa com os direitos civis e políticos, e mesmo não sendo um órgão jurisdicional, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos concluiu pela responsabilidade do governo brasileiro na construção de rodovia na floresta amazônica sem tomar as medidas adequadas para proteger os indígenas *Yanomami*, violando seus direitos à vida e saúde⁵⁵⁰.

Em outra petição, entre diversas questões, a Comissão tratou de alegadas violações de direitos humanos causadas por ação direta dos Estados Unidos nas emissões globais de gases com efeito estufa (GEE), com reflexo direto no aumento da temperatura global. Os autores argumentaram que os EUA são responsáveis pela maior quantidade de emissões cumulativas que qualquer nação na Terra e com isso violam direitos humanos⁵⁵¹.

No entanto, o entendimento da Comissão foi desfavorável aos autores por estes não conseguirem superar a objeção fundamental da existência de nexos causal direto entre as emissões antrópicas de gases com efeito estufa pela EUA e as violações dos direitos humanos de primeira e segunda geração, imprescindível para estabelecer responsabilidade. Conforme bem coloca Quirico, à luz de circunstâncias causais cumulativas, determinar conexão entre o aumento de eventos ambientais específicos provocados pelas alterações climáticas, que afetam direitos humanos em situações particulares, é uma questão complexa⁵⁵².

⁵⁴⁸ Inter-American Court Of Human Rights. **Advisory Opinion, OC-23-17**, 15 november 2017. Disponível em: https://lawsdocbox.com/Legal_Issues/73446926-Inter-american-court-of-human-rights-environment-and-humanrights.html > Acesso em 25 de novembro de 2019.

⁵⁴⁹ ILEMIN, op. cit., 2019, p. 23. Ver também FERIA-TINTA, M.; MILNES, S. C. **The Rise of Environmental Law in International Dispute Resolution: The Inter-American Court of Human Rights Issues a Landmark Advisory Opinion on the Environment and Human Rights**. Published in: Yearbook of International Environmental Law, v. 27 n. 1, 2016.

⁵⁵⁰ Inter-American Commission on Human Rights. **Yanomami Indians v. Brazil**, Inter-American. C.H.R. 24, Case n. 7615 1984-1985 OEA/Ser.L.V/II/66, doc. 10 rev. 1, 1985. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/84.85eng/Brazil7615.htm>. Acesso em 15 de março de 2020. Há quem teça críticas a essa restrita proteção ambiental dada pela CIDH, por ela limitar-se a questões envolvendo comunidades indígenas e ancestrais. - TAVARES, op. cit., 2020, p. 241-262.

⁵⁵¹ Petition to the Inter-American Commission on Human Rights Seeking Relief from Violations Resulting from Global Warming Caused by Acts and Omissions of the United States, n. P-1413-05, 7 december 2005, *apud* QUIRICO, op. cit., 2018, p. 185-215.

⁵⁵² *Ibidem*.

Em suma, diante de casos que envolvem direitos humanos ambientais, os órgãos de proteção do sistema interamericano utilizam essa estratégia da ponte argumentativa com os direitos individuais e sociais para buscar proteger os primeiros, quando isso mostra-se viável. Para alguns autores, agir dessa forma é positivo na medida em que promove a proteção do direito ao ambiente, atribuindo a este justiciabilidade⁵⁵³, já para outros, é técnica que impede o avançar rumo à autonomia do direito humano ao meio ambiente saudável⁵⁵⁴.

3.5.3 *Justiciabilidade do direito ao meio ambiente no sistema africano*

No derradeiro sistema regional examinado, o africano, apesar da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos trazer a garantia do direito a um meio ambiente geral satisfatório, propício ao desenvolvimento⁵⁵⁵, diminuta é a quantidade de casos julgados pelo Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (em qualquer natureza de direitos humanos)⁵⁵⁶ justificada pela adesão facultativa dos países, pois nos termos do artigo 5º § 3º do Protocolo à Carta, esse é um dos requisitos de admissibilidade e a ampla adesão representa um dos grandes desafios⁵⁵⁷.

No que lhe diz respeito, a Comissão Africana dos Direitos dos Homens e dos Povos – que também é um órgão de monitoramento e proteção dos direitos humanos do sistema africano – forneceu evidências de como o conteúdo de um direito material ao ambiente pode ser tratado, interpretado e implementado⁵⁵⁸.

⁵⁵³ CAVALLARO, J. L.; SCHAFFER, E. J. **Less as More: Rethinking Supranational Litigation of Economic and Social Rights in the Americas**. Hastings Law Journal. v. 56, 2004, p. 271-272.

⁵⁵⁴ Ao escrever sobre o assunto, Carla Amado Gomes sustenta que com essa vinculação, a proteção ambiental se dá pela “via reflexa” ou por “ricochete”, isto é, só seria possível a proteção ambiental de um bem pelo sistema de proteção dos direitos humanos caso haja elo com os direitos previstos na DUDH. A autora denomina esse fenômeno de “esverdeamento” ou “greening” dos mecanismos de proteção dos direitos humanos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. AMADO GOMES, C. **Textos dispersos de direito do ambiente**. Lisboa: Associação Acadêmica da Faculdade de Direito, 2010, p. 167.

⁵⁵⁵ Artigo 24 da Carta Africana.

⁵⁵⁶ Afirmção feita com base na análise integral da reduzida jurisprudência dos casos concluídos pelo Tribunal africano. Acórdãos disponíveis em: <https://pt.african-court.org/index.php/cases/2016-10-17-16-18-21>. Acesso em: 28 de setembro de 2019.

⁵⁵⁷ DA SILVA, J. M. **O sistema Africano de proteção dos direitos humanos - visão dinâmica e desafios**. In J. M. Silva, & N. Hostmaelingen, *Sistemas internacionais e nacionais de Direitos Humanos*. Lisboa, 2017, p. 27; MANDLATE, A. C. **A proteção dos direitos humanos na perspectiva da Carta Africana e seus mecanismos de monitorização**. In J. M. Silva, & N. Hostmaelingen, *Sistemas internacionais e nacionais de Direitos Humanos*, 2017; MOCO, M. **Direitos humanos e seus mecanismos de protecção - as particularidades do sistema africano**. Coimbra, 2010.

⁵⁵⁸ ILEMIN, op. cit., 2019, p. 34-36.

No caso *Social and Economic Rights Action Center (SERAC) and Center for Economic and Social Rights (CESR) v Nigeria*⁵⁵⁹, a Comissão Africana aceitou que houve violação do artigo 24 da Carta Africana pelo governo da Nigéria em atividade de produção de petróleo que causou degradação ambiental e graves problemas de saúde na região onde vive o povo Ogoni. Porém, diferente do Tribunal Africano que possui função jurisdicional e vereditos mais eficazes, as decisões da Comissão têm natureza política e suas determinações são desprovidas de caráter jurídico obrigatório⁵⁶⁰, o que pode acabar por não fornecer a proteção devida aos indivíduos, isto é, a produção dos efeitos práticos da decisão neste caso.

3.6 Síntese conclusiva

O estudo dos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos indica que, muito embora haja lacunas provocadas pela não uniformidade e independência do direito ao meio ambiente saudável, parece haver tentativa de evolução nesse reconhecimento, fruto da relação entre o contemporâneo direito ambiental e os clássicos direitos humanos. A própria jurisprudência das Cortes internacionais e a produção da *soft law* internacional prenunciam que um direito humano ao meio ambiente saudável independe pode estar *in statu nascendi*⁵⁶¹.

A interpretação dinâmica, juntamente com os desenvolvimentos no Direito Internacional e interno de cada Estado, com respeito à proteção ambiental, fornece suporte para proteção do meio ambiente enquanto se protege outros direitos humanos. Essa prática dá impulso poderoso no desenvolvimento do Direito Ambiental Internacional, bem como do Direito Internacional dos direitos humanos⁵⁶². Logo, apesar da ausência de um direito universal substantivo ao meio ambiente, há quem sustente que os inúmeros desenvolvimentos na área deram a sensação de que o direito será reconhecido em breve⁵⁶³.

⁵⁵⁹ African Commission on Human and People's Rights. **Social and Economic Rights Action Center (SERAC) and Center for Economic and Social Rights (CESR) v Nigeria** - App no 155/96, ACmHPR, 27 october 2001. Disponível em: https://www.achpr.org/public/Document/file/English/achpr30_155_96_eng.pdf. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

⁵⁶⁰ MOCO, op. cit., 2010, p. 216 e 258.

⁵⁶¹ Com entendimento contrário e em referência ao Direito Internacional dos direitos humanos, Rajamani sustenta que mesmo com a evolução normativa e jurisprudencial não há evolução de um direito autônomo ao ambiente saudável (que está preso em controvérsia), mas tão somente a compreensão emergente de que os danos ambientais têm potencial de impactar os direitos humanos, como os direitos à saúde e à vida ou mesmo ao respeito pela vida privada e familiar. Argumenta que apesar do amplo reconhecimento de que os danos ambientais podem afetar os direitos humanos, um direito humano explícito ao meio ambiente é, por sua própria natureza, de escopo, conteúdo e garantia de justiciabilidade indeterminados. - RAJAMANI, L. **The increasing currency and relevance of rights-based perspectives in the international negotiations on climate change**. J Environ Law 22(3), 2010, p. 391-429.

⁵⁶² ANATOLIIVNA, op. cit., 2019, p. 279-285.

⁵⁶³ ILEMIN, op. cit., 2019.

Não podemos nos furtar, porém, de reconhecer os eventuais prejuízos das estratégias da proteção indireta ou associação dos direitos do ambiente com os direitos individuais e sociais, sobretudo para o desenvolvimento independente da matéria. No entanto, partilhamos da opinião de que a natureza indivisível e interdependente dos direitos humanos permite esse elo.

Até porque os próprios tratados internacionais de direito ambiental inevitavelmente acabam por tocar em temas de direitos humanos e vice-versa, pois o equilíbrio ambiental é condição indispensável para o gozo de diversos direitos humanos, sobretudo o direito à vida e à saúde humana. É por isso que para alguns, no mínimo, "as normas de proteção ambiental têm sido consideradas como um complemento aos direitos do homem"⁵⁶⁴.

Ao atuar como porta de entrada para demandas judiciais, essa vinculação entre os direitos confere maior eficácia ao direito ao meio ambiente, na medida em que os direitos humanos expressamente previsto na DUDH gozam de maior proteção, maiormente os direitos civis e políticos, diante da existência de mecanismos de monitoramento e possibilidade de petições individuais⁵⁶⁵.

Efetivamente, a previsão autônoma do direito ao meio ambiente saudável é condição indispensável para solidificação deste e possibilidade de reivindicação na seara do Direito Internacional. Ao reconhecer o direito ao meio ambiente como direito humano por meio de normas *jus cogens*, conforme salienta Marum, automaticamente conferem-se a este direito características como a irrevogabilidade ou irreversibilidade e impossibilidade de supressão⁵⁶⁶, pois sobre ele passa a incidir o princípio da proibição do retrocesso, como bem defendido por Sarlet e Fensterseifer⁵⁶⁷.

Para se avançar nessa frente, o alcance global dos direitos ambientais constitucionais - fruto da incorporação dos direitos do ambiente numa ampla gama de constituições dos Estados-nação e as consequências que advém deste fenômeno, em especial o diálogo judicial transnacional de questões constitucionais - talvez possam oferecer alguns contributos, conforme trataremos no tópico seguinte.

⁵⁶⁴ SOARES, G. F. S. **Curso de Direito Internacional público**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 403. Complementando essa ideia, Flavia Piovesan argumenta que os direitos humanos uma vez postos nos tratados internacionais integram o catálogo constitucional dos Estados e endossa a potência expansiva do valor maior da dignidade da pessoa humana. - PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 52.

⁵⁶⁵ WHOSE, T. K. **Rights Are They Anyway: A Critical Analysis of the International Supervision Mechanisms for Economic, Social and Cultural Rights**. 36, Zam. L.J. 1, 2004.

⁵⁶⁶ MARUM, J. A. de O. **Meio ambiente e direitos humanos**. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v. 28, 2002, p. 117.

⁵⁶⁷ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit. 2017, p. 38 e 39.

3.7 Do alcance global dos direitos ambientais constitucionais ao diálogo judicial transnacional

A onda de constitucionalismo que se espalhou por todo o mundo após o final de Segunda Guerra Mundial fez com que praticamente todas as constituições elaboradas durante o período adotassem o mesmo conjunto de direitos civis e políticos, econômicos, sociais e culturais expressos no âmbito da DUDH⁵⁶⁸.

Dinâmica semelhante ocorreu em relação às disposições ambientais nas novas constituições que iam sendo elaboradas ou na reforma das já existentes, depois do reconhecimento do direito ao ambiente no sistema universal de proteção dos direitos humanos desenvolvido pela ONU, nomeadamente com a Conferência de Estocolmo e as demais convenções que a sucederam. Por consequência, houve o reforço da inserção do direito ao meio ambiente na ordem jurídica dos Estados⁵⁶⁹.

Foi observado que desde a década de 1970, cento e quarenta e sete nações colocaram a matéria ambiental no texto de suas constituições⁵⁷⁰. Número que sustenta a ideia de que os Estados procuraram formas de proteger o ambiente⁵⁷¹.

Na dicção de José Afonso da Silva, a Declaração de Estocolmo abriu passagem para que as Constituições supervenientes perfilhassem o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental incluso no rol de direitos sociais do Homem, com seu aspecto de direitos a serem realizados e direitos a não serem perturbados⁵⁷².

O reconhecimento internacional acabou por influenciar a incorporação do direito ao ambiente no rol dos direitos fundamentais das Constituições dos Estados-nação. Como bem destaca Neuman, a inserção das normas ambientais nas constituições dos Estados não pode ser vista apenas como simples expressão de soberania popular, uma marca do constitucionalismo liberal, suas origens e a base de sua legitimidade estão no nível internacional⁵⁷³.

⁵⁶⁸ GELLERS, op. cit., 2017; ROTH, op. cit., 2004.

⁵⁶⁹ Fenômeno idêntico se deu com os direitos econômicos, sociais e culturais. Estes foram incorporados nas Constituições dos Estados após a elaboração do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - ROTH, op. cit., 2004.

⁵⁷⁰ Boyd afirma que tais disposições legais são conhecidas como "*constitutional environmental rights*". - BOYD, D.R. **The Environmental Rights Revolution: A Global Study of Constitutions, Human Rights, and the Environment**, Vancouver, BC: UBC Press, 2012, p. 76.

⁵⁷¹ GELLERS, op. cit., 2017, p. 32.

⁵⁷² DA SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 69-70. Canotilho denomina esse fenômeno de "ecologização da ordem jurídica". CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional ambiental português e da União Europeia**. In: CANOTILHO, J. J. G.; LEITE, J. R. M. (Org.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 5.

⁵⁷³ NEUMAN, G.L. **Human Rights and Constitutional Rights: Harmony and Dissonance**. Stanford Law Review, 55, 2003, p.1866.

Desta maneira, a proteção ambiental tornou-se objetivo central do próprio Estado⁵⁷⁴. O cumprimento desse objetivo envia sinal de que o Estado-nação tenta levar a sério seus deveres como membro da organização internacional⁵⁷⁵. Além disso, os direitos ambientais constitucionais representam a união dos dois marcadores de identidade na sociedade internacional, quais sejam, a proteção ambiental e salvaguarda dos direitos humanos⁵⁷⁶.

Um Estado que adota esses direitos demonstra ter identidade em harmonia com as expectativas da comunidade de Estados na ordem internacional. Trata-se de visão interessante e pode contribuir para maiores desenvolvimentos, porém, ainda é circunscrita ao campo da vinculação moral⁵⁷⁷.

Outra implicação da internalização do direito ao meio ambiente, somada à relevância da questão ambiental, foi o emergir da concepção de Estado de Direito Ambiental. Os novos desafios impostos pela crise ecológica e pela sociedade tecnológica e industrial têm dado lugar à configuração de novo modelo de Estado de Direito, com a incorporação de uma “roupagem ecológica”⁵⁷⁸.

Sarlet e Fensterseifer apresentam as várias terminologias para essa nova configuração do Estado de Direito, optando, entretanto, pela nomenclatura Estado Socioambiental por entenderem pela imprescindibilidade de convergência entre as agendas social e ambiental, num mesmo projeto jurídico-político para o desenvolvimento humano⁵⁷⁹, coincidindo com a ideia de desenvolvimento sustentável, que defendemos ser possivelmente a única via juridicamente aceitável para exploração da floresta amazônica.

⁵⁷⁴ FRANK, D.J., HIRONAKA, A.; SCHOFER, E. **The Nation-State and the Natural Environment over the Twentieth Century**. American Sociological Review, 65, 2000, p.100.

⁵⁷⁵ A China, por exemplo, aderiu ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, parte da Convenção sobre Diversidade Biológica, em grande medida, para alcançar plena integração na sociedade internacional. - BUSCH, P.O.; GUPTA, A.; FALKNER, R. **International-Domestic Linkages and Policy Convergence**. In F. BIERMANN; PATTERBERG, P., eds. *Global Environmental Governance Reconsidered*. Cambridge: MIT Press, 2012, p.207.

⁵⁷⁶ GELLERS, op. cit., 2017, p. 32.

⁵⁷⁷ Gellers tenta explicar esse impulso da política de âmbito global no sentido de ter incitado nos Estados-nação a emergência e relevância da causa ambiental ao ponto de internalizá-la nos sistemas domésticos. Em seu estudo, o autor busca, de forma abrangente e teoricamente orientada, analisar o surgimento de direitos ambientais constitucionais e sustenta que a força de normas internacionais são mais importantes que políticas domésticas. Ele pesquisa o quadro teórico para explicar a expansão mundial dos direitos constitucionais ambientais. A emergência dos direitos ambientais constitucionais refere-se, concluindo ele, a três questões de importância nas relações internacionais - o papel do Estado, o significado causal das normas e as origens das preferências do Estado. - GELLERS, op. cit., 2017.

⁵⁷⁸ Ao fazer tal afirmação, Sarlet e Fensterseifer citam a Declaração Mundial sobre o Estado de Direito Ambiental, elaborada pela Comissão Mundial de Direito Ambiental da IUCN no 1º Congresso Internacional de Direito Ambiental da IUCN, realizado no ano de 2016, na cidade do Rio de Janeiro - SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., 2017, p. 37.

⁵⁷⁹ *Ibidem*, p. 38 e 39.

Consequentemente, a noção de Estado de Direito Ambiental ou Socioambiental refuta a ideia, incorporada no pensamento econômico neoliberal, de que o Estado é grande demais para administrar problemas ambientais ou muito pequeno para lidar com os riscos ambientais globais⁵⁸⁰. Pelo contrário, o Estado é a instituição apropriada para fazê-lo⁵⁸¹.

Em verdade, atualmente considera-se que os direitos ambientais exigem proteção em larga escala e a qualidade do meio ambiente é sim problema comum a toda a humanidade. Nesse sentido, Carelli sustenta ser o constitucionalismo ambiental da nossa época uma espécie de constitucionalismo internacional,⁵⁸² desembocando na ideia do constitucionalismo ambiental global.

May e Daly lecionam que o constitucionalismo ambiental global é um fenômeno relativamente recente na confluência do direito constitucional, direito internacional, direitos humanos e direito ambiental. O conceito incorpora o reconhecimento de que o meio ambiente é assunto adequado para proteção em textos constitucionais e para defesa por tribunais constitucionais em todo o mundo. O constitucionalismo ambiental global explora a incorporação, implementação e jurisprudência constitucional dos direitos, deveres, procedimentos, políticas e outras disposições ambientais para promover a proteção do ambiente⁵⁸³.

Nessa mesma linha de raciocínio, I Manzano fala em consolidação progressiva de um espaço constitucional global, baseado na evolução do Direito Internacional, sendo que esse espaço afeta a implantação do direito constitucional tradicional, definido nos contornos do Estado-nação. Do ponto de vista do discurso constitucional global, o desenvolvimento sustentável seria a bússola capaz de fornecer noção fundamental externa projetada sobre os direitos constitucionais internos, argumenta o autor⁵⁸⁴.

No entanto, enquanto não alcançamos esse espaço constitucional global (como defendido por I Manzano) ou o pleno constitucionalismo ambiental global (consoante expõe May e Daly) - nos contornos definidos pelos autores - a inserção dos direitos ambientais nas constituições dos Estados-nação, de pronto, já acaba por reforçar o papel do poder judiciário na

⁵⁸⁰ COMPAGNON, D.; CHAN, S.; MERT, A. **The Changing Role of the State**. In BIERMANN, F.; PATTERSON, P., eds. *Global Environmental Governance Reconsidered*. Cambridge: MIT Press, 2012, p.241.

⁵⁸¹ GELLERS, op. cit., 2017, p. 31.

⁵⁸² CARELLI, op. cit., 2019, p. 4; LIÉVANO, A. B. **What's the latest with the Escazú Agreement?** *Diálogo Chino*, 2019. Disponível em: <https://dialogochino.net/30927-whats-the-latest-with-the-escazu-agreement/>. Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

⁵⁸³ MAY, J. R.; DALY, E. **Human rights developments in global environmental constitutionalism**. In: *Elgar Encyclopedia of Environmental Law*. Edward Elgar Publishing Limited, 2019, p. 93-109.

⁵⁸⁴ I MANZANO, J. J. **Constitución, desarrollo y medio ambiente en un contexto de crisis**. *Revista Catalana de Dret Ambiental*, v. 8, n. 1, 2017, p. 9 e 11.

efetivação do direito ao meio ambiente saudável. No tópico a seguir traremos para estudo algumas decisões de tribunais nacionais que sinalizam tal reforço.

3.7.1 Direitos ambientais constitucionais e reforço do papel do poder judiciário

A movimentação política de âmbito global tem despertado os Estados nacionais e a coletividade para a urgência e importância da causa ambiental. Influenciadas pelo ordenamento internacional, várias Constituições como a de Portugal (1976), Espanha (1978), Brasil (1988) e a do Equador (2008) consagraram o direito ao ambiente saudável como direito fundamental⁵⁸⁵. Tal consagração gerou o reforço da aplicação do direito ao ambiente na ordem jurídica interna das nações⁵⁸⁶ ao conferir ao poder judiciário atribuição para impedir ou reparar violações a esse direito⁵⁸⁷.

Em outros casos, como o da Índia, mesmo a Constituição indiana não assegurando expressamente o direito ao ambiente, o Supremo Tribunal daquele país desenvolveu rica jurisprudência de efetivação dos direitos sociais e ambientais por meio da teoria da indivisibilidade e interdependência entre os direitos, associando-os aos direitos civis e políticos. O Tribunal indiano garante direitos ambientais por meio da interpretação alargada do artigo 21 da Constituição (direito à vida)⁵⁸⁸. Em seus pronunciamentos inclui, por exemplo, o direito à água e ao ar livre de poluição como necessários ao pleno gozo da vida⁵⁸⁹.

Nessa continuidade, a Suprema Corte do Chile determinou que o direito de viver num ambiente sem contaminação é direito humano de categoria constitucional e representativo de um direito de via dúplice (individual e coletivo), cuja proteção interessa a todos, da atual e das futuras gerações⁵⁹⁰.

Já o Supremo Tribunal das Filipinas - numa demanda que questionara a responsabilidade do Estado pela drástica redução das florestas tropicais do país - foi ainda mais

⁵⁸⁵ GELLERS, op. cit., 2017.

⁵⁸⁶ ROTH, op. cit., 2004.

⁵⁸⁷ Yusuf denomina esse fenômeno de juristocracia. YUSUF, S. **The Rise of Judicially Enforced Economic, Social & Cultural Rights - Refocusing Perspectives**. 10 Seattle J. Soc. Just. 753, 2012. Boyd analisou dados de países que colocaram o direito ao meio ambiente como fundamental em suas constituições; o caso do Brasil, Colômbia, Costa Rica, Índia e alguns países da Europa e concluiu que a maioria dos processos com base no direito constitucional a um ambiente saudável são bem sucedidos. - BOYD, op. cit., 2012, p. 241.

⁵⁸⁸ The Constitution of India. Disponível em <https://www.india.gov.in/my-government/constitution-india/constitution-india-full-text>. Acesso em 15 de março 2020.

⁵⁸⁹ Supreme Court of India. **Case Subhash Kumar vs State Of Bihar**. Judgment of 9 january, 1991. Disponível em <https://indiankanoon.org/doc/1646284/>. Acesso em 15 de março 2020; Supreme Court of India. **Case Attakoya Thangal v. Union of India**. Judgment of 1 january, 1990. Disponível em <https://indiankanoon.org/doc/1980528/>. Acesso em 15 de março 2020.

⁵⁹⁰ AMARAL JUNIOR, op. cit., 2009, p. 87 e 88.

revolucionário e identificou o direito a uma ecologia equilibrada e saudável como direito básico, existindo desde o início da humanidade e, por assim ser, não precisa nem mesmo ser escrito na Constituição. Com base nisto, decidiu contra as políticas do governo sobre a gestão das florestas⁵⁹¹.

Também progressistas, os tribunais colombianos adotaram decisões com base no paradigma dos direitos ecocêntricos ou “direitos da natureza”. Segundo Calzadilla, esse é um desenvolvimento que ganha força cada vez maior nos níveis nacional e internacional. Está se admitindo o valor intrínseco dos elementos não humanos da natureza como rios, montanhas e florestas; reconhecendo-os como sujeitos de direitos⁵⁹².

Em 2017, o Tribunal Constitucional da Colômbia (*Corte Constitucional de Colombia*) ganhou atenção internacional quando, afastando-se dos paradigmas tradicionais, emitiu julgamento inovador reconhecendo o rio Atrato como sujeito legal de direitos para aumentar sua proteção. Foi a primeira vez na história do país que um tribunal reconheceu ecossistema específico como '*sujeto de derechos*'⁵⁹³.

Em abril de 2018, o Supremo Tribunal da Colômbia (*Corte Suprema de Justicia da Colômbia*) fez outro histórico julgamento quando, seguindo a mesma abordagem ecocêntrica adotada pelo Tribunal Constitucional no caso do rio Atrato, mudou o *status* legal da floresta amazônica colombiana, reconhecendo-a como uma entidade autônoma, cujos direitos merecem proteção especial⁵⁹⁴.

Enquanto que neste estudo defende-se a necessidade de um direito humano autônomo ao ambiente saudável, há tendências, dentro dos sistemas constitucionais, para reconhecer a própria natureza como titular de direitos. As decisões dos tribunais colombianos são inovadoras

⁵⁹¹ Philippines. Supreme Court Decision on **Minors Oposa v. Secretary of the Department of Environment and Natural Resources (DENR)**, Deforestation; Environmental Damage; Intergenerational Equity, International legal materials, 33 (1), 1994, p. 173-206.

⁵⁹² CALZADILLA, P. V. **A Paradigm Shift in Courts' View on Nature: The Atrato River and Amazon Basin Cases in Colombia**. Law, Environment and Development Journal (LEAD Journal), 15, 2019, p. 8-16. Quem igualmente traz análise das decisões dos tribunais colombianos é ACOSTA ALVARADO, P. A.; RIVAS-RAMIREZ, D. **A Milestone in Environmental and Future Generations' Rights Protection: Recent Legal Developments before the Colombian Supreme Court**. Journal of Environmental Law, v. 30, n. 3, 2018 p. 519-526.

⁵⁹³ Corte Constitucional de Colombia. **Tierra Digna v. Presidencia de la República and others**, 10 de noviembre del 2016. **Sentencia T-622/16**. Disponível em: <https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2016/t-622-16.htm>. Acesso em 12 de julho de 2020. - CALZADILLA, op. cit., 2019, p. 8-16.

⁵⁹⁴ Colombian Supreme Court. **Dejusticia y otros v Presidencia de la República y otros. Ruling STC4360**, 5 abril 2018. Disponível em: <https://cortesuprema.gov.co/corte/wp-content/uploads/2018/04/STC4360-2018-2018-00319-011.pdf>. Acesso em 20 de novembro 2019. No caso *Dejusticia*, o Supremo Tribunal da Colômbia declarou que o desmatamento na Amazônia representa séria ameaça ao povo colombiano, bem como à sobrevivência de indígenas e espécies da fauna e flora. O tribunal acrescenta que a Amazônia é ecologicamente importante para o equilíbrio ambiental do planeta e a regulação do clima em escala mundial. Nesse sentido, reconhecendo que a conservação e proteção da Amazônia - considerada como uma área ambiental na Terra 'e apelidada de' pulmões do planeta " - é um imperativo nacional e global.

e, se por um lado, confirmaram a proteção dos direitos constitucionais fundamentais dos requerentes, violados pela omissão do governo colombiano, por outro, como nunca antes no país, reconheceu o rio e a floresta amazônica não como objetos usados para benefício dos seres humanos, mas como sujeitos portadores de direitos⁵⁹⁵.

A abordagem trazida pelos tribunais colombianos reconhece a violação dos direitos fundamentais dos demandantes, porém entendem não ser suficiente e julgaram necessário invocar a visão ecocêntrica para dar a devida proteção aos ecossistemas, considerando-os sujeitos de direitos. Fez isso por admitir a insuficiência das normas ambientais e precisou dar essa nova interpretação, esse passo adiante.

Essas decisões dos tribunais colombianos vão ao encontro daquilo que Grant *et al* argumentam no sentido de ser necessária a reinterpretação criativa da lei para abordar problemas ambientais de escala global. Direitos ambientais, em particular, devem transcender seu foco exclusivo nos seres humanos, estendendo a proteção a todos os seres ecológicos relevantes, acrescenta os autores⁵⁹⁶.

Os dois julgamentos dos tribunais colombianos são inovadores por confrontar visões de mundo antropocêntricas e definirem precedentes importantes para os direitos da natureza na Colômbia e ao redor do mundo. Porém, embora esse protagonismo possa fornecer elementos importantes para o debate global sobre a temática e favorecer eventuais diálogos judiciais de questões transnacionais, considera-se que, por questão prática, a aplicação de leis e decisões judiciais de reconhecimento dos direitos da natureza é demasiada progressiva e ainda encontra muitas dificuldades e desafios, mormente em jurisdições onde o paradigma dos direitos da natureza ainda é emergente⁵⁹⁷.

É importante ressaltar que o ineditismo das decisões dos tribunais colombianos mencionadas se restringem ao Estado-nação Colômbia, posto que em diferentes partes do mundo o *status* legal de vários ecossistemas foi alterado por legislação ou decisões judiciais para conceder-lhes o reconhecimento como sujeitos legais (com direitos executórios) para melhorar sua proteção ambiental⁵⁹⁸.

Trouxemos para debate esse fenômeno da incorporação dos direitos ambientais nas constituições, bem como as decisões de alguns tribunais nacionais - que no fundo é reflexo

⁵⁹⁵ CALZADILLA, op. cit., 2019.

⁵⁹⁶ GRANT, E.; KOTZÉ, L.J.; MORROW, K. **Human Rights and the Environment: In Search of a New Relationship**. Synergies and Common Themes. Oñati Socio-Legal Series, 3(5), 2013, p.963-964.

⁵⁹⁷ CALZADILLA, op. cit., 2019, p. 4 e 10.

⁵⁹⁸ Por exemplo, este foi o caso do Vilcabamba Rio no Equador; a floresta de Te Uruwera e o Rio Whanganui na Nova Zelândia; o rio Ganges e Yamuna na Índia - *Ibidem*, 2019, p.56.

daquilo posto de direito ao meio ambiente nas constituições dos Estados-nação - por entendermos que essa onda de constitucionalismo ambiental talvez tenha potencial para fornecer contributos no avançar rumo ao reconhecimento de um direito humano fundamental autônomo ao meio ambiente saudável, sobretudo por meio do diálogo constitucional de questões judiciais transnacionais, instituto sobre o qual discorreremos adiante.

3.7.2 Diálogo constitucional de questões judiciais transnacionais

A incorporação dos direitos ambientais nas constituições dos Estados-nação pode contribuir para o diálogo constitucional de questões judiciais transnacionais, tendência crescente em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais (DESC), mas que igualmente pode ser capaz de promover o reforço da legitimidade do poder judiciário na garantia da eficácia do direito humano fundamental ao meio ambiente saudável. As conversas, intercâmbios e partilhas de informações, conhecimentos e jurisprudência entre os órgãos judiciais é cada vez mais constante e deriva igualmente da universalização dos direitos humanos⁵⁹⁹.

A jurisprudência rica e robusta sobre o direito ao meio ambiente nos sistemas jurídicos internos pode auxiliar no progresso da eficácia do direito ao meio ambiente na esfera internacional. E aqui fazemos uma reflexão: o sistema universal de proteção dos direitos humanos influenciou a incorporação do direito ao meio ambiente nas constituições dos Estados. Contudo, no sistema da ONU não se tem um direito humano autônomo ao ambiente saudável e nos sistemas regionais, quando há previsão formal, inexistem meios para implementá-lo. Por consequência, não se tem provisão de meios disponíveis para impedir ou reparar violações ao meio ambiente, com possibilidade de queixa individual, como o é com os direitos humanos insertos na DUDH, claramente os civis e políticos⁶⁰⁰.

Como resultado, ao contrário dos sistemas jurisdicionais nacionais, cujas decisões têm força coercitiva, o direito ao meio ambiente no plano internacional, na maioria das vezes, tem carácter meramente declarativo e não jurisdicional, isto é, não cria obrigações jurídicas capazes de vincular os Estados.

Portanto, ao passo que a incorporação do direito ao meio ambiente nas constituições dos Estados foi influenciada pelo sistema universal, entendemos que o diálogo constitucional de

⁵⁹⁹ Em seu estudo, Salma Yosuf fala da importância do diálogo para a promoção dos DESC. Assim, como ao longo desta tese utiliza-se referência aos direitos socioambientais (principalmente quando discorreremos sobre o desenvolvimento sustentável) tomamos por empréstimo a fundamentação jurídica da autora para aplicá-la ao direito humano fundamental ao meio ambiente. YUSUF, op. cit., 2012.

⁶⁰⁰ *Ibidem*.

questões judiciais transnacionais parece propor a via oposta. Isto é, fortalecer os sistemas jurisdicionais nacionais e promover o diálogo entre eles visando o desenvolvimento da autonomia do direito ao meio ambiente nos sistemas regionais e universal, criando obrigações jurídicas vinculativas para os Estados.

Feitas essas considerações doutrinárias e convencidos dos contributos do diálogo constitucional de questões judiciais transnacionais para fomentar a evolução do direito ao meio ambiente no Direito Internacional, não deixemos de mencionar as principais dificuldades práticas que podem surgir no uso de tal mecanismo. Fatores como sistemas jurídicos fechados ou muito divergentes podem impor obstáculos para efetividade da cooperação judicial transnacional⁶⁰¹ ou ainda o nível de ambiguidade textual que caracteriza a maioria dos direitos ambientais constitucionais, como bem realçado por Gallers⁶⁰², é fator que pode obstar sua aplicação⁶⁰³.

Colocado aquilo que se pretendia sobre o atual estágio do direito ao meio ambiente saudável enquanto direito humano autônomo, na esfera internacional, também o *modus operandi* dos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos na garantia da justiciabilidade do direito ao ambiente e ainda os contributos dos sistemas nacionais à luz da evolução dos fundamentos do alcance global dos direitos ambientais constitucionais e do diálogo judicial de questões transnacionais, o tópico seguinte é reservado a tratar do direito humano ao desenvolvimento e exploração da floresta amazônica, sob a ótica da obrigação internacional de não provocar danos ambientais transfronteiriços.

Considerando que o estudo acaba por esbarrar no direito ao desenvolvimento, relativamente à exploração da floresta amazônica, o exame da potência normativa das normas do Direito Internacional que tratam do direito ao desenvolvimento - essencialmente em matéria de responsabilização por danos ambientais transfronteiriços - é função que nos cumpre por ter projeção sobre o objeto pesquisado. Busca-se com tal análise, além de verificar outro possível

⁶⁰¹ *Ibidem*.

⁶⁰² GELLERS, op. cit., 2017.

⁶⁰³ De Visser estuda o fenômeno do diálogo judicial transnacional no âmbito do continente asiático. Segundo a autora, a cultura existente de laços judiciais intraregionais na Ásia exhibe tendências claras de interesse judicial e instrumentalismo, ao mesmo tempo que parece estar menos infundida com as ideias de cortesia e paridade que os estudiosos costumam associar ao contato judicial direto em ambientes horizontais. Essa ausência de cortesia e paridade, segundo ela, é promovida pela lacuna de desenvolvimento entre os países da região, alguns deles com judiciários de Estados de primeiro mundo, bem aparelhados, que possuem infraestruturas jurídicas desenvolvidas e amplos recursos interagindo com outros tribunais de nações do terceiro mundo. Essa disparidade observada dentro da própria organização judiciária dos Estados, não deixa de ser um problema para difusão do diálogo judicial transnacional não apenas no continente asiático, mas nas outras partes do mundo. - DE VISSER, M. **Patterns and Cultures of Intra-Asian Judicial Cooperation**. David S Law, Holning Lau e Alex Schwartz, eds., Oxford Handbook of Constitutional Law in Asia (Oxford University Press), 2019.

caminho (quicá desatrelado da temática dos direitos humanos) para prevenção e/ou reparação de danos à floresta amazônica, encontrar indicação do limiar para exploração econômica da dela, à luz do Direito Internacional.

3. 8 Direito ao desenvolvimento e responsabilização por danos transfronteiriços

Conforme enfatizado, o atual estágio de evolução do Direito Internacional não nos permite afirmar que existe um direito autônomo eficaz ao meio ambiente saudável, capaz de vincular os Estados e responsabilizá-los nos casos de violações. Com efeito, a judicialização desse direito tem se dado pela associação com os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Discute-se aqui a possibilidade acionar os dispositivos que tratam do direito ao desenvolvimento, no âmbito internacional - fundamentalmente em matéria de responsabilização por danos ambientais transfronteiriços - como via adicional para prevenção e/ou reparação de danos à floresta e, principalmente, aferir a potência normativa de tais dispositivos para definição do possível limiar para exploração da Amazônia, nos contornos do Direito Internacional.

Cumpramos essa tarefa por este estudo tocar no direito ao desenvolvimento, com foco na exploração econômica da floresta e, independente das causas que a provoca, a culpa pela destruição da Amazônia, pelo menos em grande medida, pode ser atribuída à ideologia desenvolvimentista do Brasil⁶⁰⁴.

Ao proceder dessa forma, procura-se identificar, à luz do Direito Internacional, se existem outras formas juridicamente possíveis de impedir ou reparar danos à floresta amazônica, focalizando as normas aplicáveis aos danos ambientais transfronteiriços.

No entender de Klosek, a floresta amazônica incorpora a curto e logo prazo a esperança do Brasil para o desenvolvimento da indústria, das necessidades agrícolas e fundiárias⁶⁰⁵. Nota-se que a mentalidade desenvolvimentista do Brasil precedeu preocupações sobre o meio ambiente, mesmo diante da consciência de que muitas vezes são os recursos ambientais que permitem o país transformar a ideologia desenvolvimentista em realidade⁶⁰⁶.

⁶⁰⁴ ROMANO, C. S. **Brazilian Government Policies Towards the Amazon Rain Forest: From a Developmental Ideology to an Environmental Consciousness?** COLO. J. INT'L ENVTL. L. & POL'Y, 1998, p. 65-67.

⁶⁰⁵ KLOSEK, J. **The Destruction of the Brazilian Amazon: An International Problem**, Cardozo Journal of International and Comparative Law 6, no 1, 1998, p. 120-121.

⁶⁰⁶ LAZARUS, A. Z. **A War Worth Fighting: The Ongoing Battle to Save the Brazilian Amazon**. Law and Business Review of the Americas, v. 9, n. 2, Spring 2003, p. 399-418. Brand e Wissen sublinham que os países

Países com florestas tropicais biologicamente ricas dentro de suas fronteiras, como o Brasil, consideraram esses recursos apenas como um meio de resolver problemas econômicos e sociais⁶⁰⁷. Por conseguinte, os planos de desenvolvimento, tiveram e continuam a ter graves consequências para o meio ambiente e para a saúde humana. Uma das mais desastrosas dessas consequências tem sido a destruição da floresta amazônica, fenômeno com efeitos que se estendem para muito além dos limites do Brasil⁶⁰⁸.

É sabido que a degradação ambiental pode ter a capacidade de atravessar fronteiras nacionais, prejudicar países vizinhos e até mesmo nações mais distantes, efeito comum verificado com a poluição do ar e as mudanças climáticas antropogênicas. Por este motivo, é comum questões relativas ao meio ambiente manifestarem-se nas relações internacionais⁶⁰⁹.

Nesse contexto, dados os serviços ambientais prestados pela floresta amazônica, sua degradação é de particular preocupação de toda comunidade internacional. Isto explica o fato do elevado índice de desmatamento e queimadas na Amazônia ao longo da história ter capturado a atenção do mundo, pelo menos por breves períodos de tempo, sobre a gravidade dos perigos ambientais que esses danos provocam em todo o planeta⁶¹⁰.

Problemas ambientais locais podem tornar-se problemas ambientais globais, mas algumas questões são mais globais que outras⁶¹¹, como o desmatamento das florestas tropicais. Ameaças ambientais tranfronteiriças não respeitam as condições geográficas ou limites políticos e podem chegar, inclusive, a constituir violação da soberania de outras nações⁶¹².

Deste modo, a questão que se coloca é a de saber se na relação meio ambiente, floresta amazônica e desenvolvimento, seria possível, à luz do Direito Internacional - tendo em conta o valor da Amazônia para o Brasil e para mundo - responsabilizar o Estado brasileiro por danos ambientais transfronteiriços, provocados por intervenções na floresta, fruto dos projetos fomentados pelo ideal desenvolvimentista incutido neste Estado-nação.

em desenvolvimento culpam as nações desenvolvidas por explorar seus recursos naturais e os primeiros acreditam que é seu direito, agora, fazer uso dos recursos para promover seu desenvolvimento, sem ser condenado por não aplicar práticas mais sustentáveis, uma vez que os recursos estão sob sua soberania. - BRAND, U.; WISSEN, M. **Crisis and continuity of capitalist society-nature relationships: The imperial mode of living and the limits to environmental governance**. *Review of International Political Economy*, 20(4), 2013, p. 687-711.

⁶⁰⁷ BEGLEY, S. *et al.* **The World's Eco-Outlaw?** *Newsweek*, May 1, 1989, p. 54.

⁶⁰⁸ KLOSEK, op. cit., 1998, p. 121.

⁶⁰⁹ *Ibidem*, p. 120.

⁶¹⁰ MCCALLION; SHARMA, op. cit., 2000, p. 353.

⁶¹¹ YEARLY, S. **Sociology, Environmentalism, Globalization: Reinventing the Globe**, London: SAGE, 1996, p. 60-61.

⁶¹² KUEHLS, T. **Between Sovereignty and Environment: An Exploration of the Discourse of Government**. In LITFIN, K., ed. *The Greening of Sovereignty in World Politics*. Cambridge: MIT Press, 1998, p. 32; WAPNER, P. **Reorienting State Sovereignty: Rights and Responsibilities in the Environmental Age**. In LITFIN, K., ed. *The Greening of Sovereignty in World Politics*. Cambridge: MIT Press, 1998, p. 275.

Segundo Phillip e Wilson⁶¹³, a Conferência de Estocolmo introduziu tema amplamente reconhecido do direito ambiental internacional que atinge o cerne do problema com o Brasil e o desmatamento de suas terras na região amazônica. Isso porque, embora um país possa ter direitos soberanos ao desenvolvimento (direito humano inalienável)⁶¹⁴, fazendo uso de seu próprio território e riquezas naturais; também tem obrigações para com o meio ambiente em outras nações, quando os danos ambientais extrapolam as fronteiras do país degradador⁶¹⁵.

O Princípio 21 da Declaração de Estocolmo informa que as nações devem assegurar que as atividades sob sua jurisdição ou controle não causem danos transnacionais⁶¹⁶. Apesar disso, para Schwab, o princípio 21 mostra-se um tanto quanto contraditório. Por um lado, afirma o direito do Estado explorar seus próprios recursos, mas por outro limita esse direito ao exigir que a exploração não prejudique o meio ambiente de outras nações. Adicionalmente, por não ser a Declaração juridicamente vinculativa, e mesmo que fosse, as nações amazônicas se sentem livres (dada essa inconsistência ou contradição interna constante na Declaração), para continuar sua busca pelo desenvolvimento econômico, completa a autora⁶¹⁷.

A Carta Mundial das Nações Unidas para a Natureza de 1982⁶¹⁸ estabelece igualmente que as nações devem minimizar as atividades de desenvolvimento que afetem adversamente o

⁶¹³ PHILLIP, E.; WILSON, Jr. **Comment, Barking up the Right Tree: Proposals for Enhancing the Effectiveness of the International Tropical Timber Agreement**, 10 TEMP., INT'L & COMP. L.J., 1996, p. 235.

⁶¹⁴ Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986, artigo 1(1). No que tange ao direito ao desenvolvimento, Brunn realça que o conteúdo da Declaração Sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986) definiu o direito ao desenvolvimento como um direito humano, portanto, o foco não estava apenas nos avanços econômicos, mas também a progressos sociais, culturais e políticos. - BUNN, I. **The Right to Development and International Economic Law: Legal and Moral Dimensions**, Studies in international trade law, v. 13, Oxford: Hart, 2012, p. 92-94.

⁶¹⁵ No mesmo sentido, ver FRANCO NETO, D. S. **Direito Internacional do Meio Ambiente: reconstruindo seus fundamentos**. Revista de Direito Constitucional e Internacional, v. 76, 2011.

⁶¹⁶ Nos exatos termos: "States have, in accordance with the Charter of the United Nations and the principles of international law, the sovereign right to exploit their own resources pursuant to their own environmental policies, and the responsibility to ensure that activities within their jurisdiction or control do not cause damage to the environment of other States or of areas beyond the limits of national jurisdiction". UNITED NATIONS. **Report of the United Nations Conference on the Human Environment, Estocolmo, 5-16 de junho, 1972**, p. 5. Disponível em: <http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>. Acesso em 10 de dezembro 2019.

⁶¹⁷ SCHWAB, K. M. **Added Hope for the Amazon Rainforest**. Houston Journal of International Law, vol. 15, n. 1, Fall, 1992, p. 163-208. Eshbach entende que implícito ao Princípio 21 é o reconhecimento de que, caso as atividades nacionais ponham em risco o bem-estar dos cidadãos fora das fronteiras nacionais, a comunidade global tem o direito de aprovar políticas restritivas às ações de Estados individuais. Esta implicação é sublinhada pela previsão de responsabilidade e compensação trazida pelo Princípio 22. Esta noção de um direito implícito de ação por governos contra aqueles países que causam danos ao meio ambiente além de suas próprias fronteiras é reforçada pelo Princípio 22 ao enfatizar que os Estados cooperarão para desenvolver ainda mais a legislação internacional sobre responsabilidade e indenização para as vítimas de danos ambientais causados em áreas fora de sua jurisdição. - ESHBACH, op. cit., 1990, p. 271-306.

⁶¹⁸ UNITED NATIONS. **World Charter for Nature. Resolution nº 37/7, 1982**. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/37/7> Acesso em: 15 de julho 2019.

meio ambiente⁶¹⁹. Ocorre que a Carta também não tem efeito vinculativo e a conformidade é baseada na integridade e boa vontade de cada Estado-nação⁶²⁰.

Em 1986, a noção introduzida pela Conferência de Estocolmo foi ratificada pela Assembleia Geral da ONU ao proclamar a Declaração Sobre o Direito ao Desenvolvimento. Esta estabeleceu em seu artigo 1 que: *“The right to development is an inalienable human right by virtue of which every human person and all peoples has the right to participate, contribute and enjoy economic, social, cultural and political development, in which all human rights and fundamental freedoms can be fully realized. The human right to development also implies the full realization of peoples' right to self-determination, which includes, subject to the relevant provisions of the International Human Rights Covenants, the exercise of their inalienable right to full sovereignty over all their natural wealth and resources”*⁶²¹.

Desta maneira, há o reconhecimento do direito humano inalienável ao desenvolvimento e do exercício do direito também inalienável de soberania plena sobre todas as riquezas e recursos naturais presentes no território de cada Estado-nação. Esta ênfase na soberania do Estado, consoante salienta Lazarus, significa que o desmatamento da floresta amazônica brasileira, por exemplo, provavelmente deve ser deixado a cargo do próprio Brasil, em particular, a menos que os efeitos do desmatamento sejam tamanhos e bastante notórios ao ponto de ser possível efetivar alguma ação por parte da comunidade global⁶²². Isto é, somente quando os danos ambientais manifestamente ultrapassam as fronteiras do Estado, nasce a obrigação de cunho internacional para com o meio ambiente e sujeitos de outras nações.

Esta obrigação é fruto do consenso crescente de que, no mínimo, os Estados estejam sob uma responsabilidade afirmativa de não prejudicar o meio ambiente de maneira que represente graves riscos à vida e à segurança das pessoas. Tal obrigação é reconhecida como norma *jus cogens* no Direito Internacional consuetudinário⁶²³.

⁶¹⁹ O artigo 7 da Carta exige planejamento para implementação de atividades de desenvolvimento. Deve-se levar em conta o fato de que a conservação da natureza é parte integrante das atividades. O artigo 1 (b) obriga que para as atividades passíveis de representar risco significativo à natureza, exige-se a elaboração prévia de estudo exaustivo. Os proponentes dessas atividades precisam demonstrar que os benefícios esperados superam os possíveis danos ao meio ambiente. E mais, onde potenciais efeitos adversos não são totalmente compreendidos, as atividades não devem prosseguir.

⁶²⁰ WOOD, H. W. **The United Nations World Charter for Nature: The Developing Nations' Initiative to Establish Projections for the Environment**, 12 Ecology L.Q., 1985, p. 977- 981. No entender do autor, a Carta Mundial da Natureza não nos fornece mais que "general admonition that all nations should strive to operate in a fashion which minimizes the adverse impact of development on nature."

⁶²¹ Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 4 de dezembro de 1986. Documento disponível em: <https://www.un.org/en/events/righttodevelopment/declaration.shtml>. Acesso em 18 de dezembro 2019.

⁶²² LAZARUS, op. cit., 2003, p. 399-418.

⁶²³ MCCALLION, K. F.; RAJAN SHARMA H. **Environmental Justice without Borders: The Need for an International Court of the Environment to Protect Fundamental Environmental Rights**. George Washington

Se um Estado, ao exercer sua soberania territorial e de exploração dos recursos naturais para o próprio desenvolvimento, prejudica os cidadãos em outros lugares fora da sua jurisdição, então a comunidade internacional tem a obrigação de assumir o papel de executora. O foco deve estar no fato de que o ambiente global que está sendo afetado adversamente pela degradação é indivisível e compartilhado por toda a humanidade, independentemente da nacionalidade. Se um indivíduo é afetado pelas atividades prejudiciais ao meio ambiente em outro Estado, ele tem direito de ação contra o Estado que o prejudicou⁶²⁴.

Há assim, no exercício do direito ao desenvolvimento, exceção à soberania exclusiva do Estado nos casos de abuso de direitos ou território. Esta exceção indica que a destruição da floresta amazônica pelo uso nacional não é exclusivamente uma prerrogativa soberana interna. Os Estados têm o dever de não permitir que seu território seja usado para atos que prejudiquem outros Estados⁶²⁵. Porém, acontece que a eficácia dessa norma é comprometida pela ausência de controle definido ou específico, o que conduz à incerteza sobre se ela satisfaz todos os requisitos de uma regra *jus cogens* aceita no Direito Internacional consuetudinário⁶²⁶.

Fundamentalmente, o principal embaraço para adjudicar eventuais responsabilidades por danos ambientais transfronteiriços, provocados pelos projetos de desenvolvimento, consiste na impossibilidade de estabelecer nexo de causalidade entre as ações ou omissões dos Estados e seus efeitos ambientais danosos⁶²⁷, o que é um problema na responsabilização do Estado brasileiro pelos danos à floresta amazônica.

A ciência demonstra que a destruição da floresta tropical provoca impactos para além do Brasil. Não obstante, a demonstração do nexo de causalidade é crucial para atribuição de responsabilidade e estabelecimento de culpa pelos prejuízos à floresta. Há uma aparente incontornável complexidade em demonstrar a relação causal entre a destruição e a violação efetiva de direitos⁶²⁸.

Journal of International Law and Economics, v. 32, n. 3, 2000, p. 354. Informam os autores que o direito à segurança e à integridade da pessoa é reconhecido pela DUDH e o Tribunal Internacional de Justiça (TJI) sustentou que "*multilateral conventions may have an important role to play in recording and defining rules deriving from custom, or indeed in developing them*".

⁶²⁴ ESHBACH, op. cit., 1990, p. 280-281.

⁶²⁵ Tarlock frisa o que Direito Internacional clássico apoia o direito de se desenvolver, porque se preocupa apenas com padrões mínimos de conduta externa entre as nações. Enquanto os Estados-nação respeitarem a soberania territorial de outras nações, eles têm o poder exclusivo de administrar os recursos naturais dentro de suas fronteiras. O dever internacional é caracterizado como uma limitação secundária à obrigação de um Estado de não causar dano transfronteiriço ou usar mais do que seu quinhão de recursos comuns. - TARLOCK, A. D. **Exclusive Sovereignty Versus Sustainable Development of a Shared Resource: The Dilemma of Latin American Rainforest Management**. Texas International Law Journal, v. 32, n. 1, Winter 1997, p. 43 e 49.

⁶²⁶ MCCALLION; SHARMA, op. cit., 2000, p. 354.

⁶²⁷ QUIRICO, op. cit., 2018.

⁶²⁸ *Ibidem*, p. 185-215.

Isto é visto como uma complicação, pois existe exceção à soberania exclusiva do Estado - geralmente reconhecida no Direito Internacional - quando se é demonstrado que as atividades de determinada nação têm efeitos além das suas próprias fronteiras. Contudo, o desmatamento da Amazônia brasileira afeta diferentes Estados de maneiras díspares. Assim, fica difícil associar a conduta do Brasil a um dano específico e mais complexo ainda de quantificá-lo; e, por consequência, atribuir responsabilidades⁶²⁹.

Por exemplo, sabe-se que o desmatamento na floresta amazônica contribui para o aquecimento global ao liberar dióxido de carbono (gás com efeito estufa) para atmosfera, mas existem muitas outras fontes de liberação desse gás. Assim, é dificultoso responsabilizar o Brasil por tal fato sem a mensuração e dimensão exata dos efeitos da ação ou omissão do Estado brasileiro⁶³⁰.

Questões como as mudanças climáticas e o esgotamento da biodiversidade (efeitos diretos das intervenções danosas na Amazônia) são embaraçosas por serem frequentemente julgadas por critérios não objetivos. O desafio está em encontrar o nexo de causalidade entre a conduta Estatal e o dano efetivo. Por isso, obtém-se melhores resultados quando junto à violação do direito ao ambiente acompanha a violação efetiva de outros direitos humanos.

Voltando a usar como exemplo os efeitos do desmatamento da floresta amazônica nas mudanças climáticas, a prova de causalidade entre a ação ou omissão do Estado brasileiro e o dano efetivo pelo qual se pede a reparação pode ser muito complicada de produzir. A distribuição do ônus da reparação pelas alterações climáticas entre Estados responsáveis é extremamente delicado. Isso porque os danos causados pelo aquecimento global resultam do acúmulo de muitas ações por um longo período de tempo. Consequentemente, fica difícil mensurar a parcela de participação do Brasil (com a destruição da floresta) na mudança climática⁶³¹.

O padrão de prova de lesão ao ambiente, juntamente com a inerente dificuldade de qualquer tipo de adjudicação ambiental internacional, torna a responsabilização raramente

⁶²⁹ LAZARUS, op. cit., 2003, p. 413.

⁶³⁰ Justamente por complicações como esta que no entender de Behnassi, aplicar o direito humano ao meio ambiente às mudanças climáticas levanta mais perguntas que respostas. - BEHNASSI, M. **Mainstreaming a Rights-Based Approach in the Global Climate Regime**. In: Human and Environmental Security in the Era of Global Risks. Springer, Cham, 2019. p. 27. Mas há também quem afirme existir uma confiança cada vez maior nas reivindicações de direitos humanos para desafiar as falhas da política climática dos governos. Nessa continuidade, ver BOGOJEVIĆ, op. cit., 2020.

⁶³¹ Segundo argumentam Mateev e Poutziouris, o TEDH, no caso *Tatar v. Romênia*, buscou encontrar solução para problemas dessa natureza e afirmou que havendo incerteza científica, a prova da ligação causal pode ser fornecida pela produção de suficiente e convincente dados estatísticos. MATEEV, M. POUTZIOURIS, P. (Ed.). **Creative Business and Social Innovations for a Sustainable Future**. Procedures of the 1st International Research Conference at the American University in Emirates - Dubai, United Arab Emirates 2017. Springer, 2019.

aplicada. É assim porque com a perda da cobertura florestal, o dano direto geralmente é interno, já o dano externo é somente indireto, obstaculizando a demonstração do nexo de causalidade⁶³².

Logo, a responsabilidade baseada no delito de lesão por extraterritorialidade acaba por fornecer poucos, se houver, incentivos para modificar políticas nacionais de gestão de recursos naturais. Ocorrendo de um Estado ser encontrado responsável pela poluição transfronteiriça, na maioria das vezes, a compensação será o principal remédio. Fato que impede o enfrentamento dos problemas subjacentes, no seu cerne⁶³³.

Portanto, quando se consegue avançar para alguma responsabilização dos Estados nos casos de danos ambientais transfronteiriços, continua sendo por meio da associação com os direitos da DUDH⁶³⁴ (principalmente o direito à vida), o que nos remete àquilo discorrido na primeira parte deste capítulo. Conforme se procurou demonstrar, esta associação pode ser feita sem maiores dificuldades, dado que a natureza do ambiente é essencial para a vida e que o direito à vida é a norma mais fundamental do *jus cogens*, sem a qual nenhum outro direito pode ser exercido. A obrigação *minus* de não causar danos ambientais que põem em risco o direito à vida é sem dúvidas uma norma igualmente básica do Direito Internacional consuetudinário⁶³⁵.

Nesse enquadramento, os julgados dos tribunais internacionais também têm, em vários casos, confirmado que o dever de não causar danos ambientais que apresentem sérios riscos à vida ou à saúde, é uma norma aceita no Direito Internacional consuetudinário. No caso *Trail Smelter* (Estados Unidos v. Canadá.), o primeiro no campo do direito ambiental internacional, reconheceu-se o princípio de que a responsabilidade internacional possa resultar de atividade transfronteiriça, quando houver sérios danos ambientais⁶³⁶.

No entanto, mesmo buscando efetivar a responsabilidade por danos ambientais transfronteiriços pelo caminho da associação com a violação efetiva de direitos humanos, a questão é bastante controversa. Afirma-se isso pois geralmente se supõe que as obrigações de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos têm aplicação territorial, são eles direitos enquadrados tradicionalmente em uma perspectiva vertical, com os deveres dos Estados confiados aos seus próprios cidadãos ou residentes no país. Obrigações além deste espaço

⁶³² TARLOCK, op. cit., 1997, p. 46.

⁶³³ *Ibidem*.

⁶³⁴ Nesse sentido, o Comitê de Direitos Humanos da ONU observou que o escopo da autonomia de qualquer Estado soberano em buscar desenvolvimento econômico é necessariamente limitado pelos direitos humanos decorrentes do Direito Internacional. - Human Rights Committee. Communication N. 511/1992, *Imari Lansman v. Finland*, at 9.4, UN Doc. CCPR/C/52/D/511/1992, 1992. Disponível em: <http://hrlibrary.umn.edu/undocs/html/vws511.htm>. Acesso em 15 de setembro 2019.

⁶³⁵ MCCALLION; SHARMA op. cit., 2000, p. 355.

⁶³⁶ Reports of International Arbitral Awards. **Trail Smelter Case (U.S. v. Can.)**. 16 april 1938 and 11 march 1941. Volume III, p. 1905-1982. Disponível em: https://legal.un.org/riaa/cases/vol_III/1905-1982.pdf. Acesso em 10 de janeiro 2020; MCCALLION; SHARMA, op. cit., 2000, p. 351-366.

territorial foram vistas como inexistentes ou minimalistas, na melhor das hipóteses⁶³⁷, o que acaba por ser supostamente inconsistente com o escopo extraterritorial das questões ambientais⁶³⁸.

Porém, Quirico coloca que a aplicação extraterritorial de todos os direitos humanos é possível nos termos do artigo 55 da Carta da ONU⁶³⁹. Esta regra obriga o respeito universal e a observância dos direitos e liberdades humanos e dos direitos fundamentais. O artigo 55 permite assim uma interpretação *erga omnes* de todas as obrigações de direitos humanos de um Estado, incluindo as de primeira, segunda e terceira gerações, interna e externamente⁶⁴⁰. Portanto, teoricamente seria admissível a prevenção ou reparação de danos ambientais transfronteiriços por meio da vinculação aos direitos humanos e aplicação extraterritorial destes, incluindo os danos decorrentes da degradação da Amazônia, já que os efeitos destes danos são plenamente capazes de atravessar fronteiras e prejudicar indivíduos em outras nações.

Contudo, Tarlock reconhece o fato do Direito Internacional consuetudinário clássico revelar visão excessivamente estreita dos beneficiários das obrigações internacionais e, portanto, carece ser ampliado. Alega o jurista que o Estado-nação é, em última análise, construto artificial sem relação com a dimensão física real de muitos fatores globais provenientes de problemas ambientais. A despeito disto, os deveres de uma nação e quaisquer direitos correspondentes devem ser coextensivos aos limites físicos do problema, finaliza o autor⁶⁴¹.

Na mesma coerência, Shelton argumenta que é sim possível assumir obrigações externas de cumprir determinações estabelecidas em tratados internacionais de direitos humanos,⁶⁴² citando, a título exemplificativo, o direito à água – pois os Estados devem agir para respeitar este direito mesmo para com pessoas singulares situadas noutros Estados⁶⁴³. Outro exemplo é

⁶³⁷GIBNEY, M.; VANDENHOLE, W. (Ed.). **Litigating Transnational Human Rights Obligations: Alternative Judgments**. Routledge, 2013.

⁶³⁸ QUIRICO, op. cit., 2018, p. 185-215.

⁶³⁹ DUDH, art. 55.

⁶⁴⁰ QUIRICO, op. cit., 2018, p. 185-215.

⁶⁴¹ TARLOCK, op. cit., 1997, p. 50.

⁶⁴² SHELTON, D. **Litigating a rights-based approach to climate change**. George Washington University, 2019. Disponível em: https://scholarship.law.gwu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1235&context=faculty_publications. Acesso em 19 de outubro de 2019.

⁶⁴³ De acordo com o Comitê de Ecologia e Cooperação Internacional dos Direitos Sociais e Culturais (CESCR), um Estado pode ser obrigado pelos direitos humanos em outros países. – UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights (CESCR), **General Comment N. 15: The Right to Water (Arts. 11 and 12 of the Covenant)**, 20 January 2003, E/C.12/2002/11. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/4538838d11.html>. Acesso em 2 de agosto de 2020.

a Convenção de Aarhus⁶⁴⁴, que obriga um Estado poluidor a disponibilizar seus recursos jurisdicionais às vítimas dos danos extraterritoriais causados pelas emissões de gases de efeito estufa⁶⁴⁵.

Mas é preciso considerar que do ponto de vista da ação externa do Estado, há limitações para extensão extraterritorial de jurisdição, a fim de responsabilizá-lo por violações de direitos humanos⁶⁴⁶. Tribunais e tratados de direitos humanos exigem prova de vínculo jurisdicional entre determinado Estado e países do território estrangeiro onde ocorre a violação⁶⁴⁷, notadamente baseada em autoridade e controle, com o objetivo de atribuir responsabilidade por conduta extraterritorialmente ilegal⁶⁴⁸.

Afirma-se que os Estados têm obrigação interestatal de não interferir na capacidade de outros Estados em cumprir suas próprias obrigações de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos e individuais⁶⁴⁹. Na verdade, acaba por ser compulsão indireta de determinado Estado em respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos fundamentais dos cidadãos de Estados estrangeiros⁶⁵⁰.

É inegável que ao definir suas políticas ambientais e de desenvolvimento, mormente quando há previsão de direitos ambientais em sua Constituição, o Estado é obrigado a respeitar, proteger e cumprir os deveres fundamentais de tutela do ambiente para com seus próprios cidadãos. Inicialmente, trata-se de dever interno para com a observância dos direitos humanos fundamentais, mas com efeitos benéficos extraterritoriais, dada a natureza do bem ambiental.

Mccallion e Sharma colocam a necessidade de criar documentos internacionais vinculativos para impor responsabilidade por danos ambientais, obrigando Estados a tomar medidas afirmativas para proteger o ambiente. Isto, no fundo, representaria a codificação de normas capazes de estabelecer padrões de responsabilidade e compensação para casos de danos ambientais transfronteiriços. Os documentos internacionais certamente indicariam a aceitação

⁶⁴⁴ Convention on Access to Information, Public Participation in Decision-making and Access to Justice in Environmental Matters, adotada em 28 junho 1998, entrando em vigor em 30 outubro 2001. Disponível em: <https://www.unece.org/env/pp/treatytext.html>. Acesso em 2 de junho 2020.

⁶⁴⁵ BOYLE, op. cit., 2012, p. 638.

⁶⁴⁶ HARRINGTON, J. **Climate change, human rights, and the right to be cold**. *Fordham Environ Law Rev* 18, 2007, p. 524.

⁶⁴⁷ WILLIAMS, S.; SHAH, S. **Bankovic and Others v Belgium and 16 Other Contracting States**. *European Human Rights Law Review*, n. 31, 2001, p. 775-781.

⁶⁴⁸ European Court of Human Rights. **Case Issa and others v. Turkey**. Publicado em: 16.11.2004. Disponível em: echr.coe.int/Documents/CLIN_2004_11_69_ENG_815396.pdf. Acesso em 10 de dezembro 2019.

⁶⁴⁹ MCINERNEY-LANKFORD S.; DARROW, M.; RAJAMANI, L. **Human rights and climate change: a review of the international legal dimensions**, 2011, p. 43. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/903741468339577637/pdf/613080PUB0Huma158344B09780821387207.pdf>. Acesso em 11 de março de 2020.

⁶⁵⁰ QUIRICO, op. cit., 2018, p. 185-215.

do dever mínimo subjacente de não causar severa destruição ambiental que afete à comunidade internacional nos direitos à vida, à saúde e à segurança das pessoas⁶⁵¹.

Advertem que como o Direito Internacional raramente especifica remédios para qualquer delito ou violação de obrigação, preferindo deixar tais assuntos reservados a jurisdições dos Estados, o problema da impunidade por violações de obrigações ambientais pode tornar-se persistente⁶⁵².

Para tentar resolver essa problemática, os autores defendem a criação de mecanismos judiciais internacionais como um tribunal judicial com jurisdição obrigatória, poder ou autoridade legal para monitorar a execução e aplicar globalmente as normas em evolução do direito ambiental internacional; avaliar danos fora das fronteiras nacionais dos Estados e fixar as medidas para corrigir esses danos transfronteiriços⁶⁵³.

Justificam essa necessidade por entenderem ser os problemas ambientais transfronteiriços ou de natureza global melhor enfrentados por acordos internacionais, e não por meio da aplicação arbitrária de leis ambientais domésticas. Ainda segundo eles, a organização de um tribunal ambiental internacional competente promoveria a cooperação internacional em legislação ambiental⁶⁵⁴.

Ainda assim, entendemos que enquanto não houver documentos internacionais vinculativos efetivos que expressem o direito humano fundamental ao meio ambiente e/ou viabilizem com maior facilidade a responsabilização por danos ambientais transfronteiriços, a razão de existir desse tribunal ambiental estaria limitada a fomentar a cooperação internacional sobre a matéria. Iniciativa válida, porém com eficácia precária para resolver o problema.

⁶⁵¹ MCCALLION; SHARMA, op. cit., 2000, p. 357.

⁶⁵² *Ibidem*, p. 358.

⁶⁵³ *Ibidem*, p. 358 e ss. Lembrem que da mesma forma, enquanto Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), em Haia, teoricamente tenha jurisdição sobre disputas ambientais (Estatuto da Corte Internacional de Justiça, art. 34 (1), praticamente nenhuma causa teria sido resolvida por ele. O Tribunal limita-se estritamente a disputas submetidas por Estados Partes, sem participação de indivíduos, corporações ou outras organizações não governamentais. No Caso *Gabcikovo- Nagymaros*, uma disputa relativa a danos ambientais causados por desvio do rio Danúbio entre a Hungria e a Eslováquia, o CIJ se recusou a abordar a questão ambiental, preferindo resolver a disputa com base na violação de um tratado de 1977 firmado entre as partes. - International Court of Justice. **Case Gabčíkovo-Nagymaros Project (Hungary/Slovakia)**. Judgment delivered by the Court on 25 september 1997. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/en/case/92>. Acesso em 23 de julho 2020.

⁶⁵⁴ MCCALLION; SHARMA, op. cit., 2000, p. 364.

3.9 Conclusões parciais

Assim como na primeira parte deste estudo buscamos perceber o limiar para exploração da floresta amazônica, à luz da Constituição brasileira - tendo concluído pelo princípio do desenvolvimento sustentável, dado os deveres constitucionais e princípios orientadores da matéria no sistema normativo brasileiro - neste ponto da investigação, entendemos nos ser possível sinalizar sobre qual seria o limiar para exploração da Amazônia, à luz do Direito Internacional.

O exame normativo, jurisprudencial e doutrinário realizado nos indica que, diferente do direito constitucional brasileiro, no qual a garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado é trazida como direito fundamental, a lógica do Direito Internacional, aparentemente, mostra-se diversa.

A ausência de autonomia efetiva do direito humano ao ambiente, vista em paralelo com as normas que versam sobre o direito ao desenvolvimento e responsabilidade por danos ambientais transfronteiriços, parece nos levar à conclusão de que a exploração econômica da floresta amazônica - acobertada pelo direito ao desenvolvimento, soberania e uso exclusivo do território e recursos naturais - à luz do Direito Internacional, possivelmente tem como limite a obrigação de não causar danos a outros Estados-nação ao ponto de intervir na capacidade destes em exercer suas próprias obrigações de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos. Este seria “*the minimum threshold implied by the interstate obligation to cooperate*”⁶⁵⁵.

Neste viés, poder-se-ia alegar que o regime de responsabilidade por danos transfronteiriços, imposto pelo *jus cogens* consuetudinário, isoladamente, seria a melhor solução no cenário internacional para dar resposta aos danos ambientais provocados pela destruição da floresta amazônica e discussões sobre as balizas para exploração dela, em vez da abordagem de direitos humanos⁶⁵⁶.

Contudo, o regramento de responsabilidade por danos transfronteiriços apresenta algumas complicações, sendo a mais evidente os embaraços para demonstração de nexo de causalidade, conforme já exposto. Por assim ser, a combinação das normas sobre danos ambientais transfronteiriços e as de direitos humanos (notadamente as obrigações transnacionais para com esses direitos) parece oferecer melhores subsídios quando se pretende traçar o limiar para exploração da Amazônia, à luz do Direito Internacional.

⁶⁵⁵ QUIRICO, op. cit., 2018, p. 197.

⁶⁵⁶ ILEMIN, op. cit., 2019.

Mesmo diante desta conclusão, a lógica jurídico-argumentativa posta nos impõe admitir que atribuir responsabilidade ao Brasil por danos ambientais tranfronteiriços, oriundos da perda da floresta amazônica pela execução dos projetos de desenvolvimento em território brasileiro, pode mostrar ser algo com certo grau de complexidade. Mais uma vez, a problemática diz respeito à comprovação do nexa entre a ação do Estado brasileiro e a violação fática de direitos humanos em outras nações.

Isto posto, constatadas essas fraquezas do sistema normativo internacional, o capítulo subsequente dedicar-se-á a tratar dos interesses internacionais na floresta amazônica - fruto da conscientização sobre a importância dos serviços ambientais globais por ela prestados - e os reflexos que tais interesses projetam nas discussões no campo da soberania exclusiva do Estado brasileiro sobre a Amazônia.

Para além, discorrer-se-á sobre a cooperação internacional nas ações de preservação da floresta, instrumento de extrema relevância para a promoção do desenvolvimento sustentável dela, máxime num sistema internacional fraco pela incapacidade de vinculação dos Estados na obrigação de dar respostas a contento ao imperativo de impedir a destruição da Amazônia ao ponto do não retorno.

4 INTERESSE INTERNACIONAL NA FLORESTA AMAZÔNICA

*“The Amazon forest is a subject for the whole planet. We can help you reforest. We can find the means for your economic development that respects the natural balance”.*⁶⁵⁷.

No capítulo anterior, buscamos perceber o limiar para exploração da floresta amazônica, à luz do Direito Internacional. Findada essa parte, este quarto e derradeiro capítulo é dedicado a tratar do interesse internacional na Amazônia - provocado pela conscientização generalizada sobre a importância da floresta tropical para o equilíbrio ambiental global - e alguns dos desdobramentos deste interesse em discussões no campo da soberania brasileira sobre a floresta e cooperação internacional para preservação desta.

É certo que desde o surgimento do Estado-nação, a soberania serviu como conceito central em relação à independência do Estado na administração de seu território e utilização de recursos naturais, sem o envolvimento ou intervenção da ação de outros Estados⁶⁵⁸. Por isso, a soberania exclusiva sobre seu território e recursos naturais sempre foi fator reivindicado pelo governo brasileiro ao longo da história quando da elaboração das políticas ambientais implementadas na Amazônia, o que, como vimos, efetivamente encontra amparo no Direito Internacional. Contudo, sob a floresta amazônica repousam interesses internacionais, pelos serviços ambientais por ela prestados, como largamente explicitado neste estudo.

Esses interesses internacionais suscitam alguns debates no campo da soberania exclusiva do Estado brasileiro sobre Amazônia. Neste rumo, traremos para discussão a possibilidade de sustentar a tese de uma soberania custodiada, compartilhada ou flexibilizada sobre a floresta amazônica, a fim de proteger um bem de interesse comum⁶⁵⁹ e necessário à manutenção do equilíbrio ambiental global.

Aqui, o intuito é aferir se esse discurso de flexibilização da soberania brasileira e da tese que defende a floresta amazônica como um bem de interesse comum encontram sustentação no Direito Internacional. Quis-se trazer estas questões para exame, pois em sendo afirmativas suas respostas (isto é, a Amazônia um bem de interesse comum) e havendo possibilidade de sustentar

⁶⁵⁷ Fala do presidente da França, Eammuel Macron, durante a Cúpula do G7, em agosto de 2019. Fonte: <https://apnews.com/9193fb6a2dc84d55bbc67b16d650b9bc>. Acesso em 16 de novembro de 2019.

⁶⁵⁸ ALSHAMMARI, Y. **The Promotion of the Right of Self-Determination in International Law and the Impact of the Principle of Non-Interference**. Brunel University London, 2014, p. 114.

⁶⁵⁹ Buscar-se-á demonstrar se essa tese que defende a floresta amazônica como um bem de interesse comum encontra guarita no Direito Internacional.

a relativização⁶⁶⁰ da soberania sobre ela, possivelmente o poder de ingerência da comunidade internacional no modo de aproveitamento dos recursos naturais da floresta torna-se maior. Isto talvez signifique elevar o patamar de proteção dela (à luz do Direito Internacional) para além daquilo que se pode conseguir com o traçado do limiar indicado nas conclusões do capítulo anterior.

Buscar-se-á apurar também se esse mesmo interesse comum levantado como argumento para relativização da soberania brasileira sobre a floresta, impõe que Estados terceiros sejam sujeitos a algum dever de cooperar com o Brasil e assisti-lo na manutenção da Amazônia, dada a importância global desta.

Por fim, diante das fragilidades normativas constatadas ao longo deste estudo, advoga-se pela imprescindibilidade da convergência entre as estruturas legais e institucionais nacionais, apoio e cooperação internacional para efetivar o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Este que, aparentemente, é imperativo à luz do direito constitucional brasileiro e opção de melhor proveito para a comunidade internacional, como um todo. Isto feito, finaliza-se, assim, a abordagem aspirada nesta dissertação.

4.1 Demandas e iniciativas internacionais para preservação da floresta amazônica

A preocupação da comunidade internacional com o futuro das florestas tropicais teve início no final da década de 1980, quando revistas especializadas divulgaram fotografias chocantes de queima florestal. Isto motivou muitos indivíduos a envidar esforços para proteger as florestas tropicais do mundo, incluindo a Amazônia brasileira. Além do estímulo a manifestações individuais, tal exposição midiática fez com que vários governos comessem a ter interesse permanente na questão. Em 1990, por exemplo, a reunião do G7⁶⁶¹ em Houston,

⁶⁶⁰ Ao dispor sobre igualdade soberana na comunidade internacional, Cullet de modo bastante interessante observa no tratamento diferencial (comum em matéria ambiental no Direito Internacional) como uma instância na qual o princípio da igualdade soberana já é marginalizado ou relativizado para acomodar fatores externos, como divergências nos níveis de desenvolvimento econômico ou capacidades desiguais para lidar com um determinado problema, o que no fundo representa uma quebra da igualdade soberana dos Estados na arena internacional. - CULLET, P. **Differential treatment in international law: towards a new paradigm of inter-state relations**. *European Journal of International Law*, v. 10, n. 3, 1999, p. 549 e 577

⁶⁶¹ Grupo formado pelas sete principais potências econômicas mundiais: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Alemanha, Itália, França e Japão. - AHMED, Z.; *et al.* **Linking urbanization, human capital and ecological footprint in the G7 countries: an empirical analysis**. *Sustainable cities and society*, v. 55, 2020.

no Texas, colocou o destino da floresta amazônica no topo da agenda⁶⁶², fator idêntico ocorreu no ano de 2019⁶⁶³.

Esse interesse internacional foi acompanhado de grande esforço dos Estados para se alcançar o objetivo de preservação da floresta, inclusive com a elaboração de instrumentos normativos, tanto no âmbito da ONU, quanto em esfera regional. Mesmo assim, Gaimo assevera que a resposta das Nações Unidas à destruição da Amazônia assumiu várias formas, mas não provou ser fonte útil de limitação às atividades que destroem a floresta⁶⁶⁴.

Neste contexto, embora tenha havido resoluções e declarações pertinentes aprovadas pela ONU, está atrelado a elas o problema da ausência de vinculação jurídica⁶⁶⁵. Os países que abrigam a floresta tropical sempre trataram e continuam a tratar os problemas relacionados a ela como questões locais e não internacionais⁶⁶⁶.

Mais recentemente, a atenção internacional na Amazônia foi intensificada pela associação entre a perda das florestas e as mudanças climáticas, com o aumento das emissões globais de dióxido de carbono⁶⁶⁷. Assim, o desmatamento e a degradação florestal mantem-se no foco de vigilância da comunidade internacional, fazendo surgir demandas crescentes para conter a perda de florestas⁶⁶⁸.

⁶⁶² KLOSEK, op. cit., 1998, p. 120.

⁶⁶³ Em agosto de 2019, na reunião da cúpula do G7, realizada na cidade de Biarritz, França, a queima da Amazônia e suas consequências nas alterações climáticas foi pauta da agenda. - HECHT, S. **Why the Brazilian Amazon Burns**. *Current History*, v. 119, n. 814, 2020, p. 61; BRAMWELL, K. **Brazil fires prompt 'prayers' for Amazon rainforest**. *BBC News*, 2019, august 23, Obtido em: <https://www.bbc.com/news/blogs-trending-49406519>. Acesso em 6 de julho 2020.

⁶⁶⁴ GIAIMO, op. cit., 1987.

⁶⁶⁵ *Ibidem*. Dentre as resoluções e declarações aprovadas no âmbito da ONU, nomeia-se aqui: o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1972; Declaração de Princípios Florestais da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992; *International Tropical Timber Agreement (ITTA)*, na versão aprovada em 1995; Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Cúpula de Joanesburgo), em agosto de 2002. Outra iniciativa, mas de âmbito regional, para proteger a floresta amazônica foi o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), cujas origens remontam a 1978. - SCHWAB, op. cit., 1992, p. 163-208. Por último, em resposta à terrível onda de incêndios florestais registrados na Amazônia no ano de 2019, elaborou-se o Pacto de Letizia, assinado por sete países da bacia amazônica. O documento foi criticado por repetir compromissos anteriores sem um plano de ação claro nas ações de cooperação, mas independentemente das críticas, Müller considera que o Pacto representa compromisso regional renovado que visa além das ações contra o desmatamento, iniciativas de restauração florestal, uso sustentável dos recursos, ações de fortalecimento da mulher e de povos indígenas e criação de campanhas educacionais sobre a importância da Amazônia. - MÜLLER, op. cit., 2020, p. 17.

⁶⁶⁶ COSTLE, D. M. **The Spread of an Idea: Environmentalism on the International Scene**. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, v. 444, n. 1, 1979, p. 121-127.

⁶⁶⁷ IPCC. **Contribution of Working Group III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2007. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/ar4_wg2_full_report.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2019.

⁶⁶⁸ Desde 2007, as Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre o Clima vêm debatendo o desenho de um mecanismo internacional para reduzir emissões pelo desmatamento e degradação florestal como opção de mitigação para apoiar a diminuição das emissões globais de carbono. - UNFCCC. Decisão 1 / CP do plano de ação de Bali. Relatório da conferência das partes - décima terceira sessão, realizada em Bali, de 3 a 15 de dezembro de

Em estudo recente que aborda essas preocupações, ainda que pelo viés das relações comerciais, Jakob Kuhn analisa, por exemplo, a possibilidade aplicar o “*Normative Power Europe*” dos instrumentos utilizados pela UE para convencer o Brasil a respeitar os padrões climáticos, estes associados à problemática do desmatamento e das queimadas na Amazônia⁶⁶⁹.

Nesta esteira, Kuhn argumenta que todas as ações externas da UE são pautadas por um complexo arcabouço normativo, que também respeita a tarefa global de preservação do meio ambiente. Assim, segundo o autor, visto que a floresta amazônica é única, ela pode ser considerada recurso natural limitado que deve ser protegido pela União Europeia, conforme observado no artigo 21 do Tratado da União Europeia (trata dos princípios e objetivos que regem ação externa da UE)⁶⁷⁰. Isso deve acontecer trabalhando em conjunto com países terceiros para lutar contra os danos ambientais à floresta, como alude o artigo 191.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia⁶⁷¹.

Considerando esses aspectos, o ensaio de Kuhn, centrado nas relações comerciais UE-Mercosul, conclui que a diplomacia dos líderes europeus, a comunicação e o estabelecimento de tratados multilaterais estão no cerne da política externa europeia, mas que esta política atualmente não é efetiva no que diz respeito a exercer influência sobre o Brasil na implementação de ações de mitigação às mudanças climáticas (principalmente por meio da contenção do desmatamento amazônico), pois o poder normativo da UE é baseado na cooperação e não na coerção⁶⁷².

2007. Documento FCCC / CP / 2007/6 / Add. 1, 2007. Disponível em: <https://unfccc.int/resource/docs/2007/cop13/eng/06a01.pdf>. Acesso em 15 de agosto 2019.

⁶⁶⁹ KUHN, J. **The EU's Influence on Brazil's Climate Policy: Analyzing the Influence of the Normative Power Europe on Third Countries**, 2020. Disponível em: http://essay.utwente.nl/80824/1/Kuhn_BA_BMS.pdf. Acesso em 8 de agosto de 2020.

⁶⁷⁰ Nomeadamente no ponto “*to advance in the wider world: democracy, the rule of law, the universality and indivisibility of human rights and fundamental freedoms*”. - Consolidated Version of the Treaty on European Union. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:2bf140bf-a3f8-4ab2-b506-fdz71826e6da6.0023.02/DOC_1&format=PDF. Acesso em 15 de dezembro 2019.

⁶⁷¹ KUHN, op. cit., 2020, p. 21. A nosso ver, notadamente no tocante ao objetivo de “promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais ou mundiais do ambiente, e designadamente a combater as alterações climáticas”, do artigo 191.º do TFUE. Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF. Acesso em 3 de janeiro 2020. Nesse diapasão, Müller coloca em seu documento que no auge dos incêndios florestais na Amazônia, em 2019, a Comissão anunciou a intensificação das ações da UE para proteger e aumentar a cobertura florestal do mundo visando melhorar a saúde e os meios de subsistência das pessoas e garantir um planeta saudável para as gerações futuras. Em consonância com os objetivos da UE de deter a perda mundial de cobertura florestal até 2030, a Comissão propôs uma abordagem de parceria baseada em estreita cooperação com os países produtores e consumidores, empresas e sociedade civil e prioridades para intensificar a ação da UE contra o desmatamento. - MÜLLER, op. cit., 2020, p. 28.

⁶⁷² TOCCI, N. **Who is a normative foreign policy actor? The European Union and its global partners**. CEPS Paperback Series (3), 2008, p. 1-336.

Em documento solicitado pelo Comitê de Meio Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar do Parlamento Europeu (ENVI), Müller da mesma forma trata da necessidade de associação dos efeitos do desmatamento e incêndios florestais na floresta amazônica nas tratativas do Acordo Comercial UE-Mercosul. Em suas conclusões, assim como Kuhn coloca que a proposta é de uma abordagem de parceria baseada em estreita cooperação nas relações comerciais. Müller esclarece que acordos comerciais são juridicamente vinculativos, mas não estão sujeitos a medidas econômicas punitivas em caso de não conformidade, baseando-se apenas na cooperação e diálogo⁶⁷³.

Este é apenas um dos muitos exemplos (com repercussão nas tratativas comerciais, em especial) que demonstram haver interesses e preocupações internacionais na Amazônia, mas ainda assim inexistem restrições legais externas que permitam apontar a contento solução para combater a rápida exploração da floresta⁶⁷⁴. Por mais que se tente mobilizar os instrumentos disponíveis, recai-se consecutivamente na cooperação volitiva.

Para Tarlock, o sistema jurídico internacional falha em desenvolver resposta legal eficaz ao imperativo científico de que nações com ricos recursos tropicais substituam a exploração destrutiva pela gestão que beneficie as gerações presentes e futuras. O argumento básico utilizado pelo autor é o de que o Direito Internacional clássico protege efetivamente políticas internas como decisões de gerenciamento de recursos a partir de padrões domésticos, independentemente dos efeitos dessas políticas transbordarem para a seara internacional. Nesse sentido, o Direito Internacional não pode resolver a falta de capacidade dos países anfitriões em controlar os usos destrutivos que estes últimos fazem de suas florestas tropicais⁶⁷⁵.

É preciso incentivar resposta internacional eficaz a essa crise. Para tanto, faz-se primordial incutir a ideia de que não se trata apenas do fato da floresta amazônica brasileira estar em risco, mas sim estarem envolvidos recursos planetários e sistemas que afetam toda forma de vida. Neste cenário, Klosek enfatiza que os países desenvolvidos devem assumir papel de relevo, primeiro porque alguns deles, estimulados pelas políticas do governo brasileiro, contribuíram para a degradação da floresta; segundo porque serão afetados pelos trágicos efeitos da sua destruição⁶⁷⁶. Portanto, assistência e cooperação são mesmo palavras de ordem.

⁶⁷³ MÜLLER, op. cit., 2020. Para uma análise mais aprofundada sobre o acordo entre a União Europeia e o Mercosul consultar GHIOTTO, L.; ECHAIDE, J. **Analysis of the agreement between the European Union and the Mercosur**. Hg. v. Anna Cavazzini MEP. Berlin, Buenos Aires, Brüssel. Online verfügbar unter, v. 24, 2019. Disponível em: <https://powershift.de/analysis-of-the-agreement-between-the-european-union-and-the-mercotur/>, zuletzt geprüft am. Acesso em 10 de janeiro 2020.

⁶⁷⁴ TARLOCK, op. cit., 1997, p. 40.

⁶⁷⁵ *Ibidem*, p. 40 e 41.

⁶⁷⁶ KLOSEK, op. cit., 1998, p. 121.

Mas matérias como a gestão da floresta amazônica, somada à temática do desenvolvimento econômico e, sobretudo quando vinculada à questão do direito humano fundamental ao ambiente saudável, podem levantar polêmicas envolvendo soberania e jurisdição nacional.

Ao debater o tema, Skogly entende que em se tratando de direitos humanos (inclusive os ambientais), jurisdição deve ser considerada como uma rede de salvaguarda contra violações, onde a proteção de um Estado termina quando a de outro começa⁶⁷⁷. Alternativa nesta direção, orientada para evitar conflitos e superar os obstáculos, seria o compartilhamento de soberania. Isto ocorrendo, abre-se margem para colocar limitações internacionais substanciais às prerrogativas nacionais, capazes de fornecer padrões para julgar as decisões de uso e manejo da floresta tropical⁶⁷⁸.

Perante este contexto, considerando o interesse internacional na floresta amazônica, sua importância para o equilíbrio ambiental global e, por consequência, para o direito humano fundamental ao meio ambiente saudável, em paralelo com o discurso do direito ao desenvolvimento, soberania exclusiva sobre o território e uso dos recursos naturais, seria possível sustentar, no âmbito do Direito Internacional, a tese de uma soberania custodiada, compartilhada ou flexibilizada, sobre a floresta amazônica? Essa é a temática a ser debatida no tópico seguinte.

4.2 É possível sustentar a tese de uma soberania custodiada, compartilhada ou flexibilizada sobre a floresta amazônica brasileira?

A reivindicação intransigente da soberania foi e continua sendo arraigada nas políticas do governo brasileiro formuladas para a Amazônia. Isto impactou a posição do Brasil diante das propostas de tratados internacionais, em particular, foi fator chave na resistência brasileira à assunção de obrigações internacionais em relação ao desmatamento ou qualquer outro assunto em que a comunidade internacional pudesse ser vista como estando em posse do exclusivo e soberano domínio do Brasil sobre sua região amazônica⁶⁷⁹.

⁶⁷⁷ SKOGLY, S. *Beyond National Borders: States' Human Rights Obligations in International Cooperation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

⁶⁷⁸ TARLOCK, op. cit., 1997, p. 48. O autor pontua o princípio da precaução como resposta lógica a um regime jurídico baseado na ciência, como o é o direito ambiental internacional. Tal princípio postula que os Estados têm o dever de tomar medidas corretivas, mesmo na ausência de danos ambientais comprováveis.

⁶⁷⁹ Este foi fator determinante da recusa inflexível do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (1992) para apoiar um acordo internacional vinculativo sobre florestas. Os Princípios florestais, bastante suaves e não vinculativos foi o máximo que seria aceito pelo Brasil (e vários outros países em desenvolvimento). Assumir compromissos concretos era visto como abertura às potências estrangeiras ou justificativa para a ocupação de áreas amazônicas de valor econômico e cultural. - SIMPSON, B.

Ao mesmo tempo, a inquietação com a destruição da Amazônia, sobretudo nos períodos mais agudos, fez com que houvesse ampliação do apoio internacional - incluindo suporte financeiro e tecnológico - para ações brasileiras de contenção dos danos à floresta. No entanto, no Brasil e em muitos países em desenvolvimento, tem havido preocupação de que demandas internacionais de preservação ambiental de áreas florestais poderiam ameaçar ou reduzir a soberania nacional⁶⁸⁰.

É preciso considerar, entretanto, que embora os Estados continuem a manter a soberania sobre seus recursos naturais e a capacidade de protegê-los, as normas internacionais não deixam de exercer pressão externa sobre eles para administrarem seu capital natural de acordo com certas maneiras predeterminadas⁶⁸¹. Direitos ambientais, em particular, podem possuir força normativa própria, mobilizando apoio para esforços de cooperação⁶⁸², ordenados pela própria natureza do bem ambiental.

Ademais, na atual arena normativa internacional, a salvaguarda dos direitos humanos cruza-se com a primordialidade de maior proteção ambiental. Essa necessária confluência normativa entre os direitos humanos e as normas ambientais coloca complicações à clássica concepção de soberania. Em tom de crítica a esta última, alguns argumentam, inclusive, que a reclamação da soberania pelos Estados opera como impedimento à proteção ambiental⁶⁸³.

Nesta conjuntura, Weinrib percebe que a expansão global das leis ambientais atrelada aos direitos humanos possui o efeito de intrometer-se na soberania do Estado. Isto porque os primeiros reafirmam a ideia hegemônica associada ao paradigma do pós-guerra de que a dignidade humana é inviolável e a proteção dos direitos humanos transcende a história, o patrimônio cultural e costumes sociais de qualquer estado-nação em particular⁶⁸⁴. Consequentemente, uma vez atrelados direitos humanos e proteção ambiental, há expectativa normativa internacional de que os Estados se esforçarão para proteger os direitos humanos ambientais, inclusive por meio de instrumentos legais nacionais⁶⁸⁵.

International Involvement in Preservation of the Brazilian Amazon Rainforest: Context, Constraints and Scope. *Asia Pacific Journal of Environmental Law*, v. 13, n. 1, 2010, p. 42.

⁶⁸⁰ *Ibidem*, p. 41.

⁶⁸¹ LITFIN, K. **The Greening of Sovereignty: An Introduction.** In LITFIN, K., ed. *The Greening of Sovereignty in World Politics*. Cambridge: MIT Press, 1998, p.1.

⁶⁸² CONCA, K. **An Unfinished Foundation: The United Nations and Global Environmental Governance.** New York: Oxford University Press, 2015, p. 108.

⁶⁸³ KAMIENIECKI, S.; GRANZEIER, M.S. **Eco-Cultural Security and Indigenous Self-Determination: Moving Toward a New Conception of Sovereignty.** In LITFIN, K., ed. *The Greening of Sovereignty in World Politics*. Cambridge: MIT Press, 1988, p.260.

⁶⁸⁴ WEINRIB, op. cit., 2006. p.90.

⁶⁸⁵ HOWARD, A.E.D. **A Traveler from an Antique Land: The Modern Renaissance of Comparative Constitutionalism.** *Virginia Journal of International Law*, 50(1), 2009, p.18. Alguns chegam ao ponto de afirmar

Logo, a ampliação das normas ambientais internacionais e sua associação aos direitos humanos causam a corrosão das noções tradicionais de soberania, pois os Estados, orientados por forças externas, podem achar cada vez mais difícil fugir de sua responsabilidade de proteger o meio ambiente natural. De fato, o meio ambiente começa a lançar ideias sobre o lento processo de redefinir o que significa ser um Estado soberano na era ecológica⁶⁸⁶.

Tal redefinição pode ser oportuna - especialmente quando tratamos da floresta amazônica - na medida em que a soberania territorial exclusiva absoluta é comumente identificada como a principal barreira para o manejo eficaz das florestas tropicais. Reivindicar sua soberania permite às nações proteger as decisões internas de gestão e desenvolvimento das restrições do Direito Internacional, equiparando a soberania territorial exclusiva a um direito de desenvolver e usar livremente seus recursos naturais⁶⁸⁷.

Por outro lado, admite-se que a exploração livre dos recursos naturais consiste no exercício do direito ao desenvolvimento. Este tornou-se parte integrante da política internacional. Assim, o reconhecimento da soberania nacional e o direito ao desenvolvimento é incorporado em todas as declarações modernas de gerenciamento de recursos ambientais e naturais, bem como de convenções relevantes que versam sobre o manejo da floresta tropical⁶⁸⁸. Apesar disso, tem havido aumento no consenso de que a soberania territorial absoluta não é mais um conceito de organização funcional, dadas as interdependências do mundo moderno⁶⁸⁹.

Falk bem observa que desde a Segunda Guerra Mundial, o Direito Internacional tentou retornar as regras universais centradas na proteção da dignidade humana⁶⁹⁰, e, mais recentemente, centrada na integridade ecológica do planeta, da qual depende a garantia da dignidade humana. No entanto, à luz da história das reivindicações de soberania absoluta e da natureza da gestão da floresta tropical, o projeto de relativizar a soberania brasileira sobre a Amazônia pode ser bem interessante⁶⁹¹, mas bastante polêmico, reconheçamos.

que somente o Estado possui autoridade, legitimidade, recursos suficientes e controle territorial para fazer cumprir as normas ambientais. - LITFIN, op. cit., 1998, p.3-4.

⁶⁸⁶ FALKNER, R. **Global Environmentalism and the Greening of International Society**. International Affairs, 88(3), 2012, p.517.

⁶⁸⁷ TARLOCK, op. cit., 1997, p. 42.

⁶⁸⁸ Tarlock assevera que o Direito Internacional está fundamentado em conceitos coloniais de soberania ou no princípio pós-colonial do dever de equidade entre os países do norte e os do sul. A tensão entre o soberano (interno) e o internacional (externo) quanto às estratégias de manejo das florestas tropicais continuam sendo o cerne da incapacidade de sujeitar tal manejo a regime jurídico internacional. - *Ibidem*, p. 42 e 43.

⁶⁸⁹ *Ibidem*, p. 43 e 44. Ainda nesse seguimento, Zhouri salienta que até mesmo os debates domésticos sobre a Amazônia entrelaçam as preocupações sobre o desenvolvimento do país e o movimento ambiental global. - ZHOURI, A. **Adverse Forces in the Brazilian Amazon: Developmentalism versus Environmentalism and Indigenous Rights**. Journal of Environment & Development, 19(3), 2010, p. 268.

⁶⁹⁰ FALK, R. **The interplay of Westphalia and charter conceptions of international legal order**. The future of the international legal order, v. 1, 1968, p. 32-70.

⁶⁹¹ TARLOCK, op. cit., 1997, p. 44.

Fala-se isto pois é questão que acaba por desaguar no princípio internacional da não intervenção. A Declaração da Assembleia Geral da ONU (1976) sobre a não-interferência nos assuntos internos dos Estados condena especificamente qualquer coerção destinada a prejudicar sistema político ou econômico de outro país⁶⁹². Também a Convenção de Montevideu⁶⁹³ anuncia que nenhum Estado tem o direito de intervir nos assuntos internos ou externos de outro⁶⁹⁴. O documento ainda dispõe sobre o direito à igualdade dos Estados (artigo 4) e a inviolabilidade do território (artigo 11)⁶⁹⁵.

Todos esses direitos são relevantes e seus efeitos aplicáveis internacionalmente, inclusive quanto à legislação ambiental, ou seja, eles vedam intervenções na política ambiental dos Estados. Mas como impedir então que o Brasil, alegando sua irrestrita soberania sobre a floresta, destrua a Amazônia?

A seguir traremos algumas considerações doutrinárias que buscam argumentos para relativizar a soberania exclusiva do Brasil em relação a sua floresta amazônica, ancoradas na defesa da Amazônia como bem ou recurso comum e preocupação comum da humanidade.

4.2.1 Soberania e as teorias sobre a natureza jurídica da floresta amazônica

As correntes ambientalistas preveem uma ordem internacional cooperativa organizada em torno de normas universais de proteção de ecossistemas, mas nenhuma alternativa clara à soberania exclusiva surgiu, de modo que esta perdura como a principal objeção teórica ao controle internacional das florestas tropicais⁶⁹⁶.

Contudo, desde o início dos anos 2000, o papel da soberania do Estado tem sido questionado em matéria do ambiente. Diz-se que quando se pensa da perspectiva de legislação ambiental, a soberania do Estado está em contradição com o exame e prevenção de problemas ambientais, porque a preocupação com o meio ambiente global exige cooperação internacional em vez de denunciar soberania e direitos nacionais⁶⁹⁷.

⁶⁹² ALSHAMMARI, op. cit., 2014, p. 162.

⁶⁹³ Convention on Rights and Duties of States adopted by the Seventh International Conference of American States, 1933. Disponível em: <https://treaties.un.org/pages/showDetails.aspx?objid=0800000280166aef>. Acesso em 15 de janeiro 2020.

⁶⁹⁴ BRAGDON, S. H. **National sovereignty and global environmental responsibility: can the tension be reconciled for the conservation of biological diversity**. Harv. Int'l. LJ, v. 33, 1992, p. 381.

⁶⁹⁵ HAPPOLD, M. **Economic Sanctions and International Law: An Introduction**. Economic Sanctions and International Law', Hart Publishing, 2016, p.18.

⁶⁹⁶ TARLOCK, op. cit., 1997, p. 44 e 45.

⁶⁹⁷ MUTANEN, A. **Valtion suveriniteetti ja biodiversiteetti**. Published in: Lakimies, 2002, p. 405.

Argumento para cruzar a barreira da soberania exclusiva sobre as florestas tropicais seria a implementação do controle compartilhado delas, este sustentado na expansão da categoria de bens ou recursos comuns para incluir os convencionalmente classificados como exclusivos, como o é a floresta amazônica⁶⁹⁸. Contudo, Eshbach assertivamente adverte que as florestas não são verdadeiramente bens ou recursos comuns, porque elas podem ser efetivamente exploradas pelos Estados-nação⁶⁹⁹.

Apesar disso, há quem sugira que por razões científicas e políticas, as florestas tropicais podem ser melhor caracterizadas como bens comuns compartilhados, isto representaria a recharacterização das florestas de recursos exclusivos para recursos compartilhados, o que pode implicar num limite à soberania dos Estados. Por este motivo, as buscas pelo bem internacional comum não foram bem recebidas por países como o Brasil⁷⁰⁰, em relação à Amazônia.

Há inúmeros argumentos científicos para reconhecer a floresta amazônica e as florestas tropicais em geral como recursos comuns ou compartilhados. Mas o Direito Internacional tradicionalmente adota uma classe limitada de recursos que têm essa natureza e estariam fora do controle exclusivo de qualquer Estado. As áreas comuns foram restritas a mares e céus abertos, onde o controle nacional era ineficiente e oneroso⁷⁰¹.

Assim, tecnicamente a floresta amazônica não se enquadra como recurso comum ou compartilhado⁷⁰². Porém, tê-la com preocupação comum pode fornecer o argumento para se buscar o reconhecimento da floresta como recurso compartilhado⁷⁰³, ou pelo menos os efeitos práticos que derivariam desse reconhecimento. Seria assim porque as noções de preocupação comum colocam restrições implícitas ao uso do recurso, na medida em que todos os membros da comunidade internacional têm interesse nele. As decisões de exploração devem ser avaliadas em relação aos seus impactos sobre outros Estados-membros⁷⁰⁴.

⁶⁹⁸ Tarlock adverte que em reconhecimento à necessidade de equidade entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, as florestas permanecerão, na melhor das hipóteses, recursos comuns compartilhados entre a comunidade internacional e a nação anfitriã. - TARLOCK, op. cit., 1997, p. 45.

⁶⁹⁹ ESHBACH, op. cit., 1990, p. 299.

⁷⁰⁰ TARLOCK, op. cit., 1997, p. 46 e 47.

⁷⁰¹ *Ibidem*, p. 47.

⁷⁰² Inobstante, há quem afirme que a Amazônia constitui uma das áreas que fazem parte do “common heritage of mankind”. - BASLAR, K. **The concept of the common heritage of mankind in international law**. Martinus Nijhoff Publishers, 1998, p. 155-156.

⁷⁰³ O que não seria algo dotado de ineditismo em matéria de meio ambiente, pois o TJUE, ao interpretar a Diretiva de Aves Selvagens de 1979, descreveu as aves selvagens como patrimônio comum, mas com gestão confiada aos Estados membros em seus respectivos territórios. - Caso C-339/87, *Commission v. The Netherlands*, 1990, p. 185-186. Disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/showPdf.jsf?text=&docid=95787&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=16124698>. Acesso em 10 de dezembro 2019.

⁷⁰⁴ A despeito disso, o Acordo Internacional das Madeiras Tropicais de 1983 e o acordo não juridicamente vinculativo dos Princípios Florestais de 1992, rejeitaram a classificação das florestas como patrimônio comum e reafirmou o princípio do controle do Estado detentor sobre as florestas. Os princípios florestais não

Enfim, também com relação à Amazônia, mas não só, o desafio é fazer as obrigações em matéria de proteção do ambiente se encaixarem na era da globalização e ir além dos conceitos tradicionais de soberania do Estado, a fim de alcançar a solidariedade internacional e, sobretudo, assegurar o direito humano fundamental ao meio ambiente saudável.

Para transpor esse desafio e em acréscimo à teoria que defende a recategorização das florestas tropicais de bens exclusivos para bens comuns compartilhados, trazemos para debate algumas teorias que advogam pela flexibilização ou adaptação da clássica noção de soberania exclusiva.

4.2.2 *As teorias de flexibilização da soberania*

O jurista Scholtz argumenta que o surgimento das questões de preocupação comum da humanidade, com base no interesse comum, pode moldar a soberania em resposta às necessidades da comunidade internacional, no sentido de efetivar as obrigações transnacionais de direitos humanos para cumprir o direito ao meio ambiente saudável⁷⁰⁵.

Sobre o assunto, Brunnee esclarece que preocupação comum da humanidade é faceta do interesse comum. A este respeito, o interesse comum refere-se à sobrevivência da humanidade e, em alguns dos casos, ele pode resultar em uma regra de Direito Internacional, com imposição de determinados deveres⁷⁰⁶. Nesta perspectiva, estudiosos do Direito Internacional sugeriram que recursos tradicionalmente nacionais, mas com importância global, como é o caso da floresta amazônica, devem ser caracterizados como preocupação comum da humanidade⁷⁰⁷.

A preocupação comum traz implicações claras à soberania, uma vez que a noção também se aplica a certos recursos localizados no território dos Estados individuais. A preocupação comum proporciona à comunidade internacional interesse legítimo em recursos de significância global, mas também responsabilidade comum de ajudar em seu desenvolvimento sustentável⁷⁰⁸. Isto claramente desafia a noção clássica de soberania e pode,

internacionalizam as questões florestais, nem afirmam que as florestas são uma preocupação comum da humanidade. - TARLOCK, op. cit., n. 1, Winter, 1997.

⁷⁰⁵ SCHOLTZ, W. **Reconciliation of Transnational Economic, Social and Cultural Human Rights via the Common Road**. The, 37 S. Afr. Y.B. Int'l L. 232, 2012.

⁷⁰⁶ Contudo, Scholtz pondera ser questionável se a observância dos direitos humanos constitui atualmente um interesse comum que pode dar origem a preocupação comum. - SCHOLTZ, op. cit., 2012, p.11.

⁷⁰⁷ BRUNNÉE, J.; TOOPE, S. J. **Environmental security and freshwater resources: a case for international ecosystem law**. Yearbook of International Environmental Law, v. 5, n. 1, 1994, p. 41-76.

⁷⁰⁸ BIRNIE, P.; BOYLE, A. A.; REDGWELL, C. **International law & the environment**, 2009, p. 130.

por conseguinte, resultar na sua adaptação, máxime no contexto da degradação ambiental global⁷⁰⁹.

Com base na ideia de interesse comum e considerando a concepção tradicional de soberania, Scholtz cunhou a noção de “*custodial sovereignty*”⁷¹⁰ e a desenvolveu em seus diversos estudos. Nos termos da soberania de custódia, o Estado detém custódia de seus recursos ambientais globais e os outros Estados têm expectativa de que o Estado detentor dos recursos com relevância global, irá protegê-los para a humanidade como um todo⁷¹¹.

Como consequência disto, os outros Estados têm o dever de apoiar o custodiante no cumprimento de suas obrigações, já que o interesse de toda comunidade internacional em uma causa torna a cooperação crucial e destaca a interdependência das nações⁷¹². De tal modo, o Estado de custódia pode explorar seus recursos, mas é restrito ao fazê-lo pelas expectativas e interesses de todos⁷¹³.

Com a soberania de custódia, a responsabilidade dos Estados pelos seus territórios também é mantida e eles continuam com a obrigação primária de cumprir todos os direitos humanos fundamentais de seus habitantes. No entanto, a soberania tutelar reconhece que a preocupação comum em torno dos problemas ambientais globais requer adaptação da soberania para responder às necessidades da comunidade internacional⁷¹⁴.

Tarlock corrobora que graves problemas ambientais como a destruição das florestas tropicais devem ser abordados por meio de princípios e instituições sobrepostos à soberania clássica do Direito Internacional, reputando, contudo, que isto representaria reorientação radical do papel do Direito Internacional⁷¹⁵.

Mas a aceitação da soberania de custódia não implica, segundo Scholtz, alteração radical do Direito Internacional, mas sim adaptação que explica a dinâmica do desenvolvimento deste direito e, como tal, fortalece-o. A soberania tutelar sugere que, no exercício de sua permanente soberania, os Estados individuais, ao serem restringidos pelo interesse comum, tornam-se guardiões da comunidade internacional e devem agir de acordo com a preocupação comum da humanidade⁷¹⁶.

⁷⁰⁹ SCHOLTZ, op. cit., 2012, p. 7.

⁷¹⁰ SCHOLTZ, W. **Custodial sovereignty: reconciling sovereignty and global environmental challenges amongst the vestiges of colonialism**. Netherlands International Law Review, v. 55, n. 3, 2008, p. 323.

⁷¹¹ SCHOLTZ, op. cit., 2012, p. 7.

⁷¹² SCHOLTZ, W. **Collective (environmental) security: the yeast for the refinement of international law**. Yearbook of International Environmental Law, v. 19, n. 1, 2009, p. 150.

⁷¹³ SCHOLTZ, op. cit., 2012.

⁷¹⁴ *Ibidem*.

⁷¹⁵ TARLOCK, op. cit., 1997, p. 41 e 42.

⁷¹⁶ SCHOLTZ, op. cit., 2012.

A soberania tutelar afirma a noção de que a soberania internacional moderna não consiste apenas na soberania externa, mas igualmente tem uma dimensão interna. O elemento interno da soberania é dirigido principalmente aos habitantes de um Estado, já o elemento externo é dirigido aos outros participantes da comunidade internacional e protege o Estado e seus habitantes contra interferência externa⁷¹⁷. É o elemento escrito na Carta da ONU e pode ser visto como um dos princípios mais importantes da legislação internacional atual, porque está regulamentando o que os Estados podem fazer no âmbito internacional⁷¹⁸. Contudo, a soberania não pode ser usada como desculpa para o descumprimento dos direitos ambientais⁷¹⁹.

Ainda nas teorias que procuram defender a relativização da soberania exclusiva nas questões ambientais, Findley fala em "*stewardship sovereignty*". Segundo ele, tal noção é menos radical que algumas outras alternativas propostas, mas da mesma forma não deixa de representar alteração substancial no conceito tradicional de soberania⁷²⁰.

Tarlock, por sua vez, acredita que o conceito de desenvolvimento sustentável oferece as melhores justificativas disponíveis para modificar a soberania tradicional (exclusiva) de maneira aceitável, pois de acordo com o Direito Internacional, cada Estado tem o dever de não prejudicar o território de outros Estados⁷²¹.

Mas até mesmo para uma aplicação "vinculativa" do princípio do desenvolvimento sustentável, seria preciso, conforme coloca Tarlock, a expansão das categorias de recursos comuns e compartilhados para incluir os anteriormente considerados exclusivamente nacionais, o que teria efeito de criar novos deveres no âmbito internacional⁷²². Não obstante, já pontuamos a dificuldade identificada para a recharacterização na classificação dos recursos florestais de exclusivos para comuns ou compartilhados.

Noutra direção, Brett Simpson abre divergência desse discurso de alteração nas bases da soberania tradicional, quando se discute preservação da floresta amazônica. Segundo ele, a

⁷¹⁷ Sobre o elemento externo, Alshammari diz que o conceito de soberania evoluiu de tal forma que se dirige principalmente ao Estado com relação à vontade de outras nações e não interferência em seus negócios. - ALSHAMMARI, op. cit., 2014, p. 114.

⁷¹⁸ MUTANEN, op. cit., 2002, p. 405 – 429.

⁷¹⁹ SCHOLTZ, op. cit., 2012, p. 10. Rodrigues assevera que além de simples políticas nacionais para tutelar o ambiente, torna-se cada vez mais premente que se estabeleça uma verdadeira política mundial-global de proteção e preservação ambiental. Essa política deve estabelecer regras menos preocupadas com a soberania nacional e mais vinculadas a uma cooperação internacional. As regras não devem ser vistas como simples programas ou diretrizes, firmadas em tratados internacionais sem força vinculante nos diversos sistemas jurídicos nacionais, mas, sim, como postulados maiores de cooperação. - RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 350. Na mesma direção, Kuhn acrescenta que novos desafios, como o terrorismo global, pandemias, crime internacional e mudanças climáticas impulsionam as mudanças em direção à política global. KUHN, op. cit., 2020.

⁷²⁰ FINDLEY, R. W. **Foreword: Sustainable Development in Latin American Rainforests and the Role of Law.** Texas International Law Journal, v. 32, n. 1, Winter, 1997, p. 12.

⁷²¹ TARLOCK, op. cit., 1997.

⁷²² *Ibidem*.

falta de reconhecimento internacional dos fundamentos da história brasileira tem sido fator chave que leva ao choque das responsabilidades internacionais e direitos nacionais, inibindo os esforços de conservação passados em relação à Amazônia brasileira⁷²³.

Segue afirmando que as ações internacionais que respeitaram importantes fatores específicos do Brasil obtiveram melhores resultados no envolvimento internacional para preservação da floresta. Assim, defende que a aceitação de instrumento internacional não vinculativo, em vez de continuar buscando alguma forma de instrumento vinculativo - inserindo nesta tentativa a fala sobre a custódia ou flexibilização da soberania - pode muito bem não ser negativo em relação à Amazônia brasileira, conclui o autor⁷²⁴.

4.2.3 *A possível resposta para o tópico-pergunta*

Bem, a construção teórica desenvolvida nos permite desencadear um raciocínio para tentar responder a indagação posta como tópico-pergunta, qual seja: é possível sustentar a tese de uma soberania custodiada, compartilhada ou flexibilizada sobre a floresta amazônica brasileira?

Embora tenhamos compreendido com muita clareza a tese da soberania de custódia apresentada por Scholtz e cientes do suporte por ela oferecido para avançar nas ações de promoção do direito humano fundamental ao meio ambiente e na proteção da floresta amazônica, olhando para a atual conjuntura do Direito Internacional, julgamos ser forçoso defender tal tese e as outras aqui colocadas que visam a relativização, compartilhamento ou adaptação da soberania exclusiva brasileira sobre a floresta amazônica, por suas bases de sustentação mostrarem-se frágeis; tampouco obrigação vinculativa dos outros Estados para cooperação nas ações de manutenção da floresta.

A despeito do fascínio com as teorias nos fazer crer que elas poderiam ser atraente caminho para garantir a efetividade do direito ao meio ambiente, por meio da proteção da floresta, dificilmente tais teses seriam aceitas por países como o Brasil, acometidos pelo “*the Curse of abundance*”⁷²⁵ de recursos e com longo histórico de reivindicação da sua soberania

⁷²³SIMPSON, op. cit., 2010, p. 39-60. O autor nos dar a entender que o insucesso de muitas investidas internacionais na preservação da floresta amazônica se deve ao fato da comunidade internacional desconsiderar aspectos específicos da história brasileira.

⁷²⁴*Ibidem*, p. 44. Com ponto de vista semelhante, Jolomba expõe que para tentar lidar com um problema global como o desmatamento amazônico deve haver cooperação, mas isso não precisa vir necessariamente na forma de aplicação extraterritorial de acordos internacionais, mas sim faz-se necessário foco no progresso da cooperação, principalmente regional e localizada, no que se refere à padronização de ações. JOLOMBA, op. cit., 2020.

⁷²⁵ ACOSTA, A. **The Curse of Abundance (La Maldición de la Abundancia)**. First Edition. Quito, Ecuador: Abya Yala, 2009.

sobre a floresta amazônica⁷²⁶. Logo, a aplicação direta do Direito Internacional na gestão da Amazônia pode ser difícil, especialmente porque 60% da floresta amazônica estão localizados exclusivamente dentro das fronteiras do Brasil⁷²⁷.

Já a abordagem feita por Brett Simpson, ao levantar o respeito ao contexto histórico do Brasil para consolidação de seu território e sugerir instrumentos não vinculativos, nos parece mais condizente com a realidade factual e poderia ser melhor aceita. Contudo, a eficácia do direito ao ambiente e a proteção da floresta amazônica poderiam restar prejudicadas e mais sujeitas a caprichos políticos, diante da peculiar diplomacia das relações do Direito Internacional.

Certamente leis ambientais internacionais vinculativas podem ser opção mais realista para a preservação da floresta, visto que os direitos e obrigações de um Estado sobrepõem aos direitos ou deveres derivados de suas próprias leis, por força do Direito Internacional⁷²⁸. Portanto, se houvesse um direito ao meio ambiente vinculativo ou acordo internacional que versasse sobre a proteção da Amazônia, uma vez constatada violação indiscriminada, os Estados poderiam invocar sanções contra os países amazônicos violadores⁷²⁹.

Inegavelmente, porém, para que os países em desenvolvimento aceitem acordos como estes, o documento teria que reconhecer expressamente a importância do desenvolvimento para esses países e trazer disposições que ao mesmo tempo protegeriam o seu direito ao desenvolvimento, ao lado da proteção ambiental⁷³⁰.

Mas jamais se pode perder de vista que o desejo de manter a soberania do Estado sobre seus recursos internos é o fator crucial. Deve-se perceber ser improvável que países em desenvolvimento como o Brasil fiquem entusiasmados com a imposição e aplicação de leis

⁷²⁶ Zhouri ressalta já existir um conflito de relacionamento com os países desenvolvidos, que vêm elogiando o papel ecológico fundamental da Amazônia para o mundo, levando alguns a considerar esse interesse ambiental como uma tentativa de internacionalizar a Amazônia e interferir na soberania e desenvolvimento do Brasil. - ZHOURI, op. cit., 2010, p. 254-255.

⁷²⁷ BARLOW *et tal*, op. cit., 2011; ROSA *et tal*, op. cit. 2013.

⁷²⁸ Daly e May lembram que mesmo a maioria das estruturas internalizando as regras do direito internacional, um corpo de leis é dito ser necessário para proteger adequadamente a natureza e, especificamente, a floresta amazônica. - DALY, E.; MAY, J. R. (ed.) **Implementing Environmental Constitutionalism – Current Global Challenges**. Cambridge University Press, 2018, p. 60.

⁷²⁹ ESHBACH, op. cit., 1990, p. 288.

⁷³⁰ *Ibidem*, p. 294. - A Resolução n. 2849 da ONU, de 1971 instou os Estados membros a cooperarem para resolver problemas ambientais. Esta resolução leva em consideração a necessidade de maior assistência técnica e financeira para os países em desenvolvimento a fim de auxiliá-los nas ações de melhoria das suas condições ecológicas. - United Nations. Doc A/RES/2849 (XXVI), “Development and Environment”, 1972. Disponível em: [https://undocs.org/en/A/RES/2849\(XXVI\)](https://undocs.org/en/A/RES/2849(XXVI)). Acesso em 6 de junho 2020. Ver também AGUILA; VIÑUALES, op. cit., 2019, p. 3-12.

externas sobre a floresta amazônica quando o próprio país não consegue fazer valer suas leis domésticas de proteção ambiental⁷³¹.

É verdade, porém, que muitos tratados internacionais contêm objetivos relativos à utilização e ao tratamento de áreas comuns. Logo, se acordo internacional for alcançado sobre o desmatamento da Amazônia, não será a primeira vez da assinatura de documento dispendo sobre a utilização dos recursos naturais localizados dentro dos limites de um país, em particular⁷³².

O desafio continua sendo lançado ao Direito Internacional para tentar uma variedade de abordagens, esperando a combinação perfeita entre a proteção do interesse global em manter um ambiente seguro para todos os cidadãos e ao mesmo tempo respeitar os direitos soberanos dos países sobre seus recursos naturais⁷³³.

E mais, é preciso materializar a cooperação para assegurar ao mesmo tempo que os países disponham dos recursos necessários para continuar sua industrialização sem destruir irreparavelmente áreas vitais do ecossistema mundial como a floresta amazônica⁷³⁴. Na verdade, há quem se firme na cooperação e sustente que a resposta internacional eficaz à destruição da Amazônia gravita em torno de incentivos políticos, econômicos e tecnológicos para as nações que abrigam a floresta em seu território cooperarem com as políticas ambientais condizentes com a manutenção da floresta⁷³⁵, pensamento este que o exame do atual estágio do Direito Internacional, nas frentes trabalhadas neste estudo, nos exorta a aderir.

4.3 Da cooperação internacional para as ações de proteção à floresta amazônica

Dada a ausência de vinculação jurídica característica da maioria dos instrumentos internacionais que procuraram firmar o direito humano fundamental ao meio ambiente saudável ou mesmo daqueles elaborados especificamente sobre a floresta amazônica; também dos

⁷³¹ GIAIMO, op. cit., 1987, p. 561. Em relação ao Brasil, Jolomba ressalta que sua aparente falta de cooperação e ações em relação ao desmatamento pode sim decorrer da defesa de *Uti Possidetis*. - JOLOMBA, op. cit., 2020, p. 5.

⁷³² Em 1933, por exemplo, nove países concordaram que era imperativo preservar os recursos naturais da fauna e flora de determinadas partes do mundo, especialmente na África por meio de parques e reservas nacionais, bem como regulamentos rigorosos de caça. Em 1971, trinta e quatro países adotaram a Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como habitat de aves aquáticas. Cada uma das partes concordou em designar pelo menos uma área de pantanal nacional para inclusão em lista de pantanais de Importância Internacional e considerar sua responsabilidade internacional pela conservação e manejo de populações migratórias de aves selvagens. - ESHBACH, op. cit., 1990.

⁷³³ ESHBACH, op. cit., 1990, p. 292.

⁷³⁴ *Ibidem*, p. 272.

⁷³⁵ É essa a posição sustentada por SCHWAB, op. cit., 1992.

embaraços para aplicar a norma da responsabilidade por danos ambientais transfronteiriços, é possível que a via mais factível para proteção da floresta seja mesmo por meio da cooperação internacional⁷³⁶.

Até porque os direitos de terceira geração como os direitos ao desenvolvimento e meio ambiente desnudam a relevância da cooperação internacional para sua promoção⁷³⁷. Estes típicos direitos de solidariedade são rotulados como tal porque falam da necessidade de cooperação universal para se alcançar um mundo habitável⁷³⁸.

Nesse sentido, os direitos ambientais, em particular, têm traço específico, pois diferentemente de outras formas de direitos que os Estados podem por si só garantir, o direito ao ambiente exige participação global para uma aplicação bem-sucedida⁷³⁹. A dimensão coletiva deste direito implica a obrigação que cada país tem de protegê-lo e melhorá-lo por meio da cooperação⁷⁴⁰, garantindo que as atividades sob a jurisdição de um Estado não causem danos ao ambiente de outros⁷⁴¹.

Além das particularidades do direito do ambiente, que naturalmente exige empenho de todos, quando se fala em promoção dos direitos humanos - reconhecendo o direito ao ambiente saudável como direito humano (ainda que não vinculativo), no campo do Direito Internacional, se exige que os Estados ajam para realizar tais direitos extraterritorialmente por meio da assistência e cooperação internacional, estas são essenciais para implementação dos direitos humanos⁷⁴². A exigência de assistência e cooperação deu origem ao discurso sobre obrigações

⁷³⁶ Enquanto proteger o ambiente é função pública amplamente reconhecida do Estado Moderno, os problemas ambientais representam desafio importante para as nações. Alguns problemas podem ser gerenciados localmente, enquanto outros requerem cooperação internacional. - CONCA, op. cit., 2015, p. 108; GELLERS, op. cit., 2017, p. 30.

⁷³⁷ KAREL, V. **A 30-year Struggle: The sustained efforts to give force of law to the Universal Declaration of Human Rights**. Unesco Courier, v. 11, 1977, p. 29. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000048063>. Acesso em 21 de março de 2020.

⁷³⁸ HASSAN, F. **Solidarity Rights: Progressive Evolution of International Human Rights Law?** New York Law School Human Rights Annual, 1, 1983, p.54. Com mesmo ponto de vista, Mccallion e Sharma colocam que dada sua própria natureza, normas ambientais exigem cooperação internacional e aplicação global para serem eficazes e inibir implementação inconsistente por Estados individuais. - MCCALLION; SHARMA, op. cit., 2000, p. 358.

⁷³⁹ GELLERS, op. cit., 2017, p. 6. Wellman também menciona que os direitos de terceira geração não podem ser alcançados sem solidariedade a nível internacional. - WELLMAN, C. **Solidarity, the individual and human rights**. Hum. Rts. Q., v. 22, 2000.

⁷⁴⁰ MARKS, op. cit., 1981, p. 444.

⁷⁴¹ ESHBACH, op. cit., 1990, p.280.

⁷⁴² VANDENBOGAERDE, A. **Jurisdiction Revisited-Attributing Extraterritorial State Obligations under the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights**. Hum. Rts. & Int'l Legal Discourse, v. 9, 2015. - Segundo Marcelo Abelha Rodrigues, o princípio da cooperação entre os povos é um dos reflexos da ubiquidade do bem ambiental, uma vez que o meio ambiente não respeita qualquer limitação geográfica, em matéria de proteção ambiental é imprescindível que se construa estreita relação de cooperação entre os povos. - RODRIGUES, op. cit., 2019, p. 349.

transnacionais de direitos humanos, com possibilidade de responsabilizar os Estados para com indivíduos em outras nações⁷⁴³.

Contudo, o Direito Internacional dispõe sobre a cooperação, esta necessária à garantia do direito ao meio ambiente e outros direitos humanos, mas o desafio é desenvolver instrumento legal de responsabilização satisfatório no contexto desse dever de cooperação e assistência internacional, pois tal obrigação permanece sujeita à benevolência dos Estados-membros.

Como se vem colocando ao longo deste estudo, a floresta amazônica beneficia ecologicamente não apenas o Brasil, mas o mundo em geral. Este fato ganhou maior importância global e atenção dos líderes mundiais quando do advento das preocupações sobre as alterações climáticas, consoante já exposto. Porém, apesar do benefício ecológico servido pela floresta no armazenamento de dióxido de carbono, o elevado desmatamento e queimadas continuam.

Esses impactos negativos no ambiente global das práticas de desenvolvimento despreocupadas, faz com que a comunidade mundial perceba que, embora tais práticas sejam empregadas por países em particular e feitas apenas dentro dos limites das fronteiras deles, as nações começam a sentir ameaça no direito de todos ao ambiente seguro. Assim, o aumento da interdependência entre os países exige coordenação das políticas para atitudes mais globalmente orientadas, pois as atividades em um país podem de fato prejudicar direitos dos cidadãos em outros lugares⁷⁴⁴.

A comunidade mundial precisa unir forças para encontrar um equilíbrio entre direitos e deveres individuais dos Estados e o direito superior da primeira ao ambiente seguro. É apenas por meio de abordagem atenta às diferentes necessidades e objetivos dos participantes na arena internacional, que recursos ambientais valiosos a todos, como os da floresta amazônica, serão salvos da destruição⁷⁴⁵.

Esta é uma questão delicada e exige muito empenho dos líderes mundiais por meio da cooperação⁷⁴⁶. Ora, se a destruição da floresta tropical for substituída pelas práticas de uso sustentável, o ônus da implementação recai sobre os países onde a floresta está localizada⁷⁴⁷, mas a conservação dela é benéfica para o ambiente global, razão pela qual os países que abrigam a floresta em seu território precisam de auxílio ou incentivo tecnológico, científico e financeiro

⁷⁴³SCHOLTZ, op. cit., 2012. Ainda em matéria de cooperação internacional e obrigações transnacionais de direitos humanos, pontua ser desafiador fazer os direitos sociais se encaixarem na era da globalização e transpor os conceitos tradicionais de soberania do Estado, alcançando a justiça global por meio da soberania internacional.

⁷⁴⁴ESHBACH, op. cit., 1990, p. 305.

⁷⁴⁵*Ibidem*.

⁷⁴⁶*Ibidem*, p. 278.

⁷⁴⁷TARLOCK, op. cit., 1997, p. 41

para desempenhar a contento as ações de conservação, embora não se possa afirmar que haja obrigação internacional vinculativa de cooperação entre os Estados.

4.3.1 Algumas iniciativas internacionais de cooperação

Por derradeiro, no âmbito da cooperação algumas iniciativas merecem ser pontuadas neste estudo, pois mostraram-se favoráveis à gestão sustentável da floresta amazônica. Uma experiência bem-sucedida de cooperação, com base no acordo de princípio estabelecido entre o G7 e o Brasil em 1990, foi o Programa Piloto do G7 na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992. As nações do G7 prometeram assistência financeira ao Brasil para enfrentar os desafios ambientais⁷⁴⁸.

O Estado brasileiro e a comunidade internacional reconheceram a necessidade de resolver os confrontos sobre a gestão das florestas e isto levou à medida substancial de cooperação com grande financiamento internacional para ações ambientais dentro do Brasil⁷⁴⁹.

É importante ressaltar que a condução do Programa ficava a cargo do Brasil, embora com entrada significativa do G7. O sucesso da iniciativa demonstrou disposição do Estado brasileiro para aceitar o envolvimento internacional na preservação de áreas amazônicas, desde que o envolvimento fosse por meio de apoio para ações a serem executadas pelo próprio Brasil. No entanto, ainda persistiram algumas preocupações quanto à extensão da participação internacional⁷⁵⁰.

No final de 2002, o governo brasileiro e a organização internacional do meio ambiente WWF assinaram acordo de cooperação que incluiu a Amazônia no Programa de Áreas Protegidas. À época, apenas 3 % da Amazônia brasileira era protegida por meio de áreas de conservação⁷⁵¹. O programa das áreas protegidas aplicado na floresta amazônica foi fundamental para garantir a queda de 75% no desmatamento testemunhada de 2003 a 2014⁷⁵².

Em 2007, o Brasil e outros países em desenvolvimento propuseram a criação de fundo para compensá-los pelos custos envolvidos na redução do desmatamento. A proposta brasileira

⁷⁴⁸ SIMPSON, op. cit., 2010, p. 45.

⁷⁴⁹ *Ibidem*, p. 42.

⁷⁵⁰ Embora ainda esteja oficialmente ativo, as principais atividades atualmente recebendo apoio financeiro internacional e suporte técnico está fora da rubrica do Programa Piloto G7. - SIMPSON, op. cit., 2010, p. 45.

⁷⁵¹ SIMPSON, op. cit., 2010, p. 47; JOLOMBA, op. cit., 2020, p. 5.

⁷⁵² MÜLLER, op. cit., 2020, p. 19.

e outros esforços deram origem ao mecanismo Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), cujas linhas gerais foram traçadas na Conferência de Bali⁷⁵³.

Na direção das discussões sobre políticas internacionais de mudanças climáticas, tem-se buscado soluções para a degradação ambiental vista na Amazônia, fomentando iniciativas de conservação como o REDD. Segundo Bratman, a criação destes instrumentos é abordagem que pode fornecer resposta para equilibrar os interesses do mercado global, prioridades ambientais, direitos humanos e considerações de desenvolvimento⁷⁵⁴.

Em 2009, o Acordo de Copenhague⁷⁵⁵ reconheceu especificamente o papel crucial de reduzir as emissões de desmatamento e degradação florestal. As partes concordaram da necessidade de fornecer incentivos às ações de redução e permitir mobilização de recursos financeiros dos países desenvolvidos, inclusive para financiar projetos como o REDD⁷⁵⁶.

Um ano antes do Acordo de Copenhague, o governo brasileiro buscou doações de empresas e governos de países desenvolvidos para instituir o Fundo Amazônia. O Brasil reconheceu a existência de um problema real de desmatamento - que é de grande interesse para o mundo - e alguns países decidiram avançar e ajudar o Estado brasileiro a resolvê-lo. O fundo é um veículo pelo qual governos e empresas estrangeiros podem apoiar iniciativas brasileiras, sem exercer qualquer influência sobre a política nacional. Ter se dado desta maneira, pode ser fator explicador do sucesso da iniciativa⁷⁵⁷.

Porém, a mudança de mentalidade do governo brasileiro na atualidade⁷⁵⁸ dificulta a influência de atores internacionais nas tentativas de preservação da Amazônia, incluindo o

⁷⁵³ Simpson explica que a ideia essencial do REDD, entre outras coisas, foi preencher lacuna gritante deixada pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e seu Protocolo suplementar (Protocolo de Kyoto), pois embora os projetos de florestamento e reflorestamento possam resultar em créditos de carbono nos termos do Protocolo de Kyoto, não existem créditos para prevenção do desmatamento ou de degradação florestal. SIMPSON, op. cit., 2010, p. 55 e 55. Ainda sobre o REDD, consultar SCHMIDT, C. A.; CONSTANCE, L. M. **Deforestation in the Brazilian Amazon: Local Explanations for Forestry Law Compliance**. Social & Legal Studies, v. 24, n. 1, 2015, p. 3-24.

⁷⁵⁴ BRATMAN, E. Z. **Human Rights in Third Place: The Green Economy, Environmentalism, and Social Justice in the Brazilian Amazon**, 2014. Disponível em: http://www.evebratman.com/wp-content/uploads/2020/04/Bratman_HumanRightsThird-Place_Montesinos-Legacy_Proof-Copy.pdf. Acesso em 15 de junho de 2020.

⁷⁵⁵ Assim dispõe o Acordo (6): “*we recognize the crucial role of reducing emission from deforestation and forest degradation and the need to enhance removals of greenhouse gas emission by forests and agree on the need to provide positive incentives to such actions through the immediate establishment of a mechanism including REDD-plus, to enable the mobilization of financial resources from developed countries.*” - Copenhagen accord of 18 December 2009. Documento disponível em: https://unfccc.int/files/meetings/cop_15/application/pdf/cop15_cph_auv.pdf. Acesso em 3 de janeiro 2020.

⁷⁵⁶ SIMPSON, op. cit., 2010, p. 57.

⁷⁵⁷ *Ibidem*, p. 57-59.

⁷⁵⁸ THAROOR, I. **Bolsonaro, Trump and the nationalists ignoring climate disaster**. Washington Post, 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2019/08/23/bolsonaro-trump-nationalists-ignoring-climate-disaster/>. Acesso em: 12 de abril de 2020.

REDD e o Fundo Amazônia, que são os principais instrumentos voltados ao florestamento e manejo florestal sustentável da floresta.

A destruição continuada da Amazônia repercute significativamente nas tentativas globais de equilíbrio ambiental⁷⁵⁹, sobretudo a climática. Enquanto as mudanças estruturais nas orientações políticas globais partem do desenvolvimento sustentável, “*green development*”, no Brasil, há um risco cada vez mais aparente da lógica de mercado neoliberal triunfar sobre normas de direitos humanos, trazendo retrocessos nesta área⁷⁶⁰.

Demanda-se governança mais eficaz para a Amazônia brasileira a ser engendrada pelo fornecimento de suporte financeiro e técnico⁷⁶¹. Intervenções voltadas à assistência direta para ações do governo brasileiro na gestão da floresta foram bem-sucedidas⁷⁶². Mas até para concretização destes suportes de cooperação, requer-se vontade por parte de quem os oferece e de quem os recebe, isto é, bilateralidade⁷⁶³.

Efetivamente, todos os governos devem conduzir suas políticas ambientais ou econômicas de forma a levar os interesses da comunidade internacional em conta. Eles não apenas têm de evitar qualquer ação ou omissão causadora de danos substanciais a outros Estados, mas também, conjunta ou separadamente, adotar medidas positivas para promover o benefício da comunidade internacional⁷⁶⁴.

A luta pela preservação da floresta amazônica não deixa de ser uma luta pelo direito humano fundamental ao meio ambiente saudável e pelo direito ao legítimo desenvolvimento sustentável. Talvez uma das formas de auxiliar nesta luta é avançar para um direito humano ao meio ambiente saudável mais robusto, vinculativo, transcendente de fronteiras e voltado ao alcance da justiça global, com base na cooperação e solidariedade. Estas últimas demandam

⁷⁵⁹ KUHN, op. cit., 2020, p. 20.

⁷⁶⁰ BRATMAN, op. cit., 2014, p. 78 e 79

⁷⁶¹ SIMPSON, op. cit., 2010, p. 47. Assinala Müller que a finalização do Acordo UE-Mercosul coloca uma oportunidade, onde o aumento do intercâmbio de tecnologia e cooperação em ciência, pesquisa e experiência em governança pode proporcionar mudança na gestão ambiental no Mercosul e países vizinhos da América do Sul, bem como maior conscientização e adesão às *due diligence* ambiental na UE. - MÜLLER, op. cit., 2020, p. 28 e 30.

⁷⁶² *Ibidem*, p. 28.

⁷⁶³ Sobre parcerias e financiamento internacionais, Müller informa que o presidente Bolsonaro praticamente fechou o Fundo Amazônia - financiado pela Noruega e pela Alemanha - causando rompimento no relacionamento com esses países. Ele também rejeitou a oferta de US \$ 22 milhões do presidente Macron para combater incêndios florestais na Amazônia, refletindo, segundo a autora, uma mentalidade muito expressa no governo atual brasileiro que é o receio de interferência internacionais na soberania do país. Neste contexto, a assistência torna-se cada vez mais importante diante da natureza anti-natureza do governo federal, finaliza a autora. - MÜLLER, op. cit., 2020, p. 25 e 28.

⁷⁶⁴ SCHOLTZ, op. cit., 2012, p. 242.

partilha de encargos entre os participantes da comunidade internacional e afirmam responsabilidade compartilhada pela promoção universal dos direitos humanos⁷⁶⁵.

Certo é que a prevenção de danos à Amazônia brasileira deve ser prioridade do Brasil e do resto do mundo, especialmente ao considerar o impacto geral que a destruição da floresta pode ter sobre o planeta, notadamente na manutenção da biodiversidade e equilíbrio climático⁷⁶⁶. Sem contar que, em muitos casos, os supostos benefícios econômicos dos planos de desenvolvimento responsáveis pela perda da floresta da região amazônica são duvidosos⁷⁶⁷.

Existe forte risco de que o lucro a curto e médio prazo possa obscurecer potenciais consequências ambientais adversas a longo prazo para o próprio Brasil e para o planeta⁷⁶⁸. Por isso, essas são questões que continuam sendo urgentes e com as quais o mundo deveria se preocupar muito mais⁷⁶⁹.

Com os instrumentos de cooperação mencionados neste tópico, muitos conceitos de direitos nacionais e responsabilidades internacionais em relação à Amazônia brasileira - entre avanços e retrocessos - foram caminhando rumo à convergência prática⁷⁷⁰, embora a fase atual novamente pareça ser de retrocessão. Caso a convergência prática se tornasse tendência e fosse incentivada por estruturas legais nacionais funcionais, apoio internacional e cooperação mútua, aliados à forte aplicação por parte Estado brasileiro, a preservação racional da floresta amazônica poderia ser viável, para benefício do Brasil e do mundo em geral⁷⁷¹.

A luta contra a destruição florestal dependerá de um trabalho de parcerias e iniciativas internacionais, estando a ciência e tecnologia na base de qualquer solução⁷⁷², pois diante da fraqueza normativa dos instrumentos do Direito Internacional, exige-se convergência da ação nacional e do apoio internacional para a preservação racional da floresta tropical remanescente⁷⁷³.

⁷⁶⁵ Isto é o que pode ser abstraído da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e dos próprios Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODS), visto que eles fornecem exemplos de compartilhamento de responsabilidades. Um dos ODS é desenvolver parceria global para o desenvolvimento sustentável (ODS 17) e, para tanto, sugeriu-se que a responsabilidade pela consecução dos Objetivos deveria ser internacionalizada, no sentido de que outros Estados ajudem os Estados em desenvolvimento a cumprir os Objetivos, onde os últimos mostram ser incapazes de fazê-lo. - SCHOLTZ, op. cit., 2012, p. 243 e 244.

⁷⁶⁶ LAZARUS, op. cit., 2003.

⁷⁶⁷ SIMPSON, op. cit., 2010, p. 50 e 51.

⁷⁶⁸ *Ibidem*, p. 51.

⁷⁶⁹ LAZARUS, op. cit., 2003, p. 414.

⁷⁷⁰ SIMPSON, op. cit., 2010, p. 59.

⁷⁷¹ *Ibidem*.

⁷⁷² TOLLEFSON, op. cit., p. 249 e 250.

⁷⁷³ SIMPSON, op. cit., 2010.

4.4 Conclusões parciais

Os dois últimos capítulos deste estudo, reservados ao exame do Direito Internacional, procuraram seguir uma progressão lógica jurídico-argumentativa. Norteados por ela, primeiro demonstrou-se que o atual estágio de evolução do Direito Internacional não nos permite afirmar que existe um direito autônomo eficaz ao meio ambiente saudável, pois ainda quando previsto expressamente em instrumentos regionais, carece o direito ao meio ambiente de mecanismos para implementação.

Com efeito, as cortes regionais de direitos humanos têm assegurado a judicialização do direito ao ambiente pela associação com os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, com amparo na teoria da universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos. Porém, reconhece-se a necessidade de previsão autônoma deste direito como fator imprescindível para solidificação e possibilidade de reivindicação dele na seara do Direito Internacional.

Constatada esta necessidade de evolução rumo à autonomia, trouxemos os contributos do alcance global dos direitos ambientais constitucionais, produto da incorporação dos direitos do ambiente numa vasta gama de constituições dos Estados-nação. Fenômeno que, inicialmente, reforça o papel do poder judiciário nas demandas internas e, depois, projeta-se no campo do diálogo judicial transnacional de questões constitucionais, podendo vir a robustecer os sistemas universal e regionais no trajeto em direção à efetiva autonomia do direito ao ambiente.

Em seguida, discutiu-se os dispositivos que tratam do direito ao desenvolvimento, em especial no tema responsabilização por danos ambientais transfronteiriços. Tal discussão fez-se necessária por ela repercutir diretamente na busca pelas respostas perquiridas neste estudo, levando-nos à conclusão de que a exploração econômica da floresta amazônica, orientada pelo direito ao desenvolvimento, soberania e uso exclusivo do território e recursos naturais, à luz do Direito Internacional, possivelmente tem como limite a obrigação de não causar danos a outros Estados-nação.

Porém, não deixamos de consignar que o regramento de responsabilidade por danos transfronteiriços apresenta obstáculos para aplicação efetiva. Por este motivo, a associação das normas sobre danos ambientais transfronteiriços e direitos humanos talvez tenha o potencial de oferecer melhor resposta aos danos provocados à floresta, a despeito das complexidades no concernente à demonstração do nexo entre a ação do Estado e a violação de direitos humanos em outras nações, provocadas pela perda da floresta.

Finalmente, foi por notar essas fraquezas do sistema normativo no âmbito internacional que dedicamos o último capítulo a tratar dos interesses internacionais na Amazônia, consequência do despertar sobre a importância da floresta para o equilíbrio ambiental global. Inevitavelmente, este debate acabou por esbarrar em questões relativas à soberania exclusiva do Estado brasileiro sobre a floresta, teorias sobre eventual natureza jurídica desta e importância da cooperação internacional para preservação dela. Sobre os resultados de tal debate, reservamos maior espaço nas conclusões finais.

CONCLUSÕES FINAIS

A presente dissertação procurou aferir os limites para exploração da floresta amazônica impostos pela Constituição brasileira e pelo Direito Internacional, sob o prisma do direito humano fundamental ao meio ambiente saudável.

O direito ao meio ambiente é trazido pela CRFB/88 como um direito fundamental e por assim ser a Constituição brasileira elenca alguns deveres ao poder público e à coletividade, em solidariedade, para efetivação desse direito. A maioria dos mandamentos constitucionais, todavia, são voltados ao poder público. Este precisa assegurar um nível mínimo de proteção ambiental, necessário à garantia da vida humana digna, o que impõe considerar a salvaguarda do ambiente na atividade legiferante e na elaboração e condução de políticas públicas.

Verificou-se que o desmatamento (fomentado pelos ideais desenvolvimentistas) é a principal causa de destruição da floresta, seja para as atividades de agricultura, pecuária ou grandes empreendimentos. Contudo, além das causas puramente econômicas, a trajetória de destruição ou conservação da floresta amazônica foi influenciada por orientações ideológicas, estas traduzidas nos atos de natureza legislativa e/ou administrativa. Não obstante, os ditames constitucionais colocam como dever e não faculdade a efetiva proteção do ambiente, demandando ação do poder público para evitar a perda da cobertura florestal.

Assim, há bases para argumentar pela existência de um dever constitucional de não destruir significativamente a floresta amazônica, pois isso implica violação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Por outro lado, tem-se o direito ao desenvolvimento, igualmente previsto no texto da Constituição brasileira. Por conseguinte, o desafio é conseguir proteger a floresta amazônica em alinhamento com outras necessidades de caráter social e econômico para alcançar o princípio fundamental edificador do Estado brasileiro, que é a dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, a construção jurídico-argumentativa desenvolvida nos dois primeiros capítulos do trabalho, com a correspondente fundamentação normativa, doutrinária, principiológica e jurisprudencial nos fez concluir que, à luz da Constituição brasileira e do arcabouço jurídico-normativo dela derivado, frente ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à exploração da floresta amazônica, possivelmente é no princípio do desenvolvimento sustentável que se encontram as balizas para exploração econômica da floresta. É por meio de tal princípio que se obtém a concordância prática no exercício de hermenêutica sistemática do texto constitucional.

Consequentemente, as intervenções de natureza econômica voltadas à floresta amazônica que não confluem com os preceitos do desenvolvimento sustentável, além de violar o direito fundamental ao meio ambiente, deixará de atender ao próprio direito ao desenvolvimento, na integridade conceitual deste direito.

Como alternativa para exploração sustentável da Amazônia, foi apresentada a teoria de Nobre *et tal*, que consiste em enxergar a floresta como bem público global de ativos biológicos capazes de permitir a criação de novos produtos, serviços e plataformas de alto valor para os atuais e novos mercados, alicerçados na inovação tecnológica e nos ativos biomiméticos, explorando a biodiversidade da floresta. Os pesquisadores propõem modelos de aproveitamento da floresta de pé, com vista ao bem-estar social, à proteção do bioma e ao consumo sustentável, cumprindo assim os princípios ambientais, sociais e econômicos.

Portanto, no âmbito do direito constitucional brasileiro, é possível argumentar que na exploração econômica da floresta amazônica requer-se atividade legislativa e execução de políticas públicas voltadas ao crescimento econômico que preservem as riquezas naturais e toda biodiversidade da floresta, promovam a qualidade de vida das pessoas e atinjam o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, o que pode ser factível com o acatamento do postulado do desenvolvimento sustentável. O desrespeito deste postulado quando da atividade legislativa e administrativa, autoriza a intervenção do poder judiciário para efetivar os direitos fundamentais, momento em que o princípio da proporcionalidade e da vedação ao retrocesso ambiental ajudam no controle dos atos.

Já o exame do Direito Internacional nos mostrou que a lógica parece ser outra, visto que - diferente do sistema constitucional brasileiro, no qual o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é trazido como direito fundamental - o atual estágio de evolução do Direito Internacional dos direitos humanos não nos permite afirmar que existe um direito autônomo eficaz ao meio ambiente saudável, pois ainda quando previsto expressamente em instrumentos regionais, carece ele de mecanismos para sua implementação, o que traz prejuízos à justiciabilidade do direito.

A despeito disto, as cortes regionais de direitos humanos têm assegurado a judicialização do direito ao ambiente pela associação com os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, com amparo na teoria da universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos. Estratégia que por um lado prejudica o desenvolvimento autônomo da matéria, mas por outro torna o direito ao ambiente reivindicável perante os tribunais de direitos humanos.

Porém, reconhece-se a necessidade de previsão autônoma desse direito como fator imprescindível para solidificação e possibilidade de reivindicação dele na seara do Direito Internacional, desconexo de outros direitos humanos. Constatada essa necessidade de evolução rumo à autonomia, trouxemos para debate os contributos do alcance global dos direitos ambientais constitucionais, fruto da incorporação dos direitos do ambiente em muitas constituições dos Estados-nação.

Esse fenômeno reforça o papel do poder judiciário nas demandas internas, num primeiro momento e, depois, projeta-se no campo do diálogo judicial transnacional de questões constitucionais, podendo vir a fortalecer os sistemas universal e regionais no caminho em direção à autonomia do direito ao ambiente.

Tivemos ainda que abordar os dispositivos que tratam do direito ao desenvolvimento, em especial no tema responsabilização por danos ambientais transfronteiriços, por terem eles repercussão nas respostas buscadas com o exame das normas internacionais. Essa abordagem levou-nos à conclusão de que a exploração econômica da floresta amazônica, orientada pelo direito ao desenvolvimento, soberania e uso exclusivo do território e recursos naturais, à luz do Direito Internacional, possivelmente tem como limite a obrigação de não causar danos a outros Estados-nação.

No entanto, assinalamos que o regramento de responsabilidade por danos transfronteiriços oferece alguns óbices para aplicação efetiva. Por este motivo, a combinação das normas sobre danos ambientais transfronteiriços e as de direitos humanos talvez possa ter maior força e possibilitar melhor resposta aos danos provocados à floresta, muito embora existam complexidades no que tange à comprovação do nexo entre a ação ou omissão do Estado brasileiro e a violação de direitos humanos em outras nações, decorrentes da perda florestal.

Notou-se certas fraquezas no sistema normativo de âmbito internacional para dar resposta a contento ao imperativo de impedir a destruição da Amazônia, ante a incapacidade de vinculação do Estado brasileiro. Apesar disso, há notório interesse internacional na floresta ocasionado pela consciência generalizada da importância dela para o equilíbrio ambiental global. Os debates sobre os interesses internacionais esbarram em questões relativas à soberania exclusiva do Estado brasileiro sobre a floresta, teorias sobre eventual natureza jurídica desta e importância da cooperação internacional para preservação dela.

Só que, embora haja o interesse internacional, observou-se que tecnicamente a floresta amazônica não se enquadra como recurso comum ou compartilhado. Contudo, tê-la com preocupação comum pode fornecer argumento para se buscar o reconhecimento da floresta

como recurso compartilhado, mas ainda são embrionários os progressos para bases jurídicas sólidas nesta direção, se é que existem.

Em decorrência disto, a respeito das teorias que visam a relativização, compartilhamento ou adaptação da soberania exclusiva brasileira sobre a floresta amazônica, vimos ser forçoso defendê-las, por suas bases de sustentação mostrarem-se frágeis. Muito menos a defesa de obrigação vinculativa dos outros Estados para cooperação nas ações de manutenção da floresta encontra suporte.

Já as teorias que procuram levantar o respeito ao contexto histórico do Brasil para consolidação de seu território e sugerir instrumentos não vinculativos, demonstram ser mais condizentes com a realidade do estágio atual do Direito Internacional. Iniciativas nesta direção mostraram melhores resultados quando materializadas em instrumentos de cooperação internacional, ou seja, elas foram mais bem sucedidas.

Acredita-se que, no plano internacional, enquanto o direito humano ao ambiente não for revestido de autonomia capaz de vincular os Estados, a proteção da floresta amazônica com suporte no Direito Internacional dos direitos humanos pode restar prejudicada, mesmo perante constatadas falhas nas estruturas internas do Estado brasileiro para corrigir danos oriundos da inobservância dos deveres constitucionais de tutela do meio ambiente.

Logo, diante da peculiar diplomacia do Direito Internacional, ainda mais evidente nas normas *soft law*, é bem presumível que a destruição da floresta continuará legitimada pelo discurso da soberania exclusiva e as políticas ambientais elaboradas para Amazônia sujeitas a caprichos políticos, podendo conduzir a chegada ao ponto do não retorno e perda absoluta da floresta, transformando-a numa savana degradada.

Neste cenário, procurando a contramão de tal tendência no sentido de evitar tamanha perda, advoga-se pela necessidade de convergência entre as estruturas legais e institucionais nacionais, apoio e cooperação internacional para proteção da floresta. Somente assim será possível materializar o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABELLO-GALVIS, R.; AREVALO-RAMIREZ, W. **Inter-American Court of Human Rights Advisory Opinion OC-23/17: Jurisdictional, procedural and substantive implications of human rights duties in the context of environmental protection**. Case note. Wiley. Published in: RECIEL (Review of European, Comparative & International Environmental Law), 2019.

ABESSA, D. *et al.* **The systematic dismantling of Brazilian environmental laws risks losses on all fronts**. Nature Ecology & Evolution, n. 3, 2019.

ACOSTA ALVARADO, P. A.; RIVAS-RAMIREZ, D. **A Milestone in Environmental and Future Generations' Rights Protection: Recent Legal Developments before the Colombian Supreme Court**. Journal of Environmental Law, v. 30, n. 3, 2018.

ACOSTA, A. **The Curse of Abundance (La Maldición de la Abundancia)**. First Edition. Quito, Ecuador: Abya Yala, 2009.

AGUDO, C. **Doc 9791 16 April 2003. Report Environment and human rights**. Committee on the Environment, Agriculture and Local and Regional Affairs. Disponível em: <https://assembly.coe.int/nw/xml/XRef/X2H-Xref-ViewHTML.asp?FileID=10145&lang=EN>. Acesso em 14 de julho 2020.

AGUILA, Y.; VIÑUALES, J. E. **A Global Pact for the Environment: Conceptual foundations**. Review of European, Comparative & International Environmental Law, v. 28, n. 1, 2019.

AHMED, Z.; *et al.* **Linking urbanization, human capital and ecological footprint in the G7 countries: an empirical analysis**. Sustainable cities and society, v. 55, 2020.

AKANDJI-KOMBÉ, J. F. **Positive obligations under the European Convention on Human Rights: A guide to the implementation of the European Convention on Human Rights**. Human rights handbooks, n. 7. Strasbourg, 2007. Disponível em: <https://rm.coe.int/168007ff4d>. Acesso em 10 de setembro de 2019.

ALEXANDRINO, J. M. **Direitos Fundamentais: introdução geral**. Editora Principia, Cascais, 2011.

ALEXY, R. **Constitucionalismo Discursivo**. Organizador e Tradutor Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

ALEXY, R. **Direitos fundamentais no estado constitucional democrático: para a relação entre direito do homem, direitos fundamentais, democracia e jurisdição constitucional**. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, n. 217, 1999, p. 67-79.

ALEXY, R. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2012.

ALEXY, R. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2014.

ALEXY, R. **Teoria dos Direitos Fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva**. São Paulo: Malheiros, 2008.

ALSHAMMARI, Y. **The Promotion of the Right of Self-Determination in International Law and the Impact of the Principle of Non-Interference**. Brunel University London, 2014.

AMADO GOMES, C. **Textos dispersos de direito do ambiente**. Lisboa: Associação Acadêmica da Faculdade de Direito, vol. III, 2010.

AMADO GOMES, C. **Meio ambiente e desenvolvimento econômico-social**. In: Seminário Luso-Brasileiro de Direito Constitucional. Brasília, 2016, p. 40-45.

AMARAL JUNIOR, A. **A integração entre o comércio internacional e a proteção do meio ambiente**. São Paulo: USP, 2009.

ANATOLIIVNA, O. K. **Environmental protection and a dynamic interpretation of European Convention on Human Rights**. In: International scientific and practical conference “Dynamics of the development of world science”, september 25-27, 2019, BBK 87, Perfect Publishing, Vancouver, Canada, 2019.

ANGELO, H.; SÁ, S. P. **O desflorestamento na Amazônia brasileira**. *Ciência Florestal* 17(3), 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaflorestal/article/view/1953>. Acesso em 19 de setembro 2019.

ANTUNES, P. B. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 23.

ARRAUT, J. M. *et al.* **Aerial rivers and lakes: Looking at large-scale moisture transport and its relation to Amazonia and to subtropical rainfall in South America**. *Journal of Climate* 25(2), 2012, p. 543-556.

ASNER, G.P., *et al.* **Selective logging in the Brazilian Amazon**. *Science* 310, 2005, p. 480-482.

ASSUNÇÃO, J. *et al.* **Deforestation slowdown in the Brazilian Amazon: Prices or policies? Environment and Development Economics**. Cambridge University Press, 20(6), 2015, p. 697-722.

ATAPATTU, S. **One step forward and two steps back or vice versa?** *Georgetown J Int Affairs*, 2016.

ATAPATTU, S. **The Right to a Healthy Life or the Right to Die Polluted? The Emergence of a Human Right to a Healthy Environment Under International Law**. *Tulane Environmental Law Journal*, 16, 2002.

ÁVILA, H. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. São Paulo: Malheiros, 2006

AYALA, P. A.; LEITE, J. R. M. L. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo, extrapatrimonial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

AZEVEDO, T. R.; TOCANTINS, M. A. C. **Instrumentos econômicos da nova proposta para a gestão de florestas públicas no Brasil**. *Megadiversidade*, 2(1-2), 2006, p. 13-17.

BARLOW, J. *et al.* **Using learning networks to understand complex systems: a case study of biological, geophysical and social research in the Amazon.** Biological Reviews, v. 86, 2011

BARRETO, P.; SILVA, D. **Como desenvolver a economia rural sem desmatar a Amazônia?** Belém, IMAZON, 2013. Disponível em <http://www.imazon.org.br/publicacoes/livros/como-desenvolver-a-economia-rural-sem-desmatar-a-amazonia>. Acesso em 12 de agosto 2019.

BASLAR, K. **The concept of the common heritage of mankind in international law.** Martinus Nijhoff Publishers, 1998.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.** Tradução de Sebastião Nascimento; São Paulo: Editora 34, 2010.

BEGLEY, S. *et al.* **The World's Eco-Outlaw?** Newsweek, May 1, 1989.

BEHNASSI, M. **Mainstreaming a Rights-Based Approach in the Global Climate Regime.** In: Human and Environmental Security in the Era of Global Risks. Springer, Cham, 2019.

BELL, D. **Climate change and human rights.** Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change, v. 4, n. 3, 2013.

BENJAMIN, A. H. **Princípio da proibição de retrocesso ambiental.** In: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (Org.). O princípio da proibição de retrocesso ambiental. Brasília: Senado Federal/CMA, 2012.

BERNARDO, L. F. **Políticas públicas e judiciário: a necessidade de aprimoramento do sistema processual de tutela coletiva brasileiro voltado ao controle jurisdicional de políticas públicas.** Revista Eletrônica de Direito Processual, v. 20, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/33436>. Acesso em 20 de março 2020.

BINSWANGER, H.P. **Brazilian policies that encourage deforestation in the Amazon.** World Development 19(7), 1991, p. 821-829.

BIRNIE, P.; BOYLE, A. A.; REDGWELL, C. **International law & the environment,** 2009.

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BODANSKY, D. **The role of the International Court of Justice in addressing climate change: some preliminary reflections.** Arizona State Law J, 49, 2017.

BOGOJEVIĆ, S. **Human rights of minors and future generations: Global trends and EU environmental law particularities.** Review of European, Comparative & International Environmental Law, 2020.

BONAVIDES, P. **Curso de direito constitucional.** São Paulo: Malheiros, 2013.

BÖRNER, J. *et al.* **Mixing carrots and sticks to conserve forests in the Brazilian Amazon: A spatial probabilistic modeling approach.** PLoS One 10(2), 2015. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0116846>. Acesso em 5 de setembro 2019.

BÖRNER, J.; WUNDER, S. **The scope for reducing emissions from forestry and agriculture in the Brazilian Amazon.** Forests, n. 3, 2012.

BOSELDMANN, K. **Direitos humanos, meio ambiente e sustentabilidade.** In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). Estado socioambiental e direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

BOYD, D.R. **The Environmental Rights Revolution: A Global Study of Constitutions, Human Rights, and the Environment,** Vancouver, BC: UBC Press, 2012.

BOYLE, A. **Human rights and the environment: where next?** Eur J Int Law 23, 2012.

BRAGDON, S. H. **National sovereignty and global environmental responsibility: can the tension be reconciled for the conservation of biological diversity.** Harv. Int'l. LJ, v. 33, 1992.

BRAMWELL, K. **Brazil fires prompt 'prayers' for Amazon rainforest.** BBC News, 2019, august 23, Obtido em: <https://www.bbc.com/news/blogs-trending-49406519>. Acesso em 6 de julho 2020.

BRAND, U.; WISSEN, M. **Crisis and continuity of capitalist society-nature relationships: The imperial mode of living and the limits to environmental governance.** Review of International Political Economy, 20(4), 2013.

BRANDL, E.; BUNGERT, H. **Constitutional Entrenchment of Environmental Protection: A Comparative Analysis of Experiences Abroad.** Harvard Environmental Law Review, 16, 1992.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal - **Revista trimestral de jurisprudência – RTJ 158/205.** Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoRTJ/anexo/158_1.pdf. Acesso em 12 de outubro de 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Revista trimestral de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – RTJ 164/158,** p. 160-161. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=85691>. Acesso em 15 de outubro 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Revista trimestral de jurisprudência – RTJ 164/158.** Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=85691>. Acesso em 22 de novembro 2019.

BRATMAN, E. Z. **Human Rights in Third Place: The Green Economy, Environmentalism, and Social Justice in the Brazilian Amazon,** 2014. Disponível em: http://www.evebratman.com/wp-content/uploads/2020/04/Bratman_HumanRightsThird-Place_Montesinos-Legacy_Proof-Copy.pdf. Acesso em 15 de junho de 2020.

BRUNNÉE, J.; TOOPE, S. J. **Environmental security and freshwater resources: a case for international ecosystem law**. Yearbook of International Environmental Law, v. 5, n. 1, 1994.

BUNN, I. **The Right to Development and International Economic Law: Legal and Moral Dimensions**, Studies in international trade law, v. 13, Oxford: Hart, 2012.

BUSCH, P.O.; GUPTA, A.; FALKNER, R. **International-Domestic Linkages and Policy Convergence**. In F. BIERMANN; PATTBERG, P., eds. Global Environmental Governance Reconsidered. Cambridge: MIT Press, 2012.

CALGARO, C.; RECH, M. J. **Justiça ambiental, direitos humanos e meio ambiente: uma relação em construção**. Revista de Direito e Sustentabilidade, v. 3, n. 2, 2017. Disponível em: <http://indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/2261>. Acesso em 3 de agosto 2019.

CALZADILLA, P. V. **A Paradigm Shift in Courts' View on Nature: The Atrato River and Amazon Basin Cases in Colombia**. Law, Environment and Development Journal (LEAD Journal), 15, 2019.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **Medio ambiente y desarrollo: formulación e implementación del derecho al desarrollo como um derecho humano**. San Jose: Instituto Internacional del Derechos Humanos, 2003.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional ambiental português e da União Europeia**. In: CANOTILHO, J. J. G.; LEITE, J. R. M. (Org.). Direito constitucional ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 2003.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional**. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

CANOTILHO, J. J. G. **Estado constitucional ecológico e democracia sustentada**. In: RevCEDOUA A. 4, n, 8, 2001. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/5732/1/revcedoua8%20art.%201%20JJGC.pdf?ln=pt-pt>. Acesso em 10 de janeiro 2020.

CANOTILHO, J. J. G. **O direito ao ambiente como direito subjetivo**. In: CANOTILHO, J. J. G. Estudos sobre direitos fundamentais. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

CANOTILHO, J. J. G. **Sustentabilidade – Um Romance de Cultura e de Ciência para Reforçar a Sustentabilidade Democrática**. In: Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, v. 88, Tomo I, 2012, p. 1.

CANOTILHO, J. J. G.; MOREIRA, V. **Fundamentos da constituição**. Coimbra: Coimbra, 1991

CAPELLA, V. B. **Ecologi: de las razones a los derechos**. Granada: Comares, 1994.

CARELLI, F. **Enforcing a right to healthy environment in the ECHR system: The “Cordella v. Italy” case.** *Rivista Giuridica Ambiente Diritto*, 2019. Disponível em: https://www.ambientediritto.it/wpcontent/uploads/2019/12/THE%E2%80%9CCORELLA-V.-ITALY%E2%80%9D-CASE_Carelli.pdf. Acesso em 17 de janeiro 2020.

CARVALHO, E. F.; GIESSEN, L.; FERNÁNDEZ, E. **Los principales retrocesos promovidos por la Ley Forestal brasileña de 2012.** *Revista de Derecho Ambiental*, n. 11, 2019, p. 19-55.

CASTELO, T. B. *et tal.* **Governos e Mudanças nas Políticas de Combate ao Desmatamento na Amazônia.** *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, v. 28, 2018. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/revibec/revibec_a2018v28/revibec_a2018v28p125.pdf. Acesso em 3 de janeiro 2020.

CASTILHO, A. L. **A serpente fora do ovo: a frente do agronegócio e o supremacismo ruralista.** *OKARA: Geografia em debate*. 12 (2), 2018, p. 699-707.

CAVALLARO, J. L.; SCHAFFER, E. J. **Less as More: Rethinking Supranational Litigation of Economic and Social Rights in the Americas.** *Hastings Law Journal*. v. 56, 2004.

CENEVSKA, I. **A thundering silence: Environmental rights in the dialogue between the EU Court of Justice and the European Court of Human Rights.** *Journal of environmental law*, v. 28, n. 2, 2016. p. 301-324.

CHEN, G. *et al.* **Spatiotemporal patterns of tropical deforestation and forest degradation in response to the operation of the Tucuruí hydroelectric dam in the Amazon basin.** *Appl Geogr* 63, 2015.

CHOMITZ, K.M.I. *et al.* **At Looferheads? Agricultural Expansion, Poverty Reduction, and Environment in the Tropical Forests.** Washington, DC: World Bank, 2006.

CHURCHILL, R. **Environmental Rights in Existing Human Rights Treaties.** In A. Boyle & M.R. Anderson, eds. *Human Rights Approaches to Environmental Protection*. Oxford: Clarendon Press, 1996.

COMPAGNON, D.; CHAN, S.; MERT, A. **The Changing Role of the State.** In BIERMANN, F.; PATTBERG, P., eds. *Global Environmental Governance Reconsidered*. Cambridge: MIT Press, 2012.

CONCA, K. **An Unfinished Foundation: The United Nations and Global Environmental Governance.** New York: Oxford University Press, 2015.

CONDESSO, F. dos R. **Direito do Ambiente.** Coimbra: Almedina, 2001.

COSTA, B. S. **Meio ambiente como direito à vida: Brasil, Portugal e Espanha.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

COSTA, B. S.; GABRICH, L. M. S. **A área rural consolidada e a anistia aos danos ambientais no Código Florestal brasileiro: retrocesso legitimado pelo STF.** *Revista Direito em Debate*, 27(50), 2018, p. 102-114. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/8145>. Acesso em 10 de janeiro 2020.

COSTLE, D. M. **The Spread of an Idea: Environmentalism on the International Scene**. The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, v. 444, n. 1, 1979.

CRANSTON, M. **What are Human Rights?** The Bodley Head. London, Sydney and Toronto, 1973.

CULLET, P. **Differential treatment in international law: towards a new paradigm of inter-state relations**. European Journal of International Law, v. 10, n. 3, 1999.

DA SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

DA SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2003.

DA SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2000.

DA SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2003.

DA SILVA, J. M. **O sistema Africano de proteção dos direitos humanos - visão dinâmica e desafios**. In J. M. Silva, & N. Hostmaelingen, *Sistemas internacionais e nacionais de Direitos Humanos*. Lisboa, 2017.

DA SILVA, V. P. **Verde cor de direito: lições de direito do ambiente**. Coimbra: Almedina, 2002.

DAJOZ, R. **Princípios de ecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DALLARI, D. de A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1998.

DALY, E.; MAY, J. R. (ed.) **Implementing Environmental Constitutionalism – Current Global Challenges**. Cambridge University Press, 2018.

DALY, H.E. **Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development**. Boston, Massachusetts, U.S.A.: Beacon Press, 1996, p. 253.

DE ALMEIDA COUTINHO, N. C. **Desenvolvimento sustentável e proteção ambiental: uma análise dos recentes desastres ocorridos na mineração brasileira**. Revista Direito & Desenvolvimento da Unicatólica, v. 2, n. 1, 2019.

DE ALMEIDA, O.T.; CASTELO, T.B.; RIVERO, S.L. de M. **Avaliação dos stakeholders em relação às mudanças na legislação ambiental e reforma do Código Florestal Brasileiro**. Desenvolvimento e Meio ambiente v. 27, p. 163-177, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/29654/20678>. Acesso em 4 de novembro de 2019.

DE ANDRADE, R.O. **Alarming surge in Amazon fires prompts global outcry**. Nature. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-019-02537-0>. Acesso em 21 de janeiro de 2019.

DE CARVALHO, E. F. **Meio ambiente & direitos humanos**. Curitiba: Juruá, 2006.

DE LIMA PINHEIRO, G. G. B. A. **O dever fundamental de proteção do meio ambiente e a proibição da proteção deficiente à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal brasileiro**. Relatório de Mestrado da disciplina de Direito Constitucional e Administrativo do Ambiente no âmbito do Curso de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no ano letivo 2011/2012. Disponível em: http://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/09/2013_09_10029_10086.pdf. Acesso em 5 de julho 2019.

DE VISSER, M. **Patterns and Cultures of Intra-Asian Judicial Cooperation**. David S Law, Holning Lau e Alex Schwartz, eds., Oxford Handbook of Constitutional Law in Asia (Oxford University Press), 2019.

DERANI, C. **Direito Ambiental e Econômico**. São Paulo: Max Limonad, 1997.

DERANI, C. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2008.

DICKSTEIN, A. C. **Anotação aos acórdãos do Supremo Tribunal Federal (STF) de 12 de Agosto de 2019, ADI'S 4901, 4902, 4903, 4937 e ADC 42**. In: Anotações de jurisprudência ambiental brasileira. GOMES, C. A. (Coord). DICKSTEIN, A.; GIORDANO, N. e GONÇALVES, M. M. (org.). Instituto de Ciências Jurídico-Políticas Centro de Investigação de Direito Público da Universidade de Lisboa, 2020.

DOMMEN, C. **Claiming Environmental Rights: Some Possibilities Offered by the United Nations' Human Rights Mechanisms**. Georgetown International Environmental Law Review, 11, 1998.

DWORKIN, R. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

DZEHTSIAROU, K. **European consensus and the evolutive interpretation of the European Convention on Human Rights**. German Law Journal, v. 12, n. 10, 2011.

ESHBACH, R. **A Global Approach to the Protection of the Environment: Balancing State Sovereignty and Global Interests**. Temple International and Comparative Law Journal, v. 4, n. 2, 1990.

FALK, R. **The interplay of Westphalia and charter conceptions of international legal order**. The future of the international legal order, v. 1, 1968.

FALKNER, R. **Global Environmentalism and the Greening of International Society**. International Affairs, 88(3), 2012.

FEARNSIDE, P. **Deforestation control in Mato Grosso: A new model for slowing the loss of Brazil's Amazon forest**. AMBIO: A Journal of the Human Environment 32, 2003.

FEARNSIDE, P. **Deforestation in Brazilian Amazonia: History, rates and consequences**. Conservation Biology 19, 2005, p. 680-688.

FEARNSIDE, P. **Deforestation of the Brazilian Amazon**. In H.S. Hugart (Ed.), Oxford research encyclopedia of environmental science (1st ed.). New York, NY: Oxford University Press, 2017.

FEARNSIDE, P. **Desmatamento na Amazônia: Dinâmica, impactos e controle.** Acta Amazonica 36, 2006, p. 395-400.

FEARNSIDE, P.M. **The rate and extent of deforestation in Brazilian Amazonia.** Environmental Conservation 17(3), 1990, p. 213-226.

FEARNSIDE, P.M.; LEAL FILHO, N. **Soil and development in Amazonia: Lessons from the Biological Dynamics of Forest Fragments Project.** In: R.O. Bierregaard, C. Gascon, T.E. Lovejoy, and R. Mesquita (eds.) *Lessons from Amazonia: The Ecology and Conservation of a Fragmented Forest.* New Haven, Connecticut, U.S.A.: Yale University Press, 2001, p. 291-312.

FENSTERSEIFER, T. **Mínimo existencial ecológico (ou socioambiental): o direito fundamental às prestações materiais mínimas em termos de qualidade, equilíbrio e segurança ambiental para o desfrute de uma vida humana digna e saudável (pelos presentes e futuras gerações).** Direito e justiça ambiental: diálogos interdisciplinares sobre a crise ecológica, 2014, p. 74-96.

FERIA-TINTA, M.; MILNES, S. C. **The Rise of Environmental Law in International Dispute Resolution: The Inter-American Court of Human Rights Issues a Landmark Advisory Opinion on the Environment and Human Rights.** Published in: Yearbook of International Environmental Law, v. 27 n. 1, 2016.

FILLION, M. *et al.* **Quality of life and health perceptions among fish-eating communities of the Brazilian Amazon: An ecosystem approach to well-being.** EcoHealth 6(1), 2009, p. 121-134.

FINDLEY, R. W. **Foreword: Sustainable Development in Latin American Rainforests and the Role of Law.** Texas International Law Journal, v. 32, n. 1, Winter 1997.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2019.

FITZMAURICE, M. **The right of the child to a clean environment.** S. Ill. ULJ, v. 23, 1998.

FITZMAURICE, M.; MARSHALL, J. **The human right to a clean environment—phantom or reality? The European court of human rights and English courts perspective on balancing rights in environmental cases.** Nordic Journal of International Law, v. 76, n. 2-3, 2007.

FRANCO NETO, D. S. **Direito Internacional do Meio Ambiente: reconstruindo seus fundamentos.** Revista de Direito Constitucional e Internacional, v. 76, 2011.

FRANK, D.J., HIRONAKA, A.; SCHOFER, E. **The Nation-State and the Natural Environment over the Twentieth Century.** American Sociological Review, 65, 2000.

FREITAS, J. **Sustentabilidade direito ao futuro.** Belo Horizonte. Fórum. 2012.

GAVIÃO FILHO, A. P. **Direito fundamental ao ambiente.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

GELLERS, J. C. **The global emergence of constitutional environmental rights**. New York, NY: Routledge, 2017.

GHIOTTO, L.; ECHAIDE, J. **Analysis of the agreement between the European Union and the Mercosur**. Hg. v. Anna Cavazzini MEP. Berlin, Buenos Aires, Brüssel. Online verfügbar unter, v. 24, 2019. Disponível em: <https://powershift.de/analysis-of-the-agreement-between-the-european-union-and-the-mercosur/>, zuletzt geprüft am. Acesso em 10 de janeiro 2020.

GIAIMO, M. S. **Deforestation in Brazil: Domestic Political Imperative - Global Ecological Disaster**. *Envtl. L.*, v. 18, 1987.

GIBNEY, M.; VANDENHOLE, W. (Ed.). **Litigating Transnational Human Rights Obligations: Alternative Judgments**. Routledge, 2013.

GOMES, C. A. **A insustentável leveza do “princípio do desenvolvimento sustentável”**. In: Revista do Ministério Público, Ano 37, v. 147, 2016, p.137-158.

GONDIM, R. S. **Difusão da captação de água de chuvas no financiamento rural**. Ambiente de Políticas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste, Fortaleza, 2001. Disponível em: http://www.abcmac.org.br/files/simposio/3simp_rubenssonsol_difusaodec aptacaodeaguadechuva.pdf. Acesso em 27 de novembro de 2019.

GORMLEY, W.P. **The Legal Obligation of the International Community to Guarantee a Pure and Decent Environment: The Expansion of Human Rights Norms**. *Georgetown International Environmental Law Review*, 3, 1990.

GRANT, E.; KOTZÉ, L.J.; MORROW, K. **Human Rights and the Environment: In Search of a New Relationship**. Synergies and Common Themes. *Oñati Socio-Legal Series*, 3(5), 2013.

GRAU, E. R. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. Malheiros: São Paulo, 2007.

GRAVELLE, R.K. **Enforcing the Elusive: Environmental Rights in East European Constitutions**. *Virginia Environmental Law Journal*, 16, 1997.

GUERRA, M. F. **Conflitos ambientais no Parque Natural Municipal de Grumari**. *Revista Rio de Janeiro*, nº 16-17, 2005, p. 116. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_16-17/Cap-8-Marcia_Guerra.pdf. Acesso em 15 de novembro 2019.

HÄBERLE, P. **A dignidade da pessoa humana como fundamento da comunidade estatal**. In *Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional*, SARLET, I. W. (Org.), Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009, p. 45-104.

HAFNER-BURTON, E.M. **Sticks and Stones: Naming and Shaming the Human Rights Enforcement Problem**. *International Organization*, 62, 2008.

HAPPOLD, M. **Economic Sanctions and International Law: An Introduction**. *Economic Sanctions and International Law*, Hart Publishing, 2016.

HARRINGTON, J. **Climate change, human rights, and the right to be cold.** *Fordham Environ Law Rev* 18, 2007.

HASSAN, F. **Solidarity Rights: Progressive Evolution of International Human Rights Law?** *New York Law School Human Rights Annual*, 1, 1983.

HECHT, S. **Why the Brazilian Amazon Burns.** *Current History*, v. 119, n. 814, 2020.

HODKOVA, I. **Is There a Right to a Healthy Environment in the International Legal Order?** *Connecticut Journal of International Law*, 7, 1991.

HOSHINO, K. E. In: YAMAMOTO, M. E.; VOLPATO G. L. (Org.). **Comportamento animal.** Natal: EDUFRN, 2011, p. 237-260.

HOWARD, A.E.D. **A Traveler from an Antique Land: The Modern Renaissance of Comparative Constitutionalism.** *Virginia Journal of International Law*, 50(1), 2009.

HUBBELL, S.P. *et tal.* **How many tree species are there in the Amazon and how many of them will go extinct?** *Proceedings of the National Academy of Science of the USA* 105, 2008.

I MANZANO, J. J. **Constitución, desarrollo y medio ambiente en un contexto de crisis.** *Revista Catalana de Dret Ambiental*, v. 8, n. 1, 2017.

ILEMIN, N. **The right to environment as a standalone right in the scope of International Law,** 2019. Disponível em: https://lib.ugent.be/fulltxt/RUG01/002/782/758/RUG01-002782758_2019_0001_AC.pdf. Acesso em 3 de março 2020.

JEFFORDS, C. **Constitutional Environmental Human Rights: A Descriptive Analysis of 142 National Constitutions,** *The Human Rights Institute, University of Connecticut*, 2011. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/uct/ecriwp/16.html>. Acesso em 5 de dezembro 2019.

JOLOMBA, W. **The Collapsing of the Earth's Lungs: Could a TWAIL Understanding of Climate Change Law Breathe Air Into the Amazonian Crisis?** *TLI Think*, 2020. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3601760. Acesso em 10 de Agosto de 2020.

KAHN, J. **False shades of green: The case of Brazilian Amazonian hydropower.** *Energies* 7(9), 2014, p. 6063-6082.

KAMIENIECKI, S.; GRANZEIER, M.S. **Eco-Cultural Security and Indigenous Self-Determination: Moving Toward a New Conception of Sovereignty.** In K. Litfin, ed. *The Greening of Sovereignty in World Politics*. Cambridge: MIT Press, 1988

KAREL, V. **A 30-year Struggle: The sustained efforts to give force of law to the Universal Declaration of Human Rights.** *Unesco Courier*, v. 11, 1977. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000048063>. Acesso em 21 de março de 2020.

KEITH, L.C. **Constitutional Provisions for Individual Human Rights (1977–1996): Are They More than Mere “Window Dressing?”** *Political Research Quarterly*, 55(1), 2002.

KINTISCH, E. **Carbon emissions: Improved monitoring of rainforests helps pierce haze of deforestation.** *Science* 316, 2007, p. 536-537.

KIRBY, K. R. *et al.* **The future of deforestation in the Brazilian Amazon.** *Futures of Bioregions* 38, 2006, p. 432-453.

KISS, A. **Os Direitos e Interesses das Gerações Futuras e o Princípio da Precaução.** In: VARELLA, M. D. V.; PLATIAU, A. F. B. *Princípio da Precaução.* Belo Horizonte: Del Rey, 2004

KLOSEK J., **The Destruction of the Brazilian Amazon: An International Problem,** *Cardozo Journal of International and Comparative Law* 6, n. 1, 1998.

KNOX, J. **Preliminary report on the issue of human rights obligations relating to the enjoyment of a safe, clean, healthy and sustainable environment.** *UN Doc A/HRC/22/43*, 2012. Disponível em: <https://undocs.org/A/HRC/22/43>. Acesso em 28 de março de 2020.

KNOX, J. **UN Doc A/HRC/25/53.** Mapping report on the issue of human rights obligations relating to the enjoyment of a safe, clean, healthy and sustainable environment, 2013. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session25/Pages/ListReports.aspx>. Acesso em 15 de janeiro 2020.

KNOX, J. **UN Doc A/HRC/37/58.** Report on the issue of human rights obligations relating to the enjoyment of a safe, clean, healthy and sustainable environment, p. 13 e 14. Disponível em: <https://undocs.org/A/HRC/37/58>. Acesso em 10 de setembro 2019.

KUEHLS, T. **Between Sovereignty and Environment: An Exploration of the Discourse of Government.** In LITFIN, K., ed. *The Greening of Sovereignty in World Politics.* Cambridge: MIT Press, 1998.

KUHN, J. **The EU's Influence on Brazil's Climate Policy: Analyzing the Influence of the Normative Power Europe on Third Countries,** 2020. Disponível em: http://essay.utwente.nl/80824/1/Kuhn_BA_BMS.pdf. Acesso em 8 de agosto de 2020.

LAZARUS, A. Z. **A War Worth Fighting: The Ongoing Battle to Save the Brazilian Amazon.** *Law and Business Review of the Americas*, v. 9, n. 2, Spring 2003.

LEME MACHADO, P. A. **Direito ambiental brasileiro.** São Paulo, Malheiros, 1998.

LEME MACHADO, P. A. **Direito Ambiental Brasileiro.** São Paulo, Malheiros, 2005.

LEME MACHADO, P. A. **Direito ambiental brasileiro.** São Paulo: Malheiros, 2006.

LEMONS, A. L.; VITAL, M. H.; PINTO, M. A. **As florestas e o painel de mudanças climáticas da ONU.** *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 32, 2010, p. 153-192. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2023>>. Acesso em 12 de agosto de 2019.

LIÉVANO, A. B. **Escazú Agreement gains momentum.** *Dialogo Chino*, 17 de março 2020. Disponível em: <https://dialogochino.net/en/infrastructure/34120-the-escazu->

agreement-gathers-half-of-the-countries-needed-to-become-a-reality/. Acesso em 18 de agosto 2020.

LIÉVANO, A. B. **What's the latest with the Escazú Agreement?** Diálogo Chino, 2019. Disponível em: <https://dialogochino.net/30927-whats-the-latest-with-the-escazu-agreement/>. Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

LITFIN, K. **The Greening of Sovereignty: An Introduction**. In LITFIN, K., ed. *The Greening of Sovereignty in World Politics*. Cambridge: MIT Press, 1998.

LORENZETTI, R. L. **Teoria Geral do Direito Ambiental**. Tradução de Fábio Costa Morosini e Fernanda Nunes Barbosa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

LOSS, F. B. **O paradigma do direito ambiental contemporâneo**. 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/147513>. Acesso em 4 de setembro 2019.

LOVELOCK, J. **The Revenge of Gaia: Earth's Climate Crisis & The Fate of Humanity**. London: Allen Lane, 2006.

MAAREL, E. V. D. **Vegetation ecology - an overview**. In *Vegetation ecology*. Blackwell, Oxford, 2005, p.1-51. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240634299_Vegetation_ecology_-_an_overview. Acesso em 17 de setembro de 2019.

MACCORMICK, N. **Direito, interpretação e razoabilidade**. In: MACEDO JÚNIOR, R. P.; BARBIERI, C. H. C. *Direito e interpretação: racionalidades e instituições*. São Paulo: Saraiva, 2011.

MAMED, D. **Crise ambiental e a proposta do desenvolvimento sustentável: limitações e influências nas políticas públicas ambientais brasileiras**. *Direito Sem Fronteiras*, 1(1), 2017. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/direitosemfronteiras/article/view/17261>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

MANDLATE, A. C. **A protecção dos direitos humanos na perspectiva da Carta Africana e seus mecanismos de monitorização**. In J. M. Silva, & N. Hostmaelingen, *Sistemas internacionais e nacionais de Direitos Humanos*, 2017.

MARGULIS, S. **Causes of deforestation of the Brazilian Amazon**. Working Paper 22. Washington, DC: World Bank, 2003.

MARKS, S.P. **Emerging Human Rights: A New Generation for the 1980s?** *Rutgers Law Review*, 33, 1981.

MARTINS, A. **Conflitos Ambientais em Unidades de Conservação: dilemas da gestão territorial no Brasil**. *Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales da Universidade de Barcelona*, vol. XVII, n. 989, 2012.

MARTINS, A. M. G. **Direito Internacional dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2006.

MARTINS, A. M. G. **Estudos de Direito Internacional e da União Europeia**. Coimbra: Almedina, 2019.

MARTINS, A. M. G. **Manual de Direito da União Europeia**, Coimbra: Almedina, 2017.

MARUM, J. A. de O. **Meio ambiente e direitos humanos**. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v. 28, 2002.

MATEEV, M. POUTZIOURIS, P. (Ed.). **Creative Business and Social Innovations for a Sustainable Future**. Procedures of the 1st International Research Conference at the American University in Emirates - Dubai, United Arab Emirates 2017. Springer, 2019.

MATEO, R. M. **Manual de derecho ambiental**. Navarra: Editorial Thomson. Aranzadi, 2003.

MARTINICO, G.; ORESTE, P. **Between Constitutional Tolerance and Judicial Activism: The Specialty of European Judicial Law**. European Journal of Law Reform, vol. 10, no. 1, 2008, p. 97-126.

MAY, J. R.; DALY, E. **Human rights developments in global environmental constitutionalism**. In: **Elgar Encyclopedia of Environmental Law**. Edward Elgar Publishing Limited, 2019.

MAZZUOLI, V.; TEIXEIRA, G. **O Direito Internacional do meio ambiente e o greening da Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v. 67, 2012.

MCCALLION, K. F.; SHARMA H. R. **Environmental Justice without Borders: The Need for an International Court of the Environment to Protect Fundamental Environmental Rights**. George Washington Journal of International Law and Economics, v. 32, n. 3, 2000, p. 351-366.

MCINERNEY-LANKFORD S.; DARROW, M.; RAJAMANI, L. **Human rights and climate change: a review of the international legal dimensions**, 2011. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/903741468339577637/pdf/613080PUB0Huma158344B09780821387207.pdf>. Acesso em 11 de março de 2020.

MEIRA, F. **Anotação ao acórdão do Supremo Tribunal Federal de 28 de Março de 2019, REXT (RE) Proc. Nº 494.601 – RS**. In: GOMES, C. A. (Coord). DICKSTEIN, A.; GIORDANO, N. e GONÇALVES, M. M. (org.). Instituto de Ciências Jurídico-Políticas Centro de Investigação de Direito Público da Universidade de Lisboa, 2020, p. 78-106.

MENDES, G. F.; COELHO, I. M.; BRANCO, P. G. G. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 1160.

MÉRIDA, C. *et tal.* **Uma análise do julgamento da ação declaratória de constitucionalidade 42 à luz da hermenêutica jurídica: por que não se trata de uma crise apenas ambiental?** Revista eletrônica de direito, 2019. Disponível em: <http://blog.newtonpaiva.br/direito/wp-content/uploads/2020/01/REVISTA-DE-DIREITO-N.37.pdf#page=60>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

MILARÉ, É. **Direito do ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MILARÉ, É. **Direito do ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

- MILARÉ, É. **Direito do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2015.
- MIRANDA, J. **Manual de direito constitucional**. Coimbra: Coimbra, 1988.
- MIRANDA, J. **Teoria do Estado e da Constituição**. Coimbra Editora, Coimbra, 2002.
- MOCO, M. **Direitos humanos e seus mecanismos de protecção - as particularidades do sistema africano**. Coimbra, 2010.
- MOLINARO, C. A. **Direito Ambiental: proibição de retrocesso**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- MOURA, N.G. *et tal.* **Two hundred years of local avian extinctions in Eastern Amazonia**. Conservation Biology 28, 2014, p. 1271-1281.
- MÜLLER, C.R., **Brazil and the Amazon Rainforest – Deforestation, Biodiversity and Cooperation with the EU and International Forums**, In-depth analysis for the committee on the Environment, Public Health and Food Safety of the European Parliament, Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies, European Parliament, Luxembourg, 2020. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2020/648792/IPOL_IDA\(2020\)648792_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2020/648792/IPOL_IDA(2020)648792_EN.pdf). Acesso em 30 de junho de 2020.
- MUTANEN, A. **Valtion suvereniteetti ja biodiversiteetti**. Published in: Lakimies, 2002.
- NASH, R. F. **The rights of nature: a history of environmental ethics**. Univ of Wisconsin Press, 1989.
- NAZARETH, J. R.; OBREGON, M. F. Q. **Inserção do direito ao meio ambiente sadio no rol dos direitos humanos**. Revista Derecho y Cambio Social, 2019. Disponível em: <https://lnx.derechoycambiosocial.com/ojs-3.1.1-4/index.php/derechoycambiosocial>. Acesso em 15 de novembro de 2019.
- NEUMAN, G.L. **Human Rights and Constitutional Rights: Harmony and Dissonance**. Stanford Law Review, 55, 2003.
- NEUNER, J. **Os Direitos Humanos Sociais**. Revista Direito Público, v.6, n. 26, 2009. Disponível em <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1529/92>. Acesso em 28 de outubro de 2019.
- NICKEL, J. W. **Making Sense of Human Rights**, Blackwell Publishing, Second ed.; Malden, 2007.
- NICKEL, J.W. **The Human Right to a Safe Environment: Philosophical Perspectives on its Scope and Justification**. Yale Journal of International Law, 18, 1993.
- NOBRE, A. D. **O futuro climático da Amazônia**. São José dos Campos, SP: Articulação Regional Amazônica. 2014. Disponível em: <http://www.ccst.inpe.br/wp-content/uploads/2014/11/Futuro-Climatico-da-Amazonia.pdf>. Acesso em 3 de agosto 2019.
- NOBRE, C.A. *et tal.* **Land-use and climate change risks in the Amazon and the need of a novel sustainable development paradigm**. Proceedings of the National Academy of

Sciences of the United States of America. National Academy of Sciences, 113(39), p. 10759-10768, 2016.

ÖZALP, Y. N. **Çevresel Haklara İnsan Hakları Avrupa Mahkemesi Yaklaşımı**, Anayasa Hukuku Dergisi, C. 2, S. 3, 2013, p. 53-93.

PAPP, L. **Direito Ambiental**. In: Seminário Luso-Brasileiro de Direito Constitucional. Brasília, 2016, p. 46-53.

PAROLA, G. **O Acordo de Escazu 2018: as novidades introduzidas pelo Acordo, rumo a uma democracia ambiental na América Latina e no Caribe e o impacto da covid-19 no processo de ratificação**. Revista Culturas Jurídicas, v. 7, n. 16, 2020, p. 280-283. Disponível em: <http://www.culturasjuridicas.uff.br/index.php/rcj/article/view/943>. Acesso em 15 de agosto 2020.

PEDLOWSKI, M. A. *et tal.* **Conservation units: a new deforestation frontier in the Amazonian state of Rondônia, Brazil**. Environmental Conservation, 32(2), 2005.

PEIXER, J. F. B. **Brazilian policy after the Paris Agreement: early failure of the climate targets?**. Revista Direito Ambiental e Sociedade, v. 9, n. 3, 2019. Disponível em: <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/7977>. Acesso em 21 de março 2020.

PHILLIP, E.; WILSON, Jr. **Comment, Barking up the Right Tree: Proposals for Enhancing the Effectiveness of the International Tropical Timber Agreement**, 10 TEMP., INT'L & COMP. L.J., 1996.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2010.

POKHREL, S. **Economic, Social and Cultural Rights in the Transitional Justice Remit**. 3 Kathmandu Sch. L. Rev. 65, 2013.

POPOVIC, N. **In Pursuit of Environmental Human Rights: Commentary on the Draft Declaration of Principles on Human Rights and the Environment**. Columbia Human Rights Law Review, 27, 1996.

PRESOTTO, L. A. A. **O diálogo entre a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Supremo Tribunal Federal no domínio dos direitos fundamentais**. In: A proteção multinível dos direitos fundamentais – Estudos sobre diálogo judicial. MARTINS, A. M. G. (Coord.). AAFDL: Lisboa, 2019.

PRIEUR, M. **O princípio da “não regressão” no coração do direito do homem e do meio ambiente**. Novos Estudos Jurídicos, v. 17, n. 1, 2012, p. 06-17.

PRIEUR, M. **O princípio da proibição de retrocesso ambiental**. In: Brasil; Senado Federal; Comissão de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e controle (CMA). Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242559>. Acesso em 8 de setembro 2019.

PUREZA, J. M. **Tribunais, natureza e sociedade: o direito do ambiente em Portugal**. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários, 1996.

QUIRICO, O. **Climate change and state responsibility for human rights violations: causation and imputation**. *Netherlands international law review*, v. 65, n. 2, 2018.

RAJAMANI, L. **The increasing currency and relevance of rights-based perspectives in the international negotiations on climate change**. *J Environ Law* 22(3), 2010, p. 391-429.

RAMPAZZO, L.; BARBOSA, C. V. M. **O Princípio de Vedação ao Retrocesso Ambiental na Amazônia**. *Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo*, v. 5, n. 2, 2020, p. 18-35. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/Socioambientalismo/article/view/5825>. Acesso em 22 de março 2020.

REMOR, A. R. **A Concessão Florestal como Política Pública para o Desenvolvimento Sustentável do Setor Florestal na Amazônia**. Dissertação (Mestrado em Economia) — Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

REUTERS. **Bolsonaro diz que Amazônia pode ser “alma econômica” do Brasil**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-diz-que-amazonia-pode-ser-alma-economica-do-brasil/>. Acesso em 16 de março de 2020.

RINK, P. **Regulating the Trees for the Forest: How Indonesia and Brazil Attempt to Reduce Deforestation through Forestry Policy**. *Journal of Animal & Environmental Law*, v. 10, n. 1, Fall 2018, p. 41-63.

RODRIGUES, M. A. **Direito Ambiental esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2019.

RODRIGUES, M. A. **Elementos de direito ambiental: parte geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

RODRIGUES, M.; SILVA, D. C. C.; JUNIOR, W. C. A. **Redução do Desmatamento na Amazônia: o papel dos Mecanismos Institucionais**. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, v.10, n.1, 2018. Disponível em: <https://200.129.142.19/index.php/rara/article/view/3065>. Acesso em 10 de fevereiro 2020.

RODRIGUES-FILHO, S. *et tal.* **O clima em transe: políticas de mitigação e adaptação no Brasil**. *Revista Brasileira de Climatologia*, v. 19, 2016. Disponível em: <https://veristas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/48874/29382>. Acesso em 2 de novembro 2019.

RODRÍGUEZ-GARAVITO, C. **A human right to a healthy environment? Moral, legal and empirical considerations**. *The Human Right to a Healthy Environment*, 2017.

ROMANO, C. S. **Brazilian Government Policies Towards the Amazon Rain Forest: From a Developmental Ideology to an Environmental Consciousness?** *COLO. J. INT'L ENVTL. L. & POL'Y*, 1998.

ROSA, I. M. *et tal.* **Predictive modelling of contagious deforestation in the Brazilian Amazon**. *PloS one*, v. 8, n. 10, 2013.

ROTH, K. **Defending Economic Social and Cultural Rights: Practical Issues Faced by an International Human Rights Organization.** 26 Hum. Rts. Q. 63, 2004.

SANDS, P. **Climate change and the rule of law: adjudicating the future in international law.** J Environ Law, 28, 2016.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural.** São Paulo: Pirenópolis, 2005.

SANTOS, F. D. **Alterações Globais: os Desafios e os Riscos Presentes e Futuros.** Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

SANTOS, G. F. **Direito de propriedade e direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado: colisão de direitos fundamentais.** Revista de Informação Legislativa, Brasília: Senado Federal, a. 37, n. 147, 2000.

SARLET, I. **A eficácia dos direitos fundamentais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

SARLET, I. W. ; FENSTERSEIFER, T. **Princípios do Direito Ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2017.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional.** São Paulo: Livraria do Advogado, 2018.

SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T. **Direito constitucional ambiental: constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T. **Notas sobre a proibição de retrocesso em matéria (socio) ambiental.** In: Brasil; Senado Federal; Comissão de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e controle (CMA). Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242559>>. Acesso em 3 de setembro de 2019.

SAVAŞAN, Z. **Paris Climate Agreement: A Deal for Better Compliance?** Springer International Publishing, 2019.

SCHMIDT, C. A.; CONSTANCE, L. M. **Deforestation in the Brazilian Amazon: Local Explanations for Forestry Law Compliance.** Social & Legal Studies, v. 24, n. 1, 2015, p. 3-24.

SCHOLTZ, W. **Collective (environmental) security: the yeast for the refinement of international law.** Yearbook of International Environmental Law, v. 19, n. 1, 2009.

SCHOLTZ, W. **Custodial sovereignty: reconciling sovereignty and global environmental challenges amongst the vestiges of colonialism**. Netherlands International Law Review, v. 55, n. 3, 2008.

SCHOLTZ, W. **Reconciliation of Transnational Economic, Social and Cultural Human Rights via the Common Road**. The, 37 S. Afr. Y.B. Int'l L. 232, 2012.

SCHRIJVER, N. **The evolution of sustainable development in international law: inception, meaning and status**. Leiden: Martinus Nijhoff, 2008.

SCHWAB, K. M. **Added Hope for the Amazon Rainforest**. Houston Journal of International Law, vol. 15, n. 1, Fall, 1992.

SCIACCALUGA, G. **Climate change, environmental degradation and fundamental human rights**. In: International Law and the Protection of "Climate Refugees". Palgrave Macmillan, Cham, 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHELTON, D. **Human rights, environmental rights and the right to environment**. Stanf J Int Law, n. 28, 1991.

SHELTON, D. **Litigating a rights-based approach to climate change**. George Washington University, 2019. Disponível em: https://scholarship.law.gwu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1235&context=faculty_publications. Acesso em 19 de outubro de 2019.

SIMPSON, B. **International Involvement in Preservation of the Brazilian Amazon Rainforest: Context, Constraints and Scope**. Asia Pacific Journal of Environmental Law, v. 13, n. 1, 2010.

SIRVINSKAS, L. P. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2018.

SKOGLY, S. **Beyond National Borders: States' Human Rights Obligations in International Cooperation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SOARES, G. F. S. **Curso de Direito Internacional público**. São Paulo: Atlas, 2002.

SOARES-FILHO, B. S. *et al.* **Modelling conservation in the Amazon basin**. Nature Publishing Group, 2006.

SOARES-FILHO, B.S. *et al.* **Cracking Brazil's forest code**. Science 344, 2014, p. 363-364.

STEIGLEDER, A. M. **Discricionariedade administrativa e dever de proteção do ambiente**. Revista do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, n. 48, 2002, p. 280. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/viewFile/1775/1472>. Acesso em 12 de outubro de 2019.

STEINMETZ, W. A. **A Vinculação dos Particulares a Direitos Fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2004.

STRECK, L. L. **Dicionário de Hermenêutica: Quarenta temas fundamentais da teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito**. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2017.

STRECK, L. L. **Hermenêutica e(m) crise**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

TARLOCK, A. D. **Exclusive Sovereignty Versus Sustainable Development of a Shared Resource: The Dilemma of Latin American Rainforest Management**. Texas International Law Journal, v. 32, n. 1, Winter 1997.

TAVARES, A. M. F.; *et al.* **The restricted environmental jurisprudence of the Inter-American Court of Human Rights and possible innovations on urban environmental protection**. Law Paths: Environmental Law and Sustainable Development, v. 17, n. 37, 2020.

TAVARES, A. R. **Direito Constitucional Econômico**. Rio de Janeiro: Florense; São Paulo: Método, 2011.

TEIXEIRA, O. P. B. **O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

THAROOR, I. **Bolsonaro, Trump and the nationalists ignoring climate disaster**. Washington Post, 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2019/08/23/bolsonaro-trump-nationalists-ignoring-climate-disaster/>. Acesso em: 12 de abril de 2020.

THOMÉ, R. **O princípio da vedação de retrocesso socioambiental no contexto da sociedade de risco**. Salvador: Juspodivm, 2014, p. 27.

TOCCI, N. **Who is a normative foreign policy actor? The European Union and its global partners**. CEPS Paperback Series(3), 2008.

TOLLEFSON, J. **A Light in the Forest: Brazil's Fight to Save the Amazon and Climate-Change Diplomacy**. Foreign Affairs, v. 92, n. 2, 2013.

TURGUT, N. Y. **The European Court of Human Rights and the right to the environment**. Ankara Law Review, v.4 n.1, 2007. Disponível em: <https://dspace.ankara.edu.tr/xmlui/bitstream/handle/20.500.12575/42790/16892.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 3 de janeiro 2020.

VANDEBOGAERDE, A. **Jurisdiction Revisited-Attributing Extraterritorial State Obligations under the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights**. Hum. Rts. & Int'l Legal Discourse, v. 9, 2015.

VIHMA, A. **Analysing soft law and hard law in climate change**. In: Hollo E, Kulovesi K, Mehling M (eds) Climate change and the law. Springer, Dordrecht, 2013.

WALDMAN, R. L.; ELIAS, L. A. de V. **Os Princípios do Direito Ambiental e o Pagamento por Serviços Ambientais / Ecosistêmicos (PSA/PSE)**. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v. 18, n. 69, jan./mar, 2013, p. 53-83.

WALKER, N. F., *et al.* **From Amazon pasture to the high street: Deforestation and the Brazilian cattle product supply chain.** Trop Conserv Sci 6(3), 2013, p. 446-467.

WALKER, R. *et tal.* **Protecting the Amazon with protected areas.** Proceedings of the National Academy of Sciences of the U.S.A. 106, 2009, p. 10582-10586.

WAPNER, P. **Reorienting State Sovereignty: Rights and Responsibilities in the Environmental Age.** In LITFIN, K., ed. The Greening of Sovereignty in World Politics. Cambridge: MIT Press, 1998.

WASSERMAN, J. C.; ALVES, A. R. **O holismo aplicado ao conhecimento ambiental.** Engevista, 6(3), 2004, p.113-120.

WEINRIB, L.E. **The Postwar Paradigm and American Exceptionalism.** In S. Choudhry, ed. The Migration of Constitutional Ideas. New York: Cambridge University Press, 2006.

WELLMAN, C. **Solidarity, the individual and human rights.** Hum. Rts. Q., v. 22, 2000.

WESTON, B. H.; BOLLIER, D. **Toward a recalibrated human right to a clean and healthy environment: making the conceptual transition.** Journal of Human Rights and the Environment, v. 4, n. 2, 2013.

WESTON, B.H. **Human Rights.** Human Rights Quarterly, v. 6, 1984.

WHOSE, T. K. **Rights Are They Anyway: A Critical Analysis of the International Supervision Mechanisms for Economic, Social and Cultural Rights.** 36, Zam. L.J. 1, 2004.

WILLIAMS, S.; SHAH, S. **Bankovic and Others v Belgium and 16 Other Contracting States.** European Human Rights Law Review, n. 31, 2001.

WOOD, H. W. **The United Nations World Charter for Nature: The Developing Nations' Initiative to Establish Projections for the Environment,** 12 Ecology L.Q., 1985.

YANAI, A. M. *et tal.* **Avoided deforestation in Brazilian Amazonia: Simulating the effect of the Juma Sustainable Development Reserve.** Forest Ecology and Management. Elsevier B.V., 282, 2012, p. 78-91.

YEARLY, S. **Sociology, Environmentalism, Globalization: Reinventing the Globe,** London: SAGE, 1996.

YOSHIDA, C. Y. M. **Tutela dos interesses difusos e coletivos.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2006.

YUSUF, S. **The Rise of Judicially Enforced Economic, Social & Cultural Rights - Refocusing Perspectives.** 10 Seattle J. Soc. Just. 753, 2012.

ZHOURI, A. **Adverse Forces in the Brazilian Amazon: Developmentalism versus Environmentalism and Indigenous Rights.** Journal of Environment & Development, 19(3), 2010.

JURISPRUDÊNCIA CONSULTADA

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, **Resp 1.071.741-SP**, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, julgado em 24.3.2009. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/ESMP/Responsabilidade_Civil_do_Estado.pdf. Acesso em 10 de janeiro 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, **REsp 302.906/SP**, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 01.12.2010. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1427843&num_registro201102550790&data=20191122&formato=PDF. Acesso em 10 de janeiro 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, **REsp 588.022-SC**, 1ª Turma, rel. Min. José Delgado, DJ 5.4.2004. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletro_nica/stj-revista-eletronica-2015_238.pdf. Acesso em 18 de janeiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal Pleno, **ADI 4.983-CE.**, Tribunal Pleno, rel. Min. Marco Aurélio, julgada em 06.10.2016. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur366632/false>. Acesso em 10 de janeiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, 1ª Turma, **RE 134.297/SP**, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 22.9.1995. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur144685/false>. Acesso em 3 de janeiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **RE 153.531-SC**, 2ª Turma, Rel. Min. Franciso Rezek, julgado em 3.6.1997. Disponível em <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur111216/false>. Acesso em 15 de janeiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADC 42/DF**, Rel. Min. Luiz Fux, julgamento em 28.2.2018. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=750504737>. Acesso em 4 de fevereiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADI 3.540-1-DF**, Rel. Celso de Mello, julgado em 01.9.2015. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur94859/false>. Acesso em 17 de janeiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADI 3406/RJ**, Rel. Min. Rosa Weber, julgamento em 29.11.2017. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749020501>. Acesso em 5 de fevereiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADI 3470/RJ**, Rel. Min. Rosa Weber, julgamento em 29.11.2017. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur397205/false>. Acesso em 6 de fevereiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADI 3937 / SP**, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 24.08.2017. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur397317/false>. Acesso em 19 de janeiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADI 4.066-DF**, Tribunal Pleno, Rel. Min. Rosa Weber, julgamento em 24.08.2017. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur381361/false>. Acesso em 5 de fevereiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADI 5.016/BA**, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgamento em 11.10.2018. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur393481/false>. Acesso em 1 de fevereiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **ADPF 101/DF**, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 24.06.2009. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=629955>. Acesso em 14 de janeiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **Ext953/RFA**, Relator Min. Celso de Mello, julgamento em 28.9.2005. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2261043>. Acesso em 12 de janeiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **HC 94.016**, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 16.9.2008. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo502.htm>. Acesso em 4 de janeiro de 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **MS 22.164-0/SP**, Relator Ministro Celso de Mello, julgado em 17.11.1995. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=85691>. Acesso em 9 de janeiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **MS 26.064-DF**, Rel. Min. Eros Grau, julgado em 5.8.2010. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612981>. Acesso em 16 de fevereiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **MS n. 22164/SP**, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 30.10.1995. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur23459/false>. Acesso em 13 de fevereiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, Pleno, **ADI 3.776-RN**, Rel. Min. Cezar Peluso, julgado em 28.6.2007. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=469712>. Acesso em 5 de janeiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **STA 118-AgR**, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 29.02.2008. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=512003>. Acesso em 3 de março 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **STA 171-AgR**, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 29.02.2008. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=512005>. Acesso em 10 de janeiro 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 494.601**, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. p/ o acórdão Min. Edson Fachin, DJE 19.11.2019. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE494601EF.pdf>. Acesso em 19 de fevereiro 2020.

COLOMBIA. Corte Constitucional. **Tierra Digna v. Presidencia de la República and others**, 10 de noviembre del 2016. **Sentencia T-622/16**. Disponível em: <https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2016/t-622-16.htm>. Acesso e 12 de julho de 2020.

COLOMBIA. Supreme Court. **Dejusticia y otros v Presidencia de la República y otros. Ruling STC4360**, 5 abril 2018. Disponível em: <https://cortesuprema.gov.co/corte/wp-content/uploads/2018/04/STC4360-2018-2018-00319-011.pdf>. Acesso em 20 de novembro 2019.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Apanasewicz v. Polônia**. Publicado em 03.05.2011 Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-104673>. Acesso em 25 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Bor v. Hungria**. Publicado em: 18.06.2013. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-120959>. Acesso em 25 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Brânduse v. Romênia**. Publicado em:07.04.2009. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-2698080-2947397>. Acesso em 15 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Case Brincat and Others v. Malta**. Publicado em:24.07.2014. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-4832368-5895060>. Acesso em 20 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Case Budayeva and Others v. Russia**. Publicado em:20.03.2008. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/fre?i=003-2294127-2474035>. Acesso em 12 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Case Hamer v. Belgium**. Publicado em: 27.11.2007. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=002-2405>. Acesso em 10 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Case Hatton and Others v. the United Kingdom**. Publicado em:08.07.2003. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-788265-805159>. Acesso em 10 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Case Issa and others v. Turkey**. Publicado em: 16.11.2004. Disponível em: echr.coe.int/Documents/CLIN_2004_11_69_ENG_815396.pdf . Acesso em 10 de dezembro 2019.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Case Karin Andersson and Others v. Sweden**. Publicado em: 25.09.2014. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-146399>. Acesso em 20 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Case Kolyadenko and Others v. Russia**. Publicado em:28.02.2012. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=003-3860718-4440642>. Acesso em 15 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Case Öneriyıldız v. Turkey**. Publicado em:30.11.2004. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-1204313-1251361>. Acesso em 10 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Case Tătar v. Romania**. Publicado em:27.01.2009. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/fre-press?i=003-2615810-2848789>. Acesso em 10 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Case Turgut and Others v. Turkey**. Publicado em:08.07.2008. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-2421448-2613028>. Acesso em 10 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Cordella e outros v. Itália**. Publicado em: 24.01.2019. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-6308682-8238309>. Acesso em 25 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Deés v. Hungria**. Publicado em: 09.11.2010. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-3330622-3724484>. Acesso em 23 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Di Sarno e outros v. Itália**. Publicado em: 10.01.2012. Disponível em: [https://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{%22fulltext%22:\[%22Di%20Sarno%22\],%22documentcollectionid%22:\[%22CHAMBERJUDGMENTS%22}](https://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{%22fulltext%22:[%22Di%20Sarno%22],%22documentcollectionid%22:[%22CHAMBERJUDGMENTS%22}). Acesso em 24 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Dubetska e outros v. Ucrânia**. Publicado em: 10.02.2011. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-3432369-3856767>. Acesso em 28 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Dzemyuk v. Ucrânia**. Publicado em: 04.09.2014. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-146357>. Acesso em 23 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Fadeyeva v. Rússia**. Publicado em: 09.06.2005. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=003-1364020-1423888>. Acesso em 29 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Flamenbaum e outros v. França**. Publicado em: 13.12.2012. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-4197918-4977240>. Acesso em 22 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Fredin v. Sweden (n. 1)**. Publicado em: 18.02.1991. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-57651>. Acesso em 10 de março de 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Giacomelli v. Itália**. Publicado em: 02.11.2006. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/fre-press?i=003-1827418-1917260>. Acesso em 26 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Greenpeace e. V. e outros v. Alemanha**. Publicado em: 12.05.2009. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=002-1535>. Acesso em 22 de abril 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Grimkovskaya v. Ucrânia**. Publicado em: 21.07.2011. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=003-3613336-4095112>. Acesso em 21 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Guerra e outros v. Itália**. Publicado em: 19.02.1998. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-58135>. Acesso em 26 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Hatton e outros v. Reino Unido**. Publicado em: 08.07.2003. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-788265-805159>. Acesso em 22 de abril 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Kolyadenko e outros v. Rússia**. Publicado em: 28.02.12. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=003-3860718-4440642>. Acesso em 19 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Kristiana Ltd. v. Lituânia**. Publicado em: 06.02.2018. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-5995780-7678772>. Acesso em 20 de abril 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Kyrtatos v. Grécia**. Publicado em: 22.05.2003. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-61099>. Acesso em 17 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Lopez Ostra v. Espanha**. Publicado em: 9.12.1994. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-57905>. Acesso em 28 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Mileva e outros v. Bulgária**. Publicado em: 25.11.2010. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-3348485-3747598>. Acesso em 18 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Moreno Gómez v. Espanha**. Publicado em: 16.11.2004. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-1190344-1236526>. Acesso em 24 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Papastavrou e outros v. Grécia**. Publicado em: 10.04.2003. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-61019>. Acesso em 23 de abril 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Papastavrou e outros v. Greece**. 10.04.2003 Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-61019>. Acesso em 10 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Powell e Rayner v. Reino Unido**. Publicado em: 21.02.1990. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-57622>. Acesso em 21 de abril 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Powell e Rayner vs. Reino Unido**. Publicado em: 21.02.1990. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-57622>. Acesso em Acesso em 30 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Taşkın e outros v. Turkey**. Publicado em: 10.11.2004. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/fre-press?i=003-1185902-1231526>. Acesso em Acesso em 28 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Valico S.R.L. v. Itália**. Publicado em: 21.03.2006. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/fre?i=002-3432>. Acesso em 22 de abril 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Vilnes e outros v. Noruega**. Publicado em: 05.12.2013. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-4598614-5560664>. Acesso em Acesso em 27 de março 2020.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Yaşar v. Romênia**. Publicado em: 26.11.2019. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-6572719-8702458>. Acesso em 18 de abril 2020.

INDIA. Supreme Court. **Case Attakoya Thangal v. Union of India**. Judgment of 1 january, 1990. Disponível em <https://indiankanoon.org/doc/1980528/>. Acesso em 15 de março 2020.

INDIA. Supreme Court. **Case Subhash Kumar vs State Of Bihar**. Judgment of 9 january, 1991. Disponível em <https://indiankanoon.org/doc/1646284/>. Acesso em 15 de março 2020.

INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. **Yanomami Indians v. Brazil**, Inter-American. C.H.R. 24, Case n. 7615 1984-1985 OEA/Ser.L.V/II/66, doc. 10 rev. 1, 1985. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/84.85eng/Brazil7615.htm>. Acesso em 15 de março de 2020.

INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Advisory Opinion, OC-23-17**, 15 november 2017. Disponível em: https://lawsdocbox.com/Legal_Issues/73446926-Inter-american-court-of-human-rights-environment-and-humanrights.html >. Acesso em 25 de novembro de 2019.

INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Case of the xákmok kásek indigenous community v. Paraguay**. Judgment of august 24, 2010. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_214_ing.pdf. Acesso em 10 de julho 2019.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. **Case Gabčíkovo-Nagymaros Project (Hungary/Slovakia)**. Judgment delivered by the Court on 25 september 1997. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/en/case/92>. Acesso em 23 de julho 2020.

NETHERLANDS. District Court of The Hague. **Case C/09/456689/ HA ZA 13-1396**, Judgment, 24 June 2015. Disponível em: <https://linkeddata.overheid.nl/front/portal/document-viewer?ext-id=ECLI:NL:RBDHA:2015:7196>. Acesso em 10 de julho 2020.

PHILIPPINES. Supreme Court. **Decision on Minors Oposa v. Secretary of the Department of Environment and Natural Resources (DENR)**, Deforestation; Environmental Damage; Intergenerational Equity, International legal materials, 33 (1), 1994, p. 173-206.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA. Caso C-339/87, **Commission v. The Netherlands**, 1990, p. 185-186. Disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/showPdf.jsf?text=&docid=95787&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1c=16124698>. Acesso em 10 de dezembro 2019.

DOCUMENTOS E SITES CONSULTADOS

A ASSOCIATED PRESS. **Fala do presidente da França, Eammuel Macron, durante a Cúpula do G7**, em agosto de 2019. Fonte: <https://apnews.com/9193fb6a2dc84d55bbc67b16d650b9bc>. Acesso em 16 de novembro de 2019.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. **Social and Economic Rights Action Center (SERAC) and Center for Economic and Social Rights (CESR) v Nigeria** - App no 155/96, ACmHPR, 27 october 2001. Disponível em: https://www.achpr.org/public/Document/file/English/achpr30_155_96_eng.pdf. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 de agosto de 2019.

BRASIL. **Lei n. 8.078/1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l8078.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em 21 de agosto de 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.173/66**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm. Acesso em 26 de agosto de 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.938/81** – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em 28 de agosto de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.985** de 18 de julho de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em 11 de agosto de 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Acordo de Paris**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>. Acesso em 2 de janeiro de 2020.

BRASIL. **PL n. 3729/2004**. Dispõe sobre o licenciamento ambiental. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=257161>. Acesso em 12 de setembro de 2019.

BRASIL. **PL n. 6268/2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Fauna. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2113552>. Acesso em 23 de setembro 2019.

BRASIL. **PLC n. 436/2014**. Altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=808928>. Acesso em 16 de setembro 2019.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição - **PEC n. 215/2000**. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>. Acesso em 16 de março de 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Brasília, **Informativo n. 892**, de 26 de fevereiro a 2 de março de 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo892.htm>. Acesso em 15 de dezembro 2019.

CADASTRO NACIONAL DE FLORESTAS PÚBLICAS – atualização de 2017. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/cadastro-nacional-de-florestas-publicas/127-informacoes-florestais/cadastro-nacional-de-florestas-publicas-cnfp/1413-cadastro-nacional-de-florestas-publicas-atualizacao-2017>. Acesso em 18 de julho 2019.

CARTA AFRICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS. Disponível em: https://www.achpr.org/pr_legalinstruments/detail?id=49. Acesso em 6 de março 2020.

CHARTER OF FUNDAMENTAL RIGHTS OF THE EUROPEAN UNION. Disponível em: https://www.europa.europa.eu/charter/pdf/text_en.pdf. Acesso em 2 de fevereiro 2020.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Situação de direitos humanos dos habitantes do interior do Equador afetados pelas atividades de desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.cidh.org/countryrep/ecuador-eng/chapter-8.htm>. Acesso em 15 de agosto 2020.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS. Disponível em <http://https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Vienna.aspx>. Acesso em 15 de julho 2020.

CONSOLIDATED VERSION OF THE TREATY ON EUROPEAN UNION. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:2bf140bf-a3f8-4ab2-b506-fd71826e6da6.0023.02/DOC_1&format=PDF. Acesso em 15 de dezembro 2019.

CONVENTION ON ACCESS TO INFORMATION, Public Participation in Decision-making and Access to Justice in Environmental Matters. Adotada em 28 junho 1998, entrando em vigor em 30 outubro 2001. Disponível em: <https://www.unece.org/emv/pp/treatytext.html>. Acesso em 2 de junho 2020.

CONVENTION ON RIGHTS AND DUTIES OF STATES, adopted by the Seventh International Conference of American States, 1933. Disponível em: <https://treaties.un.org/pages/showDetails.aspx?objid=0800000280166aef>. Acesso em 15 de janeiro 2020.

COPENHAGEN ACCORD OF 18 DECEMBER 2009. Documento disponível em: https://unfccc.int/files/meetings/cop_15/application/pdf/cop15_cph_auv.pdf. Acesso em 3 de janeiro 2020.

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, 1992. Disponível em: <https://www.un.org/esa/dsd/agenda21/Agenda%2021.pdf>. Acesso em 5 de janeiro 2020.

DECLARAÇÃO SOBRE O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, de 4 de dezembro de 1986. Documento disponível em: <https://www.un.org/en/events/righttodevelopment/declaration.shtml>. Acesso em 18 de dezembro 2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH). Disponível em <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights>. Acesso em 12 de julho 2019.

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA PÓS-SINODAL - SÍNODO PARA AMAZÔNIA. Disponível em: <http://www.sinodoamazonico.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/exortacao-apostolicapos-sinodal--querida-amazonia.html>. Acesso em 10 de março de 2020.

GLOSSARY OF ENVIRONMENT STATISTICS, Studies in Methods, Series F, n. 67, United Nations, New York, 1997. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/SeriesF_67E.pdf. Acesso em 10 de janeiro 2020.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication N. 511/1992, **Imari Lansman v. Finland**, at 9.4, UN Doc. CCPR/C/52/D/511/1992, 1992. Disponível em: <http://hrlibrary.umn.edu/undo/cs/html/vws511.htm>. Acesso em 15 de setembro 2019.

IMAZON. **Boletim do desmatamento da Amazônia legal**. Outubro. 2014. Disponível em: <http://amazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-daamazonia-legal-outubro-de-2014-sad/>. Acesso em 16 de novembro 2019.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - **Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia Digital (PRODES)**. Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5294. Acesso em 19 de setembro de 2019.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Monitoramento dos focos ativos por bioma**. Disponível em: <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticasestados/>. Acesso em 25 de setembro de 2019.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Taxas de desmatamento acumuladas por ano na Amazônia Legal**. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em 21 de janeiro de 2020.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. **Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-comservacao-amazonia>. Acesso em 27 de outubro 2019.

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change, Contributions of Working Group I to the IPCC Fifth Assessment Report, Cambridge University Press, 2015.

IPCC. Contribution of Working Group III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2007. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/ar4_wg2_full_report.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2019.

OHCHR. **Report on the relationship between climate change and human rights**. UN Doc A/ HRC/10/61, 2009. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Press/NaalyticalStudy.pdf>. Acesso em 15 de dezembro 2019.

PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/arquivos/110106%20-%20MI%20-%20Plano%20Amazonia%20Sustentavel%20%20PAS.pdf>. Acesso em 30 de agosto 2019.

PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>. Acesso em 10 de outubro 2019.

PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS EM MATÉRIA DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS, 1988. Disponível em: http://www.cidh.org/basico_s/portugues/e.protocolo_de_san_salvador.htm. Acesso em 7 de dezembro 2019.

REGIONAL AGREEMENT ON ACCESS TO INFORMATION, Public Participation and Justice in Environmental Matters in Latin America and the Caribbean (Escazú Agreement), 4 march 2018, LC/CNP10.9/5. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43585/S1800312_en.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 20 de agosto de 2020.

RELATÓRIO NOSSO FUTURO COMUM (RELATÓRIO DE *BRUNDTLAND*) 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em 21 de dezembro 2019.

REPORTS OF INTERNATIONAL ARBITRAL AWARDS. **Trail Smelter Case (U.S. v. Can.)**. 16 april 1938 and 11 march 1941. Volume III, p. 1905-1982. Disponível em: https://legal.un.org/riaa/cases/vol_III/1905-1982.pdf. Acesso em 10 de janeiro 2020.

THE CONSTITUTION OF INDIA. Disponível em <https://www.india.gov.in/my-government/constitution-india/constitution-india-full-text>. Acesso em 15 de março 2020.

TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF. Acesso em 3 de janeiro 2020.

TRIBUNAL AFRICANO DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS. Acórdãos disponíveis em: <https://pt.african-court.org/index.php/cases/2016-10-17-16-18-21>. Acesso em: 28 de setembro de 2019.

U.N. ESCOR. U.N. **Doc. E/CN.4/Sub.2/1994/9**. Final Report Prepared by Mrs. Fatma Zohra Ksentini (Special Rapporteur), 1994. Disponível em: http://hrlibrary.umn.edu/demo/HRandEnvironment_Ksentini.pdf. Acesso em 15 de fevereiro 2020.

UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights (CESCR), General Comment N. 15: The Right to Water (Arts. 11 and 12 of the Covenant), 20 january 2003, E/C.12/2002/11. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/4538838d11.html>. Acesso em 2 de agosto de 2020.

UNFCCC. **Adoption of the Paris Agreement**. UN Doc FCCC/CP/2015/L.9/Rev.1, 2015. Disponível em: <http://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/109.pdf>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

UNFCCC. Decisão 1 / CP do plano de ação de Bali. Relatório da conferência das partes - décima terceira sessão, realizada em Bali, de 3 a 15 de dezembro de 2007. Documento FCCC / CP / 2007/6 / Add. 1, 2007. Disponível em: <https://unfccc.int/resource/docs/2007/cop13/eng/06a01.pdf>. Acesso em 15 de agosto 2019.

UNITED NATIONS. **Conference on Environment and Development: Resolution n. 44/228, 1989**. Disponível em: <https://www.un.org/documents/ga/res/44/ares44-228.htm> . Acesso em 3 de dezembro de 2019.

UNITED NATIONS. **Doc A/RES/2849 (XXVI), “Development and Environment”**, 1972. Disponível em: [https://undocs.org/en/A/RES/2849\(XXVI\)](https://undocs.org/en/A/RES/2849(XXVI)). Acesso em 6 de junho 2020.

UNITED NATIONS. **Report of the United Nations Conference on the Human Environment, Estocolmo, 5-16 de junho, 1972**. Disponível em: <http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>. Acesso em 10 de dezembro 2019.

UNITED NATIONS. Report on the United Nations Conference on Environment and Development. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/unced>. Acesso em 14 de janeiro de 2020.

UNITED NATIONS. **UNGA - Towards a Global Pact for the Environment**. UN Doc A/RES/72/277, 10 May 2018. Enabling Resolution. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1486477>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

UNITED NATIONS. **World Charter for Nature. Resolution n° 37/7, 1982**. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/37/7>. Acesso em: 15 de julho 2019.